

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

LITO NUNES FERNANDES

**ECONOMIA POLÍTICA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL: A
UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO OESTE AFRICANO (UEMOA) COMO
ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

PORTO ALEGRE

2011

LITO NUNES FERNANDES

ECONOMIA POLITICA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL: A
UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA (UEMOA) COMO ESTRATÉGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título
de Doutor em Economia, ênfase em Economia do
Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. André Moreira Cunha

PORTO ALEGRE

2011

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

F363e	<p>Fernandes, Lito Nunes</p> <p>Economia política da integração regional na África ocidental : a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) como estratégia para o desenvolvimento regional / Lito Nunes Fernandes. – Porto Alegre, 2011. 265 f. : il.</p> <p>Orientador: André Moreira Cunha.</p> <p>Ênfase em Economia do Desenvolvimento.</p> <p>Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2011.</p> <p>1. Integração econômica internacional. 2. Integração regional : África ocidental. 3. Blocos econômicos : África ocidental. 4. UEMOA. I. Cunha, André Moreira. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.</p> <p>CDU 339.923</p>
-------	--

LITO NUNES FERNANDES

ECONOMIA POLITICA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL: A
UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA (UEMOA) COMO ESTRATÉGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título
de Doutor em Economia, ênfase em Economia do
Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 02 de setembro de 2011.

Prof. Dr. André Moreira Cunha – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

UFRGS

Profa. Daniela Magalhães Prates

UNICAMP-SP

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

UFRGS

Dedico este trabalho a minha mãe Maria da Mata, por sempre apoiar minhas decisões mesmo a quilômetros de distância; a minha irmã Morida Nunes Fernandes, que sempre esteve presente ao meu lado nos bons e maus momentos e a querida Victória Cecília Sequeira, que me deu carinho, incentivo, apoio, ajuda e sempre se preocupou para que este trabalho pudesse ter um final feliz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar vida e saúde, assim como a todos aqueles que estimularam à concretização da presente investigação. Dentre tantos, encontram-se personalidades fundamentais as quais se sobressaíram enquanto incentivadores desta pesquisa:

Ao Prof. Dr. André Moreira Cunha por aceitar o reto de me orientar neste trabalho e, sobretudo por sempre se oferecer para esclarecer minhas preocupações. Se hoje estou em condições de realizar esse sonho, devo isso em grande parte a você. Expresso minha imensa gratidão e estima.

A CAPES em nome do Governo Brasileiro pela bolsa de estudos que me permitiu concretizar este sonho. Ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e seu corpo docente, por me transmitirem conhecimentos inesquecíveis. A secretaria da PPGE pelo apoio incondicional prestado sempre que foi preciso. Meus sinceros agradecimentos! Ao pessoal da biblioteca da Economia pela colaboração que me deram.

Aos professores Paulo Fagundes Visentini, Eduardo Filipi e Daniela Prates que gentilmente aceitaram fazer parte da banca da tese.

A Lorena Allende Garcia pelo carinho e atenção nos momentos cruciais da tese. Sua tranquilidade e apoio permearam meu trabalho e minha tensão nos últimos meses. À Itziar Roa e Isaak Alberdi pela amizade e atenção ao longo destes últimos anos. À Marilyn Bruzón Eduards pelo incentivo a uma progressão cada vez mais na vida.

Ao Jean Christian Boukouna, que sempre esteve presente ao meu lado compartilhando bons e maus momentos ao longo de quase duas décadas. Para ele, toda a palavra não bastaria para agradecer tudo o que foi, é, e será na minha vida. À Flávia Comiran e Cátia Cristina Rommel, pela amizade desde o nosso quartel general.

A Ieda Miyuki de Lima, pelo apoio e atenção desde os primeiros dias da pós-graduação até os últimos momentos da elaboração desta tese. Não tenho palavras para agradecer, mas, se vale algo: um muitíssimo obrigado!

Agradeço imensamente ao meu parceiro Mamadou Alpha Diallo quem resultou ser peça importante para a concretização deste trabalho. Suas idéias e as referências bibliográficas

indicadas foram fundamentais para preencher as lacunas que eu tinha. Não tenho a menor dúvida que também se sente participe desta pesquisa.

A Jane Terezinha Pilar não só pelas rigorosas correções e leitura, mas também pelas críticas, sugestões e comentários que, ao fim, foram cruciais para melhorar a escrita do trabalho. Muito Obrigado! A Lucas Paes e Efraín Molina pela valiosa assistência ao trabalho com os dados e conformação das tabelas, quadros e gráficos.

Aos meus colegas de PPGE em especial a Daniel Frainer, Giuliana Faria e José Manuel Marcolino por compartilhar conhecimentos e momentos inesquecíveis. Sempre me senti bem representado no meio deles. À Sandra Aparecida Kitakawa Lima pela preocupação e apoio nos primeiros momentos da elaboração desta pesquisa. Meu obrigado.

Estendo meus agradecimentos a todos meus amigos de adolescência, em especial a Mohamed Rapaz Cassamá, a Mamadu Saliu Sanha, a Luis Paralta, a Osvaldo Ilídio Cabral, a Nildelema da Silva, Wednesday Estanislau Silva Lopes e David Miguel Pires, que mesmo na distância me incentivaram a concretizar este sonho.

Aos meus conterrâneos guineenses na UFRGS, que mesmo não mencionando seus nomes, o apoio de todos eles foi fundamental. Estendo meus agradecimentos à família Nascimento: João, Iara, Daniela, Frederico e Mariana pelo acolhimento e carinho.

Agradeço especialmente a Iñazio Irizar Etxeberria pelo apoio, carinho e atenção desde a época do mestrado na Espanha e por me incentivar a ter coragem para vencer todos os obstáculos na vida. Ao Braima Sanha, Fafali Koudawo e Hoco Monteiro pela confiança que sempre tiveram em mim. Ao Eduardo Augusto Maldonado Filho pelo incessante incentivo e carinho durante meus estudos na UFRGS.

Agradeço igualmente a Guilherme Mattais, a Armando Barros Júnior, a Edalberto Gomes Cuino, a Delfim Pebna Sanha, Estela Maris Maggiorotti, Marta Vega Lúcio, Santa Nunes Fernandes, Sebastião Pedro de Isabel e Ana Maria Sosa pelas preocupações que manifestaram perante minha pessoa, que com certeza jamais esquecerei.

Por último e não menos importante, à minha família pelo apoio incondicional.

“Eu acho que o mal que o ocupante nos tem feito, ainda não está curado. Isso é um problem! Se for real que a igualdade atual é evidente, a África deve pelos seus próprios meios, ser capaz, em temas controvertidos, chegar à verdade palpável com sua própria investigação intelectual, e manter nessa verdade até que a humanidade se dá conta de que a África não vai ser frustrada. Tem idéias que sempre tenho defendido e contra as quais não poderão concorrer com argumentos científicos dignos. Podem opor uma conspiração de silêncio, enquanto que a jovem geração africana continue alienada até que se recupere, até que tenham adquirido o conhecimento de dirigir. O conhecimento direto de África deve ser capaz de revelar a verdade, de construir sua própria verdade e saber que é a verdade verdadeira. Mas, a adversidade é muito grande. Há que saber que o adversário te destrói intelectualmente, te destrói moralmente antes de te matar fisicamente. Negam-te totalmente como ser moral, te negam totalmente como ser cultural. Desta maneira, têm suprimido grupos de intelectuais. Se não sabemos como emancipá-los com os nossos próprios meios, não teremos saída”.

Cheikh Anta Diop - Discurso em Bamako, 1984.

RESUMO

No início do novo milênio, a formação de blocos econômicos regionais foi-se apresentando como estratégia de promoção do desenvolvimento para os países periféricos. Tratando-se da África Ocidental, a integração de seus pequenos países com vista a usufruir as vantagens decorrentes desse processo resulta em última instância, a solução potencial de seus diversos problemas, e a resposta da sua marginal posição na atual globalização. São países que enfrentam malformações estruturais e situações dramáticas de pobreza e miséria produto de séculos de exploração, repartição desinteressada e agressiva de seus territórios a beneplácito da acirrada competência imperialista e da colonização posterior. Neste sentido, esta tese propõe responder duas perguntas: quais as causas do estabelecimento de uma união econômica e monetária numa região sem condições prévias e se esta integração está conduzindo ou não a seus países ao desenvolvimento. A mesma parte da hipótese de a integração regional na atualidade ser a alternativa mais viável para garantir a sustentabilidade do processo de desenvolvimento nesta região. O objetivo da tese é analisar a dinâmica regional da integração da UEMOA, que surgiu contrária à visão convencional das teorias monetárias, como estratégia do desenvolvimento, e em seguida, vincular seus resultados ao desenvolvimento econômico dos países da região. Ressalta-se que foi dada prioridade a literatura africana, não por rechaço ou demérito da produção ocidental sobre o tema, mas pelo entendimento de que, neste aspecto específico, as opiniões dos autores africanos dariam um melhor enriquecimento e uma visão mais realista sobre o tema. Conclui-se que independentemente de não seguir as diretrizes convencionais, a integração da UEMOA está sendo fundamental para o desenvolvimento de seus países, segundo a realidade da região. Portanto, sua análise deve ser realizada acorde a especificidade local, sem esquecer as conseqüências do seu passado histórico que ainda repercutem negativamente na sua situação socioeconômico. Ou seja, sua valoração não deve seguir o modelo das regiões desenvolvidas ou emergentes, mas sim desde a perspectiva das duras realidades da região.

Palavras-chaves: África Ocidental. UEMOA. Integração regional. Desenvolvimento. Ocidente.

ABSTRACT

In the new millennium, the formation of regional economic blocs was being presented as a strategy to promote development for the peripheral countries. In the case of West Africa, the integration of their small countries in order to enjoy the benefits of this process ultimately results in the potential solution and answers many of their problems and their marginal position in today's globalization. These are countries that face malformations, and dramatic situations of poverty and misery product of century of exploitation, distribution, and uninterested in their territories aggressively blessing of fierce imperialist power and the subsequent colonization. This thesis proposes to answer two questions: what causes the establishment of an economic and monetary union in a region without precondition, and this integration is conduction or not their countries development. The thesis part of the hypothesis of regional integration in actuality is the most viable alternative to ensure sustainability of development process in this region. The aim of the thesis is to analyze the dynamics of regional integration UEMOA, which appeared contrary to the conventional view of monetary theories, such as development strategy, and then link their results to the economic development of countries in the region. To emphasize that priority was given to African literature, not by rejection or unworthiness of western production on the subject, but by understanding that this particular aspect, the opinions of the authors African given a better enrichment and more complete about this topic. We conclude that regardless of not following the dictates of the UEMOA integration is fundamental for the development of their countries, wake up the reality of region. Yours analysis should be the specific chord location, not to mention the consequence of this historical past that have negative impact on the socioeconomic situation. That is, their valuation should not follow the model of developed and emerging regions, but from the perspective of harsh realities of the region.

Keywords: Western Africa. UEMOA. Regional integration. Development. Western.

RESUMÉ

Au début du nouveau millénaire, la formation des blocs économiques régionaux a été présentée comme une stratégie visant à promouvoir le développement pour les pays périphériques. Dans le cas de l'Afrique Occidentale, l'intégration de ses petits pays afin de profiter des avantages de ce processus reste au dernier ressort, la solution potentielle de ses divers problèmes, et la réponse de sa position marginale dans l'actuelle mondialisation. Ce sont des pays qui font face à des malformations structurelles et des situations dramatiques de pauvreté et misère, résultat des siècles d'exploitation, distribution désintéressée et agressive de ses territoires au consentement de féroces puissances impérialistes et de la colonisation ultérieure. Cette thèse se propose à répondre deux questions: quelles sont les causes de la création d'une union économique et monétaire dans une région sans préalables conditions, et si cette intégration conduit ou non ses pays au développement. La même partie de l'hypothèse soulignant que *l'intégration régionale actuelle soit l'alternative la plus viable pour garantir la durabilité du processus de développement dans cette région*. L'objectif de la thèse est d'analyser la dynamique régionale de l'intégration de l'UEMOA, qui a surgi contrairement de la vision conventionnelle des théories monétaires, comme une stratégie de développement économique des pays de la région. On souligne que la priorité fût donnée à la littérature africaine, pas par rejet ou manque de mérite ou indignité de la production occidentale sur le thème, mais plutôt en comprenant que dans cet aspect particulier, les opinions des auteurs africains enrichiraient le mieux et donneraient une vision plus réaliste sur le thème. On conclut qu'indépendamment de ne pas suivre les préceptes conventionnelles, l'intégration de l'UEMOA est fondamentale pour le développement de ses pays, selon la réalité de la région. Cependant, son analyse doit être réalisée selon la spécificité locale, sans oublier les conséquences de son passé historique qui répercutent encore négativement dans sa situation socioéconomique. C'est-à-dire, sa mise au point ne doit pas suivre le modèle des régions développées ou émergentes, mais plutôt à partir de la perspective des dures réalités de la région.

Mots-clés: Afrique Occidentale. UEMOA. Intégration régionale. Développement.

L'Occident.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa ilustrativo dos países África Ocidental.....	88
Figura 2-Mapa dos países da UEMOA	160
Gráfico 1- Balanço de pagamentos da UEMOA em comparação com outras regiões.....	188
Gráfico 2- Saldo da dívida externa da UEMOA (% do PIB)	189
Gráfico 3- Distribuição de financiamentos aprovados pelo BOAD em 2009	214
Gráfico 4- PIB real da UEMOA (%).....	222
Gráfico 5- Impacto da pobreza na UEMOA-2004/2009	223
Gráfico 6- Inflação média na UEMOA- 2007/2011	224
Gráfico 7- Inflação ao preço do coonsumidor por regiões	225
Gráfico 8-PIB per capita da UEMOA (US\$)	229
Quadro 1- Condições de progressão das fases da integração regional	60
Quadro 2- Principais acordos de integração regional atual na África Ocidental.....	121
Quadro 3- Categorias de indicadores de convergência da UEMOA.....	185
Quadro 4- Principais produtos trocados nas feiras regionais (mercado informal)	196

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Informação geral dos países da UEMOA.....	100
Tabela 2- Indicadores econômicos da UEMOA-1983/ 1993	182
Tabela 3- Indicadores de convergência da UEMOA-2007/2011	185
Tabela 4- Balanço de pagamentos e comércio exterior da UEMOA-2007/2011	187
Tabela 5- Comércio intra-regional por blocos-1980/2005 (% sobre o comércio total).....	192
Tabela 6- Comércio intra-regional na África- 2002/2008 (% das exportações totais).....	193
Tabela 7- Fluxos financeiros privados por regiões- 2000/2010 (bilhões de dólares).....	198
Tabela 8- Números de estabelecimentos financeiros na UEMOA- 1973/2010.....	210
Tabela 9- Principais instituições e estabelecimentos financeiros na UEMOA- 1973/1995...	211
Tabela 10- Principais bancos em termos de depósitos e emprego na UEMOA- 1973/1993..	211
Tabela 11- Percentagem anual do PIB real dos países da UEMOA-1993/2011	222
Tabela 12- Indicadores sociais da UEMOA- 2004/2009	228
Tabela 13- PIB <i>per capita</i> dos países da UEMOA (em dólares dos EUA).....	229

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP- África Caribe e Pacífico
AFCAC- Comissão Africana de Aviação Civil
AFRICOM- United States African Command
AMO- Áreas Monetárias Ótimas
ARI- Instituto Africano de Reabilitação
ATU- União Africana de Telecomunicações
AO- África Ocidental
AOF- África Ocidental Francesa
ASEAN- Associação das Nações do Sudoeste Asiático
BAD- Banco Africano de Desenvolvimento
BECEAO- Banco Central dos Estados da África Ocidental
BIDC- Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO
BOAD- Banco Oeste Africano de Desenvolvimento
CDP- Comitê Diretor Permanente
CEA- Comissão das Nações Unidas para África
CEA- Comunidade Econômica Africana (CEA),
CER- Comunidades Econômicas Regionais
CEE- Comunidade Econômica Europeia
CEDEAO- Comunidade Econômica do Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental
CEAO- Comunidade Econômica da África Ocidental
CESAG- Centro Africano de Estudo Superior em Gestão e Administração
CFA- Colônias Francesas da África
CIMS- Conferências Interafricanas dos Mercados de Seguros
CIPRES- Conferência Interafricanas da Previdência Social
ECOMOG- Grupo de Monitoramento da Paz de CEDEAO
FAD- Fundo Africano de Desenvolvimento
FFN- Fundo Fiduciário da Nigéria
FMI- Fundo Monetário Internacional
FSN- Fundo Especial da Nigéria
GATT- Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
IDE- Investimento Direto Externo

IPED- Instituto Panafricano de Educação para o Desenvolvimento
IPPAAE- Iniciativa de Países Pobres Altamente Endividados
IPED - Instituto Panafricano de Educação para o Desenvolvimento
MERCOSUL- Mercado Común do Cone Sul
NEPAD- Nova Parceria de Cooperação Para o Desenvolvimento da África
ODI- Overseas Development Institute
ODM- Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
OUA- Organização da Unidade Africana
PAE. Programa de Ajuste Estrutural
PAL- Plano de Ação de Lagos
PRM- Países do Rendimento Médio
PPREA- Programa Prioritário para a Reconstrução Econômica da África
PAPU- União Postal Panafricana
SCSA- Conselho Superior de Desporto na África
SFI- Sistema Financeiro Internacional
SFU- Sistema Financeiro da UEMOA
SYSCOA- Sistema Contábil do Oeste Africano
TAMO- Teoria das Áreas Monetárias Ótimas
UA- União Africana
UAR- União Ferroviária Africanos
UEMOA- União Econômica e Monetária do Oeste Africano
UDAO- União Aduaneira da África Ocidental
UMAO- União Monetária da África Ocidental
UNCTAD- Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento
UNECA- Organização das Nações Unidas para África
WAMZ- Zona Monetária do Oeste Africano

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 EMBASAMENTO TEÓRICO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL	23
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	23
2.2 DIVERSIDADE CONCEITUAL DA INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	25
2.3 ORIGENS, CAUSAS E OBJETIVOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL	27
2.4 DIMENSÕES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL	31
2.5 TIPOLOGIAS DA INTEGRAÇÃO DESDE DIVERSOS PONTOS DE VISTA.....	34
2.5.1 Tipologia desde o ponto de vista dos atores	35
2.5.2 Tipologia desde o ponto de vista das abordagens	36
2.5.3 Tipologia deste o ponto de vista de relação de poder entre os atores	38
2.5.4 Tipologia desde o ponto de vista da natureza jurídica.....	39
2.6 INTEGRAÇÃO REGIONAL E CONCEITOS RELACIONADOS.....	41
2.6.1 Integração <i>versus</i> cooperação	42
2.6.2 Integração <i>versus</i> coordenação.....	43
2.6.3 Integração <i>versus</i> multilateralismo	44
2.6.4 Integração <i>versus</i> globalização	45
2.7 VANTAGENS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	46
2.8 A INTEGRAÇÃO DESDE A VISÃO ORTODOXA E HETERODOXA	49
2.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
3 MARCO TEÓRICO DAS TEORIAS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	56
3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	56
3.2 TEORIAS ECONÔMICAS DA INTEGRAÇÃO	57
3.3. TEORIAS DA INTEGRAÇÃO MONETÁRIA.....	61
3.4 AS TEORIAS POLÍTICAS DA INTEGRAÇÃO	68
3.4.1 O Federalismo	69
3.4.2 O Funcionalismo	70
3.4.3 O Neofuncionalismo	71
3.4.4 A Interdependência	73
3.4.5 O Neoinstitucionalismo	74
3.4.6 O Intergovernamentalismo	74
3.5 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CRESCIMENTO <i>VERSUS</i> DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A POSIÇÃO DA ÁFRICA OCIDENTAL.....	76
3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
4 ECONOMIA POLITICA DA ÁFRICA OCIDENTAL	87
4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	87
4.2 ÁFRICA OCIDENTAL ANTES E DURANTE A COLONIZAÇÃO	89
4.3 CONFERÊNCIA DE BERLIM: PARTILHA DA ÁFRICA E ORIGEM DOS CONFLITO POSTERIORES	95
4.4 ANÁLISE HISTÓRICA DOS PAÍSES DA UEMOA	99
4.4.1 República de Benin.....	101
4.4.2 República da Burkina Faso	103
4.4.3 República da Costa do Marfim	105
4.4.4 República da Guiné-Bissau.....	109
4.4.5 República do Mali.....	111

4.4.6 República do Níger	113
4.4.7 República do Senegal	115
4.4.8 República do Togo	118
4.5 PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL.....	119
4.5.1 O movimento pan-africanismo: contextualização	121
4.5.2 Comissão Econômica das Nações Unidas para África (UNECA ou ECA).....	129
4.5.3 Organização da Unidade Africana (OUA)	131
4.5.3.1 Plano de Ação de Lagos <i>versus</i> Política de Ajuste Estrutural (PAE).....	134
4.5.3.2 Programa Prioritário de Recuperação Econômica da África (PPREA).....	138
4.5.4 Grupo Banco Africano de Desenvolvimento Econômico (Grupo BAD).....	141
4.5.4.1 Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).....	144
4.5.4.2 Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD)	148
4.5.4.3 Fundo Fiduciário de Nigéria.....	149
4.6 COMUNIDADE ECONÔMICA DE DESENVOLVIMENTO DOS ESTADOS DA	
ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO).....	151
4.7 UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO OESTE AFRICANO (UEMOA).....	157
4.7.1 Antecedentes	157
4.7.2 Tratado da Constituição da UEMOA.....	160
4.7.3 Banco Central dos Estados da África Ocidental – BCEAO	163
4.7.4 Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD)	164
4.8 UNIÃO AFRICANA (UA)	165
4.9 NOVA PARCERIA DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA	
ÁFRICA (NEPAD)	171
4.10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
5 COOPERAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL E COORDENAÇÃO DAS	
POLÍTICAS MACROECONÔMICAS.....	176
5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	176
5.2. UEMOA: UMA UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA À <i>LA AFRICANA</i>	177
5.2.1 Gêneses do processo que não seguiu a visão convencional: qual a lógica?	178
5.2.2 UEMOA: perspectivas e evolução dos indicadores da convergência.....	184
5.3 Trocas comerciais na UEMOA: fracasso ou estratégia?	189
5.3.1 Comércio informal: uma realidade cultural nos países da UEMOA.....	193
5.4 A UEMOA NA GLOBALIZAÇÃO: POSIÇÃO DESIGUAL E ENTRAVES AO	
DESENVOLVIMENTO.....	196
5.5 ENTRAVES AO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NA ÁFRICA OCIDENTAL:	
UEMOA	200
5.6 DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO NA UEMOA	202
5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
6 RELAÇÃO ENTRE A INTEGRAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO NA UEMOA ..	206
6.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	206
6.2 SISTEMA FINANCEIRO DA UEMOA	206
6.2.1 EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO DA UEMOA	208
6.2.1.1 Primeira fase. da colonização aos primeiros anos das independências nacionais ..	208
6.2.1.2 Segunda fase. do início das independências até final da década de 1980	209
6.2.1.3 TERCEIRA FASE. INÍCIO DA DÉCADA DE 1990 ATÉ A ATUALIDADE	212
6.3 POLÍTICA MONETÁRIA DA UEMOA: AVANÇOS E RETROCESSOS.....	215
6.4 IMPACTO E CONSEQÜÊNCIA DA CRISE FINANCEIRA NOS PAÍSES DA	
UEMOA	218

6.5 INTEGRAÇÃO REGIONAL VERSUS DESENVOLVIMENTO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DA UEMOA	221
6.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	230
7 CONCLUSÃO.....	232
REFERÊNCIAS	240

1 INTRODUÇÃO

Nas vésperas do bicentenário da partilha da África pelas potências europeias, Uzoigne (2010) afirma que os historiadores até agora não têm a dimensão real das consequências desastrosas que a ocupação colonial provocou e continua provocando nos países africanos. A África não foi apenas assaltada em sua soberania e independência, mas, também, nos seus valores culturais e, sobretudo, nas suas riquezas. Desde então, seus países enfrentam malformações estruturais e situações dramáticas de pobreza e miséria, produto de séculos de exploração e repartição agressiva de seus territórios a beneplácito da acirrada competência imperialista e da colonização posterior. Por tal razão, para Amim (1999) a colonização asfixiou o desenvolvimento africano, criando um bloqueio estrutural cujos reflexos são os constantes endividamentos de índole interna e externa.

Convém ressaltar que qualquer trabalho que tenha que ver com a África ou alguma de suas regiões, focado desde qualquer ângulo, não consegue fugir à dimensão sociopolítica e de relações internacionais, devido ao caráter especial que esse continente atravessou e ainda atravessa ao longo da sua história, e que em maior medida foram os principais motivos para sua atual posição no desenvolvimento econômico (BADI, 2002). Inspira-nos, assim, a responsabilidade como africanos, de fortalecer as idéias estratégicas indispensáveis a uma integração cooperativa, harmônica e solidária entre os países.

Esta tese que se enquadra na temática da globalização e integração dos países periféricos sobre as teorias do desenvolvimento econômico constitui-se de uma combinação de investigação teórica acerca da integração, no sentido amplo, e da união econômica e monetária em particular, de forma a avaliar seu impacto no processo de desenvolvimento regional, caracterizando seus principais efeitos sobre os indicadores sociopolíticos e macroeconômicos. Trata-se não somente da única região em desenvolvimento com uma moeda única, mas, também, de ostentar o privilégio de ser a primeira região do mundo a implantar uma união econômica e monetária, sem seguir as diretrizes convencionais. Em síntese, este trabalho busca compreender esta integração *à la africana*.

Durante o congresso pan-africano realizado em Manchester, em 1945, com participação majoritária de líderes africanos (Kwamen N'krumah, Kenneth Kaunda, Jomo Kenyatta, Peter Abrahams, Hailé Sellasié, Julius Nyerere, Namdi Azikiwe), cujos focos eram

a descolonização e luta contra o imperialismo, também se acordou a criação de uma organização supranacional que zelasse pelos interesses africanos. Essas metas pan-africanistas em seguida se concretizaram. Por um lado, os países africanos começaram a conseguir suas independências nacionais, Gana (o primeiro Estado subsaariano) e Guiné- Conacri em 1957 e 1958, respectivamente, e logo, em 1960, grande parte dos outros países. Ademais, no dia 25 de Maio de 1963, em Adis Abeba, foi criada a Organização da Unidade Africana (OUA).

Uma vez criada a OUA e perante a adversa situação africana naquela quadra histórica, seus dirigentes buscavam diretrizes para superar os efeitos negativos herdados da etapa colonial e impulsionar o desenvolvimento. Neste contexto, a integração regional se apresentava como uma das opções mais viáveis. Uma das primeiras estratégias feitas pela OUA com vista a impulsionar a integração e o desenvolvimento continental, tendo em conta a proximidade geográfica e os laços culturais, foi à divisão da África em cinco zonas: África Austral, África Central, África Oriental, África do Norte e África Ocidental. Precisamente, esta última é a zona que alberga os países de interesse para este trabalho.

A região ocidental africana é conformada por Benin, Burkina Faso, Cabo-Verde, Costa de Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. São países de pequena dimensão com a exceção do Níger, Mali e Nigéria, cuja escassez de recursos e tamanho restringido de mercados internos constroem a busca de desenvolvimento de forma isolada o que, portanto, amplia o apelo de políticas de integração.

A África Ocidental foi pioneira dos ideais integracionistas em toda a África, e ao longo da sua história sempre apresentou iniciativas ambiciosas de cooperação para o desenvolvimento. Por exemplo, depois da independência de Gana e de Guiné Conacri, iniciaram-se rapidamente as primeiras manifestações integracionistas entre os dois países, mediante a união Gana-Guiné. Mesmo que esse intento não tenha dado certo, permitiu o começo de uma cadeia de iniciativas de integração e cooperação nesta zona, que entre *ziguezagues*, algumas foram sendo criadas e outras dissolvidas.

Entre as comunidades regionais mais relevantes formadas nessa etapa estavam a União Aduaneira da África Ocidental (UDAO, siglas em francês), criada em 1959 e dissolvida em 1962, a União Monetária da África Ocidental (UMAO) e a Comunidade Económica da África Ocidental (CEAO), ambas criadas em 1973. Depois de intensos debates e negociações complexas, finalmente, em 1975, já com a maturidade dos dirigentes, foi criada a

Comunidade Econômica do Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o bloco regional que sustenta todos os países da África Ocidental (exceto Mauritânia) desde essa data até a atualidade.

Estas primeiras iniciativas de cooperação regional pouco avançaram, sobretudo porque não continham estratégias bem definidas, tampouco existia um ambiente ideal para formas mais profundas da integração regional. A partir de 1990, o panorama mudou completamente porque no seio do sentimentalismo africano, começou a se verificar um maior comprometimento e consciência da importância que representa a integração para o desenvolvimento regional.

A partir deste fato, as duas últimas formações criadas foram mais ambiciosas e coerentes com a realidade local e, sobretudo, com a posição de seus países na atual globalização. A primeira delas é a UEMOA, criada em 10 de janeiro de 1994, com um Banco Central e uma moeda única, o Franco CFA, está conformada por Benin, Burkina Faso, Costa de Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo. Este bloco é o foco principal do trabalho. Igualmente, a *West African Monetary Zone* (WAMZ) conformada por Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Nigéria e Serra Leoa, criada em 2002, é também uma união monetária, com um Banco Central e uma moeda única. Mas, ainda não começou seu funcionamento.

O nascimento da UEMOA não se deu de um dia para outro. Sua origem teve uma evolução lógica, mesmo não seguindo os parâmetros convencionais, ou seja, a UEMOA é uma *união econômica e monetária à la africana*. Os países que atualmente compõe o bloco, no passado faziam parte da África Ocidental Francesa (AOF) e, posteriormente, das Colônias Francesas da África (CFA) ou da Zona Franco (a exceção da Guiné-Bissau) e, desde essa época, sempre tiveram a mesma moeda. A partir de 1952, já contavam com um Banco Central único.

Cabe considerar, desse modo, que antes de constituir uma união economia e monetária, o bloco passou primeiro pela etapa de zona de preferência tarifária na época da Zona Franco, e logo em 1973, pela união monetária, aproveitando a experiência de moeda em conjunta. A Guiné-Bissau foi o único país do bloco que teve que cumprir critérios para aderir União, porque não pertencia nem a AOF, nem a CFA.

Do ponto de vista histórico, a idéia de integração regional africana em geral, e da parte ocidental, em particular, é uma questão muito idealizada. Suas raízes se originam desde a

década de 1890, através dos primeiros pan-africanistas descendentes de escravos africanos na diáspora com destaque para Edward Blyden, Marcus Garvey e William Du Bois. Estes, vendo constantemente que seus familiares e amigos eram discriminados e negados todos os direitos que um ser humano merece, começaram a idealizar a união total dos povos negros do mundo. Blyden, inclusive, foi precursor do *Back to Africa*, movimento que advogava o retorno dos negros à África, na tentativa de evitar todos esses constrangimentos (KAMABAYA, 2003).

Na região em análise, a principal figura do pan-africanismo foi o ganês Kwame Nkrumah que no seu livro “África deve unir-se” vinha apregoando a integração como única forma da África se libertar da colonização e se desenvolver, contrapondo a idéia de que o pan-africanismo deveria se restringir ao retorno dos negros ao continente africano (NKRUMAH, 1987). A ideologia pan-africanista tem retornado com força no período recente, na medida em que a região tem ficado á margem dos fluxos mais dinâmicos de comércio e investimento ao longo das décadas da globalização, conforme sugerem as estatísticas destacadas ao longo deste estudo.

É neste sentido, que a integração se apresenta para a região como uma alternativa à sua posição marginal no processo da globalização. Porém, é preciso ter cuidado e observar que a busca da cooperação e integração *per se* não se constitui, automaticamente, em substituto perfeito para as políticas domésticas de desenvolvimento.

Vale dizer, a despeito de sua importância, a integração pode não ser a solução para o enfrentamento de várias questões associadas ao desenvolvimento econômico e equacionamento de vulnerabilidades sociais e institucionais que são objetos de algumas Políticas Nacionais de Desenvolvimento e Administração, como as observadas em alguns países desta região. Tal postura prudente se refere ao fato de que o ambiente político e econômico da região tem de sustentar o processo de integração para que qualquer desenvolvimento possa ser alcançado.

Inseridos nos distintos contextos econômico, ideológicos e políticos, os objetivos da integração regional modificam-se ao longo do tempo. No início da década de 1960, entendia-se que a integração deveria ser a força motriz para a emancipação do povo africano da luta contra a ocupação estrangeira. Uma vez alcançadas as respectivas independências, esses objetivos se direcionaram para o apoio dos projetos desenvolvimentistas e a superação dos obstáculos estruturais ao processo de industrialização advindos da etapa colonial e reestruturar as economias nacionais.

Em relação às vulnerabilidades das economias africanas e seus frágeis poderes de negociação nos fóruns internacionais, Ocampo (2006) nos lembra de que independentemente de organismos que se criam no mundo, é pouco provável que se preste maior atenção às opiniões dos países pequenos, e que os serviços prestados pelas instituições financeiras internacionais não são canalizados da forma eficiente para estes países, restringindo suas possibilidades de adotar políticas econômicas viáveis. Portanto, somente com a união de suas forças, expressas como bloco, permitiram que suas vozes sejam escutadas.

Diferentes organismos internacionais (Nações Unidas, Fundo das Nações Unidas para a Alimentação- FAO e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD) vêm chamando a atenção para a necessidade de atenuar os graves problemas estruturais dessa região. Essas questões constituem a problemática que será analisada nesta tese na tentativa de observar o desenrolar do processo de integração e sua relação ao desenvolvimento. A tese parte da seguinte hipótese: *a integração regional na atualidade é a alternativa mais viável para garantir a sustentabilidade do processo de desenvolvimento na região.*

O estabelecimento de uma união econômica e monetária numa região sem um desenvolvimento prévio, mesmo não seguindo os moldes convencionais, constitui por si, grande incentivo para um estudo e análise mais profunda; e mais ainda, se o doutorando é natural da região em estudo.

O objetivo da tese é analisar a dinâmica regional da integração da UEMOA, que surgiu contrária à visão convencional das teorias monetárias, como estratégia do desenvolvimento em parceria com a CEDEAO e, em seguida, vincular seus resultados ao desenvolvimento econômico dos países da região. Em outras palavras, as perguntas do trabalho giram em torno de duas questões. A primeira, de caráter mais genérico: como foi articulado esse processo da união econômica e monetária numa região sem as condições prévias supostas nas teorias convencionais? E, de modo mais específico: a integração da UEMOA está levando os países da região ao desenvolvimento econômico?

Também, vale referir, desde logo, que este estudo parte da existência concreta de uma moeda única em uma região periférica, distanciando-se daquelas análises que antecederam à criação do euro ou que especulam sobre a viabilidade da introdução de uma moeda comum no Leste Asiático ou no MERCOSUL. Esta linha de abordagem teórica e empírica analisa os pré-requisitos de uma eventual integração monetária, particularmente os aspectos associados à convergência macroeconômica, bem como seus custos e benefícios e seu embasamento

institucional. A realidade é que já existe uma integração econômica e monetária, com uma moeda única e um Banco Central, a funcionar desde 1994. Espera-se, na medida do possível, contribuir para um melhor entendimento desta união econômica e monetária, e ver se, na verdade, a mesma está conduzindo de maneira satisfatória ou não ao desenvolvimento de seus países.

Alguns entraves marcaram o desenvolvimento da pesquisa. Entre as primeiras inquietações, ainda que em termos gerais, oriundas tanto do exame da literatura quanto das observações da realidade econômica, estão relacionadas a encontrar trabalhos correlatos com vista a ter uma base comparativa. Em segundo lugar, mencionar que, durante o deslocamento do doutorando a Guiné-Bissau e Senegal, as autoridades locais não tiveram uma boa colaboração no momento da requisição de consultas sobre algumas fontes primárias, prejudicando de certa forma, o enriquecimento da pesquisa.

Parte-se aqui de um posicionamento assumidamente crítico em relação à literatura ocidental, que na maior parte das vezes catalogam as integrações africanas de fracassadas, sem uma análise exaustiva de todos os males causadores das problemáticas desta região. Justamente por esse fato, foi dada prioridade à literatura africana, não por rechaço ou demérito da produção ocidental sobre o tema, mas pelo entendimento de que, neste aspecto específico, a opinião dos autores africanos daria uma visão mais ampla e realista sobre o tema.

A tese está estruturada a partir desta introdução, com cinco capítulos de desenvolvimento e uma conclusão geral. O segundo capítulo trata sobre a discussão da integração regional. Na sua primeira parte, começa por definir o conceito da integração, assim como sua origem, causas e objetivos. Na sequência, são apresentadas as diversas tipologias e dimensões da integração. Por último, foram sintetizadas algumas vantagens da integração regional para os países, assim como a visão dos autores ortodoxos e heterodoxos sobre a complexa problemática da integração.

No terceiro capítulo, o itinerário é semelhante, tendo como objetivos as questões relacionadas com as teorias da integração regional. A primeira sessão traz à luz as teorias econômicas sobre a integração regional definindo as zonas de preferências tarifárias, zonas de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e monetária e união política. A seguir foram definidas as distintas divisões da integração política, assim como a questão das Áreas Monetárias Ótimas (AMO), fundamental no desenvolvimento desta tese.

O quarto capítulo relaciona-se com a economia política da África Ocidental. O mesmo ressalta como essa região foi repartida pelas potências imperialistas sem respeitar suas culturas através da Conferência de Berlim. Destacou-se também, a resistência que os africanos ofereceram, mas, que se ofuscaram perante o maior arsenal das potências européias. Na seqüência, analisou-se o processo da integração local, que iniciou desde a época do pan-africanismo, passando pela constituição da OUA e suas ramificações. A seguir, analisa-se o processo da integração da África Ocidental e a descrição dos distintos blocos econômicos da região e outros atores importantes. Por fim, trata-se da história propriamente dita dos países que fazem parte da UEMOA, na tentativa do melhor entendimento do seu processo de integração econômica e monetária.

No quinto capítulo, são relacionadas às cooperações política-institucionais. Na primeira parte, se tenta explicar o porquê da união econômica e monetária desta região africana ter ocorrido fora dos moldes convencionalmente tratados na academia, ou seja, a união econômica e monetária *à la africana*. São enfatizados os seus fundamentos e dinâmica evolutiva. Finalmente, aborda-se a questão das trocas comerciais (formais e informais) entre os países da região, assim como os desafios que seus países devem assumir para reverter a difícil situação pela qual enfrentam suas populações.

O sexto capítulo traz o relacionamento entre a integração regional e o desenvolvimento econômico. A primeira sessão parte com a explicação do sistema financeiro da UEMOA, que apresenta três fases fundamentais. Na seqüência, é explicada a política monetária praticada no seio da União e a forma que foi articulada, seus avanços e retrocessos. A seguir, é exposto o impacto que a crise financeira internacional causou nas economias da região e as repercussões que pode trazer para seu futuro. Depois, foi tratada a questão de financiamento para o desenvolvimento e as ferramentas usadas pelas instituições locais na intermediação financeira e facilidade de créditos. A tese se completa com a conclusão geral, que resgata seus argumentos e destaca seus resultados principais.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

2.1 Considerações Iniciais

A unidade, a cooperação e a integração foram durante todo o tempo o sonho de diversos nacionalistas africanos no passado, entre eles, Kwame Nkrumah, que já vinha preconizando a idéia da integração. Para Nkrumah, a melhor alternativa para o desenvolvimento continental seria uma África unida para todos os africanos (NKRUMAH, 1977). Apesar desta questão estar nos ideais desde o início do pan-africanismo¹, seu processo e importância foi reconhecido só a partir da década de 1990, como estratégias de promoção do desenvolvimento, sustentabilidade socioeconômica e estabilidade política. Atualmente, seus governos estão dando maior credibilidade e atenção aos acordos regionais.

As degradantes condições de vida de uma ampla parcela da população, o forte aumento da desigualdade e pobreza são algumas das questões pelas quais a comunidade local coordena esforços para sua erradicação. Estes fatores, unidos a outros não menos importantes, como a posição da região no comércio internacional, fazem com que se busquem outros mecanismos para continuar melhorando a situação socioeconômica da região (UNECA, 2004).

Ao aumentar a interdependência das economias nacionais num mundo globalizado, o desenvolvimento nacional dos países depende cada vez mais das circunstâncias externas e da coerência estrutural dos sistemas monetários e financeiros internacionais (UNCTAD, 2007). Assim, o ambiente econômico internacional foi-se caracterizando pela formação de blocos de países como estratégia de promoção do desenvolvimento, sustentabilidade socioeconômica e estabilidade política. Neste contexto, a África aparece como uma das regiões prioritárias, porque apesar do vigoroso crescimento dos últimos anos, continua em grande parte marginalizada, numa perspectiva mundial (BANCO MUNDIAL, 2007).

¹ Movimento ideológico que surgiu com o despertar dos descendentes de escravos africanos na diáspora, apresentado com maior profundidade mais adiante nesta tese.

Tratando-se da África Ocidental, a integração dos seus pequenos países geograficamente próximos, com vista a usufruir as vantagens decorrentes desse processo, resulta, em última instância, a solução potencial de diversos problemas da região. Ademais, a fundamentação teórica da integração encontra sua base angular na promoção do desenvolvimento e na elevação da competitividade internacional (OCAMPO, 2006). Para esta região, a integração representa um impulso para que os países ali localizados se posicionem melhor na economia mundial, fortalecendo o poder de negociação e, ao mesmo tempo, criando mecanismos de proteção das conseqüências negativas da globalização.

Na atualidade, o maior reflexo do impacto na integração se encontra nos avanços econômicos e logros que vêm alcançando a União Europeia. Entretanto, a análise dos distintos processos de integração não deve apresentar as mesmas características nem semelhanças à integração europeia, já que cada região apresenta suas próprias características e objetivos.

A integração regional que faz parte da teoria das organizações internacionais é um tema bastante amplo para ser discutido cabalmente neste capítulo. Assim sendo, o objetivo deste capítulo é o estudo teórico do fenômeno da integração como base para a compreensão da realidade e da história do processo de integração na África Ocidental.

Independentemente desta consideração inicial, o capítulo se compõe de outras oito sessões. A segunda traz a definição da integração regional que ainda não encontrou um consenso generalizado. Na terceira sessão são expostas a origem, causas e objetivos da integração. A quarta traz um resumo das dimensões integração. Na quinta parte, aparecem as tipologias integracionistas, fundamentais para seu entendimento. A sexta sessão procura diferenciar a integração com os conceitos afins e próximos a ela. A sétima sessão apresenta as vantagens e desvantagens que a integração pode representar para os países. Na seqüência, a oitava sessão sintetiza o debate entre as visões ortodoxas e heterodoxas em relação à integração regional. Seguem as considerações finais deste capítulo.

2.2 Diversidade Conceitual da Integração Regional

Segundo Fernandes (2007), desde as primeiras civilizações a integração via comércio tem servido de instrumento para a aproximação dos povos. Sua essência é tão antiga como o próprio mundo e se encontra nas distintas etapas da vida humana: desde famílias passando por países, regiões até a comunidade internacional. Por outro lado, varia em dependência de autores e ideologias.

Com a internacionalização das economias através da multiplicação dos blocos econômicos regionais, os Estados nacionais foram compelidos a buscar novas formas de integração, com o objetivo de fortalecer a economia nacional, de garantir a atratividade dos investimentos estrangeiros e de ampliar a participação na economia global. Quando se fala da integração, o raciocínio lógico nos leva a intuir uma junção das partes anteriormente separadas para formar uma comunidade de interesses, sentimentos e atitudes comuns implicando uma interdependência e uma rede de relações entre seus membros (GARCIA, 2007; PERROUX, 1967).

A integração regional é muitas das vezes apresentada como um processo unidirecional, que avança em fases sucessivas desde a criação de uma área de livre comércio até as formas mais profundas (TORRENT, 2006). Segundo o mesmo autor, este enfoque, derivado do trabalho seminal de Belassa (1961) não corresponde à realidade, sobretudo observando-o desde o ponto de vista estritamente empírico. Para ele, a realidade demonstra que a integração regional arranca de formas diferentes e segue caminhos distintos, e que ao longo do tempo também podem avançar em direções totalmente diferentes, muito embora todos esses caminhos compartilhem alguns elementos comuns ².

² Para Torrent (2006), a tese defendida por Belassa (1961) de que existem cinco fases sucessivas da integração: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união monetária e união política, não é verdadeira, podendo ser constatado nos casos do NAFTA e MERCOSUL. O primeiro inclui aspectos muito importantes do mercado comum em matéria que vai mais além do comércio de bens (serviços, investimentos), e em qualquer caso muito mais amplos e importantes do que inclui o MERCOSUL, sem ter nem sequer planejado o passo precedente, da união aduaneira. Também o MERCOSUL tem rosado muitos temas próprios da união política sem ter avançado muito em matéria de mercado comum. Nem mesmo o modelo padrão da União Européia seguiu a sucessão das fases, porque muitos aspectos relativos a mercado comum foram registrados desde o momento da constituição e não no momento posterior. Outro exemplo exorbitante é o caso do ASEAN que demonstra que o processo pode ser perfeitamente invertido, começando primeiramente com a parte política para logo terminar com o comercio dos bens.

De fato, o termo integração regional articulado em seu variado campo, recebeu múltiplas definições, podendo ser influenciadas por dimensões econômicas, jurídicas, políticas, históricas, sociais e culturais. Desde a perspectiva econômica, “integrar” significa configurar um espaço econômico mais amplo que os Estados nacionais, cujo objetivo é a eliminação de barreiras comerciais entre os países-membros. Por isso, Myrdal (1967) define a integração como o elo condutor de um grupo de países dentro de um determinado espaço geográfico, motivados por interesses comuns com vista a superar a fase do desenvolvimento econômico onde se encontram.

No nível jurídico-institucional, Mariano e Mariano (2002) comentam que a integração representa ceder as competências dos Estados-membros a uma instituição regional comum, que se caracteriza por dispor de poderes superiores aos Estados individuais, sendo que esta instituição está formada por cada um dos representantes governamentais dos países-membros e suas decisões têm autoridade direta e imediata sobre as ordens jurídicas nacionais.

Desde o ponto de vista político, Haas (1958) classifica a integração como um processo liderado pelas elites, líderes de grupos políticos ou tomadores de decisões, onde vigoram as trocas de centros de lealdades, expectativas e atividades políticas para um novo espaço, cujas instituições possuem ou exigem jurisdição sobre os Estados nacionais pré-existentes. Anos mais tarde, o mesmo autor reafirmaria o conceito da integração como o processo pela qual os atores políticos, em diferentes cenários nacionais, são persuadidos a transferir suas lealdades, expectativas e atitudes políticas para um novo e mais largo centro (HAAS, 1961).

Ainda nesta linha de raciocínio, De La Vega (2007) define a integração regional como o processo de união de dois ou mais Estados, desenvolvendo certa solidariedade e interdependência entre si, com o objetivo de atingir as metas previamente estabelecidas num marco institucional comunitário, ou seja, supõe a criação de um novo ator, expressão da vontade comum acima das vontades nacionais.

Desde a ótica da segurança comunitária, a integração representa a junção das forças individuais numa coletiva, que permitiria a união dessas forças para combater um inimigo comum. Assim, um mundo integrado mediante uma comunidade segura não teria guerra, e as disputas se resolveriam por outras vias, conformando uma zona de paz e bem estar para todos (DEUTSCH, 1993).

Outros autores como Bichara, Cunha e Lélis (2008), definiram a integração regional como um processo efetivo de integração econômica entre um conjunto de países, podendo produzir-se de forma espontânea ou através de atuações políticas concretas; traduzido na realização de diversos acordos como área de livre comércio, união aduaneira ou mercado comum etc. Para os mesmos autores, só existe uma integração econômica completa quando existe mobilidade de bens, serviços e fatores de produção e quando os mercados financeiros estão unificados.

Na verdade, independentemente das teorias, ideologias ou dimensões usadas, existe um denominador comum de todos os conceitos da integração em que ela pode ser definida como uma combinação das partes para formar um todo. Entretanto, ainda continua persistindo uma considerável pluralidade no uso da terminologia integração, já que não existe um único ponto de partida analítico para o estudo deste fenômeno.

2.3 Origens, causas e objetivos da integração regional

Os indícios do surgimento da integração regional começaram a se manifestar quando iniciou o enfraquecimento do Estado-nação para resolver ou administrar os problemas que vinham enfrentando. Esta impossibilidade de resolver determinados problemas de forma isolada provocou um forte estímulo aos países se juntarem para resolver seus problemas de forma conjunta (GARCIA, 2007).

Conseqüentemente, esta situação de perda parcial da soberania³ dos países provoca um dilema entre seus tomadores de decisão, tendo em conta que enfrentam um *trade off* entre reafirmar a soberania nacional por meio de decisões unilaterais ou aderir às instituições multilaterais (MARIANO; MARIANO, 2002). A partir desta realidade, começaram a aparecer alternativas de políticas nacionais ou regionais que procurassem reduzir os efeitos negativos da globalização, sobretudo nos países em desenvolvimento.

Na tentativa de apontar um período específico, a maior parte da literatura relaciona o surgimento da integração regional com a criação da Comunidade Europeia na década de

³ A soberania- princípio pelo qual o Estado tem autoridade suprema sobre todas as questões atinentes a seu domínio territorial- é a pedra angular do atual sistema inter-estatal.

1950⁴ e, esta por sua vez, provocou manifestações similares em quase todos os continentes. Mas, na África, os indícios do surgimento da integração são anteriores ao caso europeu, e datam desde a década de 1890, no início do panafricanismo (CAMABAYA, 2003; NKRUMAH, 1987).

Existem várias respostas para a explicação dos fenômenos integracionistas e seus objetivos ou causas variam ao longo do tempo⁵ em dependência da geopolítica regional e níveis de desenvolvimento dos países, podendo ser econômicas, políticas ou de segurança e defesa. Gilpin (2001) argumenta que as principais abordagens que os economistas se basearam para explicar a integração regional surgiram no novo institucionalismo e na nova economia política⁶. Apesar do contexto e das circunstâncias, em todas elas existe um fator comum: a cooperação. Segundo aquele mesmo autor, a abordagem do novo institucionalismo assume que as instituições internacionais (incluindo as regionais) são estabelecidas para vencer falhas no mercado, resolver problemas de coordenação e/ou eliminar obstáculos à cooperação econômica.

Desvendar as motivações para a integração de um grupo de países não resulta ser uma tarefa fácil, até porque os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento têm diferentes motivos para se integrarem num bloco, existindo em ambos os casos uma dialética de interesses. Para algumas regiões em desenvolvimento, a expansão dos blocos econômicos é um reflexo das pressões provocadas pelas assimetrias do poder no plano internacional, aumentando os riscos econômicos e políticos dos países que permanecem fora dessa estrutura de blocos e solapando a possibilidade do país que opta por permanecer independente (OCAMPO, 2006).

⁴ Nomeadamente com a criação da Comunidade Econômica Européia e da Comunidade Européia de Energia Atômica, em 1957, ambos resultantes em certa medida da Comunidade Européia de Carvão e Aço, constituído em 1951 e cujo tratado entrou em vigor em 1952.

⁵ No caso mais chamativo que é a União Européia, nos primórdios desta integração os motivos mais importantes se relacionavam com a questão de evitar guerras entre os países. Com o passar dos tempos, as razões foram se ampliando na medida em que se estendia a questões econômicas e políticas, sobretudo quando se sentiam ameaçados pela União Soviética. Entretanto, com o fim da Guerra Fria esse temor foi perdendo espaço para uma nova forma de ameaça: a competição econômica dentro de um mundo globalizado. Na África, por exemplo, os primeiros motivos integracionistas estavam relacionados com as lutas de libertação nacional, mas depois de conseguir esse objetivo, as atenções integracionistas viraram para o fortalecimento da cooperação e desenvolvimento econômico.

⁶ Ênfase nas ações políticas dos grupos de interesses e nas consequências distributivas do regionalismo econômico como acordos de livre comércio e uniões alfandegárias que para o autor têm consequências distributivas negativas para os não-membros, e esse cria que dentro dos próprios membros existam vencedores e perdedores (GILPIN, 2001).

Belassa (1961) evidenciou a distinção dos objetivos da integração regional entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Para os primeiros, o autor cita três motivos que levam à formação dos blocos regionais, a saber: (i) a integração objetiva, em parte, suprimir a constante intervenção do Estado na atividade econômica; (ii) a integração consiste na criação de uniões aduaneiras com vista a diminuir as flutuações cíclicas transmitidas por meio do comércio internacional e; (iii) a integração leva ao renascimento e ao fortalecimento da economia, tendo em vista os fatores dinâmicos resultante do fenômeno da integração regional econômica. Para os segundos, elenca dois motivos: (i) crescimento econômico e o desejo de emular o exemplo europeu e, (ii) o esforço de compensar a desigualdade no comércio internacional.

Na sua intervenção sobre este assunto, Page (2000) alega que a integração regional não nasceu do nada e está condicionada por uma diversidade de condições e fatores tais como: (i) a geografia, aspecto importante que também inclui a facilidade de comunicação, muito embora esta condição não se dê sempre, nem mesmo entre países vizinhos; (ii) a população, um fator importante, mesmo que a experiência demonstre que a diferença de tamanho entre os Estados-membros não necessariamente cria obstáculo para o êxito da integração; (iii) o tamanho da economia e a renda *per capita* são relevantes, muito embora também a experiência demonstre que existem muitas divergências neste aspecto; (iv) a congruência política que em muitas ocasiões pode ser um fator chave para a consecução dos objetivos; (v) e os aspectos comunitários como origem ou qualquer assunto comum do passado, revertem grande importância no avanço da integração.

As motivações básicas para uma integração regional identificadas por Haas (1964), se relacionam com o desejo de promover a segurança numa dada região, realizando a defesa conjunta contra a ameaça comum; a busca de se promover a cooperação para obter o desenvolvimento econômico e maximizar o bem estar; o interesse da nação mais forte em querer controlar e dirigir as políticas dos seus aliados menores, por meio de persuasão, de coerção ou de ambos; e a vontade comum de constituir a unificação de comunidades nacionais numa entidade mais ampla.

Evidentemente, as implicações econômicas são fundamentais no processo de integração. Neste sentido, Carneiro (2008) argumenta que as causas econômicas a favor da regionalização voltada para o comércio entre os países baseiam-se nas questões relacionadas com a percepção de que o livre-comércio amplia as diferenças tecnológicas entre regiões,

concentrando os frutos do progresso técnico. Igualmente, a regionalização é considerada uma política promotora de industrialização quando viabiliza expansão dos mercados nacionais e do comércio intra-regional por intermédio do acesso de cada país a um mercado maior para suas indústrias e uma maior especialização. Finalmente, se espera que a regionalização compense os desequilíbrios inter-regionais por requerer uma cooperação especial entre os países da região de forma a estabelecer políticas comuns e investimentos em infraestrutura.

Em suma, a integração possibilita o estabelecimento de objetivos comuns entre Estados, considerando tanto as pressões nacionais quanto internacionais sobre eles, e permite a constituição de normas de estruturas no seio de quais acordos podem ser concretizados. Facilita, também, a criação de consenso entre os atores sobre os comportamentos aceitáveis a serem compartilhados por todos ao promover maior intercâmbio de informações, sendo este um elemento essencial na cooperação, pois ajuda na adoção descentralizada de regras e no estabelecimento de padrões de desempenho a serem supervisionadas.

Em relação à África, e em particular a África Ocidental, Fernandes (2007) afirma que seu processo de integração⁷ divide-se em quatro fases: colonial, etapa de luta de libertação nacional, proteção das independências e luta pela liberdade e consolidação do estado e desenvolvimento. Na fase colonial, encontramos povos da África Ocidental partilhando privações de todo tipo e tendo como único fim a alienação das suas forças produtivas ou sustento das metrópoles; do colonialismo forjou-se a africanidade e criou-se uma ligação cultural entre os povos.

As lutas de libertação nacionais foram o verdadeiro campo de forja e germe básico para a comunidade política regional e africanidade. Os movimentos de libertação nacional que surgiram nas trincheiras de combate tinham como única regra avançar para um fim: a independência (KI-ZERBO, 1972; BADI, 2002). Na fase da proteção da independência surgiram muitas discordâncias no seio dos diversos líderes africanos e esse fator teve uma repercussão negativa nos primeiros insucessos integracionistas na região. Porém, é no final da década de 1970 que os processos de integração regional começaram a se manifestar de forma intensa, como componentes essenciais na estratégia de descolonização.

⁷ Adedeji (2000), por sua vez divide a integração africana nas seguintes fases: (i) final de século XIX e início do XX encabeçado pelo movimento pan-africanismo a partir do Congresso de Manchester, em 1945; (ii) na década de 1960, sobretudo com a criação da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África –UNECA; (iii) o período compreendido entre 1973 a 1983; (iv) década de 1980 a 1990 com destaque para o Plano de Ação de Lagos (PAL) e Programa prioritário para a Recuperação Econômica da África (PPREA); (v) criação da União Africana.

Em alguns casos, surgiram por vontade própria dos países, sendo que desde o momento que se proclamaram as independências do jugo colonial, decidiram estabelecer relações econômicas com os países vizinhos buscando a continuidade nas relações preferenciais da época colonial. Em outros casos, a integração regional se apresentava como a alternativa para a superação dos obstáculos vinculados às arbitrárias fronteiras traçadas na colonização; onde alguns países ficaram reduzidos a mercados de pequenas dimensões, outros inclusive ficaram sem uma saída marítima, permitindo dificuldades e aumento de custo de transporte tanto para as importações como para as exportações (KI-ZERBO, 1972; EGOSCOZABAL, 2007).

Conscientes desta limitação para os países da região em análise, a integração significaria a partilha da soberania e a construção de uma unidade supranacional que lhes protegia dos inimigos e levá-los ao desenvolvimento. A verdade é que a integração possibilita o estabelecimento de objetivos comuns entre Estados, considerando tanto as pressões nacionais quanto internacionais sobre eles, e permite a constituição de normas de estruturas no seio de quais acordos podem ser concretizados. Facilita, também, a criação de consenso entre os atores sobre os comportamentos aceitáveis a serem compartilhados por todos ao promover maior intercâmbio de informações, sendo este um elemento essencial na cooperação, pois ajuda na adoção descentralizada de regras e no estabelecimento de padrões de desempenho a serem supervisionados.

2.4 Dimensões da Integração Regional

A integração regional, impulsionada pelos Estados nacionais e desenvolvida num espaço geopolítico e geoeconômico multidimensional apresenta uma dialética entre seus atores principais, ou seja, seus interesses às vezes são contraditórios. Sua opção constitui riscos para os Estados porque não representa somente a cessão da parte de soberania nacional, mas, também, abrir portas à competição. À medida que evolue, a integração gera impactos que vão além dos espaços territoriais pertencentes aos participantes no bloco, influenciando o conjunto de sociedades.

A integração é influenciada pelas dimensões econômicas, jurídicas, políticas e culturais (LOZA-VAZQUEZ, 2006; GARCIA, 2007); ou por dimensão externa, conteúdo,

fortaleza e dinamismo (TORRENT, 2006), assim como a dimensão regional ou internacional (CARNEIRO, 2008). Igualmente, as dimensões sócio-ambientais também merecem uma atenção, tendo em conta que a própria integração é uma instituição regional formada nas relações produtivas surgidas entre os atores envolventes que se relacionam social e politicamente para conseguir resultados da dinâmica econômica.

A dimensão econômica da integração nos conduz a lembrar de que a integração é um processo socioeconômico capaz de destruir as barreiras sociais e econômicas existentes entre os participantes na atividade econômica. Para a África Ocidental, a integração representa uma política econômica que os governos usam como via para escapar do subdesenvolvimento.

A integração na sua dimensão política e jurídica tem sido frequentemente estudada, sobretudo nos países africanos através dos fóruns e reuniões (BADI, 1992, 2002; KI-ZERBO, 1972, 2010; AMIM, 1999). Segundo os mesmos autores, em alguns casos, representa um simples recurso teórico e até demagógico dos governos, fator que provocou no passado muitas discórdias entre os dirigentes africanos e divisões dentro da própria ideológica africanista.

O aspecto jurídico também é crucial para o bom funcionamento da integração e, um alto grau de credibilidade devido ao respeito pela *rule of law* e da percepção de interesse político e econômico, fortalece a integração e não necessariamente a existência de um mecanismo regional de execução obrigatória. Na verdade, resulta difícil medir o grau de compromisso político dos Estados membros face ao processo de integração regional. Porém, sua existência é absolutamente necessária para fortalecer a integração (TORRENT, 2006).

Na verdade, a dimensão social e ambiental da integração é estudada a partir do processo da globalização das economias, um processo complexo que gerou a instauração de uma nova ordem global onde os países, quando isolados, ficam muito enfraquecidos, especialmente os da África. Assim, a integração se apresentava como uma das vias estratégicas para melhorar sua inserção no mundo globalizado (OCAMPO, 2006). Dito de outra maneira, as iniciativas da regionalização surgiram como resposta à globalização, onde os países procuram diminuir suas diferenças culturais, sociais etc., para lograr a necessária unidade que lhes permita ingressar na globalização e usufruir os benefícios de forma conjunta.

A condição social do fenómeno integrador se inicia quando decisões, segundo critérios supranacionais aplicam-se nos espaços nacionais dos países-membros dos blocos, provocando efeitos colaterais sociais e culturais. A tendência é a participação da sociedade civil e dos

grupos sociais dos países-membros junto com suas culturas e idiossincrasias, muito embora os resultados acabam sendo positivos para alguns atores, e negativos para os que não têm a capacidade de afrontar as mudanças de sistema (LOZA-VAZQUEZ, 2006).

Para esta mesma autora, o fato social da integração é produto da sociabilidade entre seus atores onde seus componentes podem explicar que a integração: é um relacionamento organizado, produto do planejamento racional dos atores segundo as necessidades e os fins que perseguem; é um relacionamento instrumental porque desenvolve estratégias concretas, dirigidas segundo o processo de trabalho na rede social capitalista na sua tendência histórica a transnacionalização e regionalização; é um relacionamento antes conflitivo que solidário, devido a luta pelos interesses econômicos e políticos, manifestado tanto no interior dos Estados como no exterior. A integração mostra um relacionamento supranacional porque se estabelece entre atores que transcendem sua atividade além dos Estados nacionais.

Outra forma de classificar as dimensões da integração foi a oferecida por Torrent (2006). Para ele, as dimensões da integração são: externa, conteúdo, fortaleza e dinamismo. A análise da dimensão externa se refere ao número de materiais tratados no plano regional em relação aos terceiros países, sendo de muita importância para os acordos Sul-Sul cujo principal objetivo é aumentar o poder de negociação internacional dos seus membros - melhorar sua condição de inserção no sistema mundial⁸.

A dimensão conteúdo⁹ apresenta dois aspectos fundamentais, a saber: a amplitude de âmbito e profundidade. A amplitude de qualquer acordo internacional pode ser facilmente definida pelos distintos instrumentos regionais em termos numéricos e o alcance das áreas que abarca¹⁰. A profundidade se refere ao grau que tais áreas estão sujeitas às atividades públicas

⁸ Geralmente a existência ou não da dimensão externa, permeia todo o enfoque da integração, ou seja, quando não existe dimensão externa o processo tende a se orientar para imposição de restrições na definição e execução de políticas. Ao contrário, quando existe dimensão externa, a orientação gira para elaboração de políticas comuns, como reação a demanda de terceiros países (TORRENT, 2006).

⁹ A aplicação deste critério requer uma análise minuciosa das disposições legais pertinentes com o fim de determinar o real significado em termos de regulação, sobretudo porque a linguagem ambiciosa pode ocultar uma falta de efeito regulador real. Aos efeitos analíticos, a distinção entre amplitude e profundidade esta perfeitamente bem fundamentada, mas, também pode ser enganosa. Em efeito, a amplitude e a profundidade não são características que possam ser tomadas independentemente uma da outra, mas sim devem ser consideradas conjuntamente.

¹⁰ No entanto, esta aparente facilidade não existe as regras jurídicas porque sua amplitude deve ser analisada em termos de uma matriz: verticalmente quando nos referimos a setores como agricultura ou serviços financeiros e horizontalmente quando nos referimos aos distintos aspectos da atividade de qualquer empresa - fiscalidade, direito da competência ou padrões trabalhistas.

comuns e no nível normativo, e não resulta fácil determinar. Assim, o melhor critério para determiná-la resulta ser o grau em que os Estados membros continuam sendo livres de regularem temas específicos de formas diferentes e, quando mais conseguem, menor dimensão terá o processo em termos de profundidade.

Na dimensão fortaleza, igual que no caso da amplitude e profundidade, se analisa a força do processo de integração regional conjuntamente mediante a credibilidade e a eficácia do direito da integração e o grau de compromisso no sentido amplo dos Estados membros. Esta dimensão está muito ligada com a dimensão política. Vários são os exemplos que demonstram que o simples compromisso político não é suficiente para fortalecer os processos de integração, se o mesmo não estiver acompanhado pelo menos de certa credibilidade em relação ao direito da integração.

Dinamismo e capacidade de adaptação, ligada às outras três dimensões, dependem dos objetivos perseguidos e do grau da adequação dos instrumentos iniciais. Portanto, a capacidade de adequação está ligada com os mecanismos para criar normas e a velocidade com que estas novas normas possam ser adaptadas ou reformuladas às novas circunstâncias. Em suma, os promotores da integração são os trabalhadores em seu conjunto envolvidos desde operários e camponeses, que criam mercadorias regionais, passando pelos prestadores de serviços comerciais, até burocratas que coordenam as políticas de integração; de outro lado, estão as multinacionais estrangeiras e as instituições financeiras internacionais, junto com os países hegemônicos mundiais que as sustentam, e as elites nacionais.

2.5 Tipologias da integração desde diversos pontos de vista

Na tentativa da melhor compreensão do fenômeno da integração, estudam-se os diferentes tipos e níveis que pode adotar, tomando como base os critérios dos atores, dos objetivos, das relações de poder entre os atores, da natureza jurídica dos atores e dos enfoques. A continuação debruça-se brevemente sobre cada uma destas tipologias.

2.5.1 Tipologia desde o ponto de vista dos atores

Esta tipologia tenta mostrar o tratamento do processo dentro ou fora de um Estado, isto é, entre dois ou mais países de uma determinada região ou da sociedade internacional. Neste sentido existem três tipos de integração: nacional, regional e internacional.

A integração nacional representa o processo da união dentro de um Estado através da criação de sentimentos nacionalistas, sobretudo nos países do terceiro mundo ou nos países desenvolvidos com diversidades lingüísticas e étnicas como Canadá e Bélgica. Esta integração tem como objetivo o fortalecimento da coesão interna de uma comunidade ou entidade política preexistente, isto é, expressa um processo de harmonização interna e de equilíbrio entre as diversas comunidades que compõem uma comunidade nacional (ROBSON, 1985).

Levado às últimas conseqüências, e para um conjunto de países como da África Ocidental, CULPEPER (2006) afirma que as diversidades étnicas e tribais existentes às vezes constituem ameaças permanentes contra a unidade nacional. Esta questão era a grande justificativa da classe governante para a adoção do partido único como instrumento de combate ao tribalismo e de promoção da integração nacional com vista ao desenvolvimento econômico na África (BADIAN, 1967).

Por sua vez, segundo Rosamond (2000), a integração regional resulta da integração de dois ou mais Estados de uma mesma área geográfica com o objetivo de favorecer a coesão e o sentimento da interdependência entre seus membros, procurando criar um mercado comum ou realizar de estratégias de desenvolvimento de forma conjunta. Esta integração pode ser geográfica, político-ideológica, econômica, militar etc., e se expressa segundo as teorias de relações internacionais como blocos regionais, agrupamentos regionais, organizações regionais etc.

Finalmente, a integração internacional, correspondente à tentativa de substituição dos vários blocos independentes a nível global, por novas unidades mais amplas dotadas de poder de decisão em um ou mais domínio determinando, com a intenção de suscitar uma participação de todos no desenvolvimento global. O comércio internacional é o fator importante desta integração internacional e se fundamenta na teoria das vantagens comparativas desenvolvida por David Ricardo no século XIX e reformulada pelos atuais

economistas. Esta teoria considera o comércio internacional como o motor do desenvolvimento produzindo benefícios mútuos entre os sócios com distintos níveis de desenvolvimento (MEDINA, 1979).

2.5.2 Tipologia desde o ponto de vista das abordagens

Na análise dos enfoques dentro de uma região geográfica para realizar a integração, primeiramente se toma o continente no seu conjunto e logo a região como base. De um lado, o continentalismo é um tema interessante e consagrado na literatura internacional, em muitas ocasiões confundido com o regionalismo tal e qual o concebe a filosofia das Nações Unidas¹¹, como uma organização da sociedade internacional sobre a base da integração no nível regional (BADI, 2002).

Originada conforme as disposições da Carta das Nações Unidas, entre as integrações continentais mais relevantes se mencionam a Organização dos Estados Americanos com o objetivo da integração interamericana sob o comando dos Estados Unidos; a União Africana, fruto da descolonização que agrupa a todos os estados africanos independentes; a Liga Árabe, igualmente produto da descolonização que agrupa os Estados árabes do Médio Oriente e de África do Norte e; a União Européia.

O continentalismo do terceiro mundo se fundamenta nas teorias do pan-americanismo, pan-arabismo e pan-africanismo. Ademais, algumas considerações de ordem geográfica criam interações recíprocas como sucede com os países do Norte da África entre o pan-arabismo e o pan-africanismo, que pertencem, ao mesmo tempo, a União Africana e à Liga Árabe.

Na África Ocidental, o continentalismo foi baseado no pan-africanismo de Kwame Nkrumah cuja essência radicava na idéia de uma integração supranacional no nível do continente: os Estados Unidos da África¹². Com a afirmação cada vez mais patente das nacionalidades, esse continentalismo se apresenta nos dias atuais sob a forma de inter-

¹¹ É uma forma descentralização na organização internacional cujo objetivo é concertar as disputas locais.

¹² Para uma leitura mais exaustiva sobre a ideologia de Kwamen N'krumah, ver Badi (1992).

africanismo, cujo ator mais destacado é a União Africana e seu maior objetivo é união total de todos os países subsaarianos (UEMOA, 2009).

O continentalismo africano tinha como foco a unidade continental, uma planificação econômica global no nível continental, a unificação da estratégia militar e de defesa e a adoção de uma política externa e diplomacia comuns (ABWA, 2005). Essas idéias foram ofuscadas, em virtude das desavenças de ordem econômica, cultural e demográfica, as discrepâncias políticas e ideológicas e das manobras divisionárias das potências estrangeiras. Porém, os ideais de N'krumah voltam a figurar nos trabalhos que atualmente vem realizando a União Africana junto com os blocos regionais africanos e sua ideologia volta a estar em voga nos ideais da juventude africana contemporânea.

Por outro lado, o regionalismo segundo Gilpin (2001), corresponde à atitude de um Estado em considerar que o desenvolvimento pode ser conseguido de forma regional, sobretudo se as populações dos países-membros mantêm estreitos vínculos geográficos, econômicos, culturais e lingüísticos. Com base no reconhecimento das particularidades de cada região, aos quais se proporcionam meios políticos, financeiros e administrativos para a gestão dos problemas, os Estados-membros concentrarão suas energias numa entidade central comum, cujo objetivo será colocá-las ao serviço de toda a comunidade¹³.

Inserido no contexto ideológico do panafricanismo, o regionalismo africano se define como uma concepção de integração a partir dos blocos regionais, consideradas como etapas prévias e necessárias para a realização da unidade africana a nível continental. Parte do princípio de soberania e cooperação, com os objetivos econômicos e técnicos específicos, às vezes contra o continentalismo, isto é, da unidade africana concebida desde o cume (KAMABAYA, 2003; NINALOWO, 2003).

A origem deste regionalismo data desde a resolução nº2 da Conferência Pan-africana dos povos da África, realizada em Acra, em dezembro de 1958, relativa às fronteiras e federações africanas. Esta resolução preconiza que os Estados deveriam se agrupar sobre a base da continuidade geográfica, da interdependência econômica e das afinidades lingüísticas

¹³ Em outras palavras, o regionalismo corresponde às numerosas integrações estatais constituídas, tomando como base as afinidades geográficas, econômicas, políticas e às vezes étnicas. Estas agrupações, no caso do terceiro mundo, estão geralmente subordinadas à integração continental, com competências gerais na sua área respectiva.

e culturais. Estas organizações regionais são consideradas como meios para alcançar a unidade africana (NKRUMAH, 1987; FERNANDES, 2007).

Desta forma, a integração regional se converte na condição prévia para a integração continental, isto é, os Estados Unidos da África. Este enfoque regionalista da integração continental construída sobre um eixo piramidal cujo cume é o continente, sendo os espaços sub-regionais os pilares e os Estados nacionais as respectivas bases, foi adotada pela Comissão das Nações Unidas para África a partir de 1961 (ASSANTE, 1991).

Pode-se afirmar, que o fundamento do regionalismo africano é ideológico (baseado no pan-africanismo), econômico (necessidade de estabelecer cooperação ou integração econômica para a luta contra o subdesenvolvimento) e político-jurídico que toma como base as definições da antiga OUA, que alegava como critérios para a criação dos blocos regionais: a contiguidade geográfica, a existência de certas afinidades econômicas, sociais e culturais entre os estados membros, a generalidade de competências em matéria econômica, social e cultural na região ou sub-região (BADI, 1992)

2.5.3 Tipologia deste o ponto de vista de relação de poder entre os atores

Esta tipologia surgiu como causa da globalização da sociedade internacional e sua conseqüente estratificação no nível internacional caracterizada pela coabitação entre grandes e médias potências, assim como de pequenos Estados. Como conseqüência, se observa certa hegemonia de alguns Estados sobre outros que estão mal preparados no confronto internacional e que tratam de se organizar política e economicamente para poder resistir à pressão das grandes e medias potências (MATTHEWS, 2003).

Tendo em conta que estamos na presença de uma sociedade internacional composta por Estados com sistemas econômicos, regimes políticos, civilizações e princípios jurídicos, distintos, ocasionando múltiplas contradições, cujos aspetos mais chamativos são a dialética Norte-Sul, existe a necessidade de se estar preparado ante qualquer conflito que possa aparecer (WADE, 2005). Assim, mesmo que já não exista a antiga bipolaridade que colocava frente a frente à União Soviética e os Estados Unidos da América com suas respectivas alianças estratégicas, estão aparecendo alguns Estados que induzem a reativação dessa problemática.

Portanto, dentro da sociedade internacional, aparecem relações de subordinação e de igualdade que tem conduzido através das respectivas alianças, relações de dependência com certa proliferação (integração vertical) e relações de interdependência entre os protagonistas mais ou menos iguais (integração horizontal).

A integração vertical corresponde à integração entre um bloco formado por Estados heterogêneos com claras disparidades. A mesma permite o estabelecimento de uma relação de desigualdade econômica e política atrelando uma exploração dos mais fortes¹⁴ (Centro/Norte) sobre os mais fracos (Periferia/Sul). Referindo-se a África Ocidental, trata-se da integração que obedece a lógica da divisão vertical de trabalho ou do “palco colonial” entre as metrópoles e suas colônias, relação que no fundo ainda permanece na forma mais flexível do neo-colonialismo (MEDINA, 1979).

A *integração horizontal* por sua parte se refere ao processo de unificação internacional ou regional entre países homogêneos com experiências comuns e que têm mais ou menos o mesmo nível de desenvolvimento econômico e equilíbrio de poderes políticos, permitindo o estabelecimento de uma verdadeira interdependência e complementaridade. Todos os blocos econômicos criados na África entram neste tipo de integração (ROBSON, 1985; UNECA, 2004).

2.5.4 Tipologia desde o ponto de vista da natureza jurídica

Desde o ponto de vista jurídico, as integrações podem ser classificadas em federação, confederação e união dos Estados. A *federação* corresponde a um Estado e goza de personalidade jurídica internacional exercendo um poder soberano sobre os indivíduos. Por sua vez, a *confederação* não é um Estado, mas sim um conjunto de Estados que conservam sua soberania absoluta (DEUTSCH, 1993; ROBSON, 1985). No âmbito internacional, os Estados federais são tratados como Estados complexos que se apóiam na constituição, a diferença da confederação que também é um Estado complexo, porém, sua base jurídica esta situada num tratado internacional vigente.

¹⁴ Em outras palavras, a integração vertical se refere à relação entre dominadores e dominados.

Para Deutsch (1993) a federação difere da confederação em quatro aspectos: (i) um governo federal é relativamente forte em comparação com os seus Estados constituintes, enquanto que as instituições comuns da confederação são mais frágeis que as dos Estados-membros; (ii) o Estado Federal atua diretamente sobre os indivíduos em todas as questões de interesse nacional, enquanto que a confederação trata com eles de maneira indireta; (iii) o direito de sucessão reconhecido aos Estados da confederação, não está permitido na federação; (iv) as leis da federação têm caráter obrigatório e executivo nos Estados federados, enquanto que a confederação exige uma ratificação previa por parte dos governos dos Estados membros. Por isso, é evidente que os aspetos económicos e militares da confederação são muito mais frágeis que da federação.

Indo ao encontro do referido no parágrafo anterior, Badi (1992) afirma que a diferença entre a federação e confederação radica na natureza do ato criador. A federação se fundamenta numa constituição internacional e a confederação em um tratado internacional. Ou seja, à confederação cada Estado conserva sua soberania e se relaciona com os demais Estados da confederação através de um tratado internacional baseado nos princípios da igualdade soberana e da unanimidade.

Para o mesmo autor, ao contrário da federação que supõe a existência de uma autoridade supranacional, já que se sobrepõe aos Estados-membros, a confederação não exige a transferência da soberania dos Estados associados. No entanto, os Estados delegam o exercício de algumas competências como a defesa ou a diplomacia aos órgãos comuns, que se reúnem periodicamente para discutir problemas de interesse comum, cuja competência está atribuída à confederação.

Por sua vez, a União de Estados é um modelo análogo à confederação, já que se trata de associação de estados organizados em torno de problemas comuns. A diferença radica no fato de que os Estados-membros de uma união abandonam uma parcela da sua soberania nas suas relações mútuas, estabelecendo órgãos comuns estatais bastante flexíveis para tratar os assuntos de interesse comum, sobre a base de igualdade. Mas, cada Estado conserva sua personalidade internacional e o direito de sucessão, ou seja, pode se retirar em qualquer momento da união, de igual modo que numa confederação (MEDINA, 1979).

Na verdade, a União de Estados corresponde à união real e supõem ainda a comunidade de chefes de Estados, uns órgãos comuns cuja competência principal revela o terreno dos assuntos exteriores. Ou seja, entre dois Estados-membros de uma união existe

uma solidariedade muito forte, embora, internamente, e exceto no caso de incidências da política externa comum, permaneçam administrações e governos distintos.

2.6 Integração regional e conceitos relacionados

Antes de entrar na diferenciação da integração dos conceitos afins, deve-se reforçar que a atual globalização, devido à suas características e circunstâncias, permite que o novo regionalismo (regionalismo aberto) se diferencie em grande medida do regionalismo da época passada. O termo regionalismo num sentido amplo significa aquelas iniciativas políticas, sociais e econômicas que transcendem o âmbito de um território nacional e que não necessariamente têm que ser protagonizadas pelos Estados ou estar unicamente destinadas a promover a integração regional (DE LA VEGA, 2007).

Na tentativa de distinguir o velho do novo regionalismo, Culpeper (2006) frisa que o velho regionalismo da década de 1950 e 1960, onde os bancos regionais de desenvolvimento são exemplos, se caracterizava por grupos de interesses orientados para dentro, motivados pelo desejo de substituir a ausência de liberalização multilateral e/ou manter distantes da liberação que existia.

Ao contrário, o novo regionalismo está orientado para o exterior e motivado pelo desejo de facilitar a entrada no sistema de investimento do comércio multilateral com maior liberalização mundial. Portanto, o novo regionalismo - compatível com a globalização se caracteriza pela maior abertura e procura de uma integração mais profunda através da qual os países participantes transcendem amplamente as medidas de aplicação nas fronteiras para harmonizar suas políticas econômicas.

Bichara, Cunha e Lélis (2008) comentam que diferentemente do regionalismo dos anos cinquenta e sessenta centrado no comércio internacional como forma de superar os obstáculos intrínsecos ao tamanho dos mercados na estratégia de industrialização por substituição de importação, no regionalismo aberto da atual globalização convivem processos mais complexos que envolvem comércios de mercadorias e serviços, patentes, relações financeiras, marcos regulatório em diferentes áreas, mobilidade da força de trabalho, e que pretendem ampliar não só as relações entre os países de uma determinada região, mas também com outros países e blocos regionais.

Muitas das vezes tem-se a impressão de que o estudo da integração regional é o mesmo que o estudo da cooperação regional, da coordenação regional, do multilateralismo ou da globalização. Por tal motivo, a continuação se esclarece as diferenças conceituais da integração com os outros conceitos muito ligados a ela.

2.6.1 Integração *versus* cooperação

A integração regional muitas das vezes se confunde com a cooperação, em virtude de algumas semelhanças. Porém, a integração regional é mais ampla que a cooperação internacional, podendo resultar em novas unidades ou entidades políticas e refere-se ao processo efetivo da junção entre um grupo de países, que pode-se produzir de forma espontânea ou através de atuações políticas concretas, o que se traduz na realização de diferentes acordos (MARIANO; MARIANO, 2002). Entre os exemplos da integração mais importantes temos a União Européia, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a União Econômica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA), o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, siglas em inglês), o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL).

A cooperação representa pouco mais que um acordo casual de uma questão específica, e uma simples cooperação não implica modificações nas políticas econômicas nacionais, mas simplesmente uma troca de informações e opiniões entre governos. Existe um processo de cooperação regional quando um grupo de países geograficamente próximos estabelece mecanismos políticos com o objetivo de alcançar metas conjuntas que individualmente seria difícil conseguir (BICHARA; CUNHA; LÉLIS, 2008). Para estes autores, o exemplo de ASEAN+3 constituída depois da crise financeira asiática é digno de mencionar, mesmo admitindo que ainda não exista uma evidência suficiente para justificar que a cooperação procura perseguir a integração regional.

Por fim, a cooperação pode ser entendida como uma etapa de transição ou uma pré-condição para a integração ou uma estratégia contextualizada e ser abandonada de acordo com a conveniência; enquanto a integração regional é bem mais complexa por tratar da submissão de parte da soberania a uma entidade supranacional, por tal razão, abandonar a integração pode gerar resistência e altos custos para os governos- desde que o processo tenha

atingido um determinado patamar de interação entre as sociedades envolvidas- especialmente quando sua estrutura institucional ganha autonomia e legitimidade (MARIANO; MARIANO, 2002).

2.6.2 Integração *versus* coordenação

Segundo Sarriera, Cunha e Bichara (2010), a coordenação assume que os governos devem sentar-se a uma mesa para dialogar e decidir políticas comuns para alcançar determinados objetivos. Dito de outra forma, corresponde a uma ação centrada dos países participantes com miras à realização do bem-estar global por meio da exploração comum da interdependência de suas economias, a conciliação dos objetivos de suas políticas econômicas e comerciais e a convergência dos seus interesses nacionais. Já na opinião de De La Vega (2007), a coordenação se refere a uma solidariedade conjuntural com objetivos modestos e geralmente políticos sem transferência de soberania por parte dos participantes e constitui a primeira etapa da criação de um sistema regional de decisões vinculantes.

De acordo com as definições anteriores, pode-se dizer que a coordenação corresponde ao mecanismo através da qual os países modificam suas políticas econômicas numa direção considerada como benéfica para todos, tendo em conta as relações econômicas internacionais, isto é, considera a existência de organismos internacionais de decisão. A coordenação se diferencia da integração porque se baseia no respaldo da vontade e soberania dos Estados-membros, uma vez que se caracteriza pela falta de uma autoridade comunitária. Neste sentido, Cooper (1985) argüi que a coordenação de políticas econômicas é racional e eficiente apenas quando existe um grau de interdependência econômica entre os países envolvidos, ou seja, o grau de influência de uma economia em outra.

Por sua vez, Currie, Lavine e Vidals (1987) afirmam que as coordenações podem apresentar as seguintes características: (i) horizontais, isto é, relações entre Estados iguais e independentes; (ii) verticais, que representam as relações entre Estados desiguais num conjunto estruturado; (iii) políticas, definida como uma forma de planejar ou fixar conjuntamente ao menos um instrumento da política econômica e; (v) econômica, uma extensão da cooperação.

No nível internacional, a coordenação é entendida como um sistema que impõe restrições principalmente relativas à autonomia, pois, o país envolvido deve abdicar do controle unilateral das suas políticas econômicas em favor da decisão tomada por uma série de países, ato similar a de país que integra num bloco regional. Desta forma, a coordenação constitui um mecanismo e princípio inerente ao processo de integração, ou seja, representa uma etapa previa para o processo da integração.

2.6.3 Integração *versus* multilateralismo

Na atualidade, o modo de conceber a integração regional é multilateral, e a OMC desempenha o papel de guarda-chuva e árbitro para a compatibilidade e complementaridade destes processos. A assinatura dos acordos do *Uruguay Round* e a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), são também conseqüências que importa caracterizar e ligar ao aparecimento dos novos dossiês para a discussão e as novas formas do investimento e deslocalização industrial (CARDOSO; CASTRO, 1995).

Evidentemente, como comentaram os mesmo autores, a OMC apresenta um quadro de maior previsibilidade e segurança para o comércio internacional que a organização que a precedeu: a GATT¹⁵. Portanto, com a criação da OMC que tem condições para restringir às praticas desleais, direitos *antidumping* e afastar as ameaças do unilateralismo, as regras multilaterais encontram uma autoridade e supervisão apoiada pelos países que a integram.

Diferentemente da GATT 47, a OMC exige dos signatários o respeito por cada uma das cláusulas de acordo em vigor, situem-se elas no nível do comércio, dos serviços, da propriedade intelectual, ou de outros memorandos subscritos, designadamente os que regulam as disputas entre os seus membros. Assinale-se ainda que ao contrário da GATT 47, os membros da OMC não são representados somente pelos Estados e territórios aduaneiros, mas também são considerados membros os espaços econômicos, as uniões econômicas, as zonas de livre comércio, os Estados não reconhecidos internacionalmente, as zonas *off-shore*. Todos eles independentemente de observadores têm direito a voto (BIGGS, 2003).

¹⁵ Siglas em inglês que representa *General Agreement on Tariffs and Trade*, é um acordo multilateral criado na Conferência de Havana em 1947, assinado em 1948, com o objetivo de estabelecer um conjunto de normas comerciais e concessões tarifárias.

Assim, a dialética integração *versus* multilateralismo surge sob um novo contexto: a integração regional aparece consentânea com o multilateralismo e os efeitos de criação ou desvio de comércio são subalteralizados nos processos de decisão e avaliação. Neste quadro, para os agentes econômicos e os governos a integração deixa de representar uma ruptura com a inserção internacional para se transformar na nova forma de aumentar a concorrência inter-regional e melhorar assim a competitividade internacional.

2.6.4 Integração *versus* globalização

A globalização se define como o mecanismo através da qual as grandes multinacionais, com ativos financeiros e tecnologias desenvolvidas, aplicam suas políticas monopólicas para controlarem o sistema econômico-comercial, financeiro e político do mundo (CHANG, 2008). Este processo se caracteriza pelo crescimento das atividades econômicas além das fronteiras nacionais, possibilitando aos diversos atores em movimento migratório, buscar nas trocas e nos investimentos o lucro pela livre concorrência. Essa livre concorrência é totalmente desigual, devido à disparidade de desenvolvimento, tecnologia e infraestrutura dos países e atores participantes. Portanto, a globalização é seletiva, pois são selecionados os lugares, as atividades, os setores e segmentos para serem globalizados e assim desfrutar de seus benefícios (ROMERO, 2002).

Para o mesmo autor, sendo um processo abrangente que ultrapassa as fronteiras, afetando os diversos setores da sociedade, os efeitos negativos da globalização também podem ser encontrados na incapacidade de regulamentar o capital especulativo, deixando as economias nacionais sujeitas à pura especulação, que em última instância gera crises, aumento de exclusão social, pobreza e um *gap* maior entre os países desenvolvidos e os do terceiro mundo. Por sua vez, a integração representa um conjunto de medidas tomadas pelos Estados regionais relativamente próximos para aumentar ou diminuir os obstáculos, aumentar as trocas comerciais, os investimentos e movimentos de fatores entre os países membros.

Tomado nesse nível de generalidade, Toussaint e Millet (2006) corroboram que a globalização é a imposição dos países hegemônicos de suas políticas exploratórias aos países pobres, e a integração é a resposta de forma conjunta dos países em desenvolvimento ante a marginalização que sofrem na globalização. A franca expansão do processo de integração,

sobretudo nos países periféricos especialmente a partir da década de 1990, reforça a necessidade de proteção de seus mercados dos efeitos negativos da globalização.

Portanto, a globalização continua a perpetuar os países pobres, enquanto que a integração está sendo uma fonte fundamental do desenvolvimento e combate a pobreza nos países em desenvolvimento (OCAMPO, 2006). A diferença entre a globalização e a integração radica em que a globalização provoca a marginalização dos países, enquanto que a integração fortalece os países, brindando uma maior coesão e harmonia.

2.7 Vantagens da integração regional

Antes de abordar as vantagens que pode oferecer o processo de integração para uma dada região, convém recordar que as precondições para o êxito de qualquer processo de integração radicam, sobretudo na existência de alguns interesses em comum entre os atores envolvidos. Deve haver expectativas quanto à possibilidade de ganhos com a cooperação. A variação no grau de institucionalização se reflete no comportamento dos Estados e seus respectivos graus de comprometimentos com o cumprimento de objetivos preestabelecidos (TORRENT, 2006).

No que diz respeito à repartição dos benefícios da integração entre os países, a literatura aqui trabalhada apresenta algumas possibilidades. No seu trabalho intitulado “*¿Quién integra? ¿En beneficio de quién se realiza la integración?*”, o economista francês François Perroux responde que os benefícios da integração não vão nem para a parte superior da sociedade nem para a parte inferior, mas sim para ambas as partes, sempre que seu processo seja feito com base equitativa e com objetivos transparentes (PERROUX, 1967).

Como já apontado, a integração é um processo multidimensional, envolvendo as esferas econômicas, políticas, monetárias, sociocultural etc. Portanto, quando se fala das vantagens do seu processo se refere exatamente às vantagens de cada uma dessas subdivisões de forma isolada. E, sem cair no erro de tentar mencionar todas as vantagens de cada uma delas, proceder-se-á a elencar algumas que se consideram pertinentes.

O que diz respeito à vertente econômica, Tamames (1995) afirma que os argumentos teóricos em favor da integração formam um amplo repertório de reflexões, a saber: economias

derivadas da produção em grande escala; intensificação da competência dentro de um mercado mais amplo; atenuação da balança de pagamentos pela poupança de divisas convertíveis; possibilidades de desenvolver atividades dificilmente desenvolvidas pelos países de forma isolada; aumento do poder de negociação frente a terceiros países ou frente a outras agrupações; formulação mais coerente da política econômica, assim como a necessidade de introduzir no médio e longo prazo de reformas estruturais e; possibilidade de aceleração do desenvolvimento econômico.

Ainda na vertente econômica, Culpeper (2006) destaca que quando um grupo de países coopera no âmbito financeiro e se auto-ajudam a preencher as lacunas provocadas pelos mercados incompletos, aumentam o financiamento externo para vários propósitos e, geralmente cobrem o déficit de financiamento externo para o desenvolvimento e aproveitam as economias de escala.

De forma mais específica, algumas analistas (UEMOA, 2006; UNECA, 2004; BELASSA, 1961) sugerem que o benefício fundamental da integração econômica regional estaria na utilização de vantagens comparativas dos países que normalmente se manifesta pelo estabelecimento de uma zona de livre comércio, envolvendo a remoção de barreiras tarifárias e não tarifárias; pelo estabelecimento de uma união alfandegária pela qual todas as restrições ao comércio e ao movimento dos agentes dentro de uma área são renovadas e pela harmonização de políticas econômicas, monetárias, fiscais, sociais e outras políticas setoriais, que seriam relevantes no processo de desenvolvimento da região.

Haas (1958) analisa esta questão por outro ângulo, argumentando que o interesse dos economistas pela questão da integração econômica reside na sua potencialidade de proporcionar conhecimentos sobre processo de formação de comunidades no âmbito internacional. O mesmo autor alega que a verdadeira integração somente será possível quando o critério subjetivo das expectativas de certas elites é satisfeita. Portanto, se as elites mais importantes de certas regiões têm as suas expectativas alinhadas com as demandas e os benefícios decorrentes da integração, surge uma mobilização que movimenta e sustenta o processo.

A teoria econômica e a experiência histórica sugerem que a viabilidade da integração monetária está condicionada por uma série de fatores, que segundo Sarriera, Cunha e Bichara (2010) são: (i) a profundidade dos vínculos comerciais e financeiros dos países que compõe o bloco, (ii) a mobilidade de fatores entre as economias e a flexibilidade dos mercados de

fatores, (iii) o grau da convergência entre o ciclo econômico destes países (movimento conjunto de preços, renda etc.), (iv) a construção de uma base institucional adequada, que uniformize as políticas fiscais, monetárias, etc., e garanta a constituição de um ambiente de negócios onde distorções sejam minimizadas, de modo a evitar arbitragens regulatórias; e (v) a existência de “lideranças regionais” aptas e dispostas a pagar o preço da “unificação” criando estabilizadores institucionais que mitiguem os conflitos potenciais e reais.

Ferrari-Filho e De Paula (2002) elencaram os seguintes benefícios econômicos de uma união monetária: (i) taxa de inflação na união monetária em geral é significativamente menor; (ii) os custos de transação e de *hedge* dos agentes em relação aos riscos da variação da taxa de câmbio são reduzidos ou eliminados; (iii) a eliminação das taxas alfandegárias harmoniza, tudo mais constante, os preços dos produtos da economia, colocando-os em linha com os preços internacionais (lei do preço único); (iv) as barreiras sobre mobilidade dos fatores de produção são removidas; e (v) a integração regional é estimulada.

Na vertente política, Torrent (2006) deixou bem claro que mesmo havendo uma vontade econômica em grande escala, se não houver uma manifestação política, todos os desejos integracionistas vêm abaixo. Ou seja, como bem disse Haas (1958), os estreitos vínculos das elites mais importantes ou organizações nacionais como partidos políticos, sindicatos, associações profissionais, organizações religiosas ou outras instituições semelhantes são essenciais para uma integração regional ampla e frutífera¹⁶.

Tendo em conta que as regiões periféricas como a África Ocidental apresentam diferentes estágios do desenvolvimento, a integração não seria um processo isolado, mas sim um conjunto de estratégias de reestruturação econômica e política, que até podem contribuir para mitigar os conflitos militares e sublevações tribais que sempre acontecem nos países da região. Paralelamente, a integração permite o arranque do processo industrial com instalações de indústrias inicialmente voltadas para o setor primário. Tais setores apresentam baixa complexidade e, portanto, menor demanda por investimentos. Permite-se, ademais, a ampliação do mercado consumidor e a diversificação da estrutura produtiva (ROBSON, 1985; ESTEVES, 2008).

¹⁶ A integração regional na sua vertente política permite os países do bloco enfrentar de forma conjunta a intervenção estrangeira ou de qualquer outro inimigo que isoladamente seria impossível.

Uma das críticas sofridas pelos países em desenvolvimento e, sobretudo os africanos é a ausência de democratização (OCAMPO, 2006; FMI, 2011). Neste sentido, a integração pode trazer como subproduto a democratização do sistema político. A razão desta afirmação, e que a integração permite contar com instituições sólidas e críveis, o que vai ajudar na criação da consciência política e social no seio da sociedade. Essa maior consciência política pode ser fundamental na minimização dos conflitos tribais e étnicos característicos nas políticas africanas.

Em síntese, a integração possibilita o estabelecimento de objetivos comuns entre Estados, considerando tanto as pressões nacionais quanto internacionais sobre eles. Permite a constituição de normas e estruturas por meio das quais os acordos podem ser concretizados. Ao mesmo tempo, a criação de consenso entre os atores sobre os comportamentos aceitáveis a serem compartilhados por todos promove maior intercâmbio de informações (ESTEVES, 2008).

Para os países da África Ocidental, a integração oferece maior rapidez nas negociações e fortalecimento das capacidades negociadoras. Ademais, a vinculação de elementos de assistência técnica e financeira nos acordos potencializa as capacidades locais dos Estados nacionais.

2.8 A integração desde a visão ortodoxa e heterodoxa

O debate entre ortodoxia e heterodoxia na problemática da integração regional, um tema discutido por vários autores (CARNEIRO, 2008; MOLLO E AMADO, 2004; BIANCARELI, 2007; DE PAULA E FERRARI-FILHO, 2002), realça o fato de que, independentemente de a heterodoxia apresentar algumas razões de ceticismo em relação ao caráter liberal das propostas da integração, dentro desta corrente existe a defesa da integração. De igual maneira, dentro da ortodoxia, o pensamento dominante nas questões integracionistas, também existem reservas em relação ao processo de integração regional. Nas palavras de Carneiro:

As concepções ortodoxas vêm com reserva os processos de integração regional, como, por exemplo, na tese de desvio de comércio defendida por Bhagwati, Greenaway e Panagariya (1998) e Bhagwati (2008), considerando os acordos regionais, para aprofundar a integração, como instrumentos de *rent-seeking* dos

grupos mais organizados. Suas implicações seriam o recrudescimento do protecionismo inter-blocos e uma significativa distorção na alocação de recursos com perda de eficiência (CARNEIRO, 2008, p. 44).

Na tentativa de uma melhor compreensão sobre esta temática, convém esclarecer primeiramente o que se entende por ortodoxia e heterodoxia partindo dos trabalhos de Mollo (1998) e Amado e Mollo (2004). Em primeiro lugar, a ortodoxia é entendida como a corrente composta pelas concepções dos neoclássicos, novos clássicos, monetaristas e também pelos novos keynesianos, partindo da crença comum da auto-regulação automática do mercado. Para estas autoras, estas idéias levam a acreditar que a moeda não tem nenhuma importância analítica dentro da economia. A moeda emerge como um mero meio de circulação usado para viabilizar trocas comerciais, não sendo passível de ser desejada por si mesma.

A corrente heterodoxa está integrada pelos marxistas, pós-keynesianos, neo-marxistas, institucionalistas, dentre outras correntes críticas ao pensamento ortodoxo. Dentre outras características, os economistas heterodoxos atribuem um papel de destaque para o Estado e a moeda na determinação da dinâmica das economias do mercado. Esta última afeta a atividade econômica (não é neutra), apresentando propriedades que a torna desejável em si mesma.

A visão convencional dos processos de integração emerge a partir dos trabalhos de Viner (1950) e Belassa (1961), que trataram da integração comercial e econômica respectivamente, assim como em Mundell (1961), McKinnon (1963) e Kenen (1969) que enfatizam a dimensão monetário-financeira. Como estes temas foram tratados em sessões posteriores, vale aqui ressaltar outros aspectos. Entretanto, antes disso, convém relembrar alguns pontos onde os autores que acabamos de mencionar coincidem: a integração significa a abolição de entraves em movimentos de mercadorias, pessoas e capitais, alargando a atuação da oferta e da procura, como resultado de uma política comum, visando à eliminação das distorções das políticas setoriais.

Esta crença faz os ortodoxos partirem da utopia de que os mercados livres se constituem no sistema mais eficiente de regulação econômica. Assim, em maior ou menor grau, espera-se que, no limite, o desenvolvimento baseado em mercados livres produza a convergência econômica entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, com o capital dos primeiros fluindo para os últimos em busca de maiores rentabilidades decorrentes de maiores oportunidades de investimentos. Digamos utopia porque na verdade não é só que o capital não flui de países desenvolvidos para países em desenvolvimento, mas sim o contrário.

Alguns autores (DAMASCENO; 2007; CHANG, 2002, 2006) vêm tentando demonstrar isso nos seus trabalhos.

Organismos internacionais como Unctad (2007) defendem os processos da integração alegando que esta possibilita maior diversificação das economias dos países ao permitir economias de escala e ganhos tecnológicos. Os postulados ortodoxos a favor da integração regional se baseiam fundamentalmente em dois argumentos, quais sejam, a defesa da liberalização de mercados e estabilidade do nível geral de preços, justificada pela implementação de uniões monetárias (MUNDELL, 1961; KENEN, 1969).

Para estes autores, a neutralidade da moeda e a impossibilidade teórica de conceber sua retenção são os fatores que garantem a igualdade de gastos e receitas que define a lei de Say. Além disso, a própria neutralidade da moeda assegura que os aumentos de sua quantidade só afetam o nível de preços, como quer a Teoria Quantitativa da Moeda (TQM). A impossibilidade de conceber um sentido econômico para a sua retenção e a garantia da estabilidade da sua velocidade de circulação, são pressupostos nesta perspectiva, denominada de monetarista.

Neste sentido a união monetária via liberalização de mercado aparece como uma forte justificção dos ortodoxos para a integração regional. Segundo Mundell (1961) e Kenen (1969), um mercado aberto com livre mobilidade de fatores de produção e serviços, mercadorias e pessoas, permite maior comércio entre os países. Mas, conforme sustenta esta tese, isso não acontece em todas as regiões que cumprem estas características, pelo menos para os países da UEMOA. Portanto, outras questões aqui devem ser colocadas como o aprofundamento dos parques industriais, o desenvolvimento dos países, senão essa teoria serviria só para os países desenvolvidos.

Para os monetaristas, as taxas de câmbios são ineficazes como instrumentos de correção de diferenças nos níveis de desenvolvimento entre países. Isso implicaria que os países ganhariam ao abandonar suas moedas nacionais e aderir a uma união monetária. Assim, desde a década de 1980, essa corrente vem ganhando aderentes mudando a opinião de muitos economistas sobre a atratividade ou não da união monetária. A popularidade monetarista foi fundamental na formação da União Européia.

Nas palavras de Eichengreen (1998), a variabilidade cambial arruína o comércio, dificulta comparações de preços entre países, requer que importadores e exportadores

incorram em custos extras de *hedding* e reduz o volume de comércio intra-regional. Além disso, uma zona economia integrada precisa de taxa de câmbio estável ou, até mesmo moeda única, pois oscilações de taxa de câmbio rompem fluxos de importações e podem provocar reações políticas contra a integração regional. A Comissão Europeia (1990) assegura que quando maior o grau de integração econômica, menos freqüente são os choques assimétricos. Portanto, renda e emprego tenderão a divergir menos entre os países envolvidos.

A corrente heterodoxa atribui um papel destacado à intervenção econômica do Estado. Neste sentido, quanto maior for a importância da ação estatal nas diferentes concepções econômicas, maior tende a ser o ceticismo quanto às integrações profundas entre os países (MOLLO; AMADO, 2004).

Os questionamentos do processo de integração nas suas diversas vertentes provêm de amplo grupo de autores (DAMASCENO, 2007; CHANG, 2006; DE PAULA; FERRARI-FILHO, 2002; SARRIERA; CUNHA; BICHARA, 2010; AMADO; MOLLO, 2004) que constituem a chamada heterodoxia. Varias são as razões, e, entre elas, tem-se que: as políticas integracionistas não geram os resultados esperados; os fluxos de capital não fluem de países desenvolvidos para os países em desenvolvimento (ao contrário) como advogam os defensores da integração e da abertura financeira; o poder do Estado deve ser mantido, mesmo que de forma mínima para seguir garantindo reformas estruturais sólidas, políticas sociais e competitividade.

Sarriera, Cunha, Bichara (2010) alegam que os economistas heterodoxos vêm buscando recolocar a importância da reflexão em torno de estratégias de desenvolvimento que tenham como foco o fortalecimento da Nação. Mas, isso não significa, necessariamente, o retorno ao nacional-desenvolmentismo do pós guerra, especialmente no que se refere ao papel do Estado.

A possibilidade teórica da retenção da moeda pelos agentes econômicos conduz que a sua disponibilidade seja afetada endogenamente por eles. Este caráter endógeno e não neutro da moeda permite chegar a dois importantes argumentos para a heterodoxia: (i) conduz à ruptura da igualdade entre oferta e demanda que sustenta a lei de Say, permitindo sua negação e, com ela, a apreensão da instabilidade e das crises como questões importantes e; (ii) além de permitirem a apreensão da sua importância econômica e analítica, impedem as conclusões da TQM, que passa, a ser negada a qualquer tempo (FERRARI-FILHO; DE PAULA, 2002; MOLLO; AMADO, 2004).

Em relação à eficiência da política cambial, a visão keynesiana recorda que o mundo está cheio de rigidez e a taxa de câmbio é um instrumento poderoso para eliminar os desequilíbrios. Baseando neste argumento, para eles, relativamente poucos achariam vantajosa à adesão a uma união monetária. Os problemas monetários vistos para as integrações, em particular para a união monetária, dependem das preferências pela liquidez diferentes entre os países e regiões mais e menos desenvolvidos. A justificativa é de que o mundo real estar absolutamente permeado pela incerteza e a liquidez representa segurança e proteção contra a mesma, à taxa de juros sendo o elemento que estimula os agentes a abrirem mão de liquidez (KEYNES, 1985; FERRARI-FILHO, 2006).

Sarriera, Cunha, Bichara (2010) destacam que os autores keynesianos da tradição heterodoxa não negam a importância da coordenação das políticas econômicas ou a necessidade de convergência macroeconômica para a implantação de arranjos monetários e cambiais que estabilizem as flutuações das taxas de câmbio entre um grupo de economias, ou, no limite, que permitam a constituição de uma moeda única. Suas críticas à integração (monetária) estariam relacionadas com a introdução de políticas monetárias, fiscais e cambiais que impeçam os governos locais - em um âmbito nacional, e eventualmente, supranacional com algum recorte geográfico regional - exercitarem o papel de estabilizador do ciclo econômico e de promoção do emprego.

Visões mais conciliadoras, oriundas das instituições multilaterais, compreendem as iniciativas de integração como resultante do questionamento do multilateralismo a partir do fracasso da rodada de Doha. No entanto, defendem a sua compatibilidade com o livre comércio a partir do entendimento desses acordos como *building blocs*, visando à integração global (CARNEIRO, 2008).

Em suma, a heterodoxia, sobretudo Keynesiana aqui enfatizada, percebe a economia real como sendo necessariamente monetária, onde a moeda tem um efeito fundamental sobre a atividade produtiva, e admite pressões de ordem interna, que afetam a disponibilidade da moeda. Assim, quanto menor é a participação do Estado nesse processo, maior é o grau do ceticismo em relação à integração regional.

2.9 Considerações finais

A integração significa a harmonização dos sistemas legais internos viabilizando a integração política e econômica. Seu processo ganhou mais força nas últimas décadas tanto em termos quantitativos como qualitativos diante da nova ordem econômica mundial que exige a eliminação gradativa das diferenças econômicas e sociais entre os Estados para a viabilização de diversos graus de integração. O fenômeno da integração regional nas suas diversas ramificações realiza-se através de uma organização internacional com finalidade de cooperação econômica, política e social, de orientação supranacional, limitada a um determinado território, coincidente com aquele dos Estados-membros. No enfoque clássico, a integração significa a abolição de entraves em movimentos de mercadorias, pessoas e capitais, alargando a atuação da oferta e da procura, como resultado de uma política comum, visando à eliminação das distorções das políticas setoriais.

A maior parte da literatura relaciona o surgimento da integração regional com a criação da Comunidade Europeia. Porém, sua verdadeira origem se relaciona com o início do enfraquecimento dos Estados nas suas funções de administradores isolados de seus problemas. Desta forma, os países não tiveram outra saída que aceitar a cessão da parte da soberania para serem administrados coletivamente. A opção pela integração constitui riscos para os Estados, ou seja, não representa somente ceder parte da soberania nacional, mas também abrir portas à competição. Este processo se converteu num instrumento importante na luta contra a pobreza e subdesenvolvimento, sendo que a necessidade de acolher estas tendências em nenhuma outra região é mais importante que na África em geral e na parte ocidental em particular.

As razões e os objetivos integracionistas variam ao longo do tempo podendo ser econômicas, políticas, religiosas dependendo do contexto e das circunstâncias, mas, a idéia implícita em todas elas é a cooperação. Na África Ocidental o processo integracionista surgiu como forma de descolonização e posteriormente se transformou nas estratégias desenvolvimentistas com base na ideologia pan-africanista.

No aspecto puramente econômico, o argumento a favor da regionalização baseia-se na percepção de que o livre-comércio amplia as diferenças tecnológicas entre as regiões e promove a industrialização ao estabelecer políticas comuns de investimentos em infraestruturas para compensar os desequilíbrios intra-regionais. De fato, a integração regional

que se desenvolve num espaço geopolítico e geoeconômico multidimensional e em dependência dos autores e ideologias, apresenta entre outras, as dimensões econômicas, políticas e sociais; ou segundo outros autores, estas dimensões podem ser caracterizadas em externas, conteúdos, fortalezas e dinâmicas.

A globalização das economias tem causado o aprofundamento das diferenças sociais e de exclusão por parte de uma grande parte da população. Assim, mesmo que os processos integracionistas apresentem uma origem eminentemente econômica, a dimensão sociocultural não se pode ignorar tendo em conta o aumento da interconexão dos cidadãos e suas culturas dentro dos variados blocos econômicos.

No tocante ao debate entre ortodoxia e heterodoxia na problemática da integração regional, se alega que independentemente de a heterodoxia apresentar algumas razões do ceticismo em relação ao caráter liberal das propostas da integração, dentro desta corrente existe a defesa de uniões monetárias. De igual maneira, dentro da ortodoxia, o pensamento dominante nas questões integracionistas, também existem reservas em relação ao processo de integração regional.

A defesa da visão convencional dos processos de integração de forma geral toma como referências a Viner (1950), Belasa (1961), que trataram da integração comercial e econômica respectivamente, assim como da Mundell (1961), McKinnon (1963) e Kenen (1969) em relação à teoria monetária. Para a corrente ortodoxa, o mercado é o sistema mais eficiente de regulação econômica em maior ou menor grau, onde se espera convergência econômica entre países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, com o capital dos primeiros fluindo para os últimos em busca de maiores rentabilidades decorrentes de maiores oportunidades de investimentos. Todavia, não é só que o capital não flui de países desenvolvidos a países em desenvolvimento, mas sim o contrário, e vários autores (DAMASCENO; 2007; CHANG 2002) vêm tentando demonstrar isso nos seus trabalhos.

Os heterodoxos por sua vez, independentemente de não acreditarem no poder regulador do mercado, atribuem um papel destacado à intervenção econômica do Estado, razão pela qual suas propostas sempre buscaram preservar as especificidades e complementaridades entre os países (MOLLO; AMADO, 2004). Neste sentido, quanto maior for a importância da ação estatal nas diferentes concepções econômicas, maior tende a ser o ceticismo quanto às integrações profundas entre os países.

3 MARCO TEÓRICO DAS TEORIAS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

3.1 Considerações iniciais

Nas últimas décadas, a tendência da integração regional tem-se evidenciado em termos quantitativos e qualitativos, apesar de que nem sempre os processos evoluíram de forma regional. Este fato permitiu que alguns organismos internacionais como as Nações Unidas considerasse que, na década de 1990, o esforço realizado pelos países em desenvolvimento para se industrializarem via blocos regionais tinha fracassado.

Os processos de integração regional e, mais especificamente, o novo regionalismo aberto, de modo geral, têm-se mostrado compatíveis com o processo de globalização devido a fatores tais como: estímulo ao crescimento através de remoção de barreiras, harmonização de regras, etc., e fortalecimento da concorrência internacional entre empresas.

Gilpin (2001) alega que os cientistas políticos têm manifestado interesse na integração política e econômica desde há relativamente muito tempo, mas nenhum formulou teorias gerais antes do movimento da União Européia. O fenômeno da ascensão das organizações transnacionais provoca uma maior complexidade ao assunto, referente à política internacional, em que questões antes entendidas como domésticas ligam-se às questões relativas à política mundial, mudando o leque de atores envolvidos e fazendo com que as ações dos governos se alterem em virtude da nova disposição de forças.

De forma específica, as teorias da integração regional aceitam a possibilidade de estabelecer um sistema fundamentado no arranjo institucional promotor da paz, no sentido de que, ao fundar-se uma Federação de Estados, estariam mais preparados para se protegerem diante de um inimigo forte (HAAS, 1958).

É neste contexto que o processo de integração regional na África Ocidental foi impulsionado pelos respectivos Estados e faz parte das suas estratégias desenvolvimentistas. Entretanto, ainda não existem evidências empíricas para afirmar que o crescimento do processo de integração tenha afetado o comércio externo, mesmo sabendo que a União

Européia, até pouco tempo atrás, vinha demonstrando que o comércio intra-regional vem crescendo mais rapidamente que o extra regional.

Este capítulo propõe como objetivo apresentar uma revisão bibliográfica sobre as diversas teorias da integração. Sua organização estrutural se divide em outras cinco sessões, sem contar com esta introdução. A primeira sessão apresenta, em linhas gerais, o conteúdo das teorias econômicas da integração que ganhou ênfase depois da Segunda Guerra Mundial concretamente com o trabalho pioneiro do austríaco Jacob Viner em 1950.

A segunda sessão analisa a teoria monetária da integração e, sobretudo, a teoria das áreas monetária ótimas, cujas bases repousam nos trabalhos pioneiros de Mundell (1961), McKinnon (1963) e Kenen (1966). Aqui se analisa sobre quês circunstâncias um conjunto de economias se beneficiariam das vantagens derivadas de abandonar sua autonomia na gestão macroeconômica, em detrimento de uma adesão a um sistema de câmbio fixo ou a uma moeda única, como acontece com os países da UEMOA.

A terceira sessão expõe os debates sobre as teorias da integração política. A quarta sessão apresenta a visão keynesiana sobre a integração. Na quinta sessão, aparece o debate e as visões dos diversos autores sobre o processo de desenvolvimento assim como as opiniões a respeito da tentativa de distinção entre o crescimento e o desenvolvimento econômico.

3.2 Teorias econômicas da integração

A integração, como termo aplicável aos fenômenos econômicos, tornou-se um importante recurso em termos de política econômica internacional a partir da Segunda Guerra Mundial, e ganhou força e maior relevância a partir do trabalho do austríaco Jacob Viner em 1950, que fazia referência às uniões aduaneiras em razão dos avanços da Comunidade Europeia, e que se centrou fundamentalmente nas causas da integração regional (SA PINTO, 2004). O mesmo autor argumenta que antes do trabalho de Viner, os argumentos econômicos da integração se baseavam somente na teoria das vantagens comparativas, isto é, considerava-se que os acordos regionais eram benéficos quer para os países integrantes do bloco quer para

os países integrantes. Em outras palavras, se acreditava que toda a integração regional proporcionava aumentos na troca comercial e no bem-estar mundial¹⁷.

No informe sobre o comércio e o desenvolvimento, a Unctad (2007) deixa em evidência que para uma economia nacional, a integração econômica está relacionada com a expansão dos mercados internos, o deslocamento de postos de trabalho, das atividades rurais para outras atividades criando uma densa rede de vínculos entre insumos e produtos de diferentes setores. Segundo este mesmo estudo, instituições nacionais sólidas são necessárias para criar e garantir o consenso sociopolítico requerido para mobilizar e canalizar recursos destinados ao investimento produtivo e gerir da melhor forma entre as diversas opções que se apresentam, com o objetivo de perseguir o desenvolvimento dinâmico.

Antes de prosseguir nesta discussão, deve-se reforçar que existem várias definições na hora de analisar a integração econômica dependendo do âmbito econômico envolvido, remoção das discriminações e restrições à circulação, níveis e grau de aprofundamento. Igualmente, seu conceito varia de acordo com o enfoque acentuado pelos diversos autores (UEMOA, 2006; SALVATORE, 2000; HASS, 1958; BELASSA, 1961; MYRDAL, 1993) e para não avançar sobre esta questão além do necessário, se toma como base os conceitos dos dois últimos acima mencionados.

Belassa (1961)¹⁸ define a integração econômica como processo e como situação. Como processo, a integração econômica é um conjunto de medidas destinadas a eliminar as discriminações entre unidades econômicas de diferentes países - supressão de barreiras aduaneiras, diferenças de fiscalidades cujo objetivo é o estabelecimento de uma interdependência que satisfaça a todos os participantes. Como resultado, a integração econômica supõe a existência de um espaço geográfico unificado que se faz realidade depois de longas etapas. Como situação, a integração corresponde à ausência de formas diversificadas de segmentação entre economias nacionais.

Para Myrdal (1993) o conceito de integração econômica está essencialmente ligado à eficiência do uso dos recursos, com particular referência ao processo espacial, incluindo,

¹⁷ Não era dada tanta importância à distância dos membros dos blocos nem aos outros fatores indutores das trocas comerciais como, por exemplo, as afinidades culturais e linguísticas.

¹⁸ Importante formulador da integração econômica, nasceu na Hungria no dia 6 de Abril de 1928. Graduado em direito pela Universidade de Budapeste, após a Revolução Hungara de 1956 emigrou para Áustria e logo para Estados Unidos onde iniciou seus estudos de pós-graduação em economia na Universidade de Yale. Em 1958 e 1959 recebeu os diplomas de mestre e doutor em economia.

como conteúdo, a liberdade de circulação de bens, de fatores de produção e a ausência de discriminação. No tocante ao grau de aprofundamento, a generalidade de autores (BELASSA, 1961; SALVATORE, 2000; DE LA VEGA, 2007; HASS, 1958) classifica a integração econômica sob as seguintes formas: zonas de preferências comerciais, áreas ou zonas de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica, união monetária e união econômica e monetária.

As zonas de preferências comerciais (*Preferential Trade Arrangement*)¹⁹ são acordos que, independentemente de permitir facilidades comerciais em determinados setores, apresentam uma redução ou isenção dos impostos de importação do comércio entre os países envolvidos para um determinado grupo de produtos.

A Área de livre comércio (*Free Trade Area*) caracteriza-se pela liberdade de movimentos da generalidade dos produtos oriundos dos países integrados e pela existência de uma política comercial própria de cada país-membro relativamente a países terceiros. Também nestes acordos existe a certificação de origem dos produtos, com vista a evitar deflexão do comércio. Portanto, um país-membro não pode obter ganhos com a venda de produtos que importou do exterior, utilizando uma taxa mais reduzida do que aquela que os restantes parceiros utilizam na importação de tais produtos da mesma origem.

A União Aduaneira (*Customs Unions*) acrescenta às características da Área de Livre Comércio a existência de uma tarifa exterior comum relativamente a terceiros países, a qual se traduz na aplicação de uma pauta única aos produtos importados do exterior. Além de alinhar as políticas cambiais, os países participantes devem promover a convergência das suas políticas fiscais e monetárias.

O Mercado Comum (*Common Market*) corresponde a uma União Aduaneira acrescida da plena mobilidade e livre circulação das pessoas, capitais e mercadorias ou fatores de produção entre os países participantes; forma-se gradualmente um mercado único de fatores

¹⁹ O exemplo de acordos de preferência tarifária na região podem ser encontrados nos antigos *Territórios da União Francesa*. Isso porque depois da Segunda Guerra Mundial, o império francês transformou suas colônias na chamada União Francesa ou África Ocidental Francesa (AOF). Igualmente manteve sob seu domínio Madagascar e as restantes províncias ultramarinas (Martinica, Guiana Francesa etc.). Em todos estes territórios, existia uma rede de preferências comerciais de dupla via que foram registradas e admitidas na GATT. A partir de 1957, com o motivo da criação da Comunidade Econômica Europeia, esses países passaram a ser sócios da CEE, com o caráter de elementos de uma zona de livre comércio, fato consagrado oficialmente na Conferência de Yaundé em 1963 (CULPEPER, 2006).

na região e não em nível global. Também aqui, além da coordenação em políticas cambiais, fiscais e monetárias, torna-se necessário compatibilizar legislações correlatas: normas trabalhistas, previdenciários, de regulação de capitais etc.

A União Econômica (*Economic Union*) é caracterizada pela harmonização das legislações econômicas nacionais, pela coordenação das políticas econômicas nacionais por políticas comuns, como sejam as relacionadas com a agricultura, transportes, ambiente, investigação e desenvolvimento, energia, política social, política comercial, política regional etc.

A União Monetária (*Monetary Union*) é um tipo de acordo onde os países participantes abrem mão dos ganhos relativos à senhoriação derivada da emissão da moeda nacional por uma moeda regional comum de livre circulação para todos esses países emitida por uma autoridade regional, como é o caso do Euro relativamente à maioria dos países da União Europeia e o Franco CFA para os países da UEMOA.

A União Econômica e Monetária (*Monetary and Economic Union*) fundamenta-se na existência de vários Estados, de políticas econômicas concentradas, de uma moeda única e de um banco central comum, que detém o poder de emitir a moeda.

Progressão	Supressão tarifas alfandegárias e das cotas	TEC	Livre circulação de fatores de produção.	Condução de políticas econômicas.	Unif. Política- institucional.
APT	-	-	-	-	-
ALC	x	-	-	-	-
UA	x	x	-	-	-
MC	x	x	X	-	-
UEM	x	x	X	X	-
IEP	x	x	X	X	x

Quadro 1- Condições de progressão das fases da integração regional

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de De La Vega (2007).

Nota: APT- Área de Preferência Tarifaria; ALC- Área de Livre Comércio; UA- União Aduaneira; MC- Mercado Comum; UEM- União Econômica e Monetária; IEP- Integração Econômica e Política.

A integração econômica é um aspecto fundamental na evolução da atual economia globalizada e não deve ser visto só deste o ponto de vista econômico, mas também desde outros ângulos, como a mitigação da soberania, junção de diferentes culturas, hábitos e idiosincrasias. Ademais, a idéia da integração econômica vem da iniciativa dos Estados, partindo do princípio de que as forças do mercado não são suficientes para a auto-regulação, portanto, é exigida uma força política maior para os países-membros. O Quadro 1 apresenta, de maneira sucinta, alguns aspectos relevantes e as características incluídas durante a evolução ao longo do tempo, das diversas etapas da integração econômica.

As duas maiores conseqüências da integração econômica identificada por Viner (1950) correspondem à criação e desvio de comércio. Por um lado, a criação de comércio ocorre quando parte da produção interna de um Estado-membro do bloco é substituído por importações de menor custo de outro país-membro. Igualmente, quando ocorre criação de comércio, aumenta o bem-estar dos países integrantes, tendo em conta que parte do aumento da renda se transforma em importações crescentes para o resto do mundo.

Por outro lado, o desvio do comércio ocorre quando importações de custo inferior dos países são substituídas por importações de custo superior de uma nação-membro do bloco. Evidentemente, se necessita de um largo período transitório para evitar diretrizes bruscas, e esse período de transição corresponde o período de integração ao longo da qual, pelo menos a partir de um determinado estágio, resulta indispensável à transferência de uma parte das soberanias nacionais as instituições comuns que desta forma se transformam em instituições com caráter supranacionais.

Desta forma, independentemente dos detalhes dessa discussão específica, a integração econômica não é um fim em si mesmo, mas um meio para atingir determinados objetivos que nem sempre são de natureza econômica. E, para alcançar esses objetivos, é preciso realizar uma série de atuações e acoplamento das estruturas nacionais, a fim de chegar com o mínimo custo social no âmbito que se pretende integrar.

3.3. Teorias da integração monetária

A integração monetária é entendida como um conjunto de moedas com conversão de paridade absolutamente fixa e dotadas de credibilidade no que a manutenção daquela paridade

diz respeito. A referida credibilidade depende, em larga medida, da existência de condições semelhantes às de uma área “unimonetária” e, em última instância, a divergência de políticas monetária é o que define as distintas moedas. Neste sentido, quanto maior é o grau de integração, ou seja, quanto mais convergem os ciclos econômicos das respectivas economias, maiores serão as oportunidades do êxito da sua implantação (MUNDELL, 1961; BICHARA, CUNHA; LÉLIS, 2008).

Dentro da teoria monetária da integração, destaca-se a teoria das áreas monetárias ótimas, cuja idéia foi sugerida por Mundell (1961), como arranjos destinados a aumentar a eficiência dos regimes cambiais, justificando que taxas fixas de câmbio seriam mais efetivas para ajustar desequilíbrios externos e domésticos se a base geográfica das moedas pudesse ser redefinida. Posteriormente, MacKinnon (1963) e Kenen (1969), por exemplo, apresentaram importantes contribuições a essa análise. Desde então, a idéia de estabelecer uma moeda única para dois ou mais países, admitindo que eles possuam características comuns, tem sido parte do debate acadêmico (GIAMBIAGI, 1998; FERRARI-FILHO; DE PAULA, 2002; SARRIERA; CUNHA; BICHARA, 2010).

Na literatura econômica, a Teoria de Áreas Monetárias Ótimas (TAMO) que se baseia nos trabalhos pioneiros de Mundell (1961), McKinnon (1963) e Kenen (1966), é uma referência importante no debate sobre a dimensão monetária e financeira dos processos de integração. Para estes autores, existe a coincidência em que a mobilidade dos fatores é necessária para garantir o bom funcionamento da área monetária na absorção de choques. O objetivo da TAMO consiste em analisar sobre quês circunstâncias um conjunto de economias se beneficiariam das vantagens derivadas de abandonar sua autonomia na gestão macroeconômica, especialmente no que se refere à política monetária e cambial, em troca de uma adesão a um sistema de câmbio fixo ou a uma moeda única (SARRIERA; CUNHA; BICHARA, 2010; GIAMBIAGI, 1998).

Ferrari-Filho e De Paula (2002), comentam que ao formular esta estrutura de arranjo cambial, primeiramente Mundell rejeitou a idéia de flexibilidade da taxa de câmbio como instrumento eficiente para estabilizar os desequilíbrios de uma economia (manter ao mesmo tempo, equilíbrio externo e pleno emprego) e logo virou suas atenções para um regime cambial na qual dois ou mais países fixam a taxa de câmbio entre eles, como condição para manter a estabilidade dos preços relativos com o objetivo de promover a integração da região.

Ainda para estes autores, sendo a manutenção do equilíbrio externo em um contexto de pleno emprego o principal objetivo da política econômica, Mundell acredita que o grau de mobilidade dos fatores de produção- tanto trabalho como capital- constituir-se-ia em uma importante questão para determinar o regime cambial ótimo. Sua conclusão foi que o limite de uma AMO deveria estar associado a um *trade-off* entre mobilidade dos fatores de produção e o tamanho da região.

O aspecto central dessa teoria consiste na afirmação baseada na experiência de que grandes divergências das tendências da produtividade e do emprego necessitam de maior flexibilidade nos mercados de trabalho se, efetivamente, se deseja formar uma união monetária sem problemas de ajustamento (COIMBRA, 2001). A TAMO sugere também que quando países que não satisfazem os critérios enunciados de flexibilidade decidem formar parte da união monetária, problemas macroeconômicos surgirão no conjunto da união.

Assim, quando um choque assimétrico negativo da procura atingir um ou mais países da zona integrada, estes exercerão pressão sobre o Banco Central para que este conduza uma política monetária expansionista de ajustamento. Esta pressão será mais intensa quanto menor for à flexibilidade dos salários, preços e mobilidade de trabalho nos países ou regiões afetados pelo choque negativo da procura. Por outro lado, os países não afetados pelo choque negativo da procura resistirão à concretização de políticas monetárias expansionistas, dando como resultado conflitos no seio das instituições responsáveis pela condução das políticas econômicas da união.

A TAMO afirma a não necessidade de convergência *a priori* das taxas de inflação e juros e das políticas orçamentárias, bem como a não necessidade e a não suficiência desta convergência para assegurar o sucesso da integração. A justificativa é que, por exemplo, países com diferentes taxas de inflação, antes da entrada no espaço monetário integrado, podem possuir estruturas econômicas bastante semelhantes, estando por isso relativamente defendido por choques assimétricos de grandes magnitudes (MUNDALL, 1961; KENEN 1966).

Vale observar que a qualidade da moeda também é importante para a delimitação de AMO na visão de Mundell. Assim, as AMO muito pequenas não seriam desejáveis tendo em conta que um elevando números de moedas aumentaria os custos da conversão e de informação e reduziria a qualidade da moeda. Além disso, uma pequena área monetária implicaria um mercado cambial estreito, vulnerável à ação dos especuladores. Portanto, a delimitação de AMO deveria avaliar o *trade-off* entre a mobilidade do trabalho e o tamanho

da área, como referido anteriormente, entretanto, a concretização dessa idéia esta sujeita a uma serie de restrições (MUNDELL, 1997).

Quais seriam então as áreas monetárias ótimas e que condições deveriam produzir-se? De forma geral, se pode dizer que as AMO corresponde à zona ou região onde um grupo de países possui características que sustentam a adição de uma moeda única. Mundell (1961) define AMO como a zona geográfica dentro da qual se pode manter fixas as taxas de câmbio, mantendo-se ao mesmo tempo, o equilíbrio externo, mas sem criar desemprego - e sendo menos caro usar uma única moeda. Dito em outra forma, uma AMO representa uma área econômica onde a mobilidade dos fatores de produção é perfeita, sobretudo, o fator de trabalho. Partindo do princípio de que os preços e salários são rígidos à baixa, à mobilidade do trabalho representa um fator importante para o ajustamento porque substitui a possibilidade de flutuação cambial para ajustar o balanço de pagamento, tornando ótima uma área para união monetária.

McKinnon (1963) enfatizou o tamanho e a abertura das economias de um país – a relação entre a produção de *tradables e non-tradables*- como aspectos fundamentais para determinar a eficiência do sistema cambial. Para ele, é o temor de pressões inflacionárias quando aumenta a proporção de bens comercializáveis na cesta de consumo o que justifica a adoção de uma moeda única. Nas palavras de McKinnon (1963, p. 719) “[...] if we move across the spectrum from closed to open economies, flexible exchange rates become both less effective as a control device for external balance and more damaging to internal price-level stability.”

Mais especificamente, elevados graus de abertura na economia e mobilidades de fatores são características necessárias para atingir uma AMO, pois economias consideravelmente abertas são capazes de manejar sua política fiscal e monetária sem a necessidade de alterar a taxa de câmbio, dada sua elevada propensão para importar e exportar (DE DEUS; WEGNER, 2010). Portanto, quanto maior e mais aberta a economia de um país, mais eficiente é o sistema de câmbio fixo para restaurar o equilíbrio externo e manter a estabilidade interna (MCKINNON, 1963; FERRARI-FILHO; DE PAULA, 2002).

Kenen (1969) afirma que as características estruturais de uma economia são fundamentais para determinar a escolha do regime de câmbio ótimo porque são os que conduzem a economia para se defender dos choques exógenos. Na verdade, este autor segue o mesmo trajeto que Mundell, sobretudo em relação à mobilidade de fatores de produção como

condição importante para a escolha do regime ótimo, alegando que quanto maior a diversificação de uma economia em termos de atividade produtiva e capacidade ocupacional, menores são seus custos de desemprego e inflação decorrente de choques econômicos imprevistos.

De fato, partindo da observação de Mundell, Kenen (1969) destaca que a perfeita mobilidade inter-regional do trabalho requer a perfeita mobilidade ocupacional quando as regiões estão definidas por suas atividades, considerando que a região é delimitada por mobilidade de fatores. Todavia, os limites da migração para restabelecer o equilíbrio na balança de pagamento ou mercados de trabalho são importantes na definição das áreas de trabalho abrangidos por políticas econômicas (GADELHA, 2006).

Alguns autores (MUNDELL, 1961; COIMBRA, 2001) corroboram a idéia de que numa área monetária que compreende diversos países com moedas nacionais, o nível de emprego nos países deficitários depende do desejo dos países com superávit em inflacionar suas economias. Assim, numa área monetária que compreende várias regiões e uma só moeda, a taxa de inflação depende do desejo das autoridades centrais de permitirem desemprego nas regiões deficitárias, sendo certo que, em qualquer tipo de área monetária é impossível evitar simultaneamente a inflação e o desemprego no conjunto dos seus membros.

Para dar uma maior consistência a essa teoria, Mundell (1961) constrói seu argumento a partir de um exemplo hipotético de um choque de demanda entre duas regiões, denominadas A e B, cada uma delas especializada na produção de um bem. Numa situação em que um desvio de procura de uma hipotética região A para produtos de uma hipotética região B provocasse desemprego na região A (considera-se a existência de um choque externo sobre a procura de um produto provocado pela concorrência de preços ou pela mudança dos gostos dos consumidores, ou choque exógeno que afete a oferta de fatores de produção), o ajustamento só poderia ser conseguido, ou pelo deslocamento dos trabalhadores de A para B, dada a impossibilidade de ajustar salários e por essa via preços (sustenta-se o princípio de que os preços e salários são rígidos a baixa), ou pela desvalorização cambial, que não é possível por definição, numa zona de integração monetária.

Em outras palavras, com salários nominais rígidos, movimentos na taxa de câmbio são usados para alterar salários reais e restaurar os níveis de equilíbrio de emprego dos preços e do balanço de pagamentos. Se as regiões A e B coincidem geograficamente com os países A e

B, uma desvalorização no país B e uma valorização no país A eliminaria o desemprego em B e a inflação em A.

Por outro lado, se as regiões A e B não coincidem geograficamente com os países A e B, teremos um dilema. Caso os bancos centrais de ambos os países decidam expandir a oferta da moeda para corrigir o desemprego em B, a inflação em A persistirá. Se, alternativamente, contraírem a oferta de moeda para reduzir a inflação em A, eles não conseguirão eliminar o desemprego em B. Neste caso, dadas as moedas nacionais, taxas de câmbio flexíveis seriam efetivas apenas para equilibrar o balanço de pagamento entre os dois países, mas não para estabilizar simultaneamente a inflação e o desemprego.

Note-se, analisando os argumentos de Mundell (1961), que o cerne principal da sua idéia se baseia na crença de que as taxas de câmbio flexíveis somente recuperariam sua eficácia para estabilizar o emprego e a inflação se as moedas nacionais pudessem ser adequadamente reorganizadas em moedas regionais. E, como delimitar a AMO, ou seja, qual a base geográfica ideal das moedas regionais? Com salários mínimos rígidos, apenas a mobilidade geográfica do trabalho, na visão de Mundell (1961), seria capaz de substituir a taxa de câmbio como instrumento de ajuste. Por isso, no seu entendimento, as AMO deveriam ser caracterizadas por substancial movimento de trabalho.

Dado este pano de fundo, é possível avançar, partindo da visão de vários autores (MUNDELL, 1997; FERRARI-FILHO; DE PAULA, 2002; GIAMBIAGI, 1997), sobre os principais benefícios da unificação monetária.

A união monetária aumenta a credibilidade de política monetária e fiscal e reduz os vieses inflacionários das políticas domésticas. Dada à rigidez de preços e salários, os bancos centrais têm incentivos em promover surpresas inflacionárias para aumentar o nível de atividade, financiar déficits orçamentários, equilibrar o balanço de pagamentos ou amortizar dívida pública. Entretanto, como os agentes econômicos antecipam estes incentivos, as políticas freqüentemente produzem apenas um viés inflacionário. Já numa união monetária, o incentivo do banco central unificado a recorrer à inflação como instrumento de política será estritamente menor de que a da maioria dos bancos centrais nacionais, o que beneficiará os

países com histórico de inflações mais elevadas (GIAVAZZI E PAGANO, 1988; AJE-GB, 1997)²⁰.

Igualmente, a moeda única elimina a incerteza cambial. Na medida em que este inibe os fluxos de comércio e de investimento, a unificação monetária tende a estimular a integração comercial, o investimento e o crescimento econômico. No entanto, a evidência empírica sobre a magnitude destes efeitos não é conclusiva²¹. A eliminação da incerteza cambial diminui as resistências das indústrias domésticas a integração comercial. Se as indústrias nacionais, pressionadas pela remoção das barreiras comerciais, perceberem que sua competitividade pode ser adicionalmente afetada por súbitas oscilações da taxa de câmbio, a resistência à criação de um mercado comum podem ser significativas. Portanto, motivações de economia política apóiam a unificação monetária como um corolário da integração econômica (EICHENGREEN, 1998).

A instauração da moeda única reduz os custos de transação e de conversão de moedas e as ineficiências a eles associadas. Em particular, os fatores previamente alocados nestas atividades ficam disponíveis para usos mais freqüentes. No caso da União Monetária Europeia (UME), a economia em custo de transação foi estimada em mais de 15 bilhões de euros por ano ou cerca de 0,5% do Produto Nacional Bruto (PNB) da Comunidade Europeia (EUROPEAN COMMISSION, 1990).

No que se refere aos motivos, Ferrari-Filho e De Paula (2002) e Giambiagi (1997) elencam os seguintes motivos para um país decidir não integrar a uma união monetária: (i) o país prefere operacionalizar de forma independente sua política econômica para promover o crescimento econômico e o equilíbrio da balança de pagamento, tendo a taxa de câmbio como instrumento da política monetária; (ii) a inflação preferida pelo país é diferente da inflação da área monetária e; (iii) o país deseja usar a expansão monetária ou o imposto inflacionário para financiar os gastos públicos.

Em suma, a resposta do porque um país decide aderir a uma união monetária radica em que provavelmente para cada um deles, os benefícios da unificação monetária superam os

²⁰ Em outras palavras, a união monetária “amarra as mãos” dos *policymakers* e permite que eles “importem” credibilidade do país com maior reputação anti-inflacionária.

²¹ Para aprofundar mais sobre este assunto, ver Frankel (1992).

custos de renunciar as moedas domésticas (OBSTFELD; ROGOFF, 1996)²². Entretanto, Ferrari-Filho e De Paula (2002) advertem que antes de um país decidir participar (ou não) de uma união monetária, tem que analisar os prós e contras que decorrem da política econômica a ser implementada. Nas palavras dos mesmos autores:

Em outras palavras, a decisão do país de juntar-se a uma união monetária cria o seguinte *trade-off*: ganhos microeconômicos resultantes do processo de coordenação da política econômica *vis-à-vis* perdas macroeconômicas como consequência das restrições que as autoridades monetárias passam a ter no sentido de operacionalizar de forma independente a política econômica (FERRARI-FILHO; DE PAULA, 2002, p. 177).

3.4 As teorias políticas da integração

A integração política corresponde à parte do processo da integração que ocupa o poder organizado da união dos Estados e Governos. Unificar um Estado é, antes de tudo, suprimir os antagonismos que a dividem e colocar ponto final nas lutas travadas dentro da sociedade e colocar um equilíbrio. A integração regional que também significa o processo pela qual os Estados decidem transferir parte da soberania para uma entidade política soberana é um processo que exige independentemente de vontade econômica, manifestações políticas. Segundo Torrent (2006), a motivação política tem tido um papel fundamental nas tentativas de integração, apesar das motivações econômicas serem as de maior atenção.

Existem boas razões para acreditar que mediante uma eficaz integração política, a comunidade estará mais compacta no meio da qual se estabelece uma forte coesão e estreitos vínculos de reciprocidade entre os distintos povos que constituem a entidade política, de forma tal que expressem uma identidade do grupo e de si mesmo. Ao contrário das relações de reciprocidade e de cooperação, que não implicam para os Estados a perda de qualquer parcela das suas prerrogativas soberanas externas, as relações de integração determinam sempre a perda de alguma soberania nos setores de atividade em que tais Estados estão abrangidos pelo processo de integração (HAAS, 1958).

²² Para uma síntese dos principais custos e benefícios da unificação monetária, ver Obstfeld e Rogoff (1996, p. 632-664).

É importante, porém, circunscrever que a integração política exige para além da correspondente manifestação de vontade, atitudes políticas conducentes a essa associação. Assim, as principais teorias explicativas da integração regional no âmbito político são fundamentalmente: o federalismo, funcionalismo, neofuncionalismo, neo-institucionalismo e o intergovernamentalismo. A maior parte delas está ligada a integração europeia.

3.4.1 O Federalismo

Resulta complicado definir o federalismo, pelo simples fato de que cada federação é específica e não existe uma federação ideal. O federalismo nunca se apresentou como um sistema aplicado em todas as partes. Segundo o princípio federal clássico, o federalismo é uma organização política na qual dois ou mais Estados decidem mediante um tratado ou acordo formar uma união governamental com uma autoridade central que respeita a autonomia local (BADI, 1992). Muitas das vezes o federalismo é considerado como uma solução de problemas econômicos e dos conflitos que podem surgir entre Estados.

Cardoso (2004) considera que esta teoria tenta explicar o processo de integração regional através da criação de instituições para as quais os Estados transferem soberania de forma voluntária, e onde o processo federal sustenta-se pela força exercida por uma elite política que é muitas vezes conduzida por uma personalidade relevo dos Estados que promovem a integração. Para os federalistas, a criação de um conjunto de instituições supranacionais se torna fundamental para o bom funcionamento de um agrupamento regional de comércio, vez que tais instituições seriam concebidas para gerirem um determinando tipo de políticas comuns, como já aconteceu com o Banco Central Europeu²³. O mesmo autor ainda alega que a teoria federalista não tem um impacto decisivo em matéria de integração, uma vez que são reduzidos os casos de sucesso²⁴.

Os exemplos clássicos da federação são: na América, os EUA, Canadá, Brasil, México; na África, a Nigéria, os Camarões e Tanzânia; na Ásia, os Emiratos Árabes Unidos e

²³ Excetuando o exemplo Europeu, não há exemplos que promovem a sua eficácia. A corroboração disso pode ser encontrada no argumento de Gilpin (2001), segundo o qual, historicamente, a integração política de entidades politicamente independentes resultou de conquista militar ou de união de dinastia e nenhum destes métodos conduz necessariamente à criação de uma economia integrada.

²⁴ O federalismo funcionou bem nos EUA porque esse país apresentava uma forte tradição democrática e sua participação ativa na vida associativa. O mesmo não se pode dizer para o caso Europeu, cujos países tendem muitas vezes a satisfazer os interesses nacionais e a procurar obter ganhos individuais (CARDOSO, 2004).

a Índia; na Europa a Suíça e as extintas URSS, Jugoslávia, e Tchecoslováquia. Em todos estes casos, trata-se de federalismo centralizado, já que se admite um autogoverno das comunidades federadas com um claro fortalecimento do poder federal, onde as comunidades federais são autônomas e não soberanas. Na verdade, são comunidades subordinadas à constituição federal que cria o Estado federal, e que define as competências de ambas as partes (BADI, 1992).

3.4.2 O Funcionalismo

A teoria funcionalista, cuja gênese data do período entre as duas guerras, argumenta que a forma mais segura de alcançar a integração e a paz é a cooperação no nível de certas tarefas funcionais, tanto de natureza técnica como econômica, ao invés de criação de novas estruturas institucionais no plano político. Neste sentido, as organizações internacionais funcionais estariam mais habilitadas do que os Estados, para levar ao cabo determinadas tarefas, com o que conquistariam as “lealdades nacionais” e excluiriam quaisquer suspeitas de pretenderem exercer um controle supranacional (OLIVEIRA, 1999).

Um dos fundamentos centrais desta teoria é a assunção da primazia do econômico, a qual implica uma concepção utilitarista e materialista das construções políticas (ROSAMOND, 2000). Portanto, as metas da organização internacional seria o bem-estar, vez que os intentos econômicos dos estados no nível nacional, seriam superados pela dimensão internacional.

Na sua obra intitulada “*A Working Peace System*”, David Mitrany, o principal inspirador desta teoria sustenta que o desenvolvimento econômico e tecnológico faz da integração política uma situação possível e necessária; que o problema da guerra pode ser resolvido através de acordos internacionais em áreas funcionais específicas como saúde, serviços postais, comunicações (MITRANY, 1943). Para ele, o mundo integrado econômico e tecnologicamente deu lugar a muitos problemas tecnicamente complexos que os Estados individualmente não podem tratar eficazmente, mas que as organizações internacionais resolveriam. Ademais, os países-membros, no seu próprio interesse, deveriam estabelecer tais organizações internacionais para implementar as atividades requeridas e oportunamente sentiriam as vantagens da cooperação pacífica, diminuindo a importância das fronteiras políticas.

Em suma, para esta corrente, não haveria necessidade da atuação política para moldar às novas formas políticas ajustadas a sociedade internacional, tendo em conta que a integração política resultaria, assim, da economia e de outras formas de cooperação internacional. Aqui podemos ver a grande prioridade e relevância que esta corrente dá ao aspecto econômico e minimiza totalmente o político, ou seja, busca em todo momento soluções pacíficas no contexto das sociedades internacionais a través das distintas funções das instituições do poder.

3.4.3 O Neofuncionalismo

A teoria neo-funcionalista se ramifica da própria teoria funcionalista como tentativa política de explicar o processo de integração, sobretudo da União Europeia, depois da incapacidade da Liga das Nações de manter a paz mundial depois da Segunda Guerra Mundial (OLIVEIRA, 1999). As idéias básicas desta teoria estão ligadas aos trabalhos de Haas (1958), que argumenta que a economia, a tecnologia e outros desenvolvimentos no decurso do século XX, conduziram os Estados para a integração econômica e política. O núcleo central desta teoria reside na concepção de que são as forças econômicas e tecnológicas os eixos condutores para uma maior integração política²⁵.

Haas (1964) destacou o papel dos grupos de interesses nacionais e dos partidos políticos, que ao promoverem os seus próprios interesses econômicos induzem a integração. Isto é, a integração significa o processo de transferência das expectativas excludentes de benefícios do Estado-nação para uma entidade maior. Por sua vez, esta corrente advoga que os processos de integração são impulsionados a partir de um núcleo central chamado funcional, formado pelos governos que dão início às negociações por serem atores com capacidade de poder assumir um compromisso desse tipo e fazer com que a sociedade o respeite (MARIANO; MARIANO, 2002).

²⁵ Para Haas (1958) cujo trabalho “*Teoria da integração funcional*” resultou da experiência da comunidade Europeia de Carvão e Aço (CECA), a integração internacional é o processo pelo qual os atores políticos de diferentes comunidades são levados a reorientar as suas lealdades, as suas aspirações e as suas atividades políticas para um novo centro, cujas instituições possuem, ou procuram possuir, competências que as sobrepõem às dos Estados nacionais preexistentes.

Para estes mesmos autores, o ponto de partida seria a iniciativa burocrático-estatal, aonde o processo ir-se-ia esparramando (*spillover*²⁶) para sociedade, criando uma dinâmica de reações, demandas e respostas. A idéia contida no conceito de *spillover* é a de que a integração ao se aprofundar, mobiliza grupos de interesses existentes na sociedade contra ou a favor do processo. E, perante o aumento de interesse de grupos organizados, esta teoria conclui que o *spillover* pressiona pela criação de uma burocracia voltada para administrar as questões referentes à integração, de preferência com caráter supranacional, pois dessa forma, poderia aparar diferenças nacionais e entre diversos grupos setoriais que se sentem ameaçados.

Assim, soluções de cunho regional facilitariam a aplicação de políticas compensatórias, ao diluir os custos das mesmas no conjunto do bloco econômico, apesar de exigir maior capacidade de coordenação e cooperação entre os países. Ou seja, o *spillover* influencia a estrutura institucional ao explicitar sua incapacidade de atender às novas demandas e realidades (TAYLOR, 1963; MARIANO; MARIANO, 2002). Entretanto, a maior parte da teoria neo-funcionalista caiu em desuso, principalmente pelo grande gargalo que tiveram por não terem conseguido explicar adequadamente a realidade da integração europeia, que foi o seu único estudo de caso importante.

Esse fato foi o motivo de muitas críticas feitas a esta corrente que se resume da seguinte maneira: a corrente neo-funcionalista fundamentalmente se concentram, em argumentos de caráter mais prescritivo do que uma análise econômica. Enfatiza demasiadamente a previsão futura sem uma análise sustentada da construção já efetuada (passado), o automatismo associado inicialmente à idéia de *spillover* só veio a provar como algo excessivo (TAYLOR, 1963). Estas críticas fizeram com que o próprio Ernest Haas, formulador central da teoria viesse a revê-la posteriormente, em 1961.

²⁶ O *spillover* supõe a existência do núcleo funcional com capacidade autônoma de provocar estímulos integracionistas, incorporando ao longo do tempo, novos atores e setores relevantes. Esse fenômeno ocorre quando políticos e elites percebem que a integração pode produzir mais benefícios econômicos do que sacrifícios e tentam por isso influenciar suas instituições centrais. Esse interesse proporciona ao processo de integração uma dinâmica própria, tornando-o menos dependente da vontade política dos governos. Assim, *spillover* reporta-se a uma situação em que uma dada ação relacionada com um objetivo específico, cria situação tal que o objetivo inicial só pode ser assegurado si se tomam medidas subseqüentes e assim sucessivamente (TAYLOR, 1963).

3.4.4 A Interdependência

Por interdependência, entende-se a crescente interconexão dos níveis econômico, social e político no sistema internacional, abrangendo não apenas setores políticos, mas, também, um número substancial de outras pessoas que têm envolvimento cotidiano em redes internacionais. A interdependência é um conceito típico ideal para explicar as relações entre Estados como algo que ultrapassa as disputas baseadas em questões de força e segurança (TOOZE, 1994). Neste sentido, o poder ainda continua como elemento central nesta análise, porém incorpora as esferas econômica, social, ambiental e militar.

O início desta abordagem deve-se a Robert Keohane e Joseph Nye para os quais a interdependência internacional força a revisão das perspectivas convencionais dos interesses nacionais (ROSAMOND, 2000). Nesta teoria, as relações entre os Estados ocorrem de acordo com um conjunto de regras, normas e procedimentos que regulamentam seus comportamentos e controlam seus efeitos na tentativa de uma convergência das expectativas dos atores (MARIANO; MARIANO, 2002). Segundo os mesmos autores, essa idéia de regime supõe alguma forma de regulação com um mínimo de aceitação por parte dos países e de obediência as regras acordadas por eles. Ou seja, é a suposição de que um grupo de atores teria a capacidade para definir procedimentos a partir de um consenso mínimo específico, na qual a negociação faz parte de uma lógica cooperativa cujo objetivo é a resolução de problemas.

Em relação direta com a teoria da interdependência estão as teses sustentadas no conceito “regime”, as quais provêm de análise da cooperação internacional, surgidas, sobretudo nos Estados Unidos e se focalizam na necessidade de encontrar um ponto de referência para a sociedade internacional, num contexto de crescente interdependência mundial. Da busca de alguma ordem internacional terão emergido, em certos casos, os regimes. Na expressão de Tooze (1994), a gestão das interdependências requer instrumentos e estruturas que vão para lá da diplomacia convencional e das instituições formais da organização internacional, requerendo regras e normas reguladoras de comportamentos sociais que legitimem determinadas atividades, e desligando outras.

Em suma, o conceito da interdependência apresenta a cena internacional como uma rede de interações entre Estados e os atores não estatais, entre os atores domésticos e transnacionais. Os regimes criam regulação consensual nesse cenário, assim superando a anarquia convencional, padronizando comportamentos, mas não produzindo necessariamente

instituições formais de suporte para os mesmos, sendo, portanto uma forma remota e embrionária de uma entidade política.

3.4.5 O Neoinstitucionalismo

O neo-institucionalismo assim como o intergovernamentalismo surgiu após os acadêmicos terem reconhecido como inadequados os argumentos funcionalistas e neo-funcionalistas em relação à explicação da integração econômica e políticas. A teoria neo-institucionalista abraça a idéia da necessidade das instituições internacionais para resolver as falhas dos mercados, os problemas econômicos e também os problemas decorrentes da integração regional (GILPIN, 2001).

Para os neo-institucionalistas, cujo principal expoente é Robert Keohane, os institucionalistas não elevam os regimes internacionais a posições míticas de autoridade sobre os Estados, mas entendem que tais regimes são criados pelos Estados para alcançarem seus objetivos. Assim, para poderem enfrentar dilemas de coordenação e colaboração sob condição de interdependência, os governos procuram instituições internacionais que lhes permita alcançar seus objetivos por via de uma ação coletiva limitada (OLIVEIRA, 1999).

Para esta corrente, as instituições internacionais promovem cooperação e criam incentivos para que Estados solucionem as suas disputas. Neste sentido, seus defensores encontram eco nas opiniões das elites políticas, as quais aceitam amplamente as explicações sobre o interesse dos participantes em cooperarem no contexto regional, onde as instituições são vistas como regras organizadas, código de condutas e estruturas que proporcionam ganhos significativos ao resolverem problemas coletivos, muito embora quando os interesses se entrecruzam, provoca algumas reações duvidosas.

3.4.6 O Intergovernamentalismo

O intergovernamentalismo cujo principal expoente é Andrew Moravcsik, na verdade é um modelo teórico de relações internacionais que pode ser aplicado para explicar a integração regional a partir do paradigma Estado - cêntrico, mas, não uma teoria específica da integração.

Oliveira (1999) argúi que dois pressupostos fundamentam esta abordagem: o reconhecimento da existência de uma sociedade internacional e conseqüentemente dos canais assim abertos à negociação e; a reafirmação da centralidade do Estado nos assuntos nacionais e internacionais. Em certa medida estas teses aceitam a idéia da interdependência, mas concebem o Estado como líder do processo.

Esta tradição alega que os interesses econômicos e as preferências em políticas econômicas de curto prazo serem as principais forças propulsoras da integração regional. Gilpin (2001) alega que se trata da mais significativa abordagem da ciência política relativamente à integração econômica e política e realça os interesses econômicos como a principal força condutora da integração regional, na qual, ao evidenciar a importância das instituições regionais, atribui um papel central aos governos nacionais.

A teoria intergovernamentalista supõe que os Estados são atores dotados de certa racionalidade²⁷ e cujo comportamento reflete as pressões sofridas internamente, vindas de grupos presentes na sociedade e de pressões externas criadas pelo próprio ambiente internacional. O aspecto racional desse tipo de ação encontra-se no fato das decisões governamentais não serem aleatórias, porque os governos possuem capacidade de decidir segundo os custos e benefícios que a decisão representa (OLIVEIRA, 1999).

Por serem atores racionais e egoístas, os Estados procuram sempre atingir altos níveis de satisfação e ganhos individuais com o menor custo possível. Esta é a forma utilitarista de entender a lógica pela qual as nações tomam suas decisões e fazem suas escolhas. Assim, esse utilitarismo seria a via que possibilita a cooperação, ao eliminar parcialmente a preocupação de cada um com os ganhos de outros.

Para os intergovernamentalistas, quando surge no interior de um processo de integração um auto-estímulo (*spillover*) para sua manutenção, resultante da participação mais efetiva da sociedade e, principalmente dos grupos econômicos, havendo uma realimentação automática, criam-se vínculos mais sólidos e aumentam a interdependência e a necessidade de cooperação. Em suma, o intergovernamentalismo é uma teoria parcial útil para explicar as principais barganhas da integração e não o processo em si (MARIANO; MARIANO, 2002).

²⁷ Quando se refere à racionalidade do Estado ou ação racional do Estado, se está supondo que ele é minimamente racional, sendo capaz de formular um conjunto de fins e objetivos com algum grau de ordenamento quanto a sua importância e de criar parâmetros de tomada de decisões.

3.5 Teoria do desenvolvimento econômico: crescimento *versus* desenvolvimento econômico e a posição da África ocidental

Antes de entrar na questão conceitual que diferencie o desenvolvimento do crescimento, e tratando de uma região em desenvolvimento como a África Ocidental, primeiramente convém abordar mesmo de forma resumida, algumas questões sobre a teoria o desenvolvimento econômico. Na literatura econômica, a preocupação pelo desenvolvimento nas suas distintas versões (riqueza, prosperidade material, progresso, e crescimento) e a tentativa de compreender como alcançá-lo é uma questão que vem desde muito atrás, sobretudo na etapa dos mercantilistas, que foram os pioneiros do desenvolvimento centrado no comércio, depois os clássicos também tiveram importantes contribuições (MEIER; SEERS, 1986).

Entretanto, a economia do desenvolvimento ganhou um impulsivo reconhecimento como disciplina após a Segunda Guerra Mundial, com os trabalhos pioneiros de Meier e Seers (1986) intitulado “*pioneros del desarrollo*”, sendo que a economia do desenvolvimento desta etapa se conhecida como, teoria da modernização, constituindo a ortodoxia econômica da disciplina até meados da década de 1960. Por modernização se entendia o processo pela qual se ia preenchendo progressivamente as lacunas entre tradição e modernidade, ou seja, o momento a partir da qual o crescimento industrial se transforma na condição natural e no objetivo fundamental do funcionamento de uma sociedade determinada.

Paralelamente a modernização, aparece também o conceito de difusão, entendida como a propagação do capital e tecnologia desde os países mais avançados. A difusão era considerada o motor do processo e elemento imprescindível para sair do subdesenvolvimento e recortar o tempo necessário da passagem de sociedade tradicional para a sociedade moderna (FRANK, 1992).

Em relação às características da teoria da modernização, Meier e Seers (1986) destacam como fundamentais: (i) a identificação do desenvolvimento com o desenvolvimento econômico, este com o crescimento econômico, e este outro por sua vez com o crescimento do PIB *per capita*; (ii) a consideração do fenômeno do subdesenvolvimento como problema do atraso relativo, conseqüência da existência de círculos viciosos que se mantém numa situação de estancamento permanente; (iii) a industrialização era grande de importância no

modelo de desenvolvimento e considerado elemento chave da modernização e aspecto imprescindível do desenvolvimento; (iv) o papel outorgado ao Estado e a planificação como elementos essenciais da política do desenvolvimento; (v) a defesa da poupança externa, na forma de ajuda, créditos ou investimentos diretos.

Na sua teoria de estágios de crescimento em observação histórica dos países desenvolvidos, Rostow (1962) deu sua contribuição sobre o conceito do desenvolvimento como um problema do atraso econômico. Este autor projeta que as vias do desenvolvimento são uniformes em todos os países, portanto, toda sociedade deverá atravessar por uma série de cinco estágios ou etapas para alcançar o desenvolvimento econômico, a saber: (i) sociedade tradicional, (ii) pré-requisito para o *take-off*, (iii) do *take-off* ao crescimento sustentável, em direção a maturidade e (iv) idade de consumo de massa. Assim, os países que ainda não o tenham feito, são devidos que se encontra com alguns obstáculos nos seus caminhos, como por exemplo, a falta de capital.

Estes obstáculos do desenvolvimento foram sistematizados na doutrina do círculo vicioso, na qual contribuíram autores como Gunnar Myrdal, Hans Singer e Ragnar Nurkse. O círculo vicioso da pobreza pode resumir-se da seguinte maneira: um país pobre apresenta baixa renda e por tanto, baixo ingressos o que provoca um nível de poupança muito reduzido, que se traduz num escasso investimento totalmente incapaz de gerar renda elevada. Portanto, um país é pobre porque é pobre e a única forma de sair desse círculo vicioso é rompê-lo por algum dos escalões, como por exemplo, a poupança²⁸.

A teoria de Rostow se refere, essencialmente, aos países desenvolvidos. Caso contrário, jamais se poderia afirmar que as vias do desenvolvimento, por exemplo, da Guiné-Bissau seriam uniformes com as de Inglaterra. O desenvolvimento tem que ser analisado, *a priori*, em dependência das situações históricas e socioeconômicas particulares de cada país ou região. Portanto, o argumento de Rostow não serve para países como os africanos.

²⁸ Esta ideia foi corroborada pelo modelo Harrod-Domar, da corte pós-keynesiana, segundo o qual, a variável chave do processo do desenvolvimento é o investimento, o qual depende diretamente da poupança. O investimento tem um papel duplo no processo do desenvolvimento: gera crescimento econômico ao ser o motor da demanda agregada e dota ao país de maior capacidade produtiva, aumentando desta forma, a oferta agregada (HUNT, 1989).

Outra contribuição importante na questão do desenvolvimento foi a *teoria estruturalista de desenvolvimento*²⁹, cujo ponto de partida corresponde a crítica à teoria neoclássica do comércio internacional materializada na teoria da tendência à deterioração dos termos de troca conhecida como a tese Prebisch-Singer³⁰. No seio do estruturalismo, se elaboraram estudos sobre os obstáculos ao desenvolvimento latino-americano e recomendações da política econômica para superá-los.

A teoria estruturalista distingue o crescimento do desenvolvimento econômico e define o subdesenvolvimento e o desenvolvimento em função da diferente relevância dos fatores estruturais e do progresso tecnológico. Assim, uma economia subdesenvolvida seria aquela na qual o nível tecnológico de alguns setores da economia está muito abaixo dos setores mais avançados e muito abaixo igualmente do que poderia alcançar com uma tecnologia conhecida. Neste sentido, o desenvolvimento econômico consistia na introdução de uma nova combinação de fatores de produção capaz de incrementar a produtividade do trabalho (HUNT, 1989).

Segundo esta teoria, o desenvolvimento econômico se caracteriza pela continua expansão de números de setores que utilizam a tecnologia mais avançada e um câmbio na composição da produção final. Assim, uma expansão da produção a partir das atividades que utilizam a tecnologia existente seria definida como crescimento, mas não como desenvolvimento (DOS SANTOS, 2000). Ademais, as estruturas existentes nas economias subdesenvolvidas têm sido historicamente determinadas pela forma na qual tais economias têm se inserido na economia internacional. Dito de outra forma, a função destes países na economia mundial tem sido de servir de fontes de recursos baratos para a industrialização dos países desenvolvidos e de mercados de exploração dos produtos destes países.

Devido a esses fatores, as economias subdesenvolvidas apresentam estruturas econômicas duais, com um setor moderno orientado a exportação de produtos primários e outra tradicional quase de subsistência. Assim, máquinas e equipamentos, tecnologia, bens industriais de consumo são importados das economias detentoras de tecnologias mais

²⁹ A teoria estruturalista segundo Hunt (1989) pode dividir-se em três importantes etapas: a primeira (década de 1950 até meados de 1970) caracterizada pelo domínio do pensamento cepalino cuja base era à teoria do deterioro de termos de troca; a segunda etapa corresponde o modelo centro-periferia e, a terceira, as recomendações de uma política de ISI.

³⁰ Mesmo que para muitos tal teoria não possa ser considerada propriamente estruturalista, é plausível reconhecer que colocou as bases, pelo menos na versão de Prebisch, do que seria a pedra angular do estruturalismo latino-americano: o modelo centro- periferia.

avançadas. Neste sentido, enquanto as economias subdesenvolvidas não forem capazes de modificar essas estruturas, serão incapazes de gerar sua própria dinâmica de crescimento e alcançar o desenvolvimento econômico. Então a solução seria uma decidida intervenção governamental, que promova uma contínua transformação estrutural apoiada no desenvolvimento de um setor industrial nacional diversificado (HUNT, 1989; DOS SANTOS, 2000).

A teoria da deterioração do termo de troca de Prebisch- Singer, apoiando-se nos respectivos estudos originais de cada um dos autores, afirma que ao longo do tempo, os produtos primários procedentes dos países subdesenvolvidos vão perdendo valor com respeito aos produtos manufaturados procedentes de países desenvolvidos, com o qual a especialização produtiva existente prejudicaria aos países subdesenvolvidos e beneficiaria aos países desenvolvidos, impedindo o desenvolvimento dos primeiros e favorecendo o dos segundos (PREBISCH, 2000b)³¹.

Isso se deve segundo explicou Prebisch no seu modelo centro-periferia, ao fato de que os países subdesenvolvidos gravitam em torno dos países desenvolvidos. Tal sistema foi organizado nos países centrais, favorecidos por um prévio progresso técnico, em função dos seus interesses. Assim, as estruturas produtivas dos países subdesenvolvidos estão mais em função das necessidades dos países centrais do que dos próprios periféricos.

Na verdade, a dinâmica do centro *versus* periferia radicava na estrutura que determinava um padrão específico na inserção internacional, isto é, a diferente inserção entre a economia agrária e a economia industrial se expressa em diferenças nas elasticidades do comércio destas economias, o que provoca graus distintos de restrição externa ao crescimento das economias da periferia e do centro (PREBISCH, 2000a).

O que acontece com as economias ocidente-africanas na atual fase de evolução do comércio global é justamente o que Prebisch já vinha preconizando. Ou seja, os países da África Ocidental produzem bens e serviços com demanda internacional pouco dinâmica e importam bens e serviços com demanda doméstica em rápida expansão. Em outras palavras, estamos assistindo a tese igual a da deterioração dos termos de intercâmbio, na medida em

³¹ Não pode ter uma afirmação mais clara e contundente que essa em relação aos países africano. Dizer simplesmente que acontece exatamente como aqui esta explicada.

que os ganhos de produtividade decorrentes do comércio internacional não se direcionarem para esta região africana.

Em grande medida, os resultados dos pequenos progressos ocorridos na África Ocidental acabam sendo canalizados para os países ocidentais; tendo em conta que as barreiras impostas por estes países aos produtos africanos, acabam reduzindo os preços de seus bens exportados face aos bens importados dos países desenvolvidos, inviabilizando desta maneira o crescimento regional (BAD, 2010).

As recomendações de políticas econômicas derivada da abordagem estruturalista contribuíram para a fundamentação teórica e, assim, a elaboração de planos de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), isto é, a transformação da estrutura produtiva destes países por meio de substituição das manufaturas importadas por outras de produção nacional. Esse fato implicou a aplicação de políticas protecionistas voltadas ao desenvolvimento das indústrias nacionais mediante o controle dos níveis de concorrência originados das empresas do resto do mundo (HUNT, 1989).

Segundo este autor, a política de ISI não conseguiu os efeitos desejados. Ou seja, mesmo que tenha contribuído para com a industrialização dos países latino americanos, a mesma não significou uma saída para o desenvolvimento. Problemas como, a vulnerabilidade externa e a alta inflação se agravaram com o tempo, assim como o aumento do poder das empresas transnacionais.

Esta experiência não bem sucedida provoca que em meados década de 1960, o pensamento estruturalista começasse a se desenvolver de forma importante fora do âmbito da CEPAL. Assim, ainda com influência cepalina e neomarxista começam a surgir versões da teoria da dependência, que tiveram contribuições importantes de Raul Prebisch, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Falleto, Osvaldo Sunkel e Pedro Paz (SUNKEL; PAZ, 1975).

A teoria da dependência apresenta a dependência como uma situação na qual a economia de certos países está condicionada pelo desenvolvimento e a expansão de outra economia a qual está submetida. Desta maneira, somente podem evolucionar como reflexo da expansão das economias dominantes, que pode ter efeito negativo ou positivo sobre o desenvolvimento imediato destes países (CARDOSO; FALLETO, 1969). A versão estruturalista da dependência aceita a possibilidade de que exista um desenvolvimento na

periferia, isto é, pode produzir-se a industrialização e o desenvolvimento da periferia, mas este estará sempre vinculado ao dinamismo e às necessidades do centro.

Feitas essas ressalvas, sobre algumas das teorias do desenvolvimento econômico, que mais enfatizaram a perspectiva dos países periféricos, se pretende de agora em diante, demarcar, com maior precisão, as diferenças analíticas entre o desenvolvimento e o crescimento econômico. Para Conceição (2002), a tentativa da distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, processos que podem ocorrer paralelamente, mas também de dinâmicas bem diferentes, é uma das questões mais importantes na economia política.

Historicamente, o desenvolvimento esteve associado ao aprofundamento ou à sofisticação do processo de industrialização, motivo pelo qual, até hoje é comum usar a expressão “países industrializados” como desenvolvidos. O crescimento e o desenvolvimento não são fenômenos espontâneos. O crescimento é condição básica para que haja desenvolvimento - um contínuo crescimento abre as portas ao desenvolvimento -, entretanto, ambos exigem impulsos, coordenação de expectativas e estabelecimentos de incentivos aos agentes econômicos (SICSÚ; MIRANDA, 2009).

Segundo Cacciamali (1996), o desenvolvimento econômico constitui um processo liderado pelo sector industrial onde a renda *per capita* de uma dada população se eleva persistentemente acompanhado de transformações estruturais, quantitativas e qualitativas destacando-se: (i) diminuição nas taxas brutas de natalidade e de mortalidade que alteram a estrutura etária da população e da força de trabalho; (ii) ampliação do sistema escolar e de saúde, movimentos de urbanização das atividades econômicas e da forma de trabalho em detrimento do setor primário; (iii) aumento da produtividade média da economia liderada pelo setor industrial, e diminuição da desigualdade de renda.

Adicionalmente, segundo a mesma autora, o desenvolvimento econômico pressupõe também que a maior parte da população dessa sociedade seja a principal beneficiária desse conjunto de transformações estruturais. Assim, ao longo do tempo, para a maior parte da população devem ocorrer melhorias no padrão de vida material, ampliação no exercício da cidadania e maiores oportunidades de aperfeiçoamento pessoal. Colman e Nixo (1981) alegam que o desenvolvimento econômico é um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores desejáveis pela sociedade. Portanto, corresponde a um conjunto normativo medido de forma diferente pelos diferentes indivíduos de uma mesma sociedade.

Em relação ao crescimento econômico, este é considerado como o principal mecanismo para gerar o desenvolvimento, permitindo aumentos de demanda de trabalho, de produtividade, de salários e redução de preços para a compra de bens; seguidamente se espera que o benefício desse crescimento se expanda rapidamente para serem desfrutados por toda a população (CASTELAR, 2009).

Uma das contribuições importante nesse debate foi à dada por Bielschowsky (2000), ao comentar que as teorias concebidas nos grandes centros universitários do mundo ocidental apresentam falhas importantes ao ignorar que o desenvolvimento econômico possui uma nítida dimensão histórica. Dosi, Freeman e Fabiani (1994) corroboram essa idéia ao afirmarem que a análise de padrões nacionais de desenvolvimento requer necessariamente que se levem em conta, aspetos históricos da respectiva formação econômica nacional, os quais por sua vez repousam (*embedded*) na base institucional sobre a qual se deu determinado tipo de desenvolvimento econômico.

Nesta mesma linha de raciocínio e em relação África Ocidental, a essência do entendimento da problemática desenvolvimentistas de seus países, inequivocamente nos leva a analisar seu passado histórico de exploração e saqueio de riqueza ao longo dos séculos. Portanto, também são esses fatores os que influenciaram a negativa dinâmica desenvolvimentista desta região.

Sen (2000) tem contribuído para incorporar as dimensões qualitativas a partir da abordagem do desenvolvimento humano, o qual representa a tentativa de colocar assuntos do bem-estar das pessoas no centro de discussão sobre o crescimento econômico, políticas sociais, investimentos em tecnologia e sustentabilidade ambiental, dentre outros aspetos relacionados com o desenvolvimento.

O desenvolvimento na visão de Sen (2000) é visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Essa visão contrasta com as outras mais restritas como as que identificam o desenvolvimento com o crescimento do PIB³². Para ele, o

³² Muito embora reconheça que o crescimento do PIB ou rendas individuais obviamente pode ser muito importante como meio para expandir as liberdades desfrutadas pelos membros das sociedades, Amartya Sen argumenta que estes não são os únicos meios ou instrumentos de gerar capacitações, já que devem ser considerados outros meios tão importantes quanto à renda para a promoção do bem-estar humano como os recursos naturais, no que concerne a água que se bebe e ao ar que se respira. Ao garantir a qualidade desses recursos, uma pessoa pode experimentar maior bem-estar do que aquele que poderia vivenciar com aumentos e rendas (SEN, 2000).

desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhoria da vida e das liberdades, sendo que as evidências empíricas indicam veementemente que o crescimento econômico está ligado a um clima econômico mais propício do que um sistema político rígido.

Tanto o crescimento quanto o desenvolvimento, segundo Sicsú e Miranda (2009) requerem estratégias ou escolhas que ligam ações imediatas com os objetivos esperados, e instituições. Neste sentido, a idéia de Douglass North de propor a formulação de uma teoria da dinâmica econômica que reside fundamentalmente na compreensão e na sistematização do desenvolvimento como mudanças qualitativas nas instituições resulta relevante (NORTH, 1994).

Este autor coloca as instituições no centro do processo do desenvolvimento ou evolução das sociedades, definindo-as como restrições humanamente inventadas, que estruturam as interações humanas. Assim, as instituições constituem de restrições formais (regras, leis, constituições) e restrições informais (normas de comportamento, convenções, códigos de conduta) e suas características em fazê-las cumprir. Em conjunto, elas definem a estrutura de incentivo das sociedades e especialmente das economias, ou seja, são as determinantes das performances econômicas (NORTH, 1994).

Quais então os sintomas que se verificam nos países que estão alcançando ou que já alcançaram estágios de desenvolvimento? Na opinião de Sicsú e Miranda (2009), os primeiros sintomas de uma relação sinérgica entre crescimento e desenvolvimento são: queda acentuada do desemprego, aumento drástico do grau de formalização de força de trabalho, elevação dos rendimentos, melhor distribuição funcional da renda e redução do déficit orçamentário nominal.

Por sua vez, Milone (1996) elenca que os sintomas verificados numa sociedade que cresce estão relacionados com: acumulação de capital através de aumentos de máquinas, indústrias, da realização de obras de infraestruturas (estradas, energia etc., e do investimento em recursos humanos) ; crescimento da população que em última instância, implica aumento da força de trabalho e da demanda interna e progresso tecnológico.

Partindo de todas essas análises, perguntam-se quais as estratégias do processo de desenvolvimento? Castelar (2009) e Sicsú (2009) especificam que uma estratégia de desenvolvimento é uma visão de para onde se quer levar a sociedade: uma sociedade de bem-estar social, com máxima qualidade de vida para todos. Para tal, sua trajetória deve incluir

conjunto de metas, instrumentos e responsabilidades explícitas em um programa plurianual de políticas públicas, que seja percebido pela sociedade como factível, legítimo e objeto de comprometimento governamental.

O objetivo final de uma estratégia de desenvolvimento deve ser a construção de uma sociedade democrática, tecnologicamente avançada, com emprego e moradia dignos para todos; um ambiente planejado, com uma justa distribuição de renda e da riqueza e igualdade plena de oportunidades. O desenvolvimento é alcançado quando existe uma sólida articulação entre um sistema nacional de inovação maduro; um sistema de seguridade social de qualidade e universal; um sistema financeiro funcional e um modelo macroeconômico eficiente que promove crescimento com estabilidade (SICSÚ; MIRANDA, 2009).

Entretanto, o desenvolvimento econômico não pode ser analisado somente por meio de indicadores econômicos. A análise do desenvolvimento deve ser completada por um conjunto de indicadores que reflitam ainda que de forma incompleta, a qualidade de vida dos indivíduos, alterações sociais e políticas institucionais. Assim, Sen (2000) afirma que têm que ser considerados aspectos como consumo real *per capita*, expectativa de vida, mortalidade infantil, fecundidade, analfabetismo, educação, distribuição de renda entre diferentes classes e setores, centralização de atividade econômica e poder político (democracia) também são importantes para detectar se de fato o crescimento está atingindo os objetivos. Ademais, é preciso ter cuidado e saber nitidamente a diferença conceitual do crescimento e desenvolvimento, pois existem evidências que é possível um país crescer sem desenvolver-se.

3.6 Considerações finais

As teorias da integração regional são relevantes para a compreensão da evolução da atual economia globalizada. O processo da integração não deve ser visto somente a partir do ponto de vista econômico, mas também desde outros ângulos, como a mitigação da soberania, junção de diferentes culturas, hábitos e idiossincrasias.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a teoria da integração ganhou mais força e relevância, sobretudo em sua dimensão econômica e comercial, após o trabalho pioneiro de Viner (1950) relacionado com as uniões aduaneiras, em razão dos avanços da Comunidade Europeia. O trabalho de Viner estava centrado em arquitetar uma integração regional, depois

do reconhecimento da necessidade de caminhar em direção à criação de comércio livre através de instituições internacionais que promovessem a eliminação das barreiras comerciais de modo a estabelecer equilíbrio entre os países no comércio internacional.

Em relação à integração econômica, que apresenta a criação de comércio e desvio de comércio, como duas das principais conseqüências, seu conceito varia de acordo com o enfoque acentuado pelos diversos autores, assim como do âmbito econômico envolvido. Belassa (1961) separa a integração como processo e como situação. Como processo, a integração econômica é um conjunto de medidas destinadas a eliminar as discriminações entre unidades econômicas de diferentes países. Como situação, a integração corresponde à ausência de formas de diversificação entre economias nacionais.

A integração econômica pode assumir níveis nacional, regional e internacional. Em relação ao grau de aprofundamento, se classifica em zonas de preferências tarifárias áreas de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica, união monetária e união econômica e monetária (BELASSA, 1961). Ressaltar, que a motivação política tem tido um papel fundamental nas tentativas de integração (TORRENT, 2006).

É importante, porém, circunscrever que a integração política exige para além da correspondente manifestação de vontade, atitudes conducentes a essa associação. Com uma maior vontade política dos Estados-membros, a comunidade estará mais compacta, no meio da qual se estabelece uma forte coesão e estreitos vínculos de reciprocidade entre os distintos povos que constituem o bloco. Neste sentido, questões relacionadas com o federalismo, funcionalismo, neofuncionalismo, neo-institucionalismo e o intergovernamentalismo, devem ser entendidas de maneira profunda para que qualquer processo de integração tenha resultado.

Por seu turno, a integração monetária, entendida como um conjunto de moedas com conversão de paridade absolutamente fixa e dotadas de credibilidade, depende em larga medida, da existência de aceitação total dos objetivos das autoridades monetárias e políticas monetárias coordenadas. Aqui se destaca a TAMO, que segundo Mundell (1961), uma área monetária ótima é uma zona geográfica dentro da qual se podem manter fixas as taxas de câmbio, sendo, normalmente, menos caro usar uma única moeda. Ou seja, representa uma área econômica onde a mobilidade dos fatores de produção é perfeita, sobretudo, o fator de trabalho. Um dos argumentos é que quando maior é o grau de integração, ou seja, quanto mais convergem os ciclos econômicos das respectivas economias, maiores serão as oportunidades do êxito da sua implantação.

Em relação à problemática da teoria do desenvolvimento, seu surgimento como disciplina se relaciona com a etapa pós Segunda Guerra Mundial, mesmo reconhecendo que tanto os autores mercantilistas como os clássicos já tinha feitos grandes contribuições para a teoria do desenvolvimento. Historicamente, o desenvolvimento esteve associado ao aprofundamento do processo de industrialização, motivo pelo qual, até hoje é comum usar a expressão “países industrializados” como desenvolvidos. Crescimento e desenvolvimento não são fenômenos espontâneos; o crescimento é condição básica para que haja desenvolvimento, isto é, um contínuo crescimento abre as portas ao desenvolvimento. Entretanto, ambos exigem impulsos, coordenação de expectativas e estabelecimentos de incentivos aos agentes econômicos (SICSÚ E MIRANDA, 2009).

4. ECONOMIA POLITICA DA ÁFRICA OCIDENTAL

4. 1. Considerações iniciais

No prefácio do livro *História Geral da África I*, Amadou Mathar M'Bow, comentou que durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie esconderam do mundo a real história da África. Nas palavras de M'bow (2010, p. XXI) “[...] um grande número de especialistas não africanos, ligados a certos postulados, sustentava que essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo científico, notadamente por falta de fontes e documentos e escritos”. Para este autor, ao escrever sobre a história africana, recorria-se somente a fontes externas à África, oferecendo uma visão não do que poderia ser o percurso dos povos africanos, mas daquilo que se pensava que deveria ser.

A África Ocidental, onde estão situados geograficamente os países da UEMOA (ver a Figura 1), representa talvez a região mais relevante na África Subsaariana em termos históricos e de luta, e as justificativas para esse fato são várias. Em primeiro, foi nessa região onde apareceram organizações, reinos e impérios bem organizados e estruturados caso os impérios de Gana, Mali e Songai, que controlavam o comércio transaariano de sal, ouro, matérias-primas, marfim dentre outros.

Em segundo, após a partilha da África foi a região chave no processo da descolonização africana, uma vez que produziu importantes intelectuais e líderes que opuseram firmemente à dominação colonial, casos de Kwame Nkrumah (Gana), Sekou Touré da Guiné, Amilcar Cabral da Guiné-Bissau, Cheick Anta Diop, Leopold Sedar Senghor e Adoulaye Wade ambos do Senegal, Felix Houphouet Boigny da Costa de Marfim, Adebayo Adedeji da Nigéria e Joseph Zi-Zerbo da Burkina Faso. Neste sentido, não foi por casualidade que seus países foram os primeiros subsaarianos a serem independentes: Gana em 1957, Guiné-Conacri em 1958 e depois um punhado de países em 1960.

Na questão de integração, sem dúvida foi nesta região, na figura do Kwame Nkrumah, que as idéias panafricanistas foram abraçadas com mais ímpeto, plasmadas na sua importante obra “África deve unir-se”. O movimento pan-africano idealizado por Nkrumah tinha por fim

Os países da UEMOA, uma vez que a maioria deles fazia parte da África Ocidental Francesa (AOF) durante a colonização e das Colônias Francesas da África (CFA) após o domínio colonial, aproveitaram para criar uma união monetária tendo em conta que já compartilhavam uma moeda única fazia muito tempo. Depois, transformaram a união monetária em união econômica e monetária, em dependência dos acontecimentos que estavam ocorrendo naquele momento, como as crises financeiras e, sobretudo, a desvalorização da moeda local, em janeiro de 1994.

O objetivo deste capítulo é relacionar a história da África ocidental com a formação dos processos de integração na zona, realçando os laços históricos existentes desde antes da colonização, como fato importante para a formação de uma união econômica e monetária numa região sem condições prévias.

O capítulo se divide em seis partes contando com essa introdução. A segunda parte conta a história da África ocidental, antes e durante a colonização. Destacou-se o debate sobre os efeitos posteriores da Conferência de Berlim (1844-1845), cujas conseqüências negativas ainda prejudicam os países africanos. Na seqüência, a terceira parte traz uma breve história dos países integrantes da UEMOA, para o entendimento posterior do seu processo de integração. A quarta parte explica o processo de integração na região, começando pela etapa do movimento panafricanista, seguida pela etapa da criação da OUA e suas instituições de apoio. Na quinta parte, são expostas as origens, causas e as principais características dos dois principais blocos econômicos da região: o CEDEAO e a UEMOA. A seguir as considerações finais do capítulo.

4.2 África ocidental antes e durante a colonização

Na história da África, o período entre 1880 e 1935³³ foi caracterizado por mudanças rápidas e profundas. As mais importantes e trágicas ocorreram de 1888 a 1910, quando da conquista e ocupação de quase todo o continente pelas potências imperialistas e, depois, pela instauração do sistema colonial. O desenvolvimento desse drama foi verdadeiramente

³³ A geração de 1880-1914 assistiu uma das mutações históricas mais significativas dos tempos modernos. Com efeito, foi no decorrer deste período que a África, se viu retalhada, subjugada e efetivamente ocupada pelas nações industrializadas (UZOIGNE, 2010).

espantoso, pois até 1880, 80% do território da África era governado por seus próprios reis, rainhas e chefes de clãs dos diversos reinos, impérios e unidades políticas de naturezas variadas. Ou seja, apenas algumas áreas bastante restritas da África estavam sob a dominação direta dos europeus (BOAHEN, 2010).

Em toda África Ocidental, essa dominação limitava-se às zonas costeiras e às ilhas do Senegal, a cidade de Freetown e seus arredores (que hoje faz parte da Serra Leoa), as regiões meridionais da Costa de Ouro (atual Gana), o litoral de Abidjan na Costa de Marfim e de Porto Novo, no Daomé (atual Benim), assim como a ilha de Lagos (atual Nigéria). Três décadas depois assistiu-se a uma transformação radical dessa situação. Em 1914, com a única exceção da Libéria, a África Ocidental inteira já se encontrava submetida à dominação das potências européias e dividida em colônias de diversas dimensões (UZOIGNE, 2010; BOAHEN, 2010).

A fase posterior a 1910 caracterizou-se, essencialmente, pela consolidação e exploração do sistema colonial, onde vários modelos de administração e de integração por parte dos colonos europeus foram experimentados na região, com o objetivo de usurpar suas riquezas. A conquista da África Ocidental foi obra, fundamentalmente, de três potências européias: a França, que detinha o Daomé (atual Benim), a Guiné, a Costa do Marfim, o Sudão (atua Mali), a Mauritânia, o Níger, o Senegal, o Togo³⁴ e o Alto Volta (atual Burkina Faso); a Inglaterra com a Nigéria, a Costa de Ouro (atual Gana), a Serra Leoa e a Gâmbia; e Portugal que tinha a Guiné-Bissau e as ilhas de Cabo-Verde.

Uzoigne (2010) comenta que os historiadores até agora não têm a dimensão real das conseqüências desastrosas, quer para o colonizado, quer para o colonizador, desse período de guerras contínuas, embora em geral sublinhem que se tratou de uma época de transformações fundamentais. Porém, sua importância vai além de guerras e das transformações que a caracterizavam, pois a África não foi apenas assaltada em sua soberania e independência, mas também em seus valores culturais. Portanto, de 1880 a 1935, a África teve de enfrentar um novo desafio particularmente ameaçador: o desafio do colonialismo.

³⁴ Durante um tempo também esta sob o comando da Alemanha.

A colonização e o imperialismo³⁵ desenvolveram-se com muita intensidade desde a década de 1880 até a irrupção da primeira Guerra Mundial em 1914. A natureza das atividades dos europeus ocorria largamente em função de certas condições locais, como a natureza da sociedade³⁶ e da autoridade que a encabeça, o grau de penetração da influência política, religiosa e econômica dos europeus na década de 1870 e as lições que ela retirou (M'BOKOLO, 1998; DIOP, 1987). Outro fator importante foi o método³⁷ que os imperialistas europeus adotaram para a expansão do seu domínio sobre a região: diplomacia, invasão militar ou a combinação de ambas.

A conquista e a ocupação européia da África Ocidental alcançaram o apogeu no período de 1880- 1900, depois de tantas intervenções militares, invasões e campanhas organizadas contra os Estados e sociedades locais (DIOP, 1987; VISENTINI, 2007). Memoráveis, entre outras, foram as campanhas francesas no Sudão Ocidental (atual Mali), na Costa do Marfim e no Daomé (atual, Benin), entre 1880 a 1898, bem como dos britânicos no Ashanti (atual Gana), na região delta do Níger (Nigéria) e no norte da Nigéria, entre 1895 e 1903.

³⁵ Para esta tese, o *colonialismo* é entendido como o período da história entre 1800 a 1960. Entre os aspectos mais transcendentais do colonialismo, está a ocupação e repartição da África pelas grandes potências européias. Os colonialistas obrigaram as colônias africanas a cumprirem as funções de fornecedores de matérias-primas para a industrialização da Europa (ZOCTIZOUM, 2006). Paralelamente a este conceito, se associa o *imperialismo*, aqui entendido como a dominação política das superpotências européias sobre os países africanos, estabelecendo suas hegemonias sociopolíticas e culturais. Posteriormente, os EUA foram os que lideraram a fase imperialista, e uma vez que associados a Europa, tentam impor sua hegemonia política aos outros povos. Muitos autores relevantes já trataram este tema. O próprio Marx no “Capital” tratou a tendência da concentração do capitalismo, implicando cada vez mais um caráter internacional. Hobsbawm (2005) na sua obra “A era das revoluções” estabeleceu uma importante diferença entre o capitalismo do livre intercâmbio, característica do século XIX e o capitalismo monopolista que se desenvolveu depois. Atualmente, e dada a posição desigual da África na globalização, o imperialismo também significa essa dominação das grandes potências ocidentais no comércio internacional, aonde grande parte dos benefícios vão para uma pequena porção de países, deixando a imensa maioria na miséria e pobreza. Amin (2001) chama este novo imperialismo de “imperialismo coletivo”, tendo em conta que é constituído por grandes empresas transnacionais de um pequeno grupo de países. Segundo Amin (2001), a conquista imperialista do planeta pelos europeus e seus filhos norte-americanos, realizou-se em duas fases e está entrando na terceira. A primeira fase organizou-se em torno da conquista das Américas, dentro do quadro do sistema mercantil da Europa Atlântica daquela época. Para ele, o resultado foi claro: destruição das civilizações indígenas e a cristianização ou simplesmente o genocídio sobre o qual foi construído os EUA. A segunda fase baseou-se na revolução industrial e sua manifestação foi à repartição das colônias asiáticas e africanas pelas grandes potências européias. Nesta segunda fase, está a origem do maior problema que enfrenta a humanidade: a imensa polarização que aumentou a desigualdade no mundo. Na atualidade, presenciamos a terceira fase do imperialismo. O discurso ideológico atual desenhado para assegurar o domínio dos povos da tríade (EUA, União Europeia e Japão) agora tem sido direcionado no direito de intervir, supostamente justificado pela defesa da democracia.

³⁶ Se fosse uma sociedade centralizada ou não, se gozava de autonomia ou com a autonomia perdida para outro poder africano, em expansão, estagnada ou em declínio.

³⁷ Foi o período da corrida aos tratados, de invasões, conquistas e ocupações dos exércitos colônias.

Perante esta situação, existe uma grande curiosidade em relação à resposta dos africanos. Qual foi a atitude dos africanos perante a irrupção do colonialismo? Uzoigwe (2010) afirmou que na sua esmagadora maioria, autoridades e dirigentes africanos foram profundamente hostis a essa mudança e declararam-se decididos a assegurar sua soberania e independência, pelas quais praticamente nenhum deles estava disposto a transigir, por menos que fosse. Essa questão se constitui uma das grandes lacunas que precisa ser estudada com maior profundidade pelos historiadores africanos e não africanos.

De fato, a resistência na África Ocidental Francesa, foi muito persistente. A partir de 1880, os franceses adotaram uma política de ampliação da sua zona de influência sobre toda a região. A aplicação dessa política foi confiada aos oficiais da marinha que, de 1881 em diante, tornaram-se responsáveis pela sua administração.

É importante notar que as reações nas colônias francesas aconteceram por meio de alianças, confrontos e, sobretudo, pela resistência ativa, que se revelou bem mais violenta do que em outras regiões da África Ocidental por duas razões. A primeira é que os franceses optaram por ampliar seu domínio pela força o que só podia suscitar reações violentas; e a segunda, é que a islamização nesta zona era muito mais forte do que no resto da África Ocidental. Para as sociedades muçulmanas, a imposição de um domínio branco significava a submissão ao infiel, situação intolerável para todo o bom muçulmano (GUEY; BOAHEN, 2010). Assim, os habitantes da região tendiam a se opor aos europeus com ardor e tenacidade pouco comuns aos não muçulmanos³⁸.

Ou seja, para estender seu domínio sobre a região, os franceses escolheram exclusivamente a conquista militar, em vez de concluir os tratados de protetorado, como fizeram os britânicos. Embora não faltasse coragem aos locais, suas tentativas de resistência e de insurreição armada fracassaram, porque estavam em grave desvantagem relativamente aos invasores e, também, não dispunham de compensações para a inferioridade técnica de seu armamento. Por outro lado, os Estados da África Ocidental nunca chegaram a estabelecer uma aliança orgânica, que obrigasse os inimigos a combater em várias frentes ao mesmo tempo³⁹.

³⁸ São exemplos dessas resistências os acontecimentos na Senegâmbia, nos impérios Tukolor e mandinga, no país de Baule da Costa de Marfim e, finalmente no, Daomé.

³⁹ Ademais, a conduta dos países africanos foi assinalada não só pela falta de solidariedade, de unidade e de cooperação, mas também pelo fato de alguns deles não hesitarem em se aliar aos invasores europeus contra seus vizinhos – apenas para se verem vencidos um pouco depois. Os Baganda aliaram-se aos ingleses contra os Banyoro, os Barotse aos ingleses contra os Ndebele, e os Bambara aos franceses contra Tukolor. Em consequência, as lutas heróicas e memoráveis travadas pelos africanos contra os invasores europeus foram –

E, quando certos Estados perceberam a necessidade dessa aliança, suas tentativas de aliar com os outros foram ofuscados pelos colonizadores.

Uma vez subjugado aos poderes coloniais, os países locais começaram a presenciar fortes e intensos saques de suas riquezas, trabalhos forçados e exploração de mão-de-obra. Segundo Amin (1972), a conquista colonial progrediu tão lentamente que a resistência a ela não foi muito eficaz. Por essa época, o islamismo tinha deixado de ser uma ideologia da resistência para se tornar o consolo espiritual da aristocracia vencida, que o empregava para disciplinar os aldeãos agricultores e conseguir que produzissem tudo o que os franceses deles exigiam.

Depois da publicação da Carta do Atlântico, em 14 de agosto de 1941, que estipulava que cada povo era livre de escolher a forma de governo sobre a qual ele deseja viver e mais ainda, com fim da Segunda Guerra Mundial, viveu-se um clima de grande euforia e esperança no seio dos povos submetidos à dominação colonial. A derrota do fascismo representava o insucesso de uma doutrina fundada no racismo, na exaltação de força bruta e na negação dos direitos aos povos em dispor, por eles próprios, de um futuro, assim como da condenação do colonialismo (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010).

Os líderes africanos na altura, sobretudo Namdi Azikiwe na Nigéria e Nkrumah no então Costa de Ouro começaram a reclamar a aplicação do conteúdo da Carta que ficou restrito só aos países europeus. Ademais, o despertar das forças políticas radicais na região foi facilitado por dois fatores. O primeiro foi o anti-colonialismo dos dois grandes vencedores da coalizão aliada: a URSS e os EUA; em que pese tratar-se de anti-colonialismo são impulsionados por motivações diferentes. O segundo consiste no revigoramento das forças de esquerda na França e na Grã-Bretanha, expresso pela conquistada majoritária dos socialistas e comunistas na Assembléia Constituinte francesa desde 1945 e pela ascensão dos trabalhistas na Grã-Bretanha.

A partir da década de 1950, as aspirações por uma vida melhor e distinta começaram a ser mais reclamadas pela sociedade ocidente-africana, em razão do regime político-econômico imposto durante a guerra. As penúrias e as vertiginosas altas nos preços criaram um mercado

quase sempre ações isoladas e descoordenadas, mesmo no plano regional. O fator mais decisivo foi, evidentemente, a esmagadora superioridade logística militar da Europa. Enquanto esta empregava exércitos profissionais bem treinados, poucos Estados africanos possuíam exércitos permanentes e menos ainda dispunham de tropas profissionais (UZOIGWE, 2010).

negro e, em combinação com bloqueios salariais e métodos autoritários de chefias e das autoridades coloniais, produziram uma situação que se tornou insuportável quando a paz foi restabelecida.

Neste contexto, a aspiração das elites em verem reconhecidos os seus direitos e a sua vocação em desempenhar um papel de protagonismo político e econômico apoiou-se em um profundo movimento popular, no qual as reivindicações anti-coloniais, tais como a abolição do trabalho forçado e da discriminação racial, assim como a concessão de direitos políticos, tornaram-se recorrentes. Certos líderes originários das elites - dentre os quais uma minoria de formação escolar europeia transformaram-se em porta-vozes destes anseios populares (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010).

As necessidades de aperfeiçoar o emprego e a mão-de-obra suficientemente qualificada e em boas condições de saúde, conjugadas com as aspirações da população, tiveram como efeito incitar as autoridades coloniais a realizar mudanças nos setores de saúde, da educação, entre outros. A seguir, foram criadas novas escolas primárias, enquanto colégios universitários são abertos e, paralelamente, alguns jovens ocidente-africanos que estavam estudando no estrangeiro começaram a retornar aos seus países de origem. Todas essas transformações provocam um constante aumento da consciência de que a liberdade era necessária⁴⁰.

Aos fatos comentados até aqui, há que se agregar outro, de muita relevância, sobretudo nas lutas armadas pela conquista da independência: a problemática dos soldados ocidente-africanos que participaram da Segunda Guerra Mundial. Segundo Suret-Canale e Boahen (2010) a mobilização forçada de muitos africanos para compor os exércitos franceses e britânicos suscitou intenso rechaço por milhares de africanos caídos em campos de combate, e, ao mesmo tempo, serviu de coragem e motivação, porque se combateram defendendo outra nação, porque não fazê-lo para os seus próprios países?

Para estes autores, os africanos que cumpriam serviço na Birmânia e Índia entraram em contacto com os movimentos independentistas destas regiões e adquiriram experiências que não somente ampliou seus horizontes como, também, os familiarizou com as estratégias e táticas anti-coloniais, que anos mais tarde, depois de regressar aos seus países, não hesitariam

⁴⁰ Nas zonas rurais, onde continua a viver a grande parte da população, assiste-se também a um crescimento regular no número de cultivadores de cacau, de plantações de amendoim, de produtores de café e de trabalhadores rurais, que começaram a reclamar pelos seus direitos trabalhistas.

em colocar na prática. Quando esses soldados regressaram da guerra, esperavam receber recompensas sob formas de indenizações, prêmios de desmobilização, empregos etc., mas estas gratificações jamais viriam a ocorrer.

As decepções destes soldados foram tão grandes, que eles mesmos começaram a integrar as fileiras dos Movimentos de Libertações Nacionais articulados na maioria destes países e dirigidos pelos líderes políticos locais para o combate ao colonialismo. Os sentimentos anti-coloniais e nacionalistas finalmente deram resultado com as independências nacionais dos seus respectivos países a partir do final da década de 1950.

4.3 Conferência de Berlim: partilha da África e origem dos conflitos posteriores

Após a revolução industrial, o nível tecnológico dos países desenvolvidos estava em auge propiciando mudanças significativas nas relações de trabalho. Esses países começaram a experimentar crescimento econômico além do imaginado e, como os mercados internos já não conseguiam absorver a oferta de produtos, nada melhor que buscar novos horizontes para continuar a acumular riquezas (FERNANDES, 2011). Assim, Portugal propôs a idéia de uma conferência internacional que permitisse resolver os conflitos territoriais engendrados pelas atividades dos países europeus na região do Congo. Desta forma, as grandes potências decidiram fazer corrida à África (*scramble of Africa*) através da Conferência de Berlim, organizada pelo então chanceler alemão Otto Von Bismark e realizado entre 19 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885 (UZOIGWE, 2010; VIZENTINI, 2011).

Uzoigwe (2010) comenta que dois artigos do Ato de Berlim merecem ressaltar. O primeiro, o artigo 34, argumentava que toda nação europeia que, daí em diante, tomasse posse de um território nas costas africanas ou assumisse aí um “protetorado”, deveria informá-lo aos membros signatários do Ato, para que suas pretensões fossem ratificadas: era a chamada doutrina de esferas de influências. O segundo, o artigo 35, estipulava que o ocupante de qualquer território costeiro devia estar igualmente em condições de provar que exercia “autoridade” para fazer respeitar os direitos adquiridos e, conforme o caso, a liberdade de comércio e de trânsito nas condições estabelecidas.

A partilha da África na visão de Ribeiro (2007) foi um reflexo das rivalidades das grandes potências ocidentais⁴¹. As nações repartidas no período imperialista, que já se encontravam numa situação bastante desfavorecida graças ao colonialismo da era mercantilista, se depararam com circunstâncias ainda mais agravantes. Para Uzoigwe (2010, p.35) “Semelhante situação não tem precedente na história da humanidade: jamais um grupo de Estados de um continente proclamou, com tal arrogância, o direito de negociar a partilha e a ocupação do outro continente”.

Quando se fala da partilha da África, geralmente se pensa na divisão do território e da soberania africana. Entretanto, este fenômeno comporta um terceiro aspecto e talvez tão importante quanto os outros: o da corrida aos recursos africanos. O diamante e o ouro figuraram entre tais recursos, mas talvez o mais precioso, aquele para o qual as autoridades coloniais se lançaram com paixão, fosse a mão-de-obra africana⁴².

Este evento traçou as regras da ocupação da África pelas grandes potências ocidentais em suas áreas de influências sem respeitar as regras, nem a história e relações étnicas entre os países, um fato que ficou conhecido como imperialismo ou novo colonialismo. Os países subsaarianos submetidos aos ditames do novo colonialismo ficaram impedidos de se desenvolverem sozinhos, pois suas terras passaram ao poderio estrangeiro. Não lhes sendo permitido construir indústrias, os africanos tinham que comprar produtos industrializados europeus a preços que lhes eram estipulados (FERNANDES, 2011, 2010).

A colonização⁴³ delimitou fronteiras que muitas das vezes correspondem a linhas imaginárias, permitindo injustamente a classificação como estrangeiros de povos e comunidades que são perfeitamente idênticos, e de “amigos” a comunidades que eram totalmente diferentes (VISENTINI, 2007; DIOP, 2000). Tal situação propiciou o surgimento dos conflitos inter-africanos depois das independências que afetaram os Estados e governos e os conflitos que se internalizam cada vez mais, sendo as guerras civis as mais chamativas (KIZERBO, 2000).

⁴¹ Para maior profundidade ver também Visentini (2007) e Kizerbo (1972).

⁴² Independentemente de que os colonizadores europeus já tinham suas zonas de influência na África, mas não de maneira oficial, depois da Conferência de Berlim, foi oficializada cada porção dos territórios africanos que passaria a pertencer a potências ocidentais.

⁴³ A colonização contribuiu de forma determinante na configuração da nova realidade étnica africana com objetivos bem predeterminados ao seu favor.

Por outro lado, Amim (1999) afirma que após as independências nacionais, os países subsaarianos não geraram o crescimento e o desenvolvimento econômico e social esperado. Ou seja, mesmo já donos dos seus destinos, não tinham infraestruturas básicas nem capitais suficientes para melhorar suas técnicas agrícolas ou viabilizar criação de indústrias que pudessem promover o desenvolvimento de suas populações. Portanto, voltaram a depender novamente dos países ocidentais⁴⁴.

Quando a população começou a sentir de forma mais clara e consciente os insucessos econômicos dos respectivos governos, iniciou-se uma onda de protestos e manifestações em diversos países. Em muitas ocasiões, estas reivindicações eram reprimidas por meio do uso da violência, sobretudo quando alguns nativos de determinadas nações recém-independentes, e que foram separados dos seus antigos países durante a Conferência de Berlim, reclamavam a volta ao *status quo* anterior. Desejavam fazer parte politicamente do seu antigo país, porque não se sentiam identificados com os hábitos e costumes do país onde foram realocados pelas ex-metrópoles.

Essa questão acarretou problemas que começaram como simples conflitos étnicos, mas que depois transcenderam as fronteiras e se transformaram em guerras entre países⁴⁵. Diallo e Fernandes (2010) comentaram dois dos exemplos destes conflitos na África Ocidental: (i) o confronto entre os rebeldes casamanceses na região sul do Senegal - que se sentem mais identificados com Guiné-Bissau ou Gâmbia - e o Senegal e, (ii) o conflito civil na Costa de Marfim, tendo como motivo principal, a questão do opositor Alassane Dramane Ouattarra ser da parte norte, ou seja, a parte muçulmana que na verdade antes da repartição da África fazia parte da Burkina Faso. Por esta questão, grande parte da população, sobretudo os fieis ao presidente Laurent Koudou Gbagbo, consideram que Alassane Ouattarra não é marfinense⁴⁶.

⁴⁴ Mesmo que algo parecido tenha acontecido em outras regiões periféricas, estes tinham algumas infraestruturas básicas para pelo menos tentar um processo de ISI. No caso africano, não existiam nem uma base industrial, vez que a industrialização era proibida na época colônial (CESPEDES; JAÉN, 2003; FERNANDES, 2010).

⁴⁵ Isso se explica pela questão de que um determinado grupo étnico de um país, quando percebe que outro grupo étnico que fazia parte do seu país, mas que durante a Conferência de Berlim foi realocado em outro país, esta sendo alvo de maltrato ou tendo problemas, se sentem na obrigação de defendê-los, porque se considera que são seus parentes mesmo que politicamente estes já não fazem parte dos seus países, porém, culturalmente ainda se sentem muito identificados.

⁴⁶ O conflito começou com as revoltas dos muçulmanos do norte, que se consideram discriminado pelo governo. O líder dos muçulmanos e ao mesmo tempo da oposição era Alassane Ouattarra, atual Presidente do país. Mas, em 2002, Wattara foi impedido de participar nas eleições através de um Decreto Lei, alegando que seus pais não era originários da Costa de Marfim. Portanto, ai começou uma serie de protestos e convulsões no país que levou a instabilidade na região, tendo em conta que a Costa do Marfim é um dos países mais influentes na região.

Ainda sobre esse ponto:

As rivalidades entre os distintos grupos haviam sido estimuladas pelos colonizadores como forma de dominação, e deixavam uma herança trágica, expressa no problema da minoria e do “tribalismo”, além do antagonismo entre assimilados à cultura européia e não assimilados. Muito das futuras guerras civis resultariam, sobretudo, da distorção de determinadas estruturas africanas tradicionais pelos colonizadores. Ou seja, era o resultado não de um “tribalismo tradicional”, mas de sua apropriação pela modernidade européia (VISENTINI, 2007, p. 115).

Em suma, a Conferência de Berlim permitiu o deslocamento das etnias africanas, uma maior fragmentação em várias cidadanias dos povos que na verdade eram solidariamente unidos não por laços políticos, mas pela língua e cultura. Numa análise mais profunda, Kizerbo (2000) considera que o Congresso de Berlim foi a fonte originária dos conflitos internos africanos, que posteriormente se alastraram e se transformaram em guerras entre Estados, constituindo fortes impedimentos ao processo do desenvolvimento.

O problema do endividamento também nasceu nos processos de emancipação política. Uma vez conseguidas suas independências nacionais, os novos Estados precisavam de recursos financeiros para a realização de novas infraestruturas, promover a industrialização e a escolarização nos seus países (CESPEDES E JAÉN, 2003). Por coincidência, nos primeiros anos das independências africanas, o mundo estava inundando de liquidez e o volume de dólares aumentava consideravelmente.

Assim sendo, os países ocidentais resolveram emprestar aos novos Estados africanos a juros baixos, para que estes pudessem comprar seus produtos ou mercadorias na mesma proporção da quantidade do empréstimo, fato que permitiu o surgimento da parte multilateral da dívida externa. Paralelamente, o FMI incentivava esses países a pedir emprestado de forma maciça para financiar a modernização de seus aparelhos de exportação com o objetivo de ligá-los ao mercado mundial (TOUSSAINT; MILLET, 2006).

Estes autores argumentam que foi esse incentivo que propiciou os governos e as elites africanas endividarem fortemente seus países, aproveitando, desta forma, transferir para suas contas pessoais quantias emprestadas em nome do Estado. Por esse motivo, muitos ditadores africanos na época possuíam fortunas maiores que as dívidas dos respectivos países. Esta

situação também beneficiou os bancos dos países desenvolvidos já que o dinheiro voltava aos seus poderes e podia ser novamente emprestado a outros países.

Os custos do impacto da crise da dívida na região em análise foram tanto sociais, quanto financeiro. Cespedes e Jaén (2003) alegam que para cada seis dos sete países da região incluídos na Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (IPPAE), o aumento dos serviços da dívida – entendido como o principal mais os juros - representa mais do que a soma total do dinheiro necessário para aliviar a situação de mortalidade infantil e desnutrição. E, se essa quantidade de dinheiro fosse investida em desenvolvimento, estima-se que três milhões de crianças poderiam superar os cinco anos de idade e assim evitar o aumento de má nutrição (FERNANDES, 2010).

Por ordem de importância, estas dívidas foram contraídas com Estados, bancos comerciais e instituições financeiras multilaterais. Para Toussaint e Millet (2006) durante a década de 2000, cerca de 50% dos pagamentos anuais que efetuam os países subsaarianos correspondem aos juros da dívida. E, desde o ponto de vista financeiro, o forte endividamento implica um alto risco para a comunidade internacional na hora de investir num país subsaariano; ficando praticamente excluídos dos mercados financeiros internacionais.

Com efeito, Romero (2002) relata que independentemente do maior ou menor potencial da iniciativa de perdão da dívida para liberalizar recursos; a aplicação da IPPAE pode significar não somente a aceitação por parte dos credores internacionais da elevada dívida estrutural da região ou do escasso êxito das renegociações anteriores, mas também, um primeiro reconhecimento dos países industrializados e suas instituições multilaterais, das graves consequências sociais e humanas existentes na África, causada por essas próprias instituições e países.

4.4 Análise histórica dos países da UEMOA

A história dos países da UEMOA é caracterizada pela predominância de semelhanças nas identidades culturais, idiossincrasias, hábitos e costumes, assim como a posterior formação de seus Estados. No passado, a maioria deles foram colônias francesas e faziam parte primeiro da África Ocidental Francesa (AOF) e depois de Colônias Francesas da África

(CFA). Todos conseguiram suas independências em 1960, como se pode comprovar na Tabela 1, a exceção da Guiné-Bissau, a única colônia portuguesa do bloco e que conseguiu a independência em 1973. Adicionalmente, a maioria destes países mudou de nomes depois da independência, alguns retomaram os nomes dos antigos reinos e outros extinguiram o sufixo dos antigos colonizadores⁴⁷.

Tabela 1- Informação geral dos países da UEMOA

País	Hab.2009 (milhões)	Área (Km ²)	Data Ind.	Governo	Idioma
Benin	9,1	114.763	1/8/1960	Presid	Francês
Burkina Faso	15,8	274.200	5/8/1960	Semi-pres.	Francês
Costa de Marfim	21,0	322.463	7/8/1960	Presid.	Francês
Guiné-Bissau	1,7	36.544	24/9/1973	Semi-pres.	Português
Mali	13,0	1.240.192	22/9/1960	Presid	Francês
Níger	15,2	1.267.000	3/8/1960	Semi-pres.	Francês
Senegal	13,3	197.722	4/4/1960	Semi-pres.	Francês
Togo	6,6	56.785	27/4/1960	Presid.	Francês

Fonte: Elaboração própria com base em Visentini (2011) e UEMOA (2010).

Na etapa pós-independência, a história dos países da UEMOA foi marcada por golpes de Estados, contragolpes, guerras civis e conflitos étnicos, alguns com a justificativa de remediar as instabilidades políticas e socioeconômicas reinantes e outros por questões puramente étnicas. Os países da UEMOA apresentam uma grande diversidade cultural e lingüística e suas populações estão divididas em diferentes grupos étnicos e tribais. Tal característica tem sido apontada como uma das causas dos diversos distúrbios sociais.

Vários grupos étnicos ou tribais (*mandinga, susu, fulas*, sobretudo) são comuns em todos esses países, mudando somente a nomenclatura, porque a língua falada é a mesma, e seus falantes se comunicam perfeitamente com os dos outros países. Por exemplo, os chamados mandingas na Guiné-Bissau, são chamados *malinkes ou soninkes* no Mali, *sussos* na Guiné Conacri, *sosse* no Senegal. Os *fulas* na Guiné-Bissau, Senegal e Gâmbia correspondem a *fules* na Burkina Faso. Na questão socioeconômica, ao igual que o resto dos

⁴⁷ Benim (Daomé), Burkina Faso (Alto Volta), Guiné-Portuguesa (Guiné-Bissau), Mali (Sudão Ocidental), Togo (Togolandia).

países africanos, tais nações apresentam indicadores muito aquém das expectativas desde um olhar externo, com elevada porcentagem de analfabetismo, inadequado serviço sanitário e uma grande parte da população vivendo abaixo da linha de pobreza. Porém, internamente, esses números, como foram apresentados nos capítulos 5 e 6, são de grande importância seus países.

A economia destes países é pouco desenvolvida e dependente da agricultura de subsistência, especialmente milho, feijão, arroz, amendoim, caju, banana, abacaxi, mandioca assim como a na criação de animais. Os principais produtos de exportação da região são o algodão, cacau, pesca, urânio, banana, café, abacaxi, marfim e frutos tropicais. A região apresenta algumas empresas de grande porte sendo a maioria delas em mãos estrangeiras deixando aos locais as empresas pequenas (UEMOA, 2011, UNECA, 2004). A seguir é caracterizada cada um desses países.

4.4.1 República de Benin

A República do Benin, antigo Daomé, havia sido uma colônia francesa e conta atualmente com uma população de aproximadamente 9 milhões de habitantes e uma extensão territorial de 114 763 km². Porto Novo é a sua capital constitucional e Cotonou a sede do governo ou capital política (UEMOA, 2010). Antes da chegada dos colonizadores o território era ocupado por pequenas monarquias tribais, sendo o reinado Fon de Daomé um dos mais relevantes. Os três principais reinos criados no século XVI por Fon de Daomé foram Allada, Abomey e Porto Novo. Eram reinos que tinham um comércio bem desenvolvido e estruturado. Mesmo que desprovidos de centros urbanos, desenvolveram um interessante dinamismo local, baseado no intercâmbio de óleo de palma e no comércio de escravos depois da chegada dos europeus.

Os portugueses foram os primeiros colonizadores a chegarem ao Benin no século XVII, estabelecendo entrepostos no litoral para o comércio de escravos para as Américas; fato que originou que o país chegasse a ser chamado por Costa de Escravos. A chegada dos colonizadores desestabilizou a organização econômica autóctone e todos esses reinos passaram ao controle europeu, onde se desenvolveu um forte comércio de escravos até sua abolição 1807. O comércio de escravos favoreceu a instalação ao longo da costa de

entrepostos para o estabelecimento de comércio com os portugueses, ingleses, dinamarqueses e franceses (BENIN, 2011).

Em 1763, o primeiro protetorado francês foi estabelecido com o Rei de Porto Novo, que buscava ajuda nos franceses, devido à ameaça do Rei de Abomey e dos ataques dos ingleses já implantados no Lagos (Nigéria). Todas essas articulações faziam parte da estratégia conjunta entre França e Inglaterra de tentar provocar tensões entre esses reinos para posteriormente ocupá-los, isto é, fazer juz ao ditado “dividir para reinar” que prevaleceu antes durante e após o período da colonização (UEMOA, 2010).

Em 1882, o soberano do reino de Porto Novo assinou um novo acordo de protetorado com a França, representando os primeiros logros da estratégia francesa. Finalmente, em 1894, depois de intensos combates entre os reinos locais e as tropas francesas, o rei de Abomey se rendeu e o *reinado Fon* foi subjogado. Assim, um novo decreto estabeleceu a denominação dos novos territórios em “Colônia de Daomé e suas dependências” e tornou-se colônia e protetorado da França com o nome de Daomé. O país integrou-se na África Ocidental Francesa (AOF) em 1904, depois do tratado franco-germânico de 1897 e do anglo-francês de 1898 que fixou os limites definitivos do atual território. Em 1958, tornou-se Estado autônomo da AOF e Huber Maga foi eleito Primeiro Ministro e Presidente dois anos mais tarde, quando o país conseguiu sua independência em 1960 (BENIN, 2011).

Segundo este órgão governamental, a partir de 1963, começava a surgir os primeiros problemas de instabilidade política e os sucessivos golpes militares. Nesse ano, um golpe de Estado liderado pelo coronel Cristophe Soglo, afasta do poder do então Presidente Maga e instaura um regime militar que durou até a eleição de Suro-Migan Apithy como presidente em 1964. A instabilidade política continuava prevalecendo no país, e em 1967, um novo golpe de Estado chefiado por Alphonse Alley, conduz a Emile- Derlin Zinzu a comandar o país.

Em 1972, um grupo de oficiais liderados pelo major Mathien Kérékou tomou o poder e instituiu um regime de esquerda⁴⁸, que governou o país até 1990. Em 1975, foi promulgada uma nova Constituição com tendências socialistas e a criação do partido único, o Partido da Revolução Popular do Benin (PRPB). A seguir, foram nacionalizadas as companhias estrangeiras e estatizadas as empresas privadas de grande porte. Também foram criados programas de saúde e educação, deixando unicamente a agricultura e o comércio para o setor

⁴⁸ A doutrina política na altura era o Marxismo- Leninismo.

privado. No dia 30 de novembro de 1975, uma iniciativa governamental do Presidente Kérékou decretou que a até então Daomé passaria a ser chamada República do Benin.

Na década de 1980, o panorama mudou totalmente e o regime político entra em crise obrigando o governo a recorrer aos países ocidentais com o objetivo de conseguir empréstimos. Enquanto os problemas não se resolviam, cada vez mais aumentava o descontentamento no seio da população e isso provocou um protesto, em 1989, obrigando o governo de Kérékou a aceitar a abertura política e a instituição do multipartidarismo. Com a nova democracia no país, em 1991, Nicéphore Phoro Soglo, chefe do governo de transição foi eleito presidente. Em 1996, Kérékou venceu de novo as eleições legislativas e ficou no poder até 2006, quando foi substituído pelo atual presidente Yanu Boni (MELO, 1998; BENIN, 2001).

A economia do país é pouco desenvolvida e dependente da agricultura de subsistência, sobretudo milho, feijão, arroz, amendoim, caju, abacaxi inhame e mandioca. O cultivo do algodão corresponde a 40% do PIB e aproximadamente 80% do volume de exportação e os restantes 20% correspondem aos produtos têxteis, artesanais, palmeiras, soja e cacau. As grandes empresas do país estão nas mãos dos estrangeiros, sobretudo libaneses e franceses, deixando as pequenas e médias empresas em mãos dos comerciantes locais (UEMOA, 2010).

As exportações de Benin incluem algodão, castanhas de caju manteiga de carité, têxteis, produtos de palmeiras e mariscos. As importações incluem alimentos, bens de capital e de produtos petrolíferos. O maior parceiro comercial do Benin é a China responsável por um quinto das receitas de exportações e 47% das importações. O aumento do preço de alimento e a insuficiente energia elétrica continuam a afetar o desenvolvimento do país, muito embora nos últimos anos a situação venha melhorando.

4.4.2 República da Burkina Faso

A Burkina Faso apresenta uma população de 15,8 milhões de habitantes tendo com capital o Ouagadougou. Com uma extensão territorial de 274 200, km² limita-se ao oeste pelo Mali, ao leste pelo Níger e ao Sul pelo Benin, Gana e pela Costa do Marfim. No passado, Burkina Faso formava parte do Império Mossi, e estava dividido em vários reinados. A nação sofreu muitas alterações e invasões. De 1895 até 1904, em sucessivas intervenções militares

devido à resistência local, os franceses foram devastando os territórios locais, incendiando casas, matando pessoas. Uma das resistências mais lembradas foi a batalha do reino Mossi de Uagadugu contra as forças francesas, em 1896. Depois de longas e duras batalhas, a derrota veio em função de um arsenal mais sofisticado do exército francês o que automaticamente permitiu que a então Alto Volta se tornasse um protetorado da França. A partir de 1904 passou a fazer parte da AOF (BURKINA FASO, 2011).

Em 1916, houve uma grande insurreição que foi severamente reprimida pelas autoridades francesas, que assassinavam todos os supostos implicados, fator que permitiu um êxodo de emigração de grande parte da população burkinabe para os países vizinhos, sobretudo para Gana. Em 1919, o país se integrou na CFA com o nome de Alto Volta, e desde essa data até 1932, a administração territorial era realizada diretamente de Paris através do Ministério da Marinha, que depois passou a ser chamado Ministério das Colônias, responsável pelo controle de todas as colônias francesas na África Ocidental, com capital em Dacar.

A partir de 1946, uma vez que a França instituiu a criação das Assembléias Territoriais da África Ocidental Francesa⁴⁹, provocou um descontentamento por parte dos burkinabes. Estes consideram que o Senegal e as elites locais foram os mais beneficiados. Depois desse período começou uma série de campanhas por parte da comunidade local para a luta de resistência nacional contra a colonização, que finalmente terminou com a conquista da independência em agosto de 1960, onde Maurice Yameogo foi eleito presidente. Após a independência, a situação socioeconômica viria a se agravar, provocando um descontentamento no seio da população e um prelúdio de início da instabilidade política no país (BURKINA FASO, 2011).

Na década de 1960 até final de 1990, iniciou uma série de golpes e levantamentos militares que deixaram o país à beira da deriva. O primeiro foi em 1966, quando Sangulê Laminaza realiza o primeiro Golpe de Estado no país e assume o poder. Em 1971, o governo de Laminaza abriu as portas para a nova democracia permitindo a criação de partidos políticos e a promulgação de uma nova constituição. Porém, em 1974 Laminaza dissolve os partidos,

⁴⁹ Através do Decreto n° 46-2375 de 25 de outubro de 1946, que estipulava que todos os países da AOF deveriam ter representantes na Assembleia Francesa. Os representantes das colônias formaram dois colégios eleitorais que elegiam seus conselheiros: (i) primeiro colégio representa os cidadãos franceses, isto é, os cidadãos dos quatro comunas (Dacar, Thies, Gorée, Saint Louis) e, (ii) o segundo representa os sujeitos franceses, ou seja, os que não tinham cidadania francesa nem direito a voto e eram remetidos a fazer trabalhos forçosos (BURKINA FASO, 2011).

suspende a constituição e acumula cargos de primeiro ministro e Presidente, devido a uma série de boatos de que o primeiro ministro estava planejando sua morte.

No dia 13 de dezembro de 1977, foi promulgada uma nova Constituição que visava à preparação das eleições de 1978, que culminou a reeleição de Laminaza. Em 1980, Laminaza foi derrubado por um levante militar liderado por Saye Zerbo. Zerbo, por sua vez, não teve tempo de se afiançar no poder, tendo em conta que em 1981 sofreu um golpe e foi substituído por Jean Baptiste Uedraogo em representação do Conselho Provisório de Salvação Popular. Em 1983, o ex primeiro ministro e capitão do exército, Thomas Sankara, assume o poder através de um novo golpe de Estado, e um ano depois, concretamente no dia 4 de agosto de 1984, mudou o nome do então Alto Volta para o atual Burkina Faso.

Sankara dirigiu o país até 1987, ano em que foi fuzilado durante o golpe de Estado liderado por Blaise Campaoré, que assumiu as rendas do país até a data de hoje. Em junho de 1991 foi estabelecida uma nova Constituição que, na verdade, outorga quase todos os poderes ao presidente mesmo sendo revisada em 2002. Em 2005, a constituição foi revisada novamente e entre as mudanças mais chamativas, está a redução de sete para cinco, os anos dos mandatos presidenciais, o que automaticamente impede o atual pre Campaoré a uma nova reeleição.

No nível econômico o país depende, sobretudo, da agricultura da subsistência onde se destacam as culturas agrícolas de algodão, amendoim, nozes de carité, gergelim, sorgo, milho arroz e o gado. O algodão é a principal cultura de renda. As pequenas indústrias no país incluem as fabricantes de fibras de algodão, processadoras de bebidas, de sabão, de cigarros, de têxteis e ouro. O principal parceiro comercial é a China, responsável por 41% das exportações. As importações burquinas são oriundas da Costa de Marfim (26%), França (23%) e Togo (7%) (UEMOA, 2010).

4.4.3 República da Costa do Marfim

A Costa do Marfim é o gigante regional da UEMOA. Com uma população aproximadamente de 20 milhões de habitantes, apresenta duas capitais: *Yamoussukro* como a capital constitucional e *Abidjan*, a capital política. Limita-se ao norte com Mali e por Burkina Faso, ao leste com Gana, ao oeste com Libéria e Guiné-Conacri e ao sul é banhado pelo

Oceano Atlântico. Devido à sua exuberante vegetação, no passado a Costa do Marfim não permitia a criação de grandes impérios e sua população vivia dentro de clãs tribais autônomos. Somente a zona norte conhecia a dominação de algum império, concretamente o Império Mossi. Em 1730, dois reinos se instalaram no território da atual Costa do Marfim após separar-se dos Akan que pertenciam ao antigo Costa do Ouro (atual Gana): os Agni que criam o *reino de Sanwi* no leste e os Baules no interior que formaram o *reino Indenié* (COSTA DO MARFIM, 2011).

Ainda segundo esta instituição governamental, os portugueses chegaram no século XV e iniciaram o comércio de marfim e escravos no litoral. No século XVII começaram a surgir pequenos Estados com destaque para os *baules* por sua atividade artística. Após a chegada dos franceses (1842), fundaram vários entrepostos com destaque para *Assini e Grand-Bassam*, que se dedicavam ao comércio de escravos e outros produtos. Imediatamente, vários reinos se colocaram sob a proteção da França no século XIX temendo a expansão dos baules. Os franceses aproveitaram esta oportunidade para celebrar pactos com os chefes locais, o que facilitou o domínio da região para o estabelecimento de uma colônia.

A tentativa da ocupação francesa enfrentou uma tenaz resistência dos bauleses e outros povos locais, que em última instância, obrigou a França a recorrer à estratégia de ocupação militar que iniciou em 1808 e durou até 1918. Depois de longas e duras batalhas, os franceses conseguiram derrotar a resistência local e a região tornou-se colônia autônoma da França, passando a fazer parte AOF a partir de 1899. A partir do meado da década de 1940, começa uma série de protestos e boicotes por parte da população local dirigidos por alguns intelectuais da resistência local com destaque para Felix Houphouët-Boigny que, em 1946, junto a outros líderes, funda a União Democrática Africana ou *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA), o primeiro partido anti-colonial da África (ENTRALGO, 1989).

Em 1960, a República da Costa do Marfim alcançou a independência, com Félix Houphouët-Boigny eleito presidente e líder do RDA. Em 1989, houve uma importante crise econômica produto da queda nos preços internacionais de produtos tropicais o que eleva a insatisfação no seio da população marfinense. Com isso, o governo aceita o reconhecimento de partidos da oposição que já vinham existindo na clandestinidade (COSTA DO MARFIM, 2011).

A implantação do sistema multipartidário no país permitiu a realização das primeiras eleições democráticas em 1990, com participação de vários partidos da oposição. Houphouët-

Boigny foi reeleito para o sétimo mandato. Ou seja, Felix Boigny manteve no poder desde a independência até o seu falecimento, em dezembro 1993, quando foi substituído segundo a Constituição pelo então Presidente do Parlamento Aimé Henri Konan Badié. Durante o mandato de Badié houve muitas manifestações e protestos populares, fato que motivou o mandatário a censurar a imprensa, perseguir jornalistas e aplicar a sentença da pena de morte no país.

Em 1995, a oposição organiza manifestações com a tentativa de boicotar a legislação eleitoral, mas sem resultados. Em 1998, o governo de Badié se compromete perante as instituições internacionais, sobretudo com a FMI de liberalizar a economia como condição de poder ter acesso ao financiamento. No mesmo ano, Badié promulgou uma nova lei que aumentava seu mandato de cinco para sete anos com direito a reeleição. Esse fato foi denunciado pela oposição numa situação muito conturbada que culminou com o golpe de Estado de 24 de dezembro de 1999, liderado General Robert Guéi, o primeiro desde a independência marfinense (COSTA DO MARFIM, 2011).

O general Guéi depois de destituir o Konan Badié, suspendeu o legislativo e a Constituição e convocou todos os partidos políticos para formarem parte do governo “democrático” com base no Conselho Nacional de Salvação Pública (CNSP) que ele acabava de criar. O CNSP albergava militares e políticos e uma forte presença da União dos Republicanos (RDR), liderada pelo principal adversário do presidente deposto: o ex-primeiro ministro Alassane Ouattara⁵⁰. A nova Constituição aprovada em 2000 determinava que apenas os cidadãos cujos pais tivessem nascidos na Costa do Marfim podiam assumir a presidência da República. As eleições presidenciais finalmente foram realizadas em 2000 e antes de veredito final, Guéi se autoproclama como vencedor, quando parecia clara e inquestionável a vitória do candidato da oposição Laurent Gbagbo (GLASER; SMITH, 2005).

Em 2002, Guel foi tragicamente assassinado durante um levante militar encabeçado pelo Movimento Patriótico da Costa do Marfim (MPCI). Imediatamente, instalou-se um conflito que se estende pelo país inteiro e, em poucos meses, os rebeldes conquistaram quase a totalidade da zona norte. Laurent Gbagbo, então presidente do BCEAO, assumiu a

⁵⁰ Através da nova Constituição, Alassane Ouattara cujos pais são de Burkina Faso, ficou impedido de participar nas eleições presidenciais e essa restrição é entendida como discriminação popular para a imensa população do norte do país que na sua maioria são originários da Burkina Faso.

presidência do país numa etapa muito difícil na história do Costa do Marfim⁵¹. Segundo Costa do Marfim (2011), os intentos de reconciliação tiveram como intermediária a França, que, em janeiro de 2003, junto com os representantes do governo marfinense e do Grupo Rebelde, acordaram formar um Governo da União Nacional e acabar com as leis de discriminação étnica. Desta maneira, o novo governo estava integrado pelos principais partidos.

Em 2004, a ONU aprovou uma nova força de paz para a Costa do Marfim com o objetivo de monitorar o cessar-fogo e impulsionar o desarmamento sob o comando da França. Entretanto, em março do mesmo ano, o governo marfinense reprimiu violentamente uma manifestação da oposição nas ruas de Abidjan causando 120 mortos. Imediatamente os rebeldes anunciaram seu abandono no governo da União Nacional e em junho do mesmo ano, retomou os combates. No final do mesmo ano a situação se agrava quando aviões governamentais bombardeiam o norte do país, matando inclusive a nove soldados franceses. A França respondeu imediatamente com a destruição de aviões e helicópteros do governo marfinense através de sua força aérea, provocando revolta no seio da população marfinense. Estes, imediatamente, começaram a atacar cidadãos e propriedades dos franceses em todo o país (GLASER; SMITH, 2005).

Segundo estes autores, Gbagbo conseguiu reverter a situação, e através de um decreto presidencial derogou a lei que impedia a candidatura a cidadãos cujos pais não fossem nativos da Costa do Marfim. Essa mudança permitiu a participação de Alassane Ouattara que concorreu e ganhou as eleições de novembro de 2010.

No nível econômico, 68% da população marfinense está envolvida com o setor agrícola, e sua economia baseia-se nos cultivos de café, cacau, óleo de dendê, grãos de milho, mandioca, batata doce, açúcar, algodão, borrachas e madeira, que representam 27% do PIB deixando 22% para as indústrias e 50% para os serviços. Estes produtos agrícolas constituem seus principais produtos de exportação juntos com as vendas ilegais do marfim (UEMOA, 2010). As indústrias marfinenses são baseadas, sobretudo nas empresas privadas e algumas mistas, onde o Estado é o acionista majoritário. Estas empresas na sua maioria estão

⁵¹ Foi um período da sangrenta guerra civil, colocando frente a frente um o confronto entre a população do norte e sul do país, que só veio a terminar com a intervenção das tropas das Nações Unidas. Alguns analistas argumentam que os diversos problemas que têm vindo a acontecer nos últimos anos na Costa do Marfim radicam, sobretudo na demografia do país, onde grande percentagem da população são oriundas dos países vizinhos como Libéria, Burkina Faso e Guiné Conacri e na sua maioria muçulmana, enquanto que a grande parte da população do país é cristã.

localizadas em Abidjan. Destaca-se ainda, que, o sistema bancário marfinense é um dos mais desenvolvidos da África, estando composto por importantes bancos e filiais financeiras internacionais acreditadas no país.

O país é rico em recursos naturais com abundante petróleo, gás natural, diamantes, magnésios, ferro, cobalto, bauxita, cobre e níquel. Suas exportações principais incluem cacau (maior produtor e exportador mundial), café, petróleo, madeira (importante produtor mundial), petróleo, algodão, banana, abacaxi, marfim (até poucos anos atrás era o maior exportador mundial) óleo de palma (maior exportador mundial com 256 mil toneladas), peixe. O país é também apresenta um interessante setor pecuário, muito embora os problemas dos últimos anos tenham prejudicado o desenvolvimento potencial desse setor (COSTA DO MARFIM, 2011).

As principais importações marfinenses incluem os bens de capital, combustível e alimentos provenientes principalmente da Nigéria e da França. Desde 2006, a produção de petróleo e gás tem sido uma das mais importantes atividades econômicas. Ademais, a Costa de Marfim tem uma das maiores refinarias de petróleo da região da UEMOA o que permitem sua exportação para os países vizinhos. Da mesma forma, a Costa do Marfim fornece gás natural suficiente para abastecer eletricidades a países como Gana, Togo, Benin, Mali e Burkina Faso (UEMOA, 2010).

4.4.4 República da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau cuja capital é Bissau, único país do bloco de língua oficial não francesa, é um pequeno país que faz fronteira com Senegal ao norte e ao leste e sudeste com a Guiné-Conacri e banhado ao sul e oeste pelo Oceano Atlântico. A população guineense é de 1,8 milhões de habitantes e apresenta uma extensão de 36 544 km² dividida em duas partes: uma continental e a outra insular, integrada com aproximadamente oitenta ilhas que constituem o arquipélago dos Bijagós (JÚNIOR, 2009).

Antes da colonização européia, o país constituía uma parte do reino de Gabú, tributário do Império Mali. No entanto, em 1466 começaram a desembarcar na região da atual Guiné-Bissau os primeiros colonizadores portugueses, encabeçados por Álvaro Fernandes, que inicialmente se dedicavam a fazer comércio com a população costeira para a troca dos

produtos. Em 1956, com a fundação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), liderada pelo Amílcar Lopes Cabral, começou a mobilização para a luta de libertação nacional, que finalmente foi conseguida em 24 de setembro de 1973, muito embora só reconhecida no dia 10 de Setembro de 1974. Antes da independência, Amílcar Cabral líder da resistência guineense, foi assassinado por um grupo de mercenários que trabalhavam para o regime colonial.

Depois da independência o país foi dirigido por Luís Cabral, irmão de Amílcar, que segundo a opinião de alguns autores (JÚNIOR, 2009; GOMES, 2010), executou muitos guineenses como vingança pela morte do seu irmão e colocava nos altos cargos do governo a minoria cabo-verdiana e alguns descendentes europeus. Esse foi o argumento usado pelo então veterano de guerra Nino Vieira, que mediante o Golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, expulsou o Luís Cabral do poder e iniciou um processo de reajuste dentro da elite guineense, colocando os antigos combatentes nos postos de alta envergadura do governo.

Em 1994, o governo aceitou o multipartidarismo e, no mesmo ano, realizaram-se as primeiras eleições democráticas, onde foi reeleito Nino Vieira por um mandato de mais cinco anos. Este período foi interrompido por um sangrento conflito militar em Junho de 1998, que teve muita repercussão em toda região, já que contou com a participação de tropas de Senegal e Guiné Conacri em apoio do governo guineense na tentativa de derrotar os rebeldes dirigidos pelo General Ansumame Mane, que também contou com o apoio do Movimento das Forças Democráticas de Casamance (MFDC), um grupo separatista que atua no sul do Senegal (DIALLO, 2010; JÚNIOR, 2009).

Após o Conflito Militar, o país foi dirigido por um governo de transição que durou até 2001, quando foram realizadas as novas eleições presidenciais. Este teve como vencedor o Dr. Koumba Iala, posteriormente deposto em 2003 num Golpe catalogado de “pacífico”. Henrique Rosa assumiu a presidência interina do país até 2005, quando foram realizadas as eleições presidenciais, onde Nino Vieira saiu como vencedor depois de sete anos no exílio em Portugal.

Quando o país dava indícios de estabilidade econômica e política, em março de 2009, um sangrento levante militar levou ao assassinato do Chefe de Estado Maior, general Tagme na Waie, e um dia depois, ao assassinato do presidente Nino Vieira. Raimundo Pereira, então Presidente do parlamento guineense assume a presidência interina por um período de 60 dias

até a convocação de eleições presidenciais de julho de 2009, onde Malam Bacai Sanha elegeu-se como Presidente. (JÚNIOR, 2009; DE SA, 2010).

No nível econômico, o país produz milho, feijão, mandioca, nozes caju, amendoins sementes de palma e algodão. Também apresenta uma floresta rica na produção de madeiras e uma interessante indústria de pesca. A Guiné-Bissau exporta peixes e frutos do mar, amendoim, sementes de palam e madeira. Suas importações incluem alimentos, máquinas, transportes, equipamentos e produtos petrolíferos. Mesmo apresentando uma riqueza em petróleo, fosfato e outros recursos naturais, o alto custo que acarreta a compra ou o aluguel dos materiais para a exploração destes produtos impede que o país comece sua exploração (UEMOA, 2010).

4.4.5 República do Mali

A República do Mali é um dos países da região sem saída ao mar, motivo pelo qual faz fronteiras com até sete países: ao norte pela Argélia e pelo deserto de Saara, no sul pela Costa do Marfim, Guiné-Conacri, Burkina Faso e os rios Níger e Senegal, no oeste pela Mauritânia e Senegal. Sua capital é Bamako, tem uma população de 13 milhões de habitantes, na sua maioria muçulmana (92%), e uma extensão de 1 240 000 km². Atualmente, o Mali é um dos países mais estáveis da África no domínio político e social (MALI, 2011; UEMOA, 2010).

O Mali foi um país muito importante na história africana por ser sede do famoso Império Mali, um dos três impérios mais importantes África junto aos Impérios de Gana e Songhai⁵². Depois de várias resistências locais, finalmente as tropas francesas conquistaram o Mali e o território se transformou no protetorado da França com o nome de Sudão Francês. Em 1958, com o despertar do povo na sua luta pela independência o Sudão Francês decide

⁵² Dos três Impérios mais importantes, o primeiro foi de Gana, fundado pelos povos Sonike que falavam línguas mandes, sendo que esse reino expandiu-se por toda África Ocidental desde século VII até 1078 quando foi conquistada pelos almorávidas. A seguir foi o Império Mali que se formou na parte superior do Rio Níger e alcançou seu auge no século XIV, transformando as cidades de Djenné e Timbuktu em importantes centros comerciais islâmicos. Entretanto, devido aos conflitos internos o Império Mali entrou em decadência e foi substituído pelo Império Songhai cujo povo era originário do noroeste da Nigéria e que estava submetido há vários anos pelo próprio Império Mali. A queda do Império Songhai foi resultado da invasão berbere em 1591 que marcou o fim do papel regional da encruzilhada comercial. Após o estabelecimento das rotas marítimas pelas potências europeias, as rotas comerciais transaarianas perderam relevância (MALI, 2011).

tornar-se independente dentro da CFA e uniu-se com o Senegal constituindo a Federação do Mali no dia 17 de janeiro de 1959, com capital em Dacar e Modibo Keita como Chefe do Governo. As ações da Federação não tardaram em dar os seus frutos e, em 20 de Agosto de 1960, a Federação do Mali conquistou a independência da França (DIALLOU, 2009).

Após a retirada do Senegal da Federação do Mali em 22 de Setembro de 1960, o Sudão francês formou uma nação independente e mudou o nome para Mali, elegendo a Modibo Keita como presidente. O Governo de Keita fez importantes mudanças com vista a impulsionar o desenvolvimento econômico assim como estatizou algumas empresas privadas. Keita foi deposto por um sangrento golpe de Estado dirigido por Moussa Traoré em 1968, momento em que o país atravessava uma difícil situação econômica. As políticas de industrialização de Traoré igualmente não deram os frutos imaginados pelo povo, e a situação socioeconômica ficou agravada ainda com a onda de seca que ocorreu entre 1960 a 1974.

Em 1974, o Mali inicia um conflito militar com o então Alto Volta (atual Burkina Faso) que durou até 1975. Após o término do conflito, o país começou um período de instabilidade política acompanhado de distúrbios estudantis e tentativas fracassadas de golpes de Estados cujos promotores foram sendo brutalmente castigados. Em resposta às demandas da democracia começaram a aparecer os primeiros partidos políticos na clandestinidade, pelo fato do governo ter recusado a abertura democrática. Em 1990 começou uma nova onda de protestos e movimentos da oposição, desta vez, melhor organizados. No entanto, esses processos foram interrompidos pelos aumentos de violências étnicas no norte do país devido ao regresso de muitos tuaregues ao país (MALI, 2011).

Em 1991, novos protestos ocorreram acompanhados pelo golpe de Estado que tirou Moussa Traoré do poder e instalou um governo de transição. Em 1992, foram realizadas as primeiras eleições livres e democráticas e Alpha Oumar Konaré foi considerado vencedor. Em 1997, Konaré foi reeleito para um segundo mandato. O governo de Konaré fez importantes reformas econômicas assim como estabeleceu um programa de luta contra a corrupção até o final do seu mandato em 2002, período que foi substituído por Amadou Toumani Touré.

No nível econômico, sendo um país sem saída para o mar, com a maior parte do seu território formando a parte do sul de Deserto do Saara, o país enfrenta problemas ambientais como a desertificação, a erosão do solo, suprimento inadequado de água potável e caça furtiva, sendo que sua atividade industrial é concentrada em processamento de *comodities* agrícolas. Entre 1992 a 1995 o país implementou um programa de ajuste econômico que

resultou do crescimento econômico e redução de saldos negativos nas suas balanças (UEMOA, 2010).

Segundo esta importante instituição, os principais produtos de exportação do Mali são ouro (terceira maior produção depois da África do Sul e Gana), algodão, gado e peixes. As importações malienses incluem petróleo, alimentos, produtos e peças industriais etc. Os recursos naturais do país incluem o ouro, caulim, fosfato, sal, calcário, gesso, granito. Ademais, foram descobertos outros recursos minerais como depósitos de bauxita, mineiro de ferro, estanho, manganês e cobre, muito embora ainda não começasse sua exploração.

4.4.6 República do Níger

A República do Níger território que fazia parte do antigo Império Songai, cuja capital é Niamey, apresenta uma população de quase 15,2 milhões de habitantes, dos quais 98,8% professam o islamismo, e uma superfície de 1 267 000 Km², representando o país que liga a África Subsaariana e a África no Norte. Limita-se ao sul com Argélia e Líbia, ao Norte com a Nigéria, ao leste com o Chade e ao noroeste com Mali e ao sudoeste com Burkina Faso (NÍGER, 2011).

Os primeiros europeus a desembarcar no Níger foram os escoceses e alemães. Mas, foram os franceses que exerceram maior influência no Níger após sua chegada em 1890. Imediatamente o país foi incorporado na AOF em 1896, e a partir de 1922 fazia parte da CFA. Na década 1940, como na maioria dos países da região, começa uma série de protestos contra a dominação colonial, Níger não foi exceção. Para evitar esse confronto, em 1946, a França outorgou aos cidadãos nigerinos a cidadania francesa. Porém, a esperança da independência prosseguiu no seio da população local, até que, em 1958, Níger tornou-se uma República autônoma dentro da CFA (UEMOA, 2011).

Tudo estava preparado para a proclamação da independência, que ocorreu no dia 3 de agosto de 1960, e Diiori Hamani foi designado Presidente do país. Durante a administração do primeiro governo nigerino, a situação econômica começava a se agravar entre final da década de 1960 e início da década de 1970, e o presidente Hamani foi acusado de corrupção e fracasso nas gestões públicas. Mesmo com a melhora da situação socioeconômica motivada

pela descoberta de urânio, continuava o descontentamento geral no seio do povo. Para piorar ainda a situação, em 1973, Níger foi um dos países sacudidos pela seca que afetou grande parte da população nômade (NÍGER, 2011).

Como resultado, no dia 15 de abril de 1974 um golpe de Estado comandado pelo tenente coronel Lieutenant Seyni Kountché afasta Hamani do poder. Kountché centra seu programa governamental na recuperação econômica e no estabelecimento de relações comerciais com vários países, a começar pela França. Depois da sua morte, em 1987, foi substituído pelo coronel Ali Saibou.

No início da década de 1990, ondas de greves e protestos e reivindicações marcaram o desenrolar socioeconômico do país e fizeram com que Saibou legalizasse os partidos da oposição e concordasse em realizar os ajustes estruturais impostos pelo binômio Banco Mundial e FMI. Em janeiro de 1995, a oposição obteve a maioria absoluta nas eleições para a Assembléia Nacional e em abril do mesmo ano, os rebeldes tuaregues assinaram o acordo de paz que previa a anistia para os ex-guerrilheiros, investimentos no norte do país e uma distribuição de riqueza mais equitativa.

No golpe militar de janeiro de 1996, o brigadeiro Ibrahim Baré Maïnassara assumiu o poder e suspendeu a Constituição e os partidos políticos. Em maio do mesmo ano, um referendo foi aprovado e Maïnassara ganhou as eleições presidenciais fortemente contestadas pela oposição, provocando violentos protestos em Niamey, capital do país. Ademais, o país começava a sentir os primeiros sintomas da crise econômica provocada pela queda de preços de urânio no mercado internacional.

No final da década de 1990, a pauta da situação socioeconômica foi marcada por protestos nas ruas, reivindicações, greves estudantis e de funcionários públicos, assim como por parte dos soldados que exigiam pagamento de seus salários. Na tentativa de encontrar uma solução para a crise, Maïnassara, que se recusa totalmente a dialogar com a oposição, dissolve o Governo e nomeia novos dirigentes com Ibrahim Hassane Mayaki como Primeiro Ministro. Em abril de 1999, Maïnassara foi assassinado num golpe de Estado e foi substituído pelo Major Daouda Mallam Wanké. O exército, que tinha prometido devolver o poder aos civis, reedita uma nova Constituição e convoca as eleições presidenciais para final de novembro do mesmo ano. Nestas eleições, o coronel aposentado Mamadou Tandja venceu o escrutínio e, ademais, foi reeleito em 2004 (NÍGER, 2011).

A economia do Níger é centrada na agricultura de subsistência, que compreende 39% do PIB e emprega 90% da força de trabalho, na criação de animais e na exportação de urânio, seu principal produto de exportação junto com gados. Os produtos agrícolas incluem algodão, amendoim, milho, sorgo, mandioca, arroz, gado, ovelhas, camelos, burros, cavalos e aves. As importações nigerinas incluem os gêneros alimentícios, máquinas, veículos e peças, petróleo e cereais (UEMOA, 2010).

4.4.7 República do Senegal

O Senegal é de longe o país mais estável politicamente na região em análise. Limita-se ao sul com a Guiné-Bissau e Guiné-Conacri, ao leste com o Mali, ao norte com a Mauritânia e ao oeste com a Gâmbia e banhado pelo oceano atlântico. Tem uma população de 13,3 milhões de habitantes divididos em vários grupos étnicos como a maioria dos países da África, com Dacar como capital e o francês como língua oficial, muito embora só utilizada por uma minoria, já que a maior parte da população fala o *Wolof*.

Os portugueses foram os primeiros a chegarem no Senegal no século XV e estabelecer pontos comerciais, primeiramente na península de Cap Vert (atual Dacar), depois em Gorée, Rufisque e Joal. Uma vez instalados, os portugueses começaram o tráfico de escravos no século XVI. Porém, só depois da chegada dos franceses, a partir do século XVII é que a cultura e hábitos senegaleses ficariam marcados, sobretudo, porque os colonos franceses utilizaram a estratégia de usar os chefes tribais locais como seus intermediários e colaboradores (SENEGAL, 2011).

Segundo esta instituição, entre 1758 a 1814, a França e a Inglaterra estabeleceram uma feroz disputa pelas cidades senegalesas de Saint-Louis e Gorée, que só veio a finalizar no dia 30 de maio de 1814 quando o Senegal foi entregue à França através do Tratado de Paris⁵³. Em 1854, o general Faidherbe torna governador da CFA e funda Dacar depois da conquista dos reinos Cayor e Djolof em 1895. Com a criação da Administração Geral da AOF, Senegal foi

⁵³ Tratado de paz assinado entre a França, Áustria e seus aliados em Paris no dia 30 de maio de 1814, onde assistiram o Rei da França e da Navarra por um lado, e pelo outro o Imperador da Áustria, o Rei da Hungria e da Bohemia e seus aliados para debater e colocar um ponto final as longas agitações da Europa e as infelicidades de seus povos através de uma paz sólida fundada sobre uma justa repartição das forças entre as potências, e trazendo em suas estipulações as garantias da duração.

eleito sede da mesma e, em 1904, Dacar foi considerada capital da AOF. Um dos acontecimentos mais marcantes daquela época foi quando, em 1916, os habitantes da chamada “quatro comunas”- Dacar, Gorée, Rustisque e Saint Louis- receberam cidadania francesa e enviaram seus primeiros representantes para a Câmara de Deputados da França.

Em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, sendo Dacar na altura a capital da AOF, as tropas inglesas bombardearam o aeroporto de Dacar, quando o General De Gaulle tentava desembarcar numa das bases militares francesas radicadas em Dacar, lugar onde saiam tropas africanas que representaram a França durante as duas Guerras (SENEGAL, 2011). Uma vez criada a União Francesa, em 1946, Senegal aderiu a União e elegeu dois deputados para o parlamento Francês. O país alcançou a independência em 1960, quando ainda fazia parte da Federação do Mali e o seu líder na altura, o célebre Léopold Sedar Senghor, foi nomeado presidente da República num mandato de sete anos que iniciou com realização de reformas econômicas.

Em 1962, o primeiro ministro Mamadou Dia e outros membros do governo foram julgados por violação dos direitos do Parlamento e condenados à prisão por suspeito de um golpe de Estado que pretendia afastar do poder ao presidente. Assim, começou uma série de reformulações no país. Em março de 1963, foi aprovado um eferendum da nova Constituição e estabelecido um regime presidencial e que culminara com a criação do cargo de Primeiro Ministro, que foi concedido a Abdou Diouf em 26 de fevereiro de 1970 (DIALLO, 2009).

Para este mesmo autor, uma vez alcançada uma estabilidade sociopolítico a diferença dos países vizinhos, Senegal começou a se aproximar ao resto do mundo, sendo o primeiro ato, a visita a Dacar do então presidente francês Georges Pompidou. Em novembro de 1971, Senghor viaja para Israel e Egito com outros chefes africanos para mediar o conflito no Médio Oriente. Em 1974, Senghor anuncia a libertação de todos os presos políticos na ocasião do 14º aniversário da independência do país e a criação do multipartidarismo “limitado”, isso porque até então só existia um partido unido. Em 1975, o país alberga a reunião dos 110 países em vias de desenvolvimento e países alinhados. Dois anos mais tarde, em abril de 1977, o país foi sede da 4ª Conferência Franco-africana na presença do presidente francês Valéry Giscard d’Estaing.

Nas eleições presidenciais de 1978, Senghor foi reeleito com uma ampla vantagem frente ao seu opositor Abdoulaye Wade líder, do Partido Democrático Senegalês (PDS).

Senghor culminou o seu mandato em dezembro de 1980 sendo substituído por Abdou Diouf em janeiro de 1981. Segundo Diallo (2009), uma das ações interessantes do governo Diouf foi o início das conversações com o governo da Gâmbia para o estabelecimento da Confederação da Senegâmbia, que finalmente se oficializa no dia 14 de novembro de 1982, juntando o Senegal e a Gâmbia a através de um pacto para unir as instituições comuns e uma integração das forças armadas e de segurança. No entanto, esse sonho veio abaixo com a dissolução da Confederação em 1989, por divergências entre os dois países.

Em meados da década de 1980, num contexto econômico e social marcado pela crise, o país realiza a segunda eleição presidencial onde Diouf saiu vencedor com 73% dos sufrágios frente à Abdoulaye Wade. Em 1989, inicia uma crise sociopolítica com a Mauritânia onde 200 senegaleses foram massacrados em Nouakchott e Nouadhibou. Na parte senegalesa, mesmo que no seio da população existisse o espírito de vingança, o presidente Diouf preferiu o dialogo e uma tentativa de saída pacífica. Nas eleições presidenciais de março de 2000, o então Presidente Diouf saiu derrotado frente à Abdoulaye Wade que permanece no poder até a data de hoje (SENEGAL, 2011).

Em relação à situação econômica, em meados da década de 1990 o governo articulou um programa estratégico com profundas mudanças e reformas econômicas, recebendo grande apoio da comunidade dos doadores internacionais. Após esta reforma, houve uma grande redução da inflação e um crescimento do PIB real, com média anual superior a 5% entre 1994 e 2004. O setor agrícola do país inclui a produção de amendoim, milho, sorgo, arroz, algodão, tomate, vegetais verdes, gado, aves, suínos, peixes (UEMOA, 2010).

Nas exportações predominam o setor pesqueiro, fosfato, amendoim, produtos petrolíferos e algodão. Entre os principais produtos importados do país estão os alimentos e bebidas, os bens de capitais e combustíveis. A partir de 2007, o governo de Wade adota uma política liberal que vem dando resultados positivos. De fato, os investidores estrangeiros, sobretudo, europeus, os de oriente-médio assim como países emergentes como Brasil, China e Índia começam a olhar o Senegal como um dos destinos de seus investimentos.

4.4.8 República do Togo

O Togo apresenta uma população de aproximadamente 6 milhões de habitantes, na sua maioria agricultores. A capital do país é Lomé e faz fronteira ao Oeste com Gana, ao leste com Benin e ao norte com Burkina Faso. O país está dividido em cinco regiões administrativas: a Região de Savanas, a Região de Kara, a Região Central, a Região de Plateaux e a Região Marítima. A língua oficial é o francês, entretanto no país fala-se mais de 30 dialetos regionais (UEMOA, 2011).

Até 1880, o Togo tal como é conhecido hoje, não existia. Os ingleses e franceses que ocupavam a então Costa de Ouro (atual Gana) e Daomé (atual Benin), instalaram postos aduaneiros nas suas fronteiras com o objetivo da exploração dos recursos naturais. Em 1883, o chanceler alemão Otto Bismarck tenta impor um protetorado sobre o Togo, mas o ato foi consumado só depois da Conferência de Berlim, quando a costa togoleza foi oficialmente atribuída à Alemanha (TOGO, 2011).

Uma vez instalada no Togo, os alemães fundaram o Porto de Lomé implementando uma economia de plantações de cacau e de café, mas, sempre enfrentavam fortes resistências da população local. Para amenizar as revoltas dos togolezes, os alemães tentaram estabelecer vários acordos com os reinos locais, depois incentivavam os próprios cidadãos alemães a se instalarem na então colônia que eles chamavam “Togoland”, propiciando-lhes concessões com condições muito vantajosas.

Na verdade, a Alemanha tentou estabelecer uma colônia diferente das outras potências européias no Togo, fazendo construções de linhas de ferro, implementações de escolas geridas por missões católicas e evangélicas⁵⁴. Assim, por volta de 1910, o Togo contava com 163 estabelecimentos escolares evangélicos e 196 católicos, sendo que os próprios católicos tinham criado centros de formação dos professores. Cabe ressaltar ainda que alguns responsáveis alemães não queriam transmitir a língua e a cultura alemã para os togolezes, alegando que não eram pessoas dignas de recebê-las (TOGO, 2011).

⁵⁴ Os missionários alemães aproveitaram suas funções de transmissores da mensagem de Deus para contribuir grandemente na subjugação dos líderes étnicos locais.

Depois do início da Primeira Guerra Mundial, uma operação conjunta franco-britânica com base na Liga das Nações obrigou os alemães a deixar o Togo em 1914 e estas duas potências dividiram entre si o território togolês. Anos mais tarde, a porção britânica foi incorporada ao território da Costa de Ouro (atual Gana) enquanto os territórios franceses transformaram-se em República de Togo. Em 1956, o país dotou-se de instituições políticas eleitorais e, em 1958, um referendun permitiu ao Togo aceder a autonomia política (TOGO, 2011). Finalmente, a independência foi alcançada no dia 27 de abril de 1960.

Depois da independência o país viveu momentos conturbados marcados por inúmeros golpes de Estados que culminariam em 1967, com a ascensão do general Étienne Gnassingbe Eyadema ao poder. Em 1979, através de uma nova emenda constitucional, Eyadema proclamou uma nova república togolesa e, em 1982, com o fechamento das fronteiras decretado pelo Gana para previr o contrabando, deu início aos confrontos entre as duas nações. Em relação ao processo democrático, em 1985 o governo aceitou o multipartidarismo, mas Eyadema permaneceu no poder até a sua morte em 2005, quando foi substituído pelo atual presidente Faure Essozimna Gnassingbe.

Economicamente, o país depende tanto de comércio como de agricultura de subsistência que emprega 65% da força de trabalho e contribui para 40% do PIB. Os outros 35% da força de trabalho vive de outros cultivos com destaque para as minas de fosfato. Os produtos agrícolas de maior destaque são mandioca, milho, algodão e frutas como produtos de subsistência. Paralelamente, café, cacau, algodão céu, cocos e frutos tropicais se destacam como produtos exportáveis. De todos eles, Cacau, café e algodão (de maior peso) e fosfato geram quase 40% das receitas de exportação. As importações togolesas seguem o mesmo recorrido da maioria dos países da região: alimentos, maquinarias e equipamentos e produtos petrolíferos (UEMOA, 2010).

4.5 Processo de integração regional na África Ocidental

Para os objetivos deste trabalho, considera-se que a integração regional na África Ocidental se divide em três fases. A primeira vai desde o início do panafricanismo até a criação da OUA. Corresponde a Fase impositiva da época colonial, onde foram instituídas a

África Ocidental Francesa (AOF), a África Equatorial Francesa (AEF), os países da Comoweth (das colônias britânicas) e as províncias ultramarinas (colônias portuguesas).

A segunda corresponde a etapa que inicia desde a criação da OUA, até década de 1990. Esta fase está relacionada com o período pós-independência. Uma vez independentes, começou uma série formação de blocos econômicos regionais sem rigor científico apoiados na altura pela OUA. A leitura aqui tirada é que seus atores e autores, na verdade, queriam demonstrar que tinham capacidade de autogerenciamento mais do que elaborar uns acordos econômicos como tal. Por isso, a maioria deles não teve sucesso, referindo-se a união Gana-Guiné, a Federação do Mali, a Federação da Senegâmbia, a União Guiné-Bissau e Cabo-Verde, ou ainda, a União Monetária da África Ocidental (UMOA).

A terceira começa a partir da década de 1990 até a atualidade. Vive-se a “fase de maturidade”, que corresponde ao período a partir da qual os governantes ocidente-africanos já melhor conscientizados da importância da integração no processo de desenvolvimento, começaram a elaborar acordos econômicos regionais mais sólidos e compactos e com maior rigor, atentos à realidade socioeconômica regional. Neste caso, apareceram a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), e a West African Monetary Zone (WAMZ)⁵⁵, respaldadas posteriormente pela criação da União Africana e da NEPAD.

No Quadro 2 são apresentadas as distintas formações econômicas regionais vigentes na região ocidental africana na atualidade. Mais a frente, se procederá a caracterização de cada uma dessas integrações, com exceção da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP)⁵⁶, que mais do que um bloco, corresponde um fórum multilateral entre países da língua oficial portuguesa.

⁵⁵ Em 2000, Gana e Nigéria começaram uma série de contactos com vista à formação de uma segunda zona monetária na África Ocidental. A iniciativa destes dois países alcançou uma maior relevância com a reunião dos chefes de Estados e Governos de Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Nigéria e Serra Leoa, realizada no dia 15 de Dezembro de 2000 em Bamako, a capital do Mali. Os mandatários destes países assinaram um acordo que objetivava harmonizar suas políticas econômicas e criar uma união monetária. Como resultado, no dia 20 de Abril de 2002, foi assinado a Declaração de Acra e com ela, a constituição da West African Monetary Zone (WAMZ), a segunda zona monetária na África Ocidental. Mesmo que ainda não tenha iniciado suas atividades, a WAMZ tem como objetivo, estabelecer uma união monetária caracterizada por um banco central comum que substitua os bancos centrais de cada um dos cinco países (WAMI, 2009).

⁵⁶ A CPLP tem sua sede em Portugal, e além de Cabo-Verde e Guiné-Bissau, também fazem parte da mesma Angola, Brasil, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste. Guiné-Equatorial, Ilhas Maurícius e Senegal participam como observadores.

CEDEAO-1975	UEMOA-1994	ZMAO- 2002	CPLP-1996
Benin	Benin	Gâmbia	Cabo-Verde
Burkina Faso	Burkina Faso	Gana	Guiné- Bissau
Cabo Verde	Costa de Marfim	Guiné-Conacri	
Costa de Marfim	Guiné-Bissau	Libéria**	
Gâmbia	Mali	Nigéria	
Gana	Níger		
Guiné Conacri	Senegal		
Guiné-Bissau	Togo		
Libéria			
Mali			
Mauritânia*			
Níger			
Nigéria			
Senegal			
Serra Leoa			
Togo			

Quadro 2- Principais acordos de integração regional atual na África Ocidental

Fonte: Elaboração própria

* Retirou-se em 2002 ** Membro observador

4.5.1 O movimento pan-africanismo: contextualização

Possivelmente o movimento panafricano constitui-se na mais transcendental manifestação da defesa do povo negro no mundo. É difícil ter uma definição em poucas palavras em relação ao pan-africanismo, embora resulte plausível enumerar alguns fatos importantes para a melhor compreensão deste fenômeno. Segundo alguns autores (NKURUMAH, 1977; KAMABAYA, 2003; DIENG, 2005; WADE, 2005) o pan-africanismo corresponde a uma corrente de pensamento sociopolítico e ideológico, que antes de expandir-se pelo continente africano surgiu com o despertar de um sentimento de solidariedade e consciência dos descendentes de escravos africanos na diáspora, sobretudo no Caribe, EUA⁵⁷ e Inglaterra, e perseguia a unificação de todos os povos negros em prol do desenvolvimento.

As ações do pan-africanismo na sua fase inicial eram voltadas para a promoção social e política de negros na diáspora. Essas pretensões se baseavam na luta contra a discriminação racial e suas conseqüências no seio da sociedade negra, motivo pelo qual, posteriormente, permitiu a existência de um ódio generalizado dos negros contra os brancos tanto na diáspora quanto na África. Com o passar de tempo essas pretensões voltaram para a defesa da

⁵⁷ O pan-africanismo ganhou mais força nos EUA durante o século que se seguiu a Declaração da Independência dos Estados Unidos da América porque os negros também participaram ativamente pela independência dos EUA. E, embora os princípios da Revolução Americana advogassem pelos direitos iguais para todos os americanos, os negros continuavam, a sofrer discriminações devido a sua cor de pele. Ademais, nos valores familiares e sociais da época, era apregoada a idéia de que o negro era inferior ao branco (KAMABAYA, 2003).

descolonização e do progresso sociopolítico da África (WADE, 2005, DIENG, 2005; RIBEIRO, 2007).

Os indícios do pan-africanismo se relacionam com alguns acontecimentos ocorridos a partir da década de 1800 e, entre suas primeiras reações, Nkrumah (1977) e Ki-zerbo (1972) citam o discurso inaugural de Edward Wilmot Blyden⁵⁸, descendentes de escravos africanos no Caribe no Liberian College, em 1881, que afirmara que a promoção do povo negro - tanto nas Américas como na África- deveria ser realizada por métodos iguais aos outros, mas respeitando suas características, hábitos e idiossincrasia⁵⁹.

Segundo os mesmo autores, em 1895, Joseph Booth, reverendo britânico, publica sua obra intitulada “A África para os africanos”, onde declarava que o negro era igual ao branco em todos os sentidos, menos no egoísmo, demonstrando desta maneira seu enérgico rechaço à algumas teorias da época, que predicavam que o negro era inferior ao branco. Posteriormente, em 1897, Joseph Booth, defendeu a criação de uma União Cristã Africana em prol da luta do povo negro segundo suas convicções religiosas.

Rapidamente as idéias de Joseph Booth transcenderam as fronteiras encontrando muitos simpatizantes na África, sobretudo na África do Sul nas figuras de Navuma Tembula e Salomon Kunano, dois evangélicos que rapidamente começaram a promover a união política, econômica e religiosa da África. Estes dois evangélicos argumentavam que o trabalho de milhões de africanos e os recursos oferecidos por Deus à África deveriam ser encaminhados para a melhoria das condições socioeconômicas dos africanos e não em detrimento de um pequeno numero de europeus ricos e exploradores (ENTRALGO, 1989).

Independentemente das iniciativas em prol das idéias pan-africanistas antes comentadas, considera-se que o primeiro evento transcendental do pan-africanismo foi a Conferência de Londres⁶⁰ realizada em 1900, que reuniu a 30 líderes negros provenientes da Inglaterra, do Caribe e dos Estados Unidos da América⁶¹. O ato foi dirigido pelo haitiano

⁵⁸ Foi quem lançou um apelo a favor da criação de uma universidade na África Ocidental. Mas como não se concretizou, a partir de 1887, africanos ricos começou a enviar seus filhos para prosseguir seus estudos na Europa e receber formação profissional.

⁵⁹ Ademais, apelou a todos os africanos e os afro-descendentes em demonstrar ao mundo que sabiam andar sozinhos e dirigir seus próprios destinos.

⁶⁰ Essa conferência foi um evento de capital importância porque seus organizadores deixaram tudo preparado para o primeiro congresso pan-africano realizado entre 23 a 25 de Julho de 1900 em Londres dirigido por Du Bois, onde saiu à famosa frase: o problema do século XX é a questão da cor.

⁶¹ No final do século XIX, sobretudo em 1900, quatro afro-descendentes caribenhos deram importante contribuição para o impulso do movimento pan-africanista: Edward Wilmot Blyden (1823-1912), Anténor

Bénito Sylvain e o advogado trinitário Henry Silvéster Willians⁶² quem precisamente cunhou o termo “pan-africanismo”. A partir desse evento, nasceu oficialmente à idéia do pan-africanismo (NKRUMAH, 1987; ENTRALGO, 1989).

Entretanto, quem veio a abraçar essa ideologia com mais ímpeto, sendo considerado seu pai, foi o sociólogo afro-americano Willian Eduard Burghard Du Bois⁶³, a quem também correspondeu a realização dos cinco primeiros congressos pan-africanos, sendo quatro deles na Europa (Paris-1919, Londres-1921, Londres/Lisboa-1923, Manchester-1945) e um nos EUA (Nova Iorque -1927). Du Bois profetizava que o racismo era o problema central no século XX, e opôs-se ao reformista Booker T. Washington, defensor de uma formação técnica para os negros, para que estes tivessem seus direitos políticos especiais e não pudessem competir com os brancos. Igualmente Du Bois foi o primeiro panafricanista a defender que a unidade entre os negros norte-americanos e caribenhos com os africanos, deveria basear-se na compreensão de que a origem da sua dominação tinha uma raiz em comum: o imperialismo (OUÉDRAOGO, 2005; KAMABAYA, 2003; WADE, 2005).

Paralelamente à liderança de Dubois, também existia outra corrente pan-africanista liderada por Marcus Garvey, que divergia em muitos aspetos com Du Bois. Marcus Garvey de origem jamaicano e partidário do retorno dos negros a África⁶⁴ com a argumentação de que estando o negro afro-americano desprezado e desesperado por alcançar uma posição dos outros grupos raciais, começaram a pensar seriamente no regresso a terra-mãe: África.

Firmin (1850-1911), Henry Sylvester Willians e Bénito Sylvain. Blyden advogava pela popularidade da África como berço da humanidade e foi o precursor de *Back to Africa*. Movimento que depois Marcus Garvey liderou com muita intensidade, também chamado *Black Nationalismo*.

⁶² Willians levantava sua voz contra a expropriação das terras dos africanos negros pelos europeus e advogava pelo direito dos negros a sua própria personalidade. As reivindicações de Willians propiciaram o surgimento de uma consciência africana que começará a expressar-se a partir do I Congresso pan-africano de Paris em 1919.

⁶³ Nasceu em 1868, no seio de uma família de classe média em Massachusetts. Du Bois foi diplomado em Economia e História pela universidade de Fisk e Harvard respectivamente e Doutor em Sociologia pela Universidade de Berlim. Entre algumas atividades ou logros realizados, se destaca a criação em 1905 do Movimento Niágara, pioneiro na luta pelos direitos dos negros. Em 1908, participou da criação da Associação Nacional para o Progresso dos Negros (NAACP, sigla em inglês). A partir deste período, Du Bois reivindicava que a autonomia africana deveria ser organizada com base no socialismo e na economia solidária, ou seja, a autodeterminação nacional, liberdade individual e socialismo democrático eram as bases de seus pensamentos. Anos posteriores foi altamente perseguido, fator que o levou a refugiar-se em Gana, até seu desaparecimento físico em 1963, coincidindo com o ano da realização da grande manifestação pelos direitos civis de Martin Luther King, assim como a criação da Organização da Unidade Africana. Ganhou o prêmio Lenine da Paz, em 1959 e deixou publicado mais de 15 livros entre os que se destacam *Colour na Democracy (1945)*, *The World and Africa (1946)* e “As Almas da Gente Negra (1999)”. Para maior informação acesse: www.casadasafricanas.org.br.

⁶⁴ O pan-africanismo na verdade, é o nacionalismo negro, elevado no nível ideológico africano, isto é, a consciência da dignidade africana.

Este estado de coisas e a rejeição da sociedade branca levaram os negros a pensarem numa forma realista de congregarem os seus esforços no nível mundial onde quer que se encontrem a fim de defenderem sua personalidade. Uma vez radicado em Nova Iorque Garvey funda o semanário “Mundo Negro” em 1916 e três anos mais tarde cria a linha de investigação “*Black Star Line*”, com o objetivo do retorno dos descendentes afro-americanos ao seu continente de origem, para evitar as atrocidades inumanas que sofriam nas Américas (NKRUMAH, 1977; ENTRALGO, 1989).

Segundo os relatos de alguns autores (DIENG, 2005; WADE, 2005, KAMABAYA, 2003) em 1920, Garvey organiza um encontro de líderes da raça negra em Londres, cujo documento final foi chamado “Manifesto de Londres”, que continha a declaração dos direitos do povo negro. Ademais, em 1921, enquanto se celebrava o II Congresso Pan-africanista na Europa, Marcus Garvey organizava em Nova Iorque a Segunda Convenção da Associação Para o Progresso da Raça Negra (INIA, sigla em inglês) com a intenção de desafiar a Du Bois devido às suas divergências.

Garvey encontrou um rápido simpatizante na figura do célebre professor senegalês Cheikh Anta Diop. Os dois advogavam pelo pan-africanismo supranacional e maximalista mediante a superação das fronteiras coloniais artificiais, que eles consideravam como o principal obstáculo ao desenvolvimento dos países africanos (BADI, 1993; DIOP, 1987). Entretanto, essa divisão ideológica dentro do pan-africanismo nessa fase inicial teve o seu fim em 1922, quando Marcus Garvey foi acusado de malversação de fundos da Black Star Line e deportado a Jamaica.

Em 1934, surge a corrente cultural do pan-africanismo: a negritude. Este movimento foi criado por Leopold Sedar Senghor, em colaboração com Aime Cessaire e León Gontran Damas. A ideologia da negritude serviu para valorizar a crença da superioridade da raça negra, e foi usada por estudantes e trabalhadores negros nas reclamações, reivindicações e defesa de seus direitos culturais, na medida em que continha implicações relacionadas tanto com posições políticas quanto por sociais.

Em termos gerais, os quatro primeiros congressos pan-africanos não trouxeram avanços significativos para a realidade do povo negro, tanto nas Américas como na África, como era pretendido. No entanto, vale ressaltar que no segundo congresso de 1921 foi aprovada a “Declaração do Mundo”, um manifesto que reclamava a igualdade absoluta de todas as raças e em todos os planos possíveis.

A Primeira e a Segunda Guerra Mundial exerceram profundas influências sobre a ideologia pan-africanista. Segundo Kamabaya (2003) várias foram as razões, mas duas são destacados por sua relevância. A primeira diz respeito ao número de contingente negro dos EUA que combateram na Europa contra a Alemanha, permitindo-lhes desenvolver uma nova consciência sobre a desigualdade da sua posição relativa aos soldados brancos, muitas vezes com capacidades inferiores a deles. Os soldados negros viram na experiência europeia o tratamento amigável que os negros recebiam na Inglaterra e na França. Perante a constatação da possibilidade da harmonia racial que experimentaram na Europa, quando chegaram às Américas, exigiram direitos iguais aos brancos. Este fato provocou mortes e linchamentos dos negros em várias cidades dos EUA nomeadamente em Chicago, onde em 1919 houve o chamado “Verão vermelho”, um massacre de 40 negros pelo Grupo criminal Ku- Klux-Klan⁶⁵.

A segunda associa-se aos soldados africanos que combateram ao lado dos franceses quando voltaram para a casa, não foram retribuídos com todos os benefícios que lhes tinham sido prometidos e concedidos aos soldados franceses brancos. Deste modo, quando os soldados africanos reclamaram, alguns foram assassinados e outros brutalmente espancados e torturados.

Na verdade, a Carta do Atlântico assinada em 12 de Agosto de 1941 pelo presidente norte-americano, Franklin Delano Roosevelt e pelo Primeiro Ministro inglês, Winston Churchill teve um impacto profundo na África e no movimento pan-africanista em geral, porque em teoria representava um incentivo para a contestação do poder colonial e a esperança de facilitar os caminhos para as independências africanas. Entretanto, a indignação total africana veio à luz quando Churchill apresentou-se a declarar que o princípio de autodeterminação dizia respeito somente aos povos ainda sujeitos ao fascismo e que o império colonial inglês seria mantido (ENTRALGO, 1989; CAMABAYA, 2003).

Toda essa conjuntura de insatisfação no seio dos dirigentes africanos fez mudar o panorama durante a celebração do V Congresso em Manchester, em 1945. Já com participação majoritária e relevante dos sindicalistas, estudantes e líderes africanos como Kwame Nkrumah (Gana), Kenneth Kaunda (Zâmbia), Jomo Kenyatta (Quênia), Peter Abrahams (África do Sul), Hailé Sellasié (Etiópia), Julius Nyerere (Tanzânia), Namdi

⁶⁵ Grupo racista que linchava sistematicamente os negros durante a noite, queimando suas propriedades e sabotando suas pertencas.

Azikiwe (Nigéria). Deste modo, pela primeira vez um congresso pan-africano foi dirigido por um africano, Kwamen N´krumah, em colaboração com o trinitário Georges Padmore.

As atenções deste congresso (WADE, 2005; NKRUMAH, 1977) estavam centradas na: (i) exploração econômica do continente africano, (ii) nas denúncias da divisão das grandes potências imperialistas da África através da conferência de Berlim, (iii) nos problemas sociais como a pobreza e o analfabetismo e, (iv) na descolonização e luta contra o imperialismo. Neste congresso, igualmente, se acordou a criação de uma organização supranacional que zelasse pelos interesses africanos.

De fato, depois do V Congresso, o pan-africanismo irrompeu com força contra o imperialismo político e cultural europeu, ou seja, já não se tratava da simples questão racial, mas também de questões políticas e econômicas (DE LA VEGA, 2007). Os países africanos e seus líderes acataram veementes as conclusões do quinto congresso panafricanista, e imediatamente começaram a atuar com vista a cumprir as indicações deste movimento. Os primeiros sintomas podem ser encontrados na criação de diversos partidos políticos na época e entre os mais significativos encontramos o: Reagrupamento Democrático Africano (RDA) de Felix Houphouët-Boigny na Costa de Marfim criado em 1946, que perseguia a independência das colônias francesas; o Grupo Independente de Ultramar (IOM, sigla em inglês) formado em 1948. Estas duas agrupações tentaram organizar os ideais independentistas e integracionistas (GLASSER; SMITH, 2005).

Mas, a situação se apresentava muito complicada para a concretização desses objetivos. Entralgo (1989) comenta que, na época, os movimentos sindicais na África contavam com pouco tempo de fundação. Por isso, em 1947, na Conferência de Dakar e sob o comando da Confederação Geral de Trabalhadores, decidiu-se reunir todos os trabalhadores africanos na Federação Sindical Mundial⁶⁶. Em 1957, Cotonú serviu de sede para uma reunião onde se propôs a união de todas as federações numa única central de natureza africana. Este fato propiciou a constituição da União Geral dos Trabalhadores da África Negra (UGTAN). Finalmente, a Federação dos Sindicatos Africanos foi criada na Segunda Conferência dos Povos Africanos e em 1959, nasceu a União Sindical Pan-africana (USPA).

⁶⁶ Por exemplo, em 1957, em toda a região somente havia três milhões e meio de trabalhadores sindicalizados, sendo a maioria deles radicados no sul do continente (ENTRALGO, 1989).

Durante o festejo da independência de Gana, Kwame Nkrumah anunciou a intenção de organizar uma conferência pan-africana de Estados com autonomia própria. Assim, entre 15 a 22 de Abril de 1958 realizou-se, em Acra (Gana), o primeiro congresso pan-africanista no solo africano e entre os convidados estavam William Du Bois, George Padmore que foi o conselheiro de Nkrumah. Oito países tomaram parte neste histórico acontecimento: Egito, Líbia, Marrocos, Gana, Etiópia e Sudão. Como ponto central, pela primeira vez a cooperação africana foi debatida no nível governamental e também foi exigida a aplicação do princípio da autodeterminação aos territórios africanos (KAMABAYA, 2003).

A Segunda Conferência Pan-africana no solo africano decorreu entre 5 a 11 de dezembro de 1958 em Acra, convocado novamente por Kwame Nkrumah na qualidade do Presidente do Partido da Convenção do Povo (PPC) no poder de Gana. Neste congresso participaram não somente os chefes de Estados, mas sim outros representantes e ministros. A organização esteve a cargo de um Comitê Preparatória composto dos representantes de Gana, Nigéria, Marrocos, Egito e Somália. O objetivo deste congresso foi promover os movimentos de libertação nacional de todos os países da África com o fim de acelerar o processo de libertação nacional.

Para Ki-zerbo (1972) e Kamabaya (2003), foi o congresso dos líderes provenientes dos territórios ainda sob a dominação colonial, entre os que se destacam 200 delegados representando a sessenta e duas organizações nacionalistas. Tanto o presidente da URSS o senhor Nikita Khrushchev como o senhor Chou-En Lai, primeiro Ministro da China, enviaram mensagens à Conferência. No discurso inaugural, Nkrumah afirmou que a década de 1960 vai ser a década da independência da África e que a independência de Gana não terá significado se ela não estiver ligada a emancipação total do continente africano (NKRUMAH, 1987).

De forma específica, o movimento pan-africanista pregava a unidade africana como condição *sine qua non* para alcançar a independências política e econômica. No entanto, não existia um consenso entre as correntes ideológicas sobre o modo da realização de dita unidade, provocando algumas divisões e ideologias entre três grupos claramente delimitados: Grupo Brazzaville, Grupo Casablanca e Grupo Monróvia (BADI, 1992; ENTRALGO, 1989; FERNANDES, 2007). O Grupo Brazzaville se constitui em dezembro de 1960 e estava conformado pelos governos que reconheciam a preponderância das ex-metrópoles e manifestavam abertamente o anticomunismo. Este grupo reconhecia o direito da Mauritânia independizar-se do Marrocos, fator que propiciou as diferenças com o Grupo Casablanca.

Por sua vez, o Grupo Casablanca (Progressista) idealizado por Mohamed V, rei do Marrocos, surgiu através de uma reunião realizada entre 3 a 7 de janeiro de 1961, em Casablanca, junto com os governos de Guiné, Gana, Mali, Egito, Argélia e Líbia. Neste grupo, liderado por Kwamem Nkrumah, estavam os defensores da constituição de uma federação de estados africanos com estabelecimento de um governo supranacional e a supressão das fronteiras herdadas da colonização. Estes países apoiavam o movimento de Patrice Lumumba no antigo Congo Belga (atual República Democrática do Congo), a luta da Frente de Libertação Argelina, e uma política de neutralismo positivo oposta ao domínio neocolonial. A Carta de Casablanca, que estabelece seus princípios fundamentais foi aprovada no Cairo, alegando um anti-imperialismo e inter-africanismo sem a metrópole.

Por último, o Grupo Monróvia (Grupo Revolucionário ou Moderado), nasce em 1961, na Monróvia, capital da Libéria, e defendia uma confederação dos estados africanos mediante uma integração funcional, estabelecendo uma simples cooperação econômica entre os estados e se fundamentava nos princípios de Monróvia.

Os princípios aprovados e que regiram a linha política dos vinte Estados-membros reunidos na da Conferência de Monróvia são: (i) não ingerência nos assuntos internos dos outros países; (ii) instauração de uma cooperação econômica, cultural e diplomática baseada na tolerância, na solidariedade e na recusa de toda e qualquer *leadership* por parte de qualquer Estado-membro; (iii) respeito pela soberania e integridade territorial de cada Estado, condenando toda invasão, mas respeitando o direito de cada Estado a se unir livremente a outro; (iv) igualdade absoluta entre os Estados, qualquer que seja sua superfície, população e riqueza; (v) unidade compreendida não como integração política, mas como consonância de aspiração e de ação (BADI, 1972).

Ainda dentro do panafricanismo, existia outro confronto ideológico: o movimento da unidade cultural liderada por Senghor *versus* o movimento da unidade política liderada por Nkrumah. O grupo liderado por Leopold Sedar Senghor defendia em primeiro plano a unidade cultural e, só depois, a política. A justificativa é que a base cultural era a condição indispensável para a unidade africana, motivo pela qual o pan-africanismo cultural deveria anteceder o pan-africanismo político, para que a união cultural sustentasse a união política. Em contraposição, o grupo liderado por Kwame Nkrumah, argumentava que primeiramente, a unidade africana só poderia ser conquistada via política ou via luta armada (BADI, 1992).

Mesmo com esses impasses dentro do movimento, suas atividades continuavam desenvolvendo o princípio da solidariedade entre os povos, de modo a criar o sentimentalismo africano que poderia favorecer a estruturação da futura União dos Estados Africanos. Na verdade, desde o congresso de Manchester, o panafricanismo defendeu a liberdade africana e o direito das independências nacionais, a luta contra o racismo, a discriminação, a marginalização do continente africano a nível mundial. Depois da consecução de alguns objetivos plasmados na conferência de Manchester, o panafricanismo ampliou seu campo de atuação com vista a promover o desenvolvimento econômico do continente africano através de apoio as diversas comunidades econômicas regionais.

Em suma, o movimento panafricanista na visão de Badi (1992) se divide em duas fases: a primeira, conhecida como etapa doutrinária ou a era norte-americana comandada por William E Burghard Dubois e Marcus Garvey, que defendiam uma África Unida e em estreita relação com os descendentes africanos de todas as latitudes do planeta e; a segunda fase, ou a fase dos ativistas e pragmáticos africanos, que pretendiam colocar na prática as teorias da fase anterior, isto é, o pan-africanismo se converteria desta maneira numa ideologia política, econômica e cultural.

4.5.2 Comissão Econômica das Nações Unidas para África (UNECA ou ECA)

Após o V Congresso pan-africanismo de Manchester, as atividades deste movimento deslocaram-se da Europa e América para instalar-se definitivamente na África. Na altura, ainda não existia uma organização que unisse todos os países africanos e a estratégia usada pelos líderes pan-africanista através dos representantes africanos na ONU foi exercer uma acirrada pressão perante as Nações Unidas para a criação de uma instituição dentro da maior organização mundial que se preocupasse realmente pelos assuntos africanos.

Essa pressão ideológica teve o seu fruto recompensado quando, em 1958, foi criada a *United Nations Economic Commission for Africa* (UNECA) ou Economic Commission for Africa (ECA), isto é, a Comissão das Nações Unidas para a África como um órgão subsidiário, cuja sede principal radica em Addis Abeba (Etiópia), e as sub-sedes para cada uma das sub-regiões em: Tangier em Marrocos para África do Norte, Niamei no Níger para África Ocidental,

Iaundé nos Camarões para África Central, Lusaka na Zâmbia para África Austral e Kigali na Ruanda para África Oriental (UNECA, 2011).

A UNECA perseguia entre vários objetivos, resolver todos os assuntos concernentes ao continente africano, promover o desenvolvimento auto-sustentável em níveis regionais e sub-regionais, estabelecer relações com outros continentes e proteger o meio ambiente (KIZERBO, 1972). Para começar da melhor maneira suas funções e com vista à elaboração de planos de desenvolvimento econômico para África, uma das primeiras contribuições da UNECA levando em conta o fator geográfico e cultural, foi à divisão da África em cinco sub-regiões, a saber: África Austral, África Central, África Ocidental, África Oriental e África do Norte.

Atualmente, a Comissão de Trabalho da UNECA estrutura-se através de sete programas divisórios: (i) Centro Africano de Estatísticas, (ii) Segurança Alimentar e Desenvolvimento, (iii), Desenvolvimento Social e Gênero, (iv) Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) e Ciência e Tecnologia, (v) Integração Regional e NEPAD, (vi) Comércio Finanças e Desenvolvimento Econômico e (vii) Governança e Administração Pública.

A linha programática da UNECA, baseada no pan-africanismo, consistia em promover uma maior integração nas cinco sub-regiões africanas; implantar o sentimentalismo africanista no seio da população como solução para unidade continental que levaria às independências nacionais e, posteriormente, ao desenvolvimento do povo africano. Uma vez criada a Organização da Unidade Africana (OUA), esta organização trabalhou de forma conjunta com a UNECA e, durante a década de 1960, foram criadas várias comunidades regionais com vista ao fortalecimento da cooperação entre os países (UNECA, 2011).

Na verdade, a UNECA cumpre uma dupla função. De um lado, representa o braço direito das Nações Unidas na África e sua fortaleza radica em que é a única agência das Nações Unidas encarregada de operar no nível regional e sub-regional aproveitando esse privilégio para utilizar os recursos das Nações Unidas e apoiar ao desenvolvimento do continente. Por outro lado, faz parte de instituições da atual União Africana que objetivam potenciar as diversas CER.

4.5.3 Organização da Unidade Africana (OUA)

Durante a celebração da independência de Gana, em 1957, os líderes africanos presentes lançaram a idéia de criar uma entidade supranacional que conduzisse os outros países à sua conquista de libertação nacional. A seguir, foram realizados dois encontros fundamentais para a criação da OUA. O primeiro em Abril de 1958, em Acra, teve como ponto forte o debate sobre a necessidade da cooperação africana. O segundo realizado de 15 a 24 de Junho de 1960, em Addis Abeba, se debateu assuntos interessantes como a cooperação e a promoção da unidade africana. Esta reunião terminou com a aprovação de uma Carta Constitutiva onde estava plasmada a criação de um Banco Africano de Desenvolvimento e de um Banco Comercial Africano (VÁSQUEZ, 1974).

Após estas duas conferências, viveu-se um clima de impasse político no seio do panafricanismo pelo antagonismo ideológico entre Kwame Nkrumah e seus apoiadores e Leopold Sedar Senghor, como referido anteriormente. Este clima de impasse político e econômico continuou até a Conferência da Organização para a Unidade Africana realizada novamente em Addis Abeba e dirigida pelo imperador Etíope, Hailé Selassié, no dia 25 de Maio de 1963, onde 32 países firmaram a Carta Constituinte⁶⁷ da Organização da Unidade Africana (OUA), permitindo a constituição de esperada organização. A criação da OUA amenizou as disputas ideológicas e negociações entre as lideranças africanas, e vislumbrava como um passo de avanço gigantesco na história da África (KI-ZERBO, 1972).

O lançamento oficial da OUA foi realizado sob o estabelecido na Carta Constituinte no seu segundo artigo, que propunha trabalhar para a unidade, a solidariedade, a defesa da soberania, a independência em todos os sentidos, assim como favorecer a cooperação internacional respeitando os postulados da Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como eliminar, mediante todas as formas, o colonialismo na África (ENTRALGO, 1989).

⁶⁷ A Carta Constituinte visava a reforçar a unidade e solidariedade, coordenar e intensificar a cooperação, defender a soberania dos Estados, a sua integridade territorial e a sua independência, eliminar da África o colonialismo sob todas as suas formas, favorecer a cooperação internacional tendo em conta a carta das Nações Unidas e a Declaração universal dos Direitos do Homem.

A OUA perseguia os seguintes objetivos: (i) eliminar os vestígios remanescentes de colonização e o *apartheid*; (ii) promover a unidade e solidariedade entre os países africanos; (iii) coordenar e intensificar a cooperação para o desenvolvimento; (iv) salvaguardar a soberania e a integridade territorial dos Estados membros; (v) promover a cooperação internacional no marco das Nações Unidas. Para a concretização desses objetivos, a OUA coordenaria as políticas dos países em diversos setores: política e diplomacia, econômica, transporte e comunicações, educação e cultura, saúde, ciência e tecnologia, defesa e segurança.

O funcionamento da OUA está estruturado da seguinte forma:

(i) Conferência de Estados e Governos. Representa o órgão supremo do continente e estava conformado pelos chefes de Estados e Governos ou pelas representações devidamente acreditado. Seus esforços estavam encaminhados a harmonizar a política geral da organização e de cada um dos Estados de forma particular. Reunia-se uma vez ao ano com a possibilidade de convocar reuniões extraordinárias pela solicitação de um dos Estados-membros e de acordo com dois terços das partes dos componentes da Assembléia.

(ii) Conselho de Ministros. Composto pelos Ministros de Relações Exteriores ou de outros ministérios designados pelos governos dos Estados-membros, e se reuniam pelo menos duas vezes por ano, podendo solicitar uma prerrogativa de uma reunião extraordinária, qualquer de seus membros. Entre suas funções se destacam: a preparação de reuniões ou cúpulas da OUA e logo a execução das decisões tomadas nestes eventos e, a designação de um ou vários secretários gerais adjuntos, que serão nomeados pela Assembléia de Chefes de Estados e Governos.

(iii) Secretaria Geral. Esta conformada por um secretário geral administrativo e vários secretários adjuntos. Estes últimos são designados a proposta do Conselho de Ministros.

(iv) Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem. Esta Comissão regulada por um protocolo aprovado pela OUA perseguia a solução dos conflitos por via pacífica

Nos primeiros anos da sua existência, a OUA não conseguiu levar em diante de forma cabal os objetivos anteriormente propostos, mas priorizou as ações centradas nas estratégias da libertação dos países da colonização e o *apartheid* na África do Sul. Depois da maioria dos países conquistarem suas independências nacionais, a OUA voltou a dar prioridades aos

problemas econômicos, sobretudo perante a crise econômica que os Estados africanos sofriam no início da década de 1970⁶⁸.

Para Badi (1992), a OUA não possuía uma clara estratégia de desenvolvimento econômico nos primeiros anos e perante essa lacuna, os países africanos adotaram o modelo de desenvolvimento elaborado pelas Nações Unidas através da UNECA. O mesmo autor alega que só a partir da década de 1970, com influência de fóruns de países do terceiro mundo ou de países não alinhados, a OUA começou a traçar sua própria estratégia de desenvolvimento, alicerçada no fortalecimento da integração africana e na promoção das trocas comerciais entre os diversos blocos. A partir dessa etapa, a integração se converteu na estratégia fundamental da OUA rumo ao alcance do desenvolvimento.

Uma das primeiras estratégias desenvolvimentistas desenhadas pela OUA foi a criação em todas as regiões africanas de comunidades econômicas regionais: Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEAO) em 1973 e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em 1975; Southern African Development Community (SADC) criada em 1979; Union du Magreb Árabe (UMA) ressurgida em 1980 depois de uma vida desastrosa nos anos sessenta; Economic Community of Central African States (ECCAS) em 1981; Intergovernmental Authority for Development (IGAD) fundada em 1990. Mais recentemente, encontramos a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) em 1994; Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA) em 1993; Saharan States (CEN-SAD) criado em 1998.

Segundo African Union (2000), independentemente dos logros conseguidos pela OUA como as independências de seus países, a criação do Grupo Africano perante as Nações Unidas, a adoção da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos em 1981, a definição do Mecanismo para a Prevenção e o Tratamento e a Resolução de Conflitos, duas organizações que vieram posteriormente merecem a atenção: (i) o Plano de Ação de Lagos e, o Programa Prioritário de Recuperação Econômica da África (PPREA).

⁶⁸ Nesse período, houve uma ligeira disputa entre a OUA e a UNECA sobre quem na verdade deveria comandar o desenvolvimento africano. A razão da disputa era simples: nos primeiros anos da OUA, esta organização priorizava mais os assuntos políticos, fator que propiciou que a ECA detivesse o monopólio na área econômica. Rapidamente a disputa teve seu final feliz, quando a ECA reconheceu a OUA como a organização suprema da África e responsável para orientar e impulsionar o desenvolvimento econômico do continente (FERNANDES, 2007).

4.5.3.1 Plano de Ação de Lagos *versus* Política de Ajuste Estrutural (PAE)

Uma das iniciativas interessantes para o arranque desenvolvimentista na África foi a elaboração do Plano de Ação de Lagos (PAL), fruto de várias negociações entre a UNECA e a OUA, e continha pontos fundamentais para impulsionar o desenvolvimento africano. Suas raízes remontam a década de 1970, sobretudo, em 1976, quando a UNECA apresentou um plano revisado dos princípios para a instauração de uma Nova Ordem Econômica Internacional na África, adotado pela Conferência dos chefes de Estados e Governos, em 1977.

Posteriormente, em 1979, teve lugar em Monróvia um colóquio sobre as perspectivas de desenvolvimento econômico de África para os anos 2000 e, ainda no mesmo ano, a ECA e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) organizaram um seminário sobre os modelos alternativos ao desenvolvimento africano (UNECA, 2010). Todas essas iniciativas concluíram com a Segunda Sessão extraordinária dos Chefes de Estados e Governos reunidos entre 28 e 29 de Abril de 1980, em Lagos, onde se elaborou um importante documento que continha um plano de desenvolvimento africano denominado “Plano de Ação de Lago- PAL” cujos principais artífices foram Adebayo Adedeji e Edem Kodjo com colaboração fundamental de Michael Kingue e Albert Tévoédjré (BADI, 1992).

O PAL foi um estudo exaustivo baseado na análise econômica do continente, com a tentativa de entender os motivos pelas quais o modelo do desenvolvimento econômico africano desenhado pela UNECA nas décadas de 1960 e 1970 não teve sucesso. Dito de outra forma, a essência do PAL era uma análise minuciosa da África desde 1960 até 1980, abarcando vários setores, as políticas implementadas, os sucessos e fracassos das diversas iniciativas, para poder ter uma idéia cabal e corrigir os erros ou potenciar os acertos com vista a estabelecer futuras estratégias para o período 1980- 2000 (TORRES, 1986).

A seguir, analisou-se a situação dos novos Estados africanos na arena internacional, tendo em conta que nestes primeiros anos após as independências nacionais, muitas nações africanas tentaram se inserir na economia global sem sucesso, motivado pela fraca situação econômica e fragilidades no nível de infraestrutura e tecnologia; e também se analisou os insucessos das diversas comunidades econômicas sub-regionais fomentadas a partir da ideologia do pan-africanismo (AMIN, 1999).

Na verdade, o PAL foi um desenho ambicioso e estratégico de cooperação econômica africana, com vista à reestruturação completa da economia do continente baseado numa autonomia conjunta através da mobilização dos recursos, induzido por uma estratégia de substituição de importações com vista ao futuro estabelecimento do mercado comum africano, como trampolim para a Comunidade Econômica Africana, que seria criada até o ano 2000 (TORRES, 1986).

Para este autor, o resultado destas investigações não foi o que se esperava⁶⁹, tendo em conta que o quadro socioeconômico do período 1960-1980 apresentava as seguintes características: estagnações das produções, agravamento dos déficits dos balanços de pagamentos, deterioração dos termos de trocas em prejuízo das economias africanas e elevados índices de desemprego. Porém, o PAL apresentou algumas alternativas ao desenvolvimento africano: estimulou a luta contra a marginalização e o empobrecimento da África, como contraposição à estratégia do desenvolvimento extrovertido, que tem agravado o desenvolvimento da África; propiciou que os problemas econômicos passassem a formar parte dos principais assuntos da agenda de trabalho da OUA, que até a data dava maior prioridade a questões políticas.

Um dos principais méritos do PAL foi à proclamação do princípio de desenvolvimento endógeno, ou seja, o desenvolvimento africano tinha que partir da realidade africana e estruturada pelos próprios africanos e não por externos, inclusive nem deve seguir os passos do capitalismo monopolista ocidental. De acordo com Lechini (2001), a Comunidade Econômica Africana (CEA) idealizada pelo PAL seria concretizada em cinco fases sucessivas: zona preferencial, zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e comunidade econômica, começando pelos Estados, logo viria à etapa dos agrupamentos econômicos sub-regionais até atingir a integração continental.

De forma mais específica, o objetivo primordial do PAL era acabar com a dependência econômica africana e sua situação de fornecedor de matérias-primas para o Ocidente⁷⁰ tendo em conta que a África sempre foi a “casa favorita das grandes potências” que chegavam a qualquer hora, entravam em qualquer momento e se apoderavam de tudo quanto lá encontravam.

⁶⁹ Verificou-se que nenhum dos objetivos traçados a priori foi cumprido: autossuficiência, eliminação da pobreza, redução do desemprego, repartição equitativa dos rendimentos, crescimento econômico, maior participação nos processos internacionais de decisão (TORRES, 1986).

⁷⁰ A África foi durante séculos a vaca leiteira do mundo ocidental (NKRUMAH, 1987).

Depois da OUA tornar público o conteúdo Plano, e como qualquer outro projeto de desenvolvimento, imediatamente surgiram críticas internas e externas. Entre as críticas externas, a mais importante foi à reação imediata do FMI e Banco Mundial, que em contraposição, apresentaram três documentos diametralmente opostos ao projeto de desenvolvimento econômico africano desenhado no PAL. Na verdade, estas duas instituições perceberam que era um programa ambicioso que pretendia desamarrar a África da dependência ocidental, e caso isso acontecesse o Ocidente não teria como continuar a perpetuar suas ações contra a África (KI-ZERBO, 1972; BADI, 1992; FERNANDES, 2010).

Neste sentido, as críticas do Banco Mundial e do FMI alegavam que um plano de tamanha envergadura não poderia ser levado a cabo devido à ausência de recursos financeiros dos países africanos. Imediatamente surgiu a política ditatorial do FMI/BM denominado Políticas de Ajuste Estrutural (PAE), disfarçado em plano de desenvolvimento ao longo prazo para África desenhado por eles mesmo e estampilhado no famoso Relatório Berg que elencava medidas a serem tomadas a curto e médio prazo para resolver as dificuldades econômicas que a África enfrentava (BADI, 2002; FERNANDES, 2011).

O Relatório Berg do Banco Mundial defendia a tese do liberalismo total e apresentava as seguintes propostas: o desenvolvimento da agricultura como condição indispensável para resolver os problemas mais preeminentes e como base de um desenvolvimento integrado no longo prazo entre os países africanos, e o favorecimento da iniciativa privada em detrimento do setor público, cuja ação tem sido considerada globalmente negativa e inadequada.

As recomendações que o Relatório impunha aos países africanos segundo Ki-Zerbo (2000) eram as seguintes: (i) a agricultura deverá ser o setor prioritário para o qual é indispensável fazer convergir o essencial dos esforços de financiamento; (ii) a industrialização, tendo em vista os sucessivos fracasso, deverá passar para um segundo plano; (iii) o Estado, devido à falta de quadros e estruturas apropriadas para assegurar a coordenação da indústria e agricultura, deve ceder lugar ao setor privado, que está melhor preparado para dirigir essas atividades; (iii) as moedas africanas estão fortemente sobrevalorizadas, uma vez que a inflação nesses países é muito superior a inflação mundial, por isso, impõe-se desde logo, desvalorizações importantes, que deverão, bem entendido, ser acompanhadas de medidas sobre rendimentos e preços destinados a contrabalançar os efeitos a curto prazo, tais desvalorizações não deixarão de ter influências sobre os mais pobres; (v) reforço da cultura de

exportação cujo desenvolvimento favorece, ao contrário do que se pretende as vezes, as culturas alimentares, etc.

Toussaint e Millet, (2006) alertaram que os PAE consistem nas medidas de choque e estruturais⁷¹. As medidas de choque trouxeram conseqüências tais como o abandono dos subsídios aos produtores e serviços de primeira necessidade, redução drástica das despesas públicas para atingir o equilíbrio orçamentário, desvalorização da moeda, taxas de juros altas para atrair os capitais estrangeiros com uma remuneração elevada, redução da capacidade de empréstimos de pequenos produtores e quedas nas produções locais.

Por seu lado, as medidas estruturais provocaram o desenvolvimento das exportações para adquirir as divisas necessárias com vista ao seu reembolso, obrigando a esses países aumentar seu volume de exportações e diminuir o volume de culturas de subsistência destinadas a alimentar a população; a abertura total dos mercados com a supressão das barreiras aduaneiras, que acima de tudo ajudou as multinacionais estrangeiras a conquistar importantes partes do mercado num grande número de setores econômicos e provocou o desaparecimento dos produtores locais; a liberalização da economia mediante o abandono do controle dos movimentos de capitais e a supressão do controle de câmbio; privatizações em massa de empresas públicas, implicando um desengajamento do Estado em setores de produção competitivos.

Por sua vez, Ki-zerbo (2000) pontuou os seguintes efeitos negativos do PAE nos países africanos: (i) corte de gastos sociais para reduzir o déficit público, (ii) fechamento de numerosas empresas locais que não conseguiram competir com as grandes transnacionais estrangeiras, (iii) redução das planilhas das empresas públicas, devido a que muitos trabalhadores foram despedidos como conseqüência do recorte orçamental, (iv) os investimentos chegam a conta gotas de forma que o crescimento do emprego se produz de maneira mais lenta do previsto.

De fato, as conseqüências desastrosas chegaram a impactar até no meio ambiente. Tendo em conta que estas políticas obrigam necessariamente a aumentar as exportações e como os países africanos não contavam com outros recursos, muitos tiveram que depender da

⁷¹ Os países africanos sofreram enormes pressões para acatar obrigatoriamente as PAE do FMI/BM. Mas, como necessitavam obter divisas destinadas a pagar o serviço da dívida e comprar produtos essenciais de importação, as instituições de *Breton Woods* se aproveitaram do seu poder de influência financeira para obrigá-los aceitar os PAE e, para estes, não restava outra alternativa que aceitar essa imposição (TOUSSAINT; MILLET, 2006).

exploração indiscriminada de recursos naturais como madeira, minerais etc., para satisfazer as petições das instituições de *Bretton Woods*⁷² (BADI, 2002; FERNANDES, 2011).

Estes autores ainda argüiram que os PAE, não só vieram a destruir os avanços que a África estava obtendo através de PAL, mas também albergavam a intenção de abrir as fronteiras africanas e liberar suas economias para a entrada das grandes transnacionais ocidentais para assim continuar a perpetuar a dependência subsaariana. Muitas escolas, anteriormente subvencionadas pelo Estado desapareceram devido a cortes nos orçamentos consagrados a educação⁷³, através da demissão de professores e redução de horas de aula e salários dos professores, com a justificativa do reembolso da dívida externa.

4.5.3.2 Programa Prioritário de Recuperação Econômica da África (PPREA)

Depois da implantação do PAE imposta pelo Banco Mundial e o FMI, a situação socioeconômico das economias africanas foi-se deteriorando paulatinamente, devido às medidas de corte neoliberal aplicadas, que favoreceram em grande parte, o lucro das grandes empresas estrangeiras em detrimento dos pequenos empreendimentos locais.

Preocupados com a situação, durante a 20ª sessão da OUA realizada na cidade etíope de Addis Abeba, entre 12 a 15 de novembro de 1984, os líderes africanos presentes concordaram em orquestrar um Comitê Diretor Permanente (CDP) que se encarregasse de realizar uma investigação exaustiva do continente focalizado em três aspectos fundamentais, quais sejam: (i) análise dos avanços e retrocessos do PAL e elaboração de uma nova estratégia que ajude a alcançar esses objetivos; (ii) apresentar um programa de urgência para o desenvolvimento africano em termos econômicos, agrícolas e alimentárias; (iii) preparar um plano de intervenção comum com agências especiais das Nações unidas em assuntos da economia internacional, sobretudo aqueles de interesse para o continente africano (BADI, 1992; 2002).

⁷² Um relatório da Academia Internacional pela paz das Nações Unidas, afirma que metade da madeira importada pela União Européia foi cortada ilegalmente na África por empresas de renome. Assim, 12% das espécies de aves e 25% dos mamíferos estão ameaçados a extinção (TOUSSAINT; MILLET, 2006).

⁷³ Esse é o fator explicativo para que as taxas de matrícula baixassem sensivelmente na década de 1980 em relação à década de 1970, provocando aumentos posteriores na taxa analfabetismo (BADI, 2002).

Os países que foram indicados para integrar o CDP foram Argélia, Camarões, Costa de Marfim, Nigéria, Senegal, Tanzânia e Zimbábue. Finalmente, em março de 1985, estes países entregaram um plano elaborado conjuntamente denominado “Programa Prioritário Para a Recuperação Econômica da África (PPREA)” para o período de 1986 a 1990, diferido posteriormente pelos Chefes de Estados e Governos na 21ª Conferência da OUA realizada entre 18 à 20 de julho de 1985. Os chefes africanos reconheceram a deterioração no setor agrícola, fundamental no desenvolvimento africano e se comprometeram em aumentar progressivamente a parte do investimento público neste segmento, de modo a alcançar o objetivo mínimo de 20% a 25% até 1998 (TORRES, 1986).

Este mesmo autor ainda comenta que para a elaboração do PPREA, seus idealizadores começaram por analisar as causas que conduziram aos insucessos dos anteriores programas de desenvolvimento regional, os escassos recursos do continente, em especial os financeiros, para poder redigir um novo programa que tivesse todos esses fatores em conta para assim trazer recomendações mais realistas e de acordo a especificidade do continente.

O estudo exaustivo do CPD classificou a situação africana no momento da seguinte maneira: estrutura econômica débil em virtude da herança colonial, queda do preço das matérias primas, redução da ajuda pública para o desenvolvimento, aumentos da taxa de juros e da dívida externa, dependência econômica cada vez mais acentuada, ausência de mão-de-obra qualificada, estagnação das comunidades econômicas regionais e obstáculos estruturais, economias enfraquecida, ausência de infraestruturas básicas e falta de complementaridade, situação política acentuada - conflitos internos e falta de vontade política (BADI, 1992).

O conteúdo do PPREA tornou-se público na 41ª Sessão da Assembléia das Nações Unidas realizada em maio de 1986, pelo então Presidente em exercício da OUA, o senegalês Abdulai Diouf. Entre os objetivos do PPREA se destacam: a correção das falhas do anterior PAL; solucionar as dificuldades econômicas dos países africanos motivados pela aplicação de medidas de corte liberal plasmados no Relatório Berg; e providenciar meios necessários para o lançamento de programas nacionais de desenvolvimento socioeconômico no longo prazo.

Depois destas análises, o PPREA aconselhou aos países africanos a dedicarem uma atenção especial nos domínios nacionais, regionais e sub-regionais com especial interesse nos setores agrícolas, alimentária e a problemática da dívida (interna e externa) como estratégia de solucionar a situação que estavam enfrentando esses países (TORRES, 1986).

No setor agrícola, a reestruturação deveria ser realizada com vista a melhoria da produção e o aumento do investimento público; o fortalecimento das instituições e das infraestruturas; o acesso dos agricultores aos créditos e a luta contra a seca e desertificação⁷⁴. Em outras palavras, deveria haver conformação de uma nova política de precificação e remuneração, assim como no fornecimento, em tempo oportuno, de *inputs* agrícolas, de bens de consumo em quantidade e qualidades suficientes e de um sistema de comercialização eficaz, bem como a necessidade de acordar prioridades à produção das culturas alimentares, em particular aumentando o volume de investimento nesse setor.

No setor alimentício, o PPREA enalteceu a implementação do sistema de alerta rápido em relação as reservas de alimentos e seu preço, servindo como ponto de inflexão sobre a crise de alimentos no continente. Portanto, a cooperação no nível continente nas unidades de vigilância para o combate deste flagelo, deveria aumentar.

Na problemática da dívida, e tendo em conta que as economias africanas estavam numa situação muito complexa, onde uma grande maioria dependia quase que exclusivamente da exportação de um ou dois produtos, agravados com uma condição desfavorável em quanto a acesso de recursos de financiamento, o PPREA orientou as seguintes medidas: (i) mobilização de recursos financeiros locais, o uso racional dos empréstimos externos, a redução da dependência da economia africana, o fortalecimento dos acordos sub-regionais e regionais de pagamento e compensação, o fortalecimento das instituições financeiras africanas com o objetivo de financiar os projetos de desenvolvimento, a organização de uma conferência internacional sobre dívida externa africana, parcelar a dívida externa, a transformação parcial ou total da dívida externa africana em ajuda pública ao desenvolvimento ou doações (BADI, 1992).

A partir de então, o PPREA pediu uma melhor compreensão da comunidade internacional em quanto à situação socioeconômica da África e, sobretudo como o perdão das suas dívidas contribuiria em grande medida para seu avance econômico e social. Mas também, exigia o comprometimento dos governos africanos em aplicar os recursos recebidos de forma racional, acompanhado de políticas de reformas adequadas, gestão eficaz e racional

⁷⁴ O PPREA reconhecia também que os planos nacionais de desenvolvimento e os orçamentos anuais da maioria dos países africanos tendem a perpetuar e mesmo a acentuar a dependência das suas economias em relação aos recursos estrangeiros, e que deram lugar à má gestão dos recursos nacionais negligenciando setores prioritários como agricultura, indústria e mão-de-obra, provocando vultosas despesas com importações de bens de consumo e a realização de projetos improdutivos (FERNANDES, 2007).

das empresas públicas, liberalização da economia, redução de gastos com exércitos e fortalecimento da participação da sociedade civil no processo de desenvolvimento.

4.5.4 Grupo Banco Africano de Desenvolvimento Econômico (Grupo BAD)

A criação de um banco de desenvolvimento econômico que apoiasse o processo de descolonização figurava desde sempre, entre as prioridades dos líderes africanos. Ademais, Ocampo (2006) frisa que os bancos regionais de desenvolvimento são iniciativas exitosas de cooperação regional quando se trata de mobilizar recursos financeiros para apoiar os esforços nacionais de desenvolvimentos dos seus membros, e que suas funções devem estar dirigidas a fortalecer a cooperação entre os países membros, promover iniciativas de integração e coordenação de estratégias de desenvolvimento.

Uma vez constituída a OUA, a idéia de criar um banco regional de desenvolvimento ganhou mais força e a UNECA foi encarregada de idealizar esse processo. De partida, a UNECA formou uma equipe de pesquisa chamada “Comitê dos nove” - um grupo multilateral de economistas e especialistas em outros setores que representaram a diversidade africana-, que depois de várias reuniões e debates com líderes africanos e de alguns países ocidentais, redigiu um projeto de acordos que foi submetido aos governos africanos e assinado por 23 governos no dia 4 de Agosto de 1963, em Khartum, capital do Sudão (BAD, 2006).

Vale ressaltar, que independentemente das contradições ideológicas na altura - Grupo Brazzaville, Grupo Casablanca e Grupo Monróvia- existia um consenso que o banco fosse 100% africano⁷⁵. Como resultado, no dia 10 de setembro de 1964, entrava em vigor a vigência da então constituída Grupo Banco Africano do Desenvolvimento, quando os 20 Estados membros subscreveram 65% do capital social de 250 milhões de dólares. A assembléia inaugural do Conselho de Governadores realizou-se de 4 a 7 de novembro de 1964, em Lagos e decidiu-se estabelecer a sede em Abidjan (Costa de Marfim). Entretanto, em 2003, a sede foi transferida temporariamente para Tunes, devido à instabilidade política na Costa do Marfim (BAD, 2011).

⁷⁵ Fator que o distingue de outros bancos regionais de desenvolvimento, que são oriundos da Guerra Fria.

A diferença dos outros bancos regionais de desenvolvimento, Ocampo (2006) afirma que o BAD não foi produto da Guerra Fria, mas sim uma manifestação da vontade dos países africanos recentemente independentes, de manter a margem de alinhamento das superpotências da Guerra Fria. Por tal razão, durante quase duas décadas o Grupo BAD admitia como membros somente os países africanos com o propósito de manter o caráter estritamente continental⁷⁶.

Na visão de Culpeper (2006), todos os bancos regionais de desenvolvimento foram criados com o objetivo de apoiar a integração regional,⁷⁷ e o caso africano na foge à regra. O Grupo BAD é uma instituição multilateral de financiamento que se propõe a mobilizar recursos internos e externos para promover o investimento e fornecer assistência técnica aos países africanos. Sendo a primeira instituição de financiamento e desenvolvimento na África, suas prioridades são: a luta contra a pobreza, melhoramento de condições de vida da população africanas e financiamento para o desenvolvimento (BAD, 2011).

O Grupo BAD persegue os seguintes objetivos: (i) contribuir ao desenvolvimento econômico e progresso social dos países africanos; (ii) utilizar os recursos disponíveis para financiar projetos e programas de investimentos de acordo com as prioridades dos projetos sub-regionais; (iii) mobilizar recursos através de operações de co-financiamento com as agências multilaterais e bilaterais de desenvolvimento por uma parte, e dos mercados financeiro, por outra; (iv) promover o dialogo internacional para a compreensão das questões relevantes do desenvolvimento africano; (v) promover o investimento público e privado na África através de reformas políticas necessárias e; (vi) fornecer toda assistência técnica que objetiva pesquisar e preparar projetos de desenvolvimento para a África.

Para conseguir tais objetivos, o Grupo BAD trabalha com os seguintes instrumentos de créditos: (i) Empréstimos projetos: investimento para criar ativos produtivos específicos ou

⁷⁶ Os países africanos membros do BAD são: África do Sul, Argélia, Angola, Benin, Botsuana, Burkina Fasso, Burundi, Camarões, Cabo-Verde, República Centro-Africana, Chade, Comores, Congo, Costa de Marfim, Egito, Guiné Equatorial, Eritréia, Etiópia, Gabão, Guiné, Gâmbia, Gana, Guiné Bissau, Kenia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritânia, Mauricio, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, RDC, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Djibuti, Zâmbia, Zimbábue.

⁷⁷ Entretanto, segundo Culpeper (2006) pouco contribuíram para esse objetivo, no caso de tomar como indicador a proporção da carteira de empréstimos concedidos a projetos de integração regional. Por exemplo, no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) os empréstimos com esse fim constituem apenas o 2% das autorizações, que ascendem anualmente a 8 000 milhões de dólares, enquanto que a cooperação técnica regional representa somente um 12 milhões de dólares ao ano. Mesmo assim, talvez este indicador não tenha refletido cabalmente os esforços dos bancos regionais de desenvolvimento por facilitar uma maior integração e cooperação regional.

aumentar uma determinada produção; (ii) linhas de crédito: fundos outorgados através das instituições nacionais ou sub-regionais de financiamento de desenvolvimento com vista a financiar certo número de projetos específicos, patrocinados na maioria dos casos pelas pequenas e médias empresas; (iii) investimentos e empréstimos de reabilitação setoriais: investimentos que visam a fornecer ou reabilitar as capacidades setoriais da planificação, produção ou comercialização, muitas vezes utilizada para financiar a importação de equipamentos ou insumos para determinados setores; (iv) empréstimos de ajuste setorial: créditos para apoiar as mudanças políticas ou reformas institucionais de um setor em específico; (v) empréstimos de ajuste estrutural: créditos para promover uma reforma específica da política macroeconômica; (vi) operações de assistência técnica: empréstimos ou doações que aportam competências técnicas para reforçar as capacidades institucionais ou nacionais da região e que financiam as investigações necessárias para a preparação de projetos.

A história do Grupo BAD ilustra a crucial importância que pode revestir os países desenvolvidos membros em relação à capacidade de um banco regional de desenvolvimento para mobilizar recursos⁷⁸. Sem o patrocínio explícito dos países industrializados, o Grupo BAD demonstrou as aspirações das nações africanas de traçar um caminho especificamente africano rumo ao desenvolvimento, porém anos posteriores já não tinha a mesma fortaleza e isso permitiu a realização de algumas modificações do seu funcionamento (CULPEPER, 2006).

Na década de 1980, com a evidente limitação de suas capacidades de mobilizar recursos, e depois de uns intensos debates, em 1982 o BAD abriu suas portas aos membros não regionais⁷⁹ com a intenção de ampliar capital e ter acesso aos mercados internacionais⁸⁰. Contudo, continuava a manter o caráter africano do banco, e até este período, era o único

⁷⁸ De fato, o financiamento em condições comerciais que oferecem os bancos multilaterais do desenvolvimento depende em grande medida do seu acesso ao mercado de capital do Norte e, este por sua vez é assegurado pelas subscrições de capitais dos países críveis, ou seja, dos países membros industrializados. Assim os empréstimos em condições concessionárias sempre dependeram completamente dos fundos fornecidos pelos países doadores (CULPEPER, 2006).

⁷⁹ Fazem parte do BAD 24 países não regionais tais como: Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Índia, Itália, Japão, Coreia do Norte, Kuwait, Países Baixos, Noruega, Portugal, Arábia Saudita, Suécia, Suíça, Reino Unido. Para ser membros do BAD, os Estados não africanos devem ser membros do Fundo Africano de Desenvolvimento.

⁸⁰ A maior influência do Grupo BAD em quanto à percentagem de ações são proprietários dos EUA; Japão e Alemanha.

banco regional de desenvolvimento em que os países beneficiários conservavam dois terços do direito de voto (BAD, 2006).

Nos anos noventa, o BAD, fez frente a uma forte crise como consequência dos altos níveis inadimplência que ameaçavam as futuras operações, motivo pela qual, teve que reorganizar a sua carteira e cancelar inúmeros empréstimos que tinham sido acordados, mas não reembolsados⁸¹. Desta maneira, dava início a um período de grandes mudanças dentro do BAD. Também nesta etapa houve negociações para a ampliação do capital social do banco que conduziu a uma nova revisão da repartição de voto, onde os países não regionais aumentaram sua cota até 40%⁸².

As atividades do Grupo BAD são controladas e monitoradas mediante o departamento de auditoria, por um departamento independente de avaliação e por um tribunal administrativo interno. Por fim, para melhorar a qualidade das suas prestações e o diálogo com os beneficiários de suas operações, o Grupo BAD conta com varias oficinas localizadas nos 25 de seus países membros regionais, para poder ter uma melhor cobertura e transparência (BAD, 2011).

Nos últimos anos o Grupo BAD alargou ampliou suas funções para financiar e apoiar iniciativas como as da NEPAD, água e HIV/Sida, ao mesmo tempo, participa ativamente em favor das ações enquadradas na Iniciativa de Países Pobres Altamente Endividadas (IPPAE). O Grupo Banco Africano de Desenvolvimento está composto pelas seguintes instituições: (i) Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), (ii) Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) e, (iii) Fundo Fiduciário da Nigéria (FFN).

4.5.4.1 Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

Tendo em conta que os países africanos na década de 1960 necessitavam de divisas para financiar suas infraestruturas e planos nacionais de desenvolvimento e perante a ausência de instituições financeiras relevantes, o Grupo BAD desempenhou um papel fundamental.

⁸¹ David Knox, o vice-presidente do Banco Mundial na altura, foi encarregado da avaliação da organização a partir da qual se iniciou um período de profundo ajuste e reformas internas (BAD, 2006).

⁸² Algumas regras foram modificadas no sentido de um aumento da maioria qualificadas de voto, que precisam de 66%, o que outorga aos países não regionais um poder efetivo de veto.

Neste sentido, o BAD ofereceu mecanismos de coordenação que permitisse aos países africanos planificar e financiar suas infraestruturas, assim como também brindava assistência técnica e conselhos em questões políticas. Desde a década de 1970, o BAD vem dando maior prioridade para financiamentos de projetos às instituições financeiras sub-regionais com vista a promover a integração. Da mesma maneira, canaliza importantes excedentes resultantes de aumentos bruscos nos ingressos por exportações de petróleo no financiamento para o desenvolvimento (BAD, 2011).

A estrutura do BAD é composta da seguinte maneira:

(i) *Conselho de Governadores*. Corresponde o órgão supremo e é representada por um Governador com mandato de cinco anos, renovável uma única vez. Cada país membro é representado no Conselho por um membro, na maior parte, pelos Ministros de Finanças e/ou de Economia e um suplente, e se reúnem anualmente. Todos os países membros têm o mesmo número básico de votos além dos segundos votos proporcionais a sua participação efetiva no capital social do BAD. São competência do Conselho de Governadores, a eleição do Presidente do BAD, as decisões relacionadas com o aumento de capital social, admissão de novos membros e às diretrizes gerais sobre políticas operacionais. Os países membros regionais controlam 60% de votos e os não regionais os 40% restante.

(ii) *Conselho de Administração*. Encarregado de dirigir os assuntos relacionados com o BAD e com a gestão das operações, com exceção dos aspetos expressamente encomendados ao Conselho de Governadores. O Conselho compreende 18 diretores eleitos pelo Conselho de Governadores para um período de três anos renovável uma única vez, doze diretores executivos eleitos pelos países membros regionais e outros seis eleitos pelos países membros não regionais. Cada um desses diretores executivos atua em representação de vários países membros, sendo que seus direitos de voto são proporcionalmente iguais à participação no capital social dos países que representa.

(iii) *O Presidente*, eleito pela Comissão de Governadores, que como requisito indispensável, deve ser nacional de um dos países membros regional, assume a presidência do Conselho de Administração e ao mesmo tempo, é o responsável pela gestão do BAD. Ademais, o Presidente deve render contas ao Conselho de Governadores sobre a aplicação das políticas e diretrizes da instituição que preside.

O BAD concede empréstimos e realiza investimentos para estimular o desenvolvimento econômico e avanço social, proporciona assistência técnica para a preparação e execução de projetos de desenvolvimento e programas que promovem o investimento público e privado. Ademais, o BAD responde as demandas de Estados membros em relação com a coordenação de planos e políticas de desenvolvimento. Os empréstimos se outorgam em condições não concessionários. As taxas de juros variam em função de custo de captação e dos prazos que podem chegar a 20 anos, com períodos de carência de cinco anos. Os recursos financeiros consistem em capital social subscrito, bônus emitidos nos mercados de capitais, reservas, empréstimos e lucro líquido acumulado (DE LA VEGA, 2007).

A maior parte dos recursos e projetos do BAD é destinada aos Países do Rendimento Médio (PRM). Depois de 1995, em vista de uma nova política de crédito, o BAD este classificou os PRM em três categorias. Na primeira (Grupo I) estavam os países que apresentam um PIB *per capita* inferior a 540 dólares e que são unicamente elegíveis seus recursos concessionários do FAD. A segunda categoria (Grupo II) engloba os países com um PIB *per capita* situado entre 540 até 1050 dólares, que, por sua vez, têm acesso ao financiamento misto, ou seja, tanto do BAD como do FAD. A terceira (Grupo III) é constituída por países que têm interesses unicamente ao acesso dos empréstimos do BAD (BAD, 2011).

Os recursos do BAD são procedentes das subscrições dos países-membros, dos empréstimos efetuados nos mercados internacionais, dos reembolsos e dos rendimentos de empréstimos. Por outro lado, os recursos também são procedentes da reconstituição dos recursos do FAD e do FFN. A ação conjunta entre o BAD e as entidades sub-regionais permitiu a estes últimos, oferecer um apoio financeiro mais flexível apoiando os planos regionais de desenvolvimento e facilitando a identificação dos países receptores dos programas de ajuda e aumentando a eficiência de forma geral.

Em relação aos critérios de elegibilidade usados pelo BAD, Sagasti e Prada (2006) comentam que foi estabelecido um alto grau de correlação entre o uso de empréstimos ordinários ou em condições concessionárias e os níveis de renda *per capita* dos emprestadores dos bancos regionais de desenvolvimento: quando um país aumenta seu nível de renda, no

longo prazo, em vez de tomar empréstimos concessionários, passa a tomar empréstimos ordinários⁸³.

O BAD conta com um sistema de classificação de três níveis para determinar os critérios que devem reunir para receber financiamento em cada janela, sistema compatível com o de Banco Mundial (baseado na categoria de renda e sustentabilidade da dívida). Conforme este critério, até final de 2002, treze países africanos podiam obter financiamento unicamente através da janela de empréstimos ordinários (BAD); dois membros podiam receber fundos tanto dessa janela como do serviço de empréstimos concessionárias (FAD) e trinta e oito membros estavam em condições de obter somente empréstimos de FAD (SAGASTI; PRADA, 2006).

Em 1997, o BAD modificou suas políticas de “graduação” e agora emprega um procedimento que consta de duas etapas. Primeiro, os países são classificados por categorias de renda e, segundo, são avaliadas suas capacidades de reembolso da dívida. Para trabalhar de forma eficaz, o banco usa os seguintes indicadores: sustentabilidade da dívida, afluência de capital privado, taxa de poupança bruta interna, tamanho do país, IPPAE, instabilidade do aumento das exportações, principais fontes externas do financiamento, acesso aos créditos da Associação Internacional de Fomento (AIF) e se os empréstimos que toma o Estado recebem as qualificações por parte de Moody’s e Standar&Poor’s (CULPEPER, 2006).

Depois de adotar um marco específico para a concessão de empréstimos em moedas regionais, o BAD ampliou suas operações nos mercados regionais de capital, onde os bancos sub-regionais representam os importantes emissores de bônus nesses mercados de capital. Após as reformas e reestruturações anteriormente mencionadas, o Grupo BAD recebeu muitos elogios e valoração positiva de instituições especializadas em relação a sua solidez financeira. Por este motivo, em 2003, recebeu a classificação de *rating* AAA de Fitch, Moody’s, JCR e Standard&Poor’s (BAD, 2011).

⁸³ Empréstimos ordinários são operações a médio e longo prazo que constituem a principal atividade dos bancos e inclui: (i) empréstimos para projetos e programas do setor público e privado; (ii) empréstimos para ajuste estrutural e apoio a balança de pagamentos, geralmente desembolsados por trechos; (iii) empréstimos de emergência em caso de desastre ou de imprevistos; (iv) empréstimos a intermediários financeiros como sociedades financeiras, sociedades financeiras de desenvolvimento e criação de fundos para micro finanças e; (v) empréstimos de desembolso rápido baseado no desempenho passado, a disposição dos mutuários que contém com determinada capacidade creditícia. Os bancos regionais de desenvolvimento também contam com “*janelas soft*” para os países-membros mais pobres. Entre estes instrumentos aparecem os empréstimos em condições concessionárias no longo prazo com baixa taxa de juros; com um prazo de carência prolongado para programas e projetos de investimento do setor público, para emergências e atividades de reconstrução posteriores aos conflitos, e para apoio orçamentário (SAGASTI; PRADA, 2006).

4.5.4.2 Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD)

O Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) nasceu em novembro de 1972, muito embora iniciasse suas atividades somente em 1974. Corresponde a janela concessionária do BAD e tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social dos países africanos de renda baixa (40 países no total que representam aproximadamente 77% da população africana) através de concessão de subvenções públicas e privadas, e empréstimos concessionários. Até a data, o FAD tem financiado 2 293 milhões de operações no valor de 36,2 bilhões de dólares. Neste sentido, o FAD é o maior doador para a integração de bens públicos regionais na África, e suas operações representam aproximadamente 20% da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (BAD, 2011).

O FAD outorga empréstimos sem juros a um custo relativamente baixo, sendo que parte importante de suas operações corresponde a assistências técnicas destinadas a financiar estudos de viabilidade e fortalecimento de capacidades institucionais. Por ter como objetivo fornecer recursos concessionários aos PRM com vista a reforçar suas produtividades e crescimento econômico, seus recursos procedem diretamente das contribuições especiais operados pelos Estados participantes.

A estrutura do FAD está composta da seguinte maneira: (i) Conselho de Governadores. Conta com representantes dos Estados participantes, que votam em proporção a sua participação no Fundo; (ii) Conselho de Diretores. Representado por doze Diretores dos quais seis são eleitos pelos Estados que participam no Fundo e outros tantos designados pela Comissão de Governadores do BAD. O Conselho convida aos outros diretores do banco a participar nos debates sobre projetos dos países que representam no Conselho de Governadores. Neste caso, o mandato também é de três anos, e pode expirar em caso de um incremento de subscrições; (iii) O Presidente do BAD assume também a presidência do Conselho de Diretores do FAD e é ,ao mesmo tempo, o responsável pela sua gestão.

O FAD tem feito importantes contribuições em matéria do desenvolvimento. Por exemplo, nos últimos anos tem financiado: (i) a construção de estradas com extensão total de 12 000 km, traduzido no melhoramento do acesso a 41,5 milhões de pessoas; (ii) a construção de 3000 Km de linhas de transportes de eletricidade e um aumento da capacidade instalada de

200 MW, permitindo a interconexão de 16,6 milhões de pessoas mais a redes de transporte e; (iii) construção de 400 centros de saúde e formação de 8000 agentes de saúde, permitiram melhorar o acesso a serviços de saúde para 13 milhões de pessoas (BAD, 2011).

Depois da crise financeira internacional, onde os países africanos sofreram as maiores consequências negativas, houve uma resposta imediata do FAD. No ciclo 2008-2010, o FAD tem financiado um nível recorde de 8,9 bilhões dólares.

4.5.4.3 Fundo Fiduciário de Nigéria

O Fundo Fiduciário da Nigéria (FFN) ou Fundo Especial da Nigéria (FSN) foi criado em fevereiro de 1976 pelo Governo da Nigéria, num esforço de assistir o desenvolvimento dos PRM que não podem assumir as condições financeiras dos empréstimos convencionais. Os empréstimos do FFN se concedem a 25 anos⁸⁴, incluindo um período de carência de cinco anos e uma taxa de juro de 2 a 4% (BAD, 2011).

O gerenciamento do FSN é da responsabilidade do BAD, que usando seus meios e estratégias, consulta regularmente com o Governador da Nigéria, para a aprovação sobre a posta em marcha dos projetos selecionados. Cada empréstimo ou financiamento fora dos recursos do FFN são aprovados pelo Conselho de Governadores do Banco, de acordo as regras de voto das operações de capital ordinária.

A estrutura organizativa do FFN tem sido modificada constantemente desde a crise do BAD na década de 1990, e a atual data desde 2002, e está conformada por: um presidente, cinco vice-presidentes que dirigem 25 diretorias. Para melhorar a qualidade dos serviços, a estratégia do FSN se baseia especificamente em: (i) assegurar uma apropriação maior dos países, (ii) promover uma maior seletividade, (iii) aplicar uma abordagem participativa, (iv) estabelecer parcerias de colaboração com outros atores de desenvolvimento.

As reformas levadas a cabo, sobretudo, a partir de 2005, pretendem melhorar as qualidades de recursos humanos, reforçar a gestão das operações, enfocar a gestão para uma

⁸⁴ Com um capital inicial de 80 bilhões de dólares norte americanos lançado entre julho de 1976 e Fevereiro de 1977; após o esgotamento destes recursos, no final de 1980, o governo nigeriano reconstituiu os recursos do FSN pela segunda vez por um monto de 71 bilhões de dólares e essa reconstituição entrou em vigor em 1981 e, em 2003, o FFS já contava com 850 milhões de dólares (BAD, 2011).

melhoria na análise e planificação assim como a formulação de estratégias-país, e uma maior orientação para os clientes. A reforma inclui ademais, a descentralização da gestão do BAD, permitindo a abertura e consolidação de uma rede de 25 oficinas independentemente das nove oficinas regionais.

Na verdade, o Grupo BAD através de suas divisões permitiu a concretização de muitos projetos de desenvolvimento na região. Segundo BAD (2005) e BAD (2006), desde 1964 até 2004, o Grupo BAD tem financiado 3 007 operações por um total de 53 bilhões de dólares, dos quais, 58,4% têm sido financiados pelos recursos do BAD, 40,8% por fundos do FAD e 0,8% do FFN.

Em 2004, o Conselho de Governadores aprovou a Nova Política da Redução da Pobreza do BAD. Primeiramente, o BAD aprovou o cancelamento de 4000 milhões de dólares (EUA) de dívida de 23 países que respondem o critério de elegibilidade da IPPAE. Para estas instituições, 80% dos recursos necessários para financiar os compromissos do BAD na IPPAE vêm dos sócios financeiros do FAD, e os países beneficiários têm investido este fundo para financiar obras de infraestruturas no setor de saúde e educação (BAD, 2011).

O Grupo BAD considera a agricultura e o desenvolvimento rural como suas principais prioridades. Mas também, projetos de sustento ao fornecimento de infraestrutura rural e a expansão de indústria agro alimentaria privada com vista a garantir a segurança alimentar, ausente nos países africanos, são igualmente prioritários. Da mesma forma, as infraestruturas básicas indispensáveis à integração regional e o aprovisionamento das populações isoladas são as chaves das ações prioritárias e dos projetos do BAD. No âmbito de saúde, os projetos do BAD são diretamente direcionados para a luta contra o HIV/Sida e as doenças tropicais como o paludismo.

No setor da educação da África Ocidental, por exemplo, o BAD apóia os projetos educativos especialmente na Burkina Faso, Mali e Níger. Igualmente tem financiado projetos de bens públicos em áreas de energia, infraestrutura regional como o plano LAGOS-DAKAR⁸⁵. O BAD lançou vários programas em relação ao gerenciamento de água junto com o programa do desenvolvimento da água da NEPAD denominado AMACOW. Por exemplo, o

⁸⁵ Um plano que pretende no longo prazo, estender o gasoduto de Lagos até Dacar, de forma tal que o gás nigeriano seja acessível a todos os países da região.

aprovisionamento na água potável e assistência no meio rural da África Ocidental (IAEAR), que permitirá seus milhões de pessoas poderem de ter acesso à água potável e assistência.

4.6 Comunidade Econômica de Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

Depois da criação da OUA, a perspectiva da integração dos mercados nacionais num único mercado regional, isto é, a criação das Comunidades Econômicas Africanas, passou a ser o discurso dominante dos dirigentes africanos. As recomendações dos encontros e/ou reuniões de dirigentes africanos eram claras: promover a cooperação econômica entre os novos Estados independentes como estratégia de desenvolvimento. A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) ou Economic Community of West African States (ECOWAS), foi resultado dos esforços da integração iniciada na década de 1960, sendo as etapas para sua constituição muito complexas, devido a rivalidades que existia entre os países francófonos apoiados pela França por um lado, e por outro, pelos países anglófonos apoiados pela Inglaterra.

A idéia inicial de uma comunidade oeste-africana foi obra do ex Presidente liberiano William Tubman durante a Conferência de Monróvia em 1964. Na mesma, foi assinado um acordo de colaboração entre Costa do Marfim, Guiné Conacri, Libéria e Serra Leoa, que não foi bem sucedido. Em 1968, foi adotado um Protocolo que estabelece a constituição de um grupo africano, com o objetivo de estreitar cooperação em vários setores. Porém, a ausência de Togo, Daomé, Níger e, sobretudo da Costa do Marfim que na época negava toda e qualquer aproximação com a Nigéria, acabou por frustrar essa iniciativa (CEDEAO, 2006).

De fato, era uma época conturbada para os países da região, tendo em conta que alguns países, como Gana e Togo, acabavam de experimentar levantes militares, e a Nigéria estava saindo do conflito civil conhecido como “Guerra de Biafra”⁸⁶. A lição da Guerra de

⁸⁶ Um conflito causado pelo choque entre dois grupos étnicos: os *ibos* provenientes da província de Biafra e os *hausa*. Os ibos ocupavam altos cargos administrativos, portanto formavam a elite da sociedade nigeriana. Devido a algumas inconformidades com as autoridades governamentais, um grupo de oficiais do exército da étnia *ibo*, tomou o poder através de um golpe de Estado em 1966. Imediatamente, um contragolpe liderado pelos integrantes da étnia *hausa*, derrota os *ibos*. Ato seguido, os *ibos* foram perseguidos e massacrados em todo o país. Assim, a província de Biafra declarou sua independência, mas o governo nigeriano não aceitava, até porque Biafra é uma província rica em petróleo. Desta forma, iniciava o conflito que durou desde 1967 até 1970, quando

Biafra foi o ponto de partida que a Nigéria tomou como base para tentar convencer seus vizinhos regionais sobre a importância da criação de uma entidade regional comum, isso porque durante o conflito, os separatistas *ibos* receberam apoio de muitos países da região.

O governo nigeriano, fortemente apoiado pelo togolês, abraçou a dura tarefa de promover a integração regional. Em 1973, os dois países promoveram a Conferência de Ministros de Relações Exteriores da região em Lomé, para debater os pormenores da constituição de uma organização supranacional. Em 1974, foram realizadas duas novas conferências (uma em Acra e outra em Niamey) que serviram para ultimar os pormenores da constituição da futura organização. Finalmente, os representantes Benin, Burkina Faso, Costa de Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo e Mauritânia reunidos em Lagos, no dia 28 de maio de 1975, assinaram o Tratado Constitutivo da CEDEAO. O Tratado entrou em julho do mesmo ano, Cabo Verde aderiu à organização em 1976 e Mauritânia abandonou a mesma em 2000 (CEDEAO, 2006).

Devido a essa complexidade, Badi (1992) comenta que a constituição da CEDEAO foi motivada por três fatores fundamentais, a saber: criação de uma frente comum para a luta contra a dominação e opressão de forças externas por meio de cooperação dos países pequenos Estados da região; estabelecimento de uma economia forte e viável com o intuito de erradicar a pobreza e; a impossibilidade do desenvolvimento econômico de forma isolada, devido à pequena dimensão dos mercados locais, e também devido ao não bem sucedido plano de desenvolvimento da UNECA durante a década de 1960 e parte de 1970.

Por sua vez, Filho (2000) resume as seguintes iniciativas como gêneses do nascimento da CEDEAO: (i) o projeto liberiano, que buscava a criar uma zona de livre comércio com a participação de todos os países da zona; (ii) a Conferência Para a Coordenação Industrial, realizada em Bamako, capital do Mali e patrocinada pela UNECA e pela Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO), que visava principalmente o estabelecimento da indústria siderúrgica da região; (iii) a Conferência da Niamey, igualmente patrocinada pela UNECA, que objetivou aumentar o alcance da integração econômica regional, ampliando a atuação da Comunidade Econômica da África do Oeste (CEAO), organização então atuante nos territórios franceses; (iv) a iniciativa nigeriana de cooperação com os países vizinhos, como

o exército de Biafra se rendeu e foi incorporado novamente na Nigéria. Ressaltar que no conflito, morreram mais de um milhão de pessoas, a maioria delas eram do grupo étnico *ibo*.

alternativa de evitar conflitos internos, uma vez que a Nigéria acabava de sair da Guerra de Biafra. Esta iniciativa, apoiada posteriormente pelo governo togolês, propiciou a assinatura do Tratado da criação da CEDEAO em 1975.

Desde o ponto de vista institucional, a CEDEAO estruturou-se da seguinte forma de modo a tentar dinamizar o funcionamento de seus projetos (CEDEAO, 2011):

(i) Conselho dos Chefes de Estados e Governos. Encarrega-se da direção e controle geral da Comunidade para a realização dos seus objetivos. A cúpola é realizada uma vez por ano em sessão ordinária e a presidência corresponde cada ano a um Estado-membro, eleito pelo Presidente da cúpola.

(ii) Conselhos de Ministros. Assegura o funcionamento e desenvolvimento da comunidade, para tal, reúne-se duas vezes anual em sessão ordenaria. A presidência fica para o Ministro encarregado dos assuntos da CEDEAO do Estado que preside a Cimeira.

(iii) Parlamento Comunitário. Representa um fórum de diálogos e de consulta. O protocolo para sua instituição foi assinado em 6 agosto em 1994, e entrou em vigor no dia 14 de março de 2002. O Parlamento está composto por 115 lugares, e cada Estado-membro dispõe no mínimo de cinco lugares. Os lugares restantes são repartidos em função da composição populacional dos países: 35 lugares para Nigéria, 8 para Gana, 7 para Costa de Marfim, 6 para Burkina Faso, Guiné-Conacri, Mali, Níger e Senegal. O Benin, Cabo-Verde, Gâmbia, Guiné-Bissau, Serra Leoa e Togo ficam com 5 lugares cada um. Cada delegação nacional deve integrar como mínimo um 30% de mulheres.

(iv) Conselho Econômico e Social. Tem um papel consultivo e está integrada por representantes de distintas categorias de atividades econômicas e sociais.

(v) Corte de Justiça da Comunidade. Assegura o respeito ao direito e ao princípio da equidade na interpretação do Tratado. Ademais, examina as demandas judiciais dos Estados-membros e instituições da CEDEAO assim como as questões relacionadas com não pagamentos de cotas. Os sete juízes da corte são designados pela cúpola dos chefes de Estados e Governos, baseando na lista proposta pelos Estados-membros.

(vi) Mecanismo da Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos. Inclui a Cúpola, a Secretaria Executiva e um Conselho de Mediação e Segurança dos Estados-membros. Este último revisa as atividades dos órgãos da Comissão de Defesa e Segurança, o Conselho de

Sábios, o Centro de Observação Regional e Monitoramento: Grupo de Monitoramento da Paz de CEDEAO (ECOMOG).

Com vista a levar em frente o desenvolvimento regional, os objetivos da CEDEAO são: (i) promover a cooperação e a integração em todos os âmbitos da atividade econômica com o fim de elevar o nível de vida dos seus povos, (ii) manter e aumentar a estabilidade econômica, (iii) reforçar as relações entre os Estados-membros e, (iv) contribuir para o desenvolvimento do continente africano. O Tratado de CEDEAO prevê igualmente a harmonização e coordenação de políticas nacionais; a criação de um mercado comum mediante liberalização dos intercâmbios comerciais; estabelecimento de uma tarifa exterior comum e uma política comercial comum, a eliminação dos obstáculos a livre circulação de pessoas, bens e serviços; a criação de uma União Africana (UEMOA, 2006).

O Tratado da CEDEAO estimava a concretização da comunidade num espaço de 15 anos progressivamente em três etapas. Na primeira etapa, com uma duração de dois anos, os Estados-membros realizariam estudos e organizariam as instituições comunitárias. Ademais, seria proibido instituir novos direitos de importações e potenciar os já existentes.

Na segunda, com uma duração de oito anos, o bloco ocupar-se-ia com a eliminação gradual dos direitos aduaneiros e outros impostos entre os Estados-membros, a livre circulação de pessoas, serviços e capitais. Na terceira fase, correspondendo os restantes 5 anos, seria instituída uma Tarifa Externa Comum (TEC) ao comércio intra-comunitário, mediante abolição das diferenças existentes entre as tarifas existentes dos Estados-membros (FERNANDES, 2007).

No momento inicial da sua criação, os objetivos da CEDEAO eram basicamente o desenvolvimento econômico; mas ao longo do tempo, os aspetos políticos, a paz e a segurança, se converteram progressivamente numa prioridade para organização (DE LA VEGA, 2007). A Cimeira dos chefes de Estado e Governo aprovou em 1978, o Protocolo de Não-agressão e, em maio de 1981, o protocolo de Assistência e Defesa Conjunta.

A partir de 1990 sob a liderança nigeriana, cria-se um Comitê Permanente. Em 1991, começa a revisão do tratado da CEDEAO com a intenção de acelerar a integração econômica de um lado, e de outro, abordar questões de cooperação política em matéria paz e segurança regional, devido os impasses políticos e Golpes de Estados. Começava desta forma, o

estreitamento dos vínculos entre o desenvolvimento socioeconômico, a paz e segurança regional.

Em 1990, foi criada a West African States Monitoring Group (ECOMOG) como mecanismo de resolução de conflitos e força de acompanhamento da paz, uma iniciativa que demonstrava a vontade dos chefes de Estados e Governos de responderem efetivamente a instabilidade regional. Desde então, ECOMOG⁸⁷ tem feito intervenções em conflitos como da Libéria, Serra Leoa, Guiné-Bissau, Togo e Costa do Marfim.

Tendo em conta o grau desigual de desenvolvimentos destes países, a CEDEAO estabeleceu um Fundo de Cooperação, Compensação e Desenvolvimento, para minimizar os efeitos da integração dos países menos desenvolvidos. Os recursos do fundo seriam destinados a financiar projetos de infraestruturas nos países membros; indenizar os Estados que tenham sofrido com instalações de empresas comuns; subvencionar ou conceder outros tipos de assistência que sofreram conseqüências da liberalização comercial na comunidade e; garantir os investimentos estrangeiros na comunidade (CNUCED, 2009; UNIÃO AFRICANA, 2011).

Ademais, com vista à harmonização das políticas macroeconômicas que permita um futuro crescimento estável e o desenvolvimento sustentável, foi adotado os seguintes critérios econômicos para cada um dos países membros: (i) déficit orçamentário não maior que 5%; (ii) taxa de inflação anual de até 10%, (iii) limite de flutuação cambial de até 5% (FILHO, 2000). De fato, desde a perspectiva da integração econômica da CEDEAO, os avanços têm sido muito lentos, com constantes revisões de prazos.

Em 1990, transcorridos mais de 15 anos, desde a sua criação, a CEDEAO não conseguia materializar seus principais objetivos, devido as dificuldades de várias índoles. Os mais chamativos eram a falta de complementaridade dos sistemas econômicos nos Estados-membros; as divergências entre a Nigéria e Costa do Marfim sobre a liderança da organização; a instabilidade política que se consubstância nas mudanças sucessivas dos governos e a falta de vontade política dos governos centralizados na soberania nacional.

Para reverter esta situação os representantes de CEDEAO, reunidos em Cotonou em 1993, assinaram o Tratado da Revisão da CEDEAO, que previa uma zona de livre comércio

⁸⁷ A ECOMOG durante sua intervenção na Libéria recebeu fortes críticas críticas pela brutalidade dos soldados. Entretanto, ninguém coloca em dúvida sua importância para o mantimento da paz na região.

entre os Estados-membros, mediante a eliminação de tarifas internas e de barreiras não tarifárias até 1999. O Tratado também decidiu a criação de uma TEC com o intuito da criação da união aduaneira e de uma zona monetária comum para o ano 2000. Também nesse ato, foram introduzidos mecanismos de controle e de arbitragens como: Parlamento e o Tribunal de Justiça. Os chefes de Estados presentes reiteraram seus compromissos com a integração e ao reforço da cooperação para o desenvolvimento regional (DE LA VEGA, 2007; CEDEAO, 2011).

Com o objetivo de reforçar os recursos financeiros do Fundo através da abertura de capital para os parceiros não regionais, na Conferência de Estados e Governos realizado entre 9 e 10 de dezembro de 1999, decidiu-se transformar o Fundo de Cooperação, Compensação e Desenvolvimento numa sociedade *holding* regional denominado Banco de Investimento e Desenvolvimento (BIDC) da CEDEAO, com duas filiais especializadas: Fundo Regional de Desenvolvimento da CEDEAO (FRDC) e o Banco Regional de Investimento da CEDEAO (BRIC). Entretanto, com vista a favorecer a concentração das atividades do Grupo BIDC de forma a racionalizar suas despesas operacionais, a Conferência de Estados e Governos, de 14 de junho de 2006, decidiu sua reorganização numa estrutura única. Este novo formato do BIDC começou a funcionar em 2007, e as reformas estruturais e estratégicas antes mencionadas permitiram o BIDC cumprir com a missão que lhe foi atribuída pela CEDEAO (CEDEAO, 2011).

Em dezembro de 1999, a CEDEAO deu início a um programa de convergência macroeconômica visando à criação de uma Zona Monetária Única na África Ocidental, com base no mecanismo multilateral de fiscalização das reformas com essa finalidade. A idéia também é de criar uma segunda zona monetária que seria fundida com a UEMOA para formalizar uma única zona monetária. Entretanto, as dificuldades como os atrasos verificados em algumas reformas essenciais nos domínios estatísticos, da harmonização, dos sistemas de pagamentos, da liberalização da conta de capital e da aplicação efetiva do regime aduaneiro, assim como a ausência de Cabo-Verde e Libéria, acabam por dificultar esses objetivos.

Em 2000, uma nova revisão do Tratado foi realizada onde entre outros aspectos, se comprometeu a criação de uma união econômica e aduaneira para 2005 que incluía a livre circulação de mercadorias, o estabelecimento de uma TEC e a harmonização das políticas econômicas e setoriais. O ponto central era a criação de uma união monetária prevista para 2010, com a adoção de políticas comuns, a supressão total de obstáculos sobre circulação de

pessoa bens e serviços, e a harmonização de políticas monetárias, financeiras e fiscais, com vista ao estabelecimento de uma moeda única na África Ocidental até 2015.

Desde Janeiro de 2000, a CEDEAO se convertia numa zona de livre comércio, muito embora o processo de liberalização de comércio não seja altamente efetivo na prática porque ainda são muitas as resistências de alguns países-membros na hora de aplicar o plano harmonizado de eliminação de tarifas e barreiras não tarifárias (CEDEAO, 2006). Na seqüência da cúpula dos Chefes de Estados e Governos de Niamey, realizada no dia 16 de janeiro de 2006, foi realizada outra revisão do Tratado. O Protocolo da revisão do Tratado foi direcionado para a transformação do Secretariado Executivo da CEDEAO numa Comissão de nove membros. Estas revisões, sobretudo a adoção de um novo regime jurídico dos Atos, trouxeram a dimensão da supranacional idade que faltava ao processo de integração na região.

Recentemente, a CEDEAO tem adotado um código aduaneiro comunitário, tendo acordado harmonizar o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) e realizado um estudo sobre a criação de um fundo de solidariedade que promova o desenvolvimento equilibrado do sistema comunitário. Em relação à livre circulação de pessoas, CEDEAO é uma das regiões africanas que mais tem avançado com respeito à liberdade de movimentos de pessoas, num espaço sócio-cultural que se caracterizam por uma mobilidade transnacional que aparece como algo natural (CEDEAO, 2006).

4.7 União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA)

4.7.1 Antecedentes

O surgimento da atual UEMOA remonta a final da década de 1890, quando ainda sete dos oitos países da atual União (exceto a Guiné-Bissau) formavam parte da África Ocidental Francesa (AOF) e depois da Comunidade Franco Africana (CFA). Na verdade, a formação destas duas agrupações iniciais, foi uma estratégia do governo colonial francês de estabelecer uma política monetária e comercial nas suas colônias para seu melhor controle. Uma vez consolidada esse domínio, no dia 26 de dezembro de 1945 a França cria uma moeda

denominada “Franco CFA⁸⁸” para circulação nas suas colônias da AOF e da África Equatorial (AEF), ao tempo que ratificava os acordos de *Bretton Woods*. Também estas zonas são conhecidas como Zona Franco⁸⁹; que segundo a UNECA (2006) corresponde o exemplo mais antigo de cooperação financeira entre um grupo de países menos desenvolvidos.

Em 1962, uma vez conseguido as independências nacionais, os Estados da AOF decidiram criar o Banco Central da África Ocidental – BCEAO- para substituir o Instituto da Emissão da AOF, que vigorava até a data, com a função de colocar em circulação novas moedas ou papel de crédito.

O Franco CFA tinha paridade fixa com respeito ao Franco Francês, salvo escassas irregularidades, e até 1948, 1 Franco CFA era igual a 1, 70 Franco Francês (FF). Devido a desvalorização do FF no dia 17 de outubro de 1948, 1FCFA passou a valer 2 FF. Em 1958, com a instauração do novo Franco Francês, 1FCFA passou a equivaler a 0,02 FF. Mais recentemente, no dia 12 de janeiro de 1994, houve uma desvalorização brusca do FCFA de 50% (passando de 0,02 FF para 0,01 FF) imposta pela França com respaldo do FMI e Banco Mundial. A partir de 1 de janeiro de 1999, a paridade do Franco CFA foi fixada com o euro: 1 euro = 665, 957 FCFA.

Os países da AOF com a finalidade de manter a mesma moeda que vigorava na Zona Franco e os laços solidários com os vizinhos decidiram criar a União Monetária do Oeste Africano (UMOA) no dia 14 de novembro de 1973. O Tratado da Constituição foi concluído inicialmente entre a Costa do Marfim, Daomé (atual Benín), o Alto Volta (atual Burkina Faso), a Mauritânia, o Níger e o Senegal. O Mali, que tinha assinado o tratado, não ratificou. Em novembro de 1973, o Togo aderiu a União ao passo e a Mauritânia retirou-se no final do mesmo ano; e o Mali aderiu a UMOA em 1984 (AJE-GB, 1997).

Nesta nova etapa, a convertibilidade do FCFA é feita através de uma conta denominada “Conta de Operação”, aberta nos escritórios do Tesouro Público Francês em nome do BCEAO. Em virtude da aplicação das disposições do artigo primeiro da convenção

⁸⁸ No início, CFA significava “Colônias Francesas de África” e o franco CFA significava- franco das colônias francesas da África. Em 1958, o CFA mudou de denominação passando a ser chamada “Comunidade Francesa da África”. Na atualidade, uma vez livre do domínio colonial francês, o CFA significa “Comunidade Financeira Africana” para os países da UEMOA e “Cooperação Financeira Africana” para os países da CEMAC.

⁸⁹ A Zona Franco correspondia aos países da AOF e AEF que atualmente se transformaram em: (i) a UEMOA integrada por Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau (não fazia parte da AOF), Mali, Níger, Senegal e Togo; e (ii) Comunidade Econômica Monetária da África Central (CEMAC) integrada por Camarões, Chade, Congo, Gabão, Guiné-Equatorial e República Centro Africana.

da cooperação monetária entre a República Francesa e os países-membros da UMOA, estes últimos têm por obrigação depositar 65% das divisas provenientes do resultado das suas receitas de exportação.

A Conta de Operação funciona da seguinte maneira: todos os países da UMOA (e atualmente os da UEMOA) depositam suas receitas em divisa no BCEAO, que por sua vez, deve depositar na sua Conta de Operação aberta junto ao Tesouro Público Francês, no mínimo, 65% das divisas. A justificativa desta operação, segundo AJE-GB (1997) é que graças a esses depósitos na conta de Operações do Tesouro Francês, a França consegue garantir a convertibilidade do Franco CFA e permitir o BCEAO a emissão da moeda. Dito de outra forma, graças a essa situação, é permitido à participação das autoridades francesas na definição da política monetária da UEMOA.

A partir da década de 1980, independentemente das políticas de ajustes do FMI e Banco Mundial que vieram a colocar por baixo muitos progressos regionais, dois importantes acontecimentos externos foram importantes: a desvalorização do dólar e redução dos preços dos principais produtos de exportação dos países da região. De fato, estes fatores eram indícios de que as mudanças dentro da união eram necessárias e urgentes.

Como se isso não bastasse, a crise agravou-se na década de 1990 com a desvalorização do Franco CFA. Assim, foi proposto um novo programa capaz de orientar as diretrizes para um processo coerente de integração monetária. O novo programa foi integrado e dirigido por um grupo de peritos onde se encontravam acadêmicos, agentes econômicos e especialistas internacionais. Finalmente, durante a Conferência de Chefes de Estados e de Governos de julho de 1992, o Governador do BCEAO apresentou um relatório onde constavam as grandes linhas do novo projeto, que albergava entre outras mudanças, a passagem da união monetária para a união econômica e monetária como forma de superar as crises, através de uma política econômica comum (FERNANDES, 2007).

A desvalorização do Franco CFA em 1 de janeiro de 1994, permitiu uma reunião dos chefes de Estados e Governos no dia 10 de janeiro de 1994, onde oficialmente transformaram a antiga UMOA para a União Econômica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA).

4.7.2 Tratado da Constituição da UEMOA

A União Econômica e Monetária dos Estados da África Ocidental – UEMOA- foi criada por um tratado assinado pelos chefes de Estados e Governos do Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo no dia 10 de janeiro de 1994 em Dacar, com a perspectiva de uso da moeda comum: o Franco CFA. O Tratado entrou em vigor no dia 1 de Agosto de 1994 após a ratificação pelos Estados-membros e a Guiné-Bissau se converteu no oitavo integrante com a sua adesão no dia 2 de Maio de 1997⁹⁰ (UEMOA, 2006). A UEMOA é representada por um simbolismo de crescimento, união, solidariedade e complementaridade entre os membros, sendo que o novo Tratado da UEMOA foi revisado no dia 29 de janeiro de 2003.

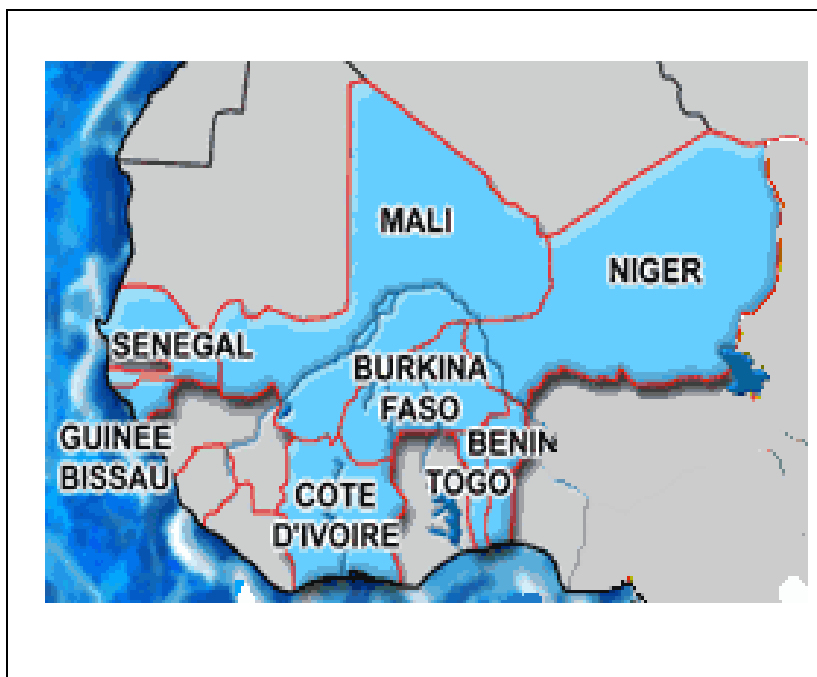


Figura 2-Mapa dos países da UEMOA

Fonte: Imagens de Didinho.org

De acordo com o artigo 4 do Tratado revisado, os objetivos da UEMOA são:

(i) reforçar a competitividade das atividades econômicas e financeiras dos Estados-membros no quadro do andamento e abertura concorrencial num ambiente racional e harmônico; (ii) assegurar a convergência das performances e políticas econômicas dos

⁹⁰ O artigo 104 do Tratado da Constituição da UEMOA estipula que qualquer Estado africano pode apresentar um pedido de entrada na UMOA.

Estados-membros para o estabelecimento de um procedimento de vigilância multilateral; (iii) criar entre os Estados-membros um mercado comum baseado na livre circulação das pessoas, bens, serviços, capital e o direito de estabelecimento de trabalhadores assalariados ou privados, assim como uma política comercial e tarifa exterior comum;

(iv) instituir uma coordenação das políticas setoriais nacionais para a missão de abertura das ações comuns e eventualmente as políticas comuns, sobretudo dentro dos seguintes domínios: recursos humanos, controle espacial, agricultura, energia, indústria, minas, transporte, infraestrutura e telecomunicação; (v) harmonizar na melhor medida o bom funcionamento do mercado comum, as legislações dos Estados-membros e particularmente o regime de fiscalização.

A UEMOA se caracteriza pelo reconhecimento de uma moeda única, o Franco da CFA, cuja missão é atribuída ao Banco Central da união (UEMOA, 2009). Os organismos que garantem o funcionamento da UEMOA são:

(a) Conferência dos Chefes de Estados e Governos. Corresponde a suprema autoridade da União e suas decisões são tomadas por unanimidade. Reúne-se no mínimo uma vez por ano – ou quantas vezes fossem necessárias por iniciativa do Presidente em exercício a pedido de vários chefes de Estados da União- em cada um dos países-membros por sistema rotativo em função da ordem alfabética da sua designação e a presidência é assumida pelo Chefe de Estado onde se reúne a Conferência. A Conferência é encarregada de decidir sobre a adesão de novos membros assim como todas as outras questões que não encontraram soluções no Conselho de Ministros.

(b) Conselho de Ministros. É encarregado pela direção da união, onde cada país-membro é representado por dois ministros, mas apenas o ministro de fazenda tem o direito do voto. O Conselho é presidido por um Ministro das Finanças alternadamente, podem ser convidados os representantes das instituições internacionais ou dos Estados com os quais foi assinado um acordo de cooperação.

O Conselho de Ministros reúne-se pelos menos duas vezes por ano e toma suas decisões por unanimidade, e assegura a direção da UEMOA. O Conselho decide pela denominação e pela definição da unidade monetária e de crédito, assim como também, aprova todas as convenções com os governos ou os institutos de emissão estrangeiras e com as instituições internacionais.

(c) Comissão da UEMOA. Constituída por oito membros denominados Comissários oriundos dos Estados-membros e nomeados pela Conferência de Chefes de Estados na base de critérios de competência e de integridade e seus mandatos é de quatro anos renováveis. A Comissão exerce com vista ao bom funcionamento dos interesses geral da União poderes próprios atribuídos pelo Tratado. Entre suas funções aparece a de transmitir a Conferência de Chefes de Estados e ao Conselho de Ministros as recomendações e os pareceres que julgar úteis à preservação e ao desenvolvimento da União, delegar o poder de execução dos atos que adota assim como executar o orçamento da União.

(d) Tribunal de Justiça (TJ). Zela pelo respeito do direito em relação a interpretação e a aplicação do Tratado da União. Igualmente, delibera a título prejudicial sobre a legalidade e interpretação do Tratado da União, dos atos assumidos pelos países da União e dos estatutos dos organismos criados por um Ato do Conselho de Ministros. O TJ é composto por oito membros nomeados por um mandato de seis anos renováveis pela Conferência de Chefes de Estados e Governos. Os membros do TJ são escolhidos entre as personalidades que oferecem garantias de independência e de competência jurídica necessária ao exercício das mais altas funções jurisdicionais. Os membros do TJ designam no seu seio, para três anos, o Presidente do TJ e dividem entre si as funções de Juízes e de Advogados.

(e) Tribunal de contas (TC). O TC é encarregado de assegurar o controle do conjunto das contas da União. Esse controle incide sobre a regularidade e a eficácia da utilização de seus recursos. O TC é composto por três conselheiros nomeados por um mandato de seis anos renováveis por uma vez pela Conferência de Chefes de Estados e Governos. Os conselheiros podem recorrer no exercício de suas funções a um sistema de auditoria externa. As modalidades de controle que devem ser exercidas pelo TC são definidas pelo Conselho, deliberando com uma maioria de 2/3 dos seus membros por recomendações dos conselheiros.

Finalmente, cabe mencionar que a UEMOA tem duas instituições autônomas e independentes que são o Banco Central da União (BCEAO) e o Banco do Desenvolvimento da União (BOAD), principais responsáveis pela política monetária e creditícia da União.

4.7.3 Banco Central dos Estados da África Ocidental – BCEAO

O Banco Central dos Estados da África Ocidental -BCEAO- um estabelecimento público com sede em Dacar, criado no dia 12 de maio de 1962, corresponde à instituição de emissão comum dos oito Estados membros da UEMOA. Tem uma Agência Nacional em todas as capitais dos Estados-membros assim como um escritório de representação em Paris. O Banco Central tem apoiado a centralização das reservas de divisas, a gestão da política monetária dos Estados-membros, a manutenção das contas do tesouro e a definição das leis bancárias aplicadas aos estabelecimentos financeiros da União (UEMOA, 2011). Neste sentido, os objetivos do BCEAO são:

(i) Emissão monetária, em todos os Estados membros e gestão da política monetária definida como o controle da oferta da moeda e das taxas de juro que garantam a liquidez ideal dos países da UEMOA. Esta política visa ajustar a liquidez da economia em função da evolução da conjuntura econômica para garantir a estabilidade de preço e promover o crescimento econômico.

(iii) Organização e supervisão da atividade bancária, definindo a regulamentação aplicável nos bancos e estabelecimentos financeiros.

(iv) Assistência aos Estados-membros, a pedido dos respectivos governos nas suas relações com as instituições monetárias internacionais e dentro das negociações realizadas com vista à conclusão dos acordos financeiros internacionais. O mesmo é responsável pela execução destes acordos, nas condições estabelecidas pelos acordos aprovados pelo Conselho de Administração. O BCEAO também assiste aos Estados no quadro da definição e acompanhamento da execução de programas assim como na gestão de dívidas.

O funcionamento administrativo do BCEAO está estruturado da seguinte forma:

(i) Um Governador, nomeado pelo Conselho de Ministros das Finanças, cuja duração de mandato é de seis anos renovável. O Governador organiza os serviços e as atividades do BCEAO, além de executar as decisões tomadas pelo Conselho de Ministros, bem como as adotadas pelo Conselho de Administração que preside. É assistido por dois vice-governadores, nomeados pelo Conselho de Administração por um período de cinco anos renovável por mais um mandato.

(ii) Conselho de Administração. Composto por dois membros oriundos de cada um dos países membros da União é responsável pela boa execução das diretivas dadas pelo Conselho de Ministros, de determinar as operações do Banco Central, e fixar suas taxas e condições de execução. Também, define as regras que se impõem aos Comitês Nacionais de Crédito no exercício das suas competências.

(iii) Comitês Nacionais de Créditos. Um Comitê Nacional de Crédito tem sua sede junto à agência do Banco Central em cada um dos Estados membros, e é composto pelo Ministro das Finanças que o preside, por dois administradores e outros quatro membros nomeados pelo governador do BCEAO, e por um representante da França. Sua função é determinar o montante global dos valores que o Banco Central pode ceder ao financiamento da atividade econômica em cada país da União e as modificações dos estatutos do Banco que devem ser submetidos à alteração pelo Conselho de Ministros da União.

4.7.4 Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD)

O Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD) foi criado pelo acordo de 14 de novembro de 1973, exerce as suas funções e atividades em conformidades com as disposições do artigo 23 do Tratado instituído na UMOA e tem por objetivo promover o desenvolvimento equilibrado dos Estados- membros e realizar a integração econômica da África Ocidental. Sob a direção do Conselho de Ministros, o BOAD é administrado por um Presidente e um Conselho de Administração.

O Presidente é nomeado pelo Conselho de Ministro da União por um período de seis anos renováveis, e tem como função, fazer aplicar as disposições dos estatutos dos mesmos e das convenções concluídas pela instituição a que preside, assim como presidir o Conselho de Administração do banco e convocar as reuniões. Deve ser rotativo de forma a chamar a esta função um cidadão de cada um dos países membros da União. Na execução das suas atribuições, o Presidente é assistido por um vice-presidente que é nomeado pelo Conselho de Administração por um período de cinco anos renováveis.

O Conselho de Administração é composto pelo Presidente do BOAD, por um representante titular e um suplente nomeado por cada um dos Estados-membros e pelo Governador do BCEAO. Responde pela decisão de aumento ou redução do capital do banco e

aprova as decisões tomadas na participação do capital de empresas ou de instituições, assim como determina as regras gerais de atribuições e garantias consentidas pelo banco.

O BOAD diretamente ou por intermédio de filias ou por instituições financeiras nacionais contribui para a coleta de poupanças internas em conformidade com as legislações nacionais; a pesquisa de capitais externos a través de empréstimos ou obtenção de fundos de ascendências não reembolsáveis, e para o financiamento em participações financeiras, concessão de empréstimos, avais e bonificações de juros a investimentos ou atividades tendo como objetivo.

Na verdade, o BOAD sendo o banco de financiamento da União, dedica seus esforços para: a construção ou melhoramento de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento e a melhoria das condições e dos meios de produção; o estabelecimento de novas atividades; a elaboração e a apreciação técnica e financeira de projetos de desenvolvimento e a criação e funcionamento de organismos encarregue da sua execução.

4.8 União Africana (UA)

A OUA foi criada com a intenção de colocar o ponto final ao colonialismo dentro do território africano e, posteriormente, ao neocolonialismo que logo das independências nacionais vinha florescendo em vários países africanos. Já com a entrada do novo milênio e com a econômica mundial globalizada, além da posição adversa da África no comércio internacional, os objetivos da OUA já não eram eficientes para conduzir o desenvolvimento africano no atual contexto mundial (UNIÃO AFRICANA, 2010).

A partir desta realidade, começou-se a idealizar um projeto mais ambicioso para adaptar a África numa conjuntura econômica e financeira mundial totalmente adversa. Vale ressaltar que, em 1979, já tinha sido realizada uma revisão da Carta Constitutiva da OUA por meio de um Comitê criado especificamente para esse fim. E, depois de todas as diligências possíveis, o Comitê não conseguiu resultados que permitissem formular recomendações substantivas. Por tal razão, se introduziram emendas na Carta Constitutiva da OUA ampliando-a com decisões especiais em cada uma das reuniões e cúpulas.

A idéia da união africana vinha sendo preconizada desde a época de Kwame Nkrumah, ou seja, nos idéias do panafricanismo. Para a formulação final desta importante instituição africana, várias barreiras foram derrotadas, fases analisadas, ideologias superadas e renascimento de sentimentos através de ressurgimento dos ideais panafricanistas a partir da década de 1990. Todos esses aspectos propiciaram a passagem da antiga OUA para a atual União Africana (UA).

Tentando encontrar os germes da sua origem, Badi (2002) comenta que os indícios da criação da UA apareceram durante da 35ª sessão da Conferência Ordinária dos Chefes de Estados e de Governos da OUA, realizada entre 12 a 14 de Julhos de 1999, em Argel, capital da Argélia. Neste evento houve um profundo debate e reflexão sobre a situação socioeconômica que os países africanos vinham enfrentando dentro da atual globalização, e se reconheceu que os objetivos da OUA já não eram compatíveis com a nova conjuntura econômica globalizada.

Durante a 4ª Conferência Extraordinária da OUA realizada na Líbia, Muammar Abu Mynyar al- Gaddafi apresentou uma interessante proposta da realização de um debate que promovesse um maior fortalecimento da OUA na globalização e no cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM). Assim, entre 8 e 9 de setembro de 1999, os líderes africanos se reuniram na cidade líbia de Sirte e optaram pela substituição da OUA (UNIÃO AFRICANA, 2010).

A Conferência Extraordinária de Sirte culminou com a assinatura de um importante documento no dia 9 de Setembro de 1999 conhecido como a “Declaração de Sirte”. O documento tinha como ponto central o estabelecimento da União Africana com a finalidade de acelerar o processo de integração continental, apoiar as nações africanas a desempenhar um papel mais eficaz na economia global e, ao mesmo tempo, resolver os problemas comuns no âmbito social, político e econômico do continente. Junto à assinatura da declaração de Sirte, também foi aprovada a “Carta Normativa” cuja finalidade é reger e regular o normal funcionamento da organização⁹¹ (VAZQUES, 1997).

⁹¹Na carta são estabelecidas as idéias, princípios e objetivos que deve perseguir a organização para satisfazer o bem comum. Assim, dentro da mesma estão claramente definidos aspetos tais como os objetivos, os princípios, as estruturas da organização e o funcionamento de cada um dos órgãos, assim como as suas regras de procedimento. Também na mesma se observa precisões sobre imposições de sanções no caso de não cumprimento do acordado pelos países membros, sendo o francês e o inglês as línguas oficiais da organização.

A Ata Constitutiva da UA foi adotada na Cúpula de Lomé, em 2000, e entrou em vigor na reunião da OUA realizada em 2001, em Lusaka, onde se analisou os instrumentos e vias para a implementação da referida Ata Constitutiva, assim como a proposta para a realização da primeira cúpula da UA, em 2002. Ademais, foi atribuída à responsabilidade ao então secretário geral da OUA, apresentar propostas relativas à estruturas, funções e poderes da comissão e, para os representantes de Estados e Governos, a missão de divulgação e propaganda da UA nos seus respectivos países. No final da cúpula, se estabeleceu um prazo de um ano como máximo para a transição da OUA para a AU (UNIÃO AFRICANA, 2010).

O nascimento da UA se cataloga como um acontecimento de grandes magnitudes no plano institucional da evolução da integração no continente africano porque pela primeira vez e de forma clara existia grande expectativa e esperança numa organização que pudesse dar uma maior presença na arena sociopolítica e econômica internacional como um bloco, e lutar contra a globalização, que até o momento tinha transformado a África no armazém de matérias primas dos países desenvolvidos (BADI, 2008, FERNANDES, 2010).

Indiscutivelmente, a UA nasceu para corrigir o legado negativo da antecessora OUA, e recolocar a África perante as desvantagens dos modelos de desenvolvimento construídos na maioria das vezes fora do continente africano⁹². Entre as características novas e distintas da UA com relação a OUA estão os princípios democráticos, os direitos humanos, o estado de direito e a boa governança (UA, 2000).

Desde o ponto de vista da paz e segurança, aparece a possibilidade de intervir militarmente em caso de crime de guerra, genocídio ou crime contra a humanidade ou o direito de um Estado-membro a solicitar intervenção da UA para restaurar a paz e a segurança, algo não contemplado na desaparecida OUA. Na temática da integração, surge no seio da UA a ideia de ampliar a democratização do processo não só aos governos, mas também aos parlamentares, partidos políticos, operadores econômicos e representantes da sociedade civil (UA, 2000).

Os objetivos da UA segundo a sua Carta Constitutiva são por um lado: (i) conseguir uma maior solidariedade entre os países africanos e seus cidadãos; (ii) defender a soberania,

⁹² Como não podia ser diferentes, União Europeia teve sua intervenção apoiando a modelagem constitutiva da União Africana, motivo pelo qual, a Ata Constitutiva da União Africana ter muitas semelhanças com o seu homólogo europeu, como estabelecimento de estrutura baseada em tripartição de poderes ou com instituições financeiras, aspecto que o trabalho considera negativo, tendo em conta que a União Africana apenas se estava constituindo e ademais, não tinha uma base econômica e financeira para alavancar esses fatos.

integridade territorial e independência de seus países; (iii) acelerar a integração política, socioeconômica do continente; (iv) promover e defender posições africanas comuns em questões de interesse para a África e sua população; (v) fomentar a cooperação internacional em consonância com a Carta da Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos; (vi) promover a paz, segurança e estabilidade na África, (vii) promover princípios e instituições democráticas, participação popular e boa governança; (viii) promover e proteger os direitos humanos e os direitos dos povos em concordância com a Carta Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos e outros instrumentos de direito; (ix) estabelecer as condições necessárias para permitir que a África desempenhe um papel fundamental na economia global e nas negociações internacionais.

Por outro lado, (x) promover o desenvolvimento sustentável nos âmbitos econômicos, sociais e culturais, assim como a integração das economias africanas; (xi) promover a cooperação em todos os campos da atividade humana para melhorar os padrões de vida dos povos africanos; (xii) coordenar e harmonizar as políticas entre as Comunidades Econômicas Regionais existentes e futuras para o logro gradual dos objetivos da União; (xiii) avançar no desenvolvimento do continente através da promoção da investigação em todos os campos, particularmente em ciências e tecnologia e; (xv) trabalhar com os parceiros internacionais relevantes para a erradicação de enfermidades e a promoção de saúde básica para toda a população africana.

A estrutura institucional da UA está composta pelos seguintes órgãos:

Assembléia ou Conselho de Chefes de Estados. Representa o órgão supremo da União e se reúne uma vez por ano em sessão ordinária. Está conformada pelos Chefes de Estados e Governos ou algum representante legalmente designado pelos países-membros, e a presidência é assegurada por um Chefe de Estado eleito com duração de um ano.

Conselho Executivo. Integrado pelos Ministros de Negócios Estrangeiros ou outras autoridades designadas pelos governos dos Estados-membros e se reúnem em sessões ordinárias duas vezes por ano. O Conselho assegura a coordenação, decide as políticas nos âmbitos de interesse comum e examina as questões determinadas pela Assembléia perante as instituições responsáveis.

Comissão ou Secretaria Geral. O secretariado geral da União está integrado pelo Presidente, vice-presidente e oito comissários eleitos tomando como base o equilíbrio

regional. Cada comissário é responsável de uma das seguintes carteiras: paz e segurança; recursos humanos; ciência e tecnologia; economia rural e agricultura; assuntos políticos; comércio e indústria; infraestruturas e energia; assuntos Sociais e assuntos econômicos.

Comitês Técnicos Especializados. Tratam assuntos setoriais no nível ministerial: Comitê de economia rural e assuntos agrícolas; Comitê de assuntos monetários e financeiros; Comitê de comércio, aduanas e imigração; Comitê de indústria, ciência e tecnologia, energia, recursos naturais e ambientais; Comitê de transporte, comunicações e turismo; Comitê de saúde, trabalho e assuntos sociais e Comitê de educação, cultura e recursos humanos.

Comitê de Representantes Permanentes. Acreditadas pelos respectivos países-membros prepara o trabalho do Conselho Executivo.

Conselho da Paz e Segurança (CPS). Uma das mudanças fundamentais em relação a OUA foi à aparição na agenda panafricana de paz e segurança, que outorga à UA a possibilidade de intervenção político-militar, acabando desta maneira com a doutrina de não ingerência da organização continental que continha a OUA. O CPS se apóia nas CER e, em 2003 a UA adotou um marco político para o Estabelecimento da Força Africana em Alerta e o Comitê Militar, que se apóia nas cinco sub-regiões para colocar os elementos que compõe este bloco: militar, policial e civil.

O CPS representa um órgão de decisão para a prevenção, gestão e resolução de conflitos, constituído na Cúpola de Durban (África do Sul) em 2002, muito embora suas ações começassem oficialmente em 2004. O CPS esta conformada por 15 Estados considerados de maior capacidade militar e projeção regional⁹³ e além de sua função de diplomacia preventiva e manutenção da paz, também é o encarregado de preparar as ações de intervenções humanitárias da UA, nos países em conflitos, campos de refugiados etc.

Parlamento Africano (PAP). Responsável por assegurar a participação dos africanos no governo e na integração econômica do continente. Com sede na África do Sul, iniciou suas funções de consulta e assessoria em 2004, de forma muito limitada, mas ultimamente tem evoluído bastante, adquirindo maior poder legislativo.

⁹³ Desde Março de 2006, os 15 países membros de PSC são: África do Sul, Argélia, Botsuana, Burkina Fasso, Camarões, Egito, Etiópia, Gabão, Gana, Malauí, Nigéria, Republica Democrática do Congo, Ruanda, Senegal e Uganda.

Conselho Econômico, Social e Cultural (ECOSOCC). Fundada em 2004, com sede em Nairóbi (Kenia) representam um órgão consultivo, composto por diferentes grupos profissionais dos Estados-membros, que se encarregam de assegurar a participação dos povos africanos nas atividades da UA e reconhece a necessidade da sociedade civil, em especial, as mulheres, jovens e o setor privado (ECOSOCC, 2004). O estatuto prevê que 150 organizações da sociedade civil de distintos grupos sociais e profissionais dos Estados-membros e da diáspora serem membros do ECOSOCC.

Corte de Justiça Africana. Com sede em Dar El Salam (Tanzânia), sua principal missão é assegurar o respeito das obrigações derivadas dos tratados e protocolos da UA e entrega cada ano, um informe da cúpula da UA. Está formada por onze juízes, dos quais dois pertencem a cada uma das sub-regiões, eleitos por um mandato de seis anos.

Instituições Financeiras. Formada pelo Banco Central Africano, o Fundo Monetário Africano, o banco de Investimento Africano. Ademais, as instituições especializadas da UA são: Comissão Africana de Aviação Civil (AFCAC), o Instituto Africano de Reabilitação (ARI), a União Africana de Telecomunicações (ATU), o Instituto Panafricano de Educação para o Desenvolvimento (IPED), a União Postal Panafricana (PAPU), o Conselho Superior de Desporto na África (SCSA) e a União Ferroviária Africanos (UAR).

A UA desempenha o papel de líder no nível continental em questões concernentes à harmonização e racionalização de políticas e programas, de intercâmbio de experiências, de fortalecimento de capacidades institucionais. Os principais eixos do programa de trabalho da Comissão da UA são: paz e segurança, desenvolvimento social, igualdade do gênero e água.

Desenvolvimento social. Em relação as migrações, durante a Cúpula de Banjul (Gâmbia) em 2006, a UA adotou a posição africana comum sobre migração e desenvolvimento, depois de uma reunião preparatória. As questões tratadas nesse documento abarcam uma ampliação do repertório onde se destacam, os recursos humanos e fuga de cérebros, migrações laborais, envio de remessas, diáspora africana, paz, segurança e estabilidade, direitos humanos, gênero, crianças e jovens, anciãos, iniciativas regionais e cooperação bilateral.

Na questão da saúde, o Plano Estratégico 2004-07 centrava suas atenções em frear a propagação de HIV/Sida, limitar a propagação da malária e outras doenças com altos níveis de prevalência e reduzir a mortalidade materna infantil. Posteriormente, na 3ª sessão da

Conferência de Ministros de saúde da UA decorrido entre 9 à 13 de abril de 2007, o tema elegido foi “fortalecimento dos sistemas de saúde para a equidade e desenvolvimento”, que junto a declaração de Johannesburgo sobre saúde Sustentável (DE LA VEGA, 2007), permitiu que fosse adotado na Cúpula de Acra em Julio de 2007, uma recopilação dos pontos fundamentais destas duas reuniões.

Estas recopilações foram plasmadas na *Estratégia de Saúde para África 2007-2015* que contem os seguintes pontos: (i) um plano de fabricação de produtos farmacêuticos, eixo prioritário do trabalho da comissão da UA na atualidade, (ii) plano de ação e prevenção da violência na África e, (iii) mecanismo de monitoramento e informação sobre HIV/Sida, tuberculoses e malaria. Da mesma forma, se fomenta iniciativas que permitam maior acesso aos medicamentos genéricos, que favoreçam a produção local de mosquiteiros impregnados, a melhoria de sistema de vigilância das principais doenças e o estabelecimento de sistema de saúde integrado nos países africanos.

Na educação, lançou-se a iniciativa “Educação Para Todos 2015” mostrando o esforço da UA na coordenação das políticas educativas dos países-membros e às estratégias destinadas a fortalecer as capacidades do continente de forma mais eficiente, com a criação de redes de ensino a distância, financiamento de bolsas de estudos ou programas de intercâmbio, como CESAG⁹⁴ (UA, 2006). Em 2005, durante a Segunda Conferência de Ministros de Educação da UA, se propôs uma revisão profunda dos resultados da Educação africana em década 1997-2006 e adaptar um documento chamado “educação de qualidade para um desenvolvimento sustentável na África”, que efetivamente, antecede o documento da NEPAD intitulado “estratégias de educação 2015” (UA, 2006).

4.9 Nova Parceria de Cooperação Para o Desenvolvimento da África (NEPAD)

Durante o ano 2000, cinco chefes de Estado (Argélia, Egito, Nigéria, Senegal e África do Sul) receberam da então OUA, a responsabilidade de propor um marco de desenvolvimento socioeconômico para o continente africano. Segundo Badi (2001) e Wade (2005), os antecedentes da NEPAD podem ser encontrados nos Planos de Milênio,

⁹⁴ Centro Africano de Estudo Superior em Gestão e Administração, com sede em Dacar, Senegal. Esta instituição concede bolsa de estudo de pós-graduação aos nacionais de países africanos.

impulsionados pelos presidentes de Argélia e Nigéria, no Plano Omega do presidente senegalês Abdulaye Wade, que se inspira igualmente no programa da recuperação de África elaborado por Kingsley Amoako, Secretario Executivo da UNECA.

A NEPAD foi o resultado destes dois processos representando uma nova visão do desenvolvimento da África, e seu documento marco foi feito na 37ª Cúpola da OUA em julho de 2001. Dois anos mais tarde, concretamente, na Cúpola de Maputo⁹⁵, a UA reconhecia a NEPAD como o programa de desenvolvimento socioeconômico da UA para a reabilitação e renovação do continente⁹⁶ (NEPAD, 2001). A secretaria técnica da NEPAD esta na cidade sul-africana de Midrand, sendo composto por um reduzido grupo de especialistas e profissionais que assumem a administração, coordenação e logística.

No artigo 1º da sua Carta Constituinte, a NEPAD se define como “o compromisso dos dirigentes africanos com o dever de erradicar a pobreza e situar seus países, tanto individual como coletivamente, nas sendas do crescimento sustentável e o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, de participar ativamente na economia e na política internacional” (NEPAD, 2001).

Devido à posição que ocupa a África na economia mundial, e convencidos desta importante oportunidade, a NEPAD se advoga pela mudança radical na marginalização do continente no processo de globalização e da exclusão social da maioria de sua população. Perante a situação da pobreza e da dependência do exterior, a NEPAD se orienta para um “novo marco de associação e de relações, baseado na responsabilidade compartilhada e no interesse mútuo” para a mobilização de recursos, incluindo o de capital, tecnologia e capacidade humana (WADE, 2005).

A estrutura institucional do NEPAD apresenta os seguintes componentes:

(i) Assembléia dos Chefes de Estados e Governos da UA que se reúnem anualmente para decidir os objetivos gerais; (ii) Comitê de Implementação de Chefes e de Governos (HSIC, siglas em francês), uma instituição composta por vinte países dos quais cinco

⁹⁵ Cúpola realizada na cidade moçambicana de Maputo no dia 3 de julho de 2003, com o objetivo de resgatar a maior participação da sociedade civil e a cooperação das organizações não governamentais, sindicatos e organizações empresariais, como única forma de viabilização do projeto de renascimento continental plasmado no NEPAD.

⁹⁶ A NEPAD também foi objeto de muitas controvérsias, sendo que algumas vindas do próprio continente alegam que a NEPAD se apropriou dos valores ocidentais com o fim de atrair investimentos e financiamentos estrangeiros para África em troca de reformas, e que estava excessivamente baseada na lógica do capital privado e do mercado. Outros justificam que esta iniciativa não teve em conta na sua análise de debilidades as questões estruturais endógenas, por exemplo, o não sucesso dos PAE.

membros permanentes, isto é, os países cujos presidentes formularam a iniciativa (Argélia, Egito, Nigéria, Senegal e África do Sul) e os quinze restantes foram selecionados em função de equilíbrio geográfico regional. Também entre outras de suas atribuições aparece a apresentação das contas a Assembléia da UA;

(iii) Comitê de Gestão. Composto por representantes dos cinco países mencionados e responsável pelo desenvolvimento dos termos de referência dos programas identificados, está composto por cinco grupos de trabalho: desenvolvimento humano - educação e saúde (Argélia); infraestrutura, meio ambiente, novas tecnologias de informação e energia (Senegal); paz e segurança, governabilidade política, democracia (África do Sul); acesso aos mercados, diversificação produtiva e agricultura (Egito); economia privada, governabilidade econômica (Nigéria).

A NEPAD estabelece umas condições prévias sem as quais é impossível erradicar a pobreza: paz e segurança, democracia e boa governança desde a perspectiva política, econômica e corporativa; integração e cooperação regional; fortalecimento de capacidade. Suas metas se medem em termos de crescimento econômico, ou seja, estabelece o 7% anual para os próximos 15 anos e de consecução dos ODM de aqui a 2015⁹⁷ (NEPAD, 2001).

Para conseguir essas metas, durante sua criação, a NEPAD estabeleceu seis prioridades: (i) a eliminação das brechas em termos de infraestrutura: transporte, energia, água, saneamento básico, Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs); (ii) a iniciativa em matéria de desenvolvimento dos recursos humanos: redução da pobreza, educação, saúde, freio a fuga de cérebros; (iii) em matéria de agricultura: segurança alimentar, rendimento e segurança da agricultura, investimento e marcos de regulação; (iv) a iniciativa a favor do meio ambiente: luta contra a desertificação, gestão costeira, aquecimento global, áreas de conservação além das fronteiras, governabilidade ambiental; (v) a cultura: proteção de conhecimento indígena, incluída a adoção de medidas para a proteção da propriedade intelectual; (vi) as plataformas de ciência e tecnologia: cooperação além das fronteiras e conectividade, adaptação das tecnologias e aplicação para a diversificação da produção.

Em suma, a NEPAD é uma iniciativa africana, liderada e administrada por africanos, que vincula o desenvolvimento e boa governança com um mecanismo de monitoramento, o

⁹⁷ Na verdade, até 2007, os países africanos vinham crescendo perto dessa cifra, mas infelizmente as repercussões da crise financeira de 2008 acabaram com esse sonho.

African Peer Review Mechanism (APRM). O APRM é um programa com ferramentas autóctones para medir a governabilidade política e econômica, assim como a responsabilidade mútua, e a transparência deste mecanismo tem motivado o interesse imediato de uma grande parte dos doadores internacionais. Um dos êxitos maiores do APRM é a declaração sobre a democracia e governabilidade política, econômica e corporativa, que reconhece o bom governo e os valores democráticos como condições para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento econômico (NEPAD, 2001).

4.10 Considerações Finais

Na primeira parte deste capítulo, examinou-se a história da África Ocidental assim como as diversas formas de resistência à invasão estrangeira. Entretanto, os povos africanos sucumbiram perante a maior tecnologia européia e, posteriormente, foram colonizados e distribuídos seus territórios de maneira irresponsável. Segundo Amin (1972), a conquista colonial, progrediu tão lentamente que a resistência a ela não foi muito eficaz. Posteriormente, os países da África Ocidental começaram a presenciar fortes e intensos saques de suas riquezas, trabalhos forçados e exploração de mão-de-obra, mediante as potências colonizadoras, essencialmente França, Inglaterra e Portugal.

No que se refere à história dos países que atualmente fazem parte da UEMOA, a mesma é caracterizada pela predominância de semelhanças nas suas identidades culturais, assim como na posterior formação de seus respectivos Estados. No passado, com exceção da Guiné-Bissau, todos foram colônias francesas e faziam parte da AOF, e depois das CFA.

Chega-se, assim, ao cerne da explicação dos problemas africanos. Neste sentido, todos os males que acometem a África hoje, assim como todas as venturas que aí se revelam, resultam de inumeráveis forças impulsionadas pela história. E, da mesma forma que a reconstituição do desenvolvimento de uma doença é a primeira etapa de um projeto racional de diagnóstico e terapêutica, a primeira tarefa de análise global do continente africano é a história (KI-ZERBO, 2010).

Para este autor, a história da África deve ser reescrita, porque até o presente momento ela foi mascarada, camuflada, desfigurada e mutilada pela força das circunstâncias, ou seja, pela ignorância e pelo interesse que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da

barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro. Na verdade, não se trata de construir uma história revanche, mas de mudar a perspectiva e ressuscitar imagens esquecidas ou perdidas. Portanto, torna-se necessário retornar à ciência, a fim de que seja possível criar em todos, uma consciência autêntica e reconstruir o cenário verdadeiro.

Depois das independências nacionais e em virtude da pobre herança colonial, os países da África Ocidental começaram a idealizar projetos de integração que vinham sendo preconizados desde o surgimento do movimento pan-africano. Com a independência de Gana liderada por Nkrumah, e depois com a criação da OUA, os países da região ocidental começaram a idealizar projetos mais ambiciosos em termos de integração, sempre baseados nos ideais panafricanistas. Entretanto, não se chegou a nenhum acordo, devido a existência na altura de grandes divergências entre seus dirigentes em relação à forma de realizar a integração, assim como uma grande rivalidades entre os países francófonos e anglófonos. Essas divergências motivaram o fracasso de vários intentos de construção de uma comunidade da África Ocidental.

Neste contexto, e devido à negativa de qualquer aproximação da Costa do Marfim com a Nigéria, em 1973, os países da AOF decidiram transforma-se numa união monetária aproveitando que usavam a mesma moeda e criaram a UMOA. Finalmente, depois de vários e intensos debates, em 1975, foi criada a CEDEAO, a comunidade regional na África Ocidental que agrupava a todos os países da região antes da retirada definitiva da Mauritânia em 2002.

A partir da década de 1990, os países da UMOA começaram a idealizar uma integração muito mais ambiciosa e de acordo com a conjuntura mundial, que finalmente foi concretizada em 1994, com a criação da UEMOA e a Guiné-Bissau aderiu à organização em 1997. Desta forma, a UEMOA se transformaria na primeira união econômica e monetária a funcionar oficialmente no mundo, e, a UEMOA tem funcionado de forma satisfatória no cumprimento de seus deveres.

5. COOPERAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS

5.1 Considerações iniciais

A queda do Muro de Berlim e o colapso do império soviético no final da década de 1980 propiciaram a reestruturação de blocos políticos e econômicos em todo o mundo, sobretudo na África. Pelo fato de seus países receberem importantes ajudas da extinta Comunidade de Ajuda Mútua Econômica (CAME) no seu processo de desenvolvimento. Com a extinção do bloco socialista, e o agravamento da situação de precariedade das economias africanas, na década de 1990 começaram a aparecer blocos integracionistas mais sólidos, dentro os quais se encontrava a UEMOA.

Este capítulo descreve como foi planejado a integração na UEMOA, fazendo uso dos fundamentos teóricos descritos nos primeiros capítulos da tese. Trata-se de um esforço preliminar baseado nas informações que permitam entender a lógica do estabelecimento desta união econômica e monetária sem as diretrizes convencionais, como se vem reiterando ao longo da tese.

O capítulo propõe como objetivo fornecer uma visão do funcionamento da UEMOA, os obstáculos enfrentados assim como os desafios a serem enfrentados, para afrontar com maior solidez as conseqüências da globalização. Pretende-se responder a questão de origem e causas do surgimento da UEMOA nas circunstâncias totalmente adversas. Da mesma forma, explicam-se os motivos da escassa percentagem de trocas comerciais entre os países-membros, o contrário, portanto, do recomendado pela teoria convencional da integração econômica e monetária. Parte-se da hipótese de que a solidariedade histórica constitui o fator chave para o estabelecimento da UEMOA.

O capítulo está dividido em cinco sessões contando com estas considerações iniciais. A segunda parte inicia sua análise focalizadas nas causas da uma união econômica e monetária *à la africana*. Aqui se tenta dar explicação sobre o surgimento da UEMOA, assim como as causas que nortearam sua criação. Na terceira é debatida a questão da posição africana na atual globalização. A quarta elenca algumas inconveniências que a integração

nesta região atravessou ao longo da sua história. A quinta foca nos desafios que a integração da região deve enfrentar para continuar a superar os obstáculos, e, por fim, seguem as considerações finais.

5.2. UEMOA: uma união econômica e monetária *à la africana*

Depois de cinquenta anos das independências nacionais na África Ocidental, seus tomadores de decisões estão mais conscientes sobre a importância da integração como instrumento para superar a barreira da crônica dependência e impulsionar o desenvolvimento econômico. A partir da década de 1990, teve início uma série de estudos, análises e revisões dos anteriores acordos de cooperação econômica, com vista a adaptar a região às transformações da atual globalização.

Analisar as causas que influenciaram a criação da UEMOA na tentativa de buscar soluções comuns aos problemas de seus países, significa indagar: quais os motivos históricos e laços culturais presentes nessa aproximação? Neste nível de generalidade, as opiniões sobre seu progresso ou fracasso, não devem limitar-se ao campo econômico ou de relações comerciais, mas também devem abarcar os aspectos sociopolíticos e, sobretudo, históricos. A gênese dessa integração se encontra na análise crítica da simbiose de valores multidimensionais entre os países que conformam o bloco na necessidade de desenvolvimento conjunto.

Sem a intenção de adentrar nos assuntos políticos ou de relações internacionais, ao tempo que se reconhece que é impossível desviar de qualquer temática africana sem mencionar os séculos de ocupação e exploração colonial, buscar-se-á demonstrar que fatores histórico-culturais foram fundamentais na constituição desta união econômica e monetária numa região com baixo nível de desenvolvimento. Porém, isso não nega a importância dos fatores econômicos ou políticos nesse processo.

A priori, vale lembrar a íntima relação entre história e economia. Assim, todo o desenvolvimento normativo de uma comunidade como a UEMOA, com um passado histórico quase semelhante, está intimamente mais ligado às relações de ordem histórica, cultural e política, do que às de ordem econômica e comercial. A propósito, Joseph Ki-Zerbo, ao abordar a questão do desenvolvimento africano, afirmou que:

Todos os males que acometem a África hoje, assim como todas as venturas que aí se revelam, resultam de inumeráveis forças impulsionadas pela história. E da mesma forma que a reconstrução do desenvolvimento de uma doença é a primeira etapa de um projeto racional de diagnóstico e terapêutica, a primeira tarefa de análise global do continente africano é a história (KI-ZERBO, 2010).

É interessante ressaltar, que a UEMOA foi a primeira experiência de uma união econômica e monetária no nível mundial, mesmo não seguindo as diretrizes que a teoria convencional considera conveniente. Entretanto, pouco se tem falado desta união econômica e monetária, e no pior dos casos, é mencionada apenas de passagem como se fosse mais uma simples tentativa da integração na África. Na verdade, e sem querer fazer nenhuma comparação, o modelo europeu de integração econômica e monetária é tido como referência mundial. Mas, iniciou suas atividades posteriormente à UEMOA.

A UEMOA foi fundada nos ideais panafricanistas e na visão, não necessariamente otimista, mas esperançosa, não ao estilo europeu, mas, sobre as duras realidades que vivem grande parte de sua população. É neste sentido que não seria idônea a aplicação do modelo europeu ou a teoria convencional, pelo menos para esta região africana. Ademais, a integração europeia é uma integração de países desenvolvidos e maduros, e os países africanos estão ainda no início deste processo.

Indo ao encontro da idéia anterior, Todaro (1994) comenta que a teoria de Viner foi, sobretudo, pensada para as economias industrializadas e parece de limitada utilidade para apreciar a situação específica dos países periféricos. Segundo este autor, muitos dos conceitos da teoria de Viner não proporcionam critérios válidos sobre os quais é possível avaliar o provável sucesso ou fracasso da cooperação econômica entre países da periferia.

5.2.1 Gênese do processo que não seguiu a visão convencional: qual a lógica?

O nascimento da UEMOA não foi ao acaso. Foi um processo que começou desde 1973, quando os países da AOF decidiram formar uma união monetária (UMOA), aproveitando as vantagens que já ostentavam de usar a mesma moeda desde a administração francesa. Após as independências nacionais, o retorno às raízes africanas e o nacionalismo pan-africano como ideal político e cultural, serviam de novas referências contra as

humilhações de que eram submetidos pelo regime colonial (NKRUMAH, 1987; VISENTINI, 2007; M'BOKOLO, 1998).

Os mesmos autores comentam, ainda, que desde essa data até a década de 1990, todas as políticas elaboradas, assim como as metas definidas visando à promoção do desenvolvimento socioeconômico, fizeram com que as unidades nacionais sofressem rearranjos, novas diretrizes e mudanças substanciais em consequência da complexidade das dificuldades surgidas. As tarefas fundamentais dos novos dirigentes consistiam, portanto, em construir um Estado Novo, institucionalizar estruturas administrativas, judiciais e políticas que atendessem as novas demandas da sociedade em formação.

Os novos Estados, carentes de infraestruturas, de recursos humanos capazes, e de financiamento necessário para levar a cabo essas novas tarefas, não conseguiram escapar de um frágil e vulnerável quadro socioeconômico. Independentemente de enfrentarem os problemas já mencionados, também deveriam articular políticas e estruturas capazes de resolver os problemas deixados pela colonização, das pretensões econômicas e políticas das elites e de grupos dirigentes (VISENTINI, 2007; UNECA, 2004).

Em auge da União Soviética, a maioria desses países via no socialismo, e na adoção no aspecto político do “unipartidarismo”, a melhor alternativa de desenvolvimento. Tudo parecia caminhar na direção correta até que os Estados Unidos decidiram mudar essa tendência. Para evitar a expansão do socialismo na região os EUA e seus aliados obrigaram aos países africanos a abrir suas economias para a entrada de capitais estrangeiros, com o objetivo de desviar os interesses deles, das suas pretensões socialistas.

No início da década de 1980, os países africanos foram obrigados a acatar de maneira forçada as exigências do PAE. Em teoria, este programa, que foi desenhado em Washington, era para ajudar aos países africanos na resolução de seus problemas econômicos. Na prática, deu-se o contrário. Os resultados da aplicação do PAE na opinião de vários autores africanos (AMIN, 1999; BADI, 2002; KI-ZERBO, 2000) e não africanos (TOUSSAINT; MILLET, 2006; COLLIER; GUNNING, 1999; CHANG 2002, 2006) não propiciaram os melhorias que se esperavam.

Segundo Chang (2002), os países desenvolvidos utilizaram largamente as políticas intervencionistas durante seus processos de industrialização e, na atualidade, alegam como deletérias ao bom funcionamento dos mercados e ao desenvolvimento econômico dos países

periféricos. Na sua resposta sobre como os países desenvolvidos se tornaram ricos, o mesmo autor argumenta que foi através de mecanismos de proteção e promoção a indústrias e setores específicos. E, se atualmente os países desenvolvidos estão-se opondo à utilização destas mesmas medidas nos países periféricos é porque, na verdade, querem obstaculizar o desenvolvimento dos países pobres.

Ainda neste sentido, dois estudos realizados pelos norte americanos Paul Collier e Jean Gunning, em 1999, intitulados *Why has Africa grown slowly* e *Explaining African economic performance*, que objetivavam uma análise profunda dos países africanos na década de 1990, demonstraram um fraco desenvolvimento apesar das reformas levadas a cabo por estes no quadro do PAE (COLLIER; GUNNING, 1999).

Dentre as razões apresentadas por estes autores que justificassem o fechamento para a economia internacional dos países africanos, podem-se citar, diretas e indirectas. As diretas dizem respeito ao excessivo controle sobre o comércio externo na forma de cotas e barreiras não tarifárias, altas tarifas aduaneiras e de impostos de exportação. As indirectas associam-se as políticas de câmbios desfavoráveis e restrição as atividades de exportação. Por seu lado, M´Bokolo (1998) comenta que os recursos concebidos pelo FMI e o Banco Mundial não resolveram nenhum dos problemas do desenvolvimento de continente. Em contrapartida, seus efeitos sociais foram dramáticos para a maioria destes países.

Com todo este clima adverso, e tendo em conta a difícil situação pela qual atravessavam os países da então UMOA, seus governos começaram a idealizar uma verdadeira integração de forma a unir não só os esforços monetários, mas também económicos e financeiros, para enfrentar com maior força as adversidades. Um estudo da Unctad (2007) corrobora esta ideia, ao afirmar que, perante as incertezas das reformas mais profundas na arquitetura financeira internacional, não existe uma melhor alternativa para os países em desenvolvimento do que a integração regional.

Entretanto, o pior cenário ainda estava reservado para os países africanos. Em 1989, com a queda do Muro de Berlim, muitos países da África Ocidental que se beneficiavam da ajuda do campo socialista, começaram a sentir a crise de forma mais aguda. Nos anos que se seguiram, com o aprofundamento da crise, o clima de descontentamento provocou manifestações nos diversos países, exigindo a instauração de sistema democrático. Com efeito, a partir da década de 1990, alguns governos começaram a aceitar o multipartidarismo, porque até então reinava o sistema de partido único, uma forma de enaltecer a unidade

nacional em detrimento dos sentimentos étnicos ou tribais (BADIAN, 1967; KI-ZERBO, 1972)⁹⁸.

Neste sentido, e com a intenção de remediar a situação de seus países, a partir de 1992, começou uma série de reuniões entre os altos dirigentes da UMOA com o objetivo de transformar a união monetária em união econômica e monetária. Depois de vários debates, os chefes de Estados da União encarregaram o governador do BCEAO a difícil tarefa de encabeçar uma pesquisa sobre esta nova estratégia e que fosse suscetível de contribuir para o lançamento do processo de integração econômica (AJE-GB, 1997; UEMOA, 2010).

Cabe destacar que perante a preocupação de considerar as aspirações e sugestões de todos os setores, os trabalhos feitos pelos peritos do BCEAO envolveram a participação de representantes da sociedade civil, operadores econômicos, administradores governamentais e membros do sistema financeiro. A conclusão da pesquisa indicava o estabelecimento de um Tratado que unisse os espaços nacionais, através de uma harmonização das regras e políticas, e consagrou a aplicação plena das quatro liberdades fundamentais: a circulação de bens, de serviços, de capitais e de pessoas sem quaisquer entraves.

A seguir, em 10 de janeiro de 1994, o projeto de Tratado da UEMOA foi assinado pelos chefes de Estado e entrou em vigor no dia 1 de agosto de 1994, após a sua ratificação pelo conjunto dos Estados-membros. Durante a reunião do Conselho de Ministros que teve lugar em 22 de dezembro de 1994 em Lomé (Togo), ficou decidido instalar os primeiros órgãos da União em Ouagadougou (Togo), sede da UEMOA, a partir do fevereiro de 1995. Foi assim que, em 27 de janeiro de 1995, o Tribunal de Justiça da UEMOA foi instalado nesta cidade.

Uma vez estabelecida a UEMOA, e ademais, sabendo que a soberania dos países foi delegada a uma entidade supranacional encarregada de resolver os problemas de todos de forma conjunta, renasceu o clima de nacionalismo e sentido de pertencimento⁹⁹, sobretudo,

⁹⁸ Pode-se, de certa forma, dizer, que a instauração do multipartidarismo foi a origem de alguns conflitos nestes países, uma vez que, alguns partidos políticos, pelo menos nesta região, são meras extensões dos grupos étnicos. Como explicar, por exemplo, que na Guiné-Bissau, um país pequeno com uma população de pouco mais de 1 milhão de habitantes em 1998, quatro anos depois da instauração do sistema partidário, apresentava 15 partidos políticos entre os quase 25 grupos étnicos que existem no país (JÚNIOR, 2009). Essa tendência, em maior ou menor medida, sucedeu em quase todos esses países, provocando conflitos, golpes de Estado e problemas além das fronteiras.

⁹⁹ Lembrar que antes da colonização, e sem a divisão geográficas que existem na atualidade, os países hoje agrupados na UEMOA eram tributários do império Mali e depois do império Songhai. Ou seja, são povos que

com a livre movimentação de pessoas, serviços e fatores de produção nos diversos países. A UEMOA baseia-se igualmente no princípio segundo o qual, a união deverá permanentemente zelar pelo controle de seus encargos, de maneira a disponibilizar os recursos necessários à implementação de projetos de suporte da integração.

Tabela 2- Indicadores econômicos da UEMOA-1983/ 1993

Países	PIB (%)	IPC* (%)	PIB (mil U\$D)	Cons. Priv (% do PIB)	Poup. Int (% PIB)	Bala.Tran.Cor** (%)
Benin	2,7	3,9	1 156, 0	83,2	3,4	-10,1
Burkina Faso	2,8	6,7	2 080, 0	82,4	0,6	-16,0
Costa de Marfim	-0,6	7,0	8 968, 6	65,2	17,9	-10,8
Mali	1,7	6,2	1 911,5	85,9	1,0	-18,0
Níger	-0,5	6,6	2 057,9	78,7	6,4	-10,1
Senegal	1,8	7,5	4 432,4	79,8	5,0	-12,0
Togo	-0,3	6,7	1 213,5	71,2	14,0	-12,1
UMOA	1,1	6,4	21 819,9	78,1	6,9	-12,7

Fonte: AJE-GB (1997)

* inflação média nos últimos 5 anos; ** Excluindo Transferências Oficiais

Na UEMOA, a cláusula da Nação Mais Favorecida (NMF) não funciona. Ou seja, não existe privilégio para nenhuma nação e todos os Estados estão em pé de igualdade, seja o mais rico ou o mais pobre, em termos de tamanho populacional ou extensão territorial (AJE-GB, 1997). O esquema de integração da UEMOA confere igualmente uma importância muito particular para o equilíbrio da administração do território comunitário, a fim de prevenir os riscos de um desenvolvimento regional desequilibrado em proveito das regiões dotadas de melhores potencialidades produtivas.

A Tabela 2 traz os dados econômicos dos países da UMOA durante os dez últimos anos antes da assinatura do Tratado da fundação. Constatou-se que a economia da zona apresentava um crescimento de 1,1%, sendo que, no nível individual, havia países como Costa do Marfim, Níger e Togo que apresentavam crescimento negativo. Em relação ao nível de preços, houve uma evolução de quase todos os países do bloco na ordem de 6 a 7%, exceto o Benin que apresentava um IPC de 3,9%.

compartiam o mesmo reinado, a mesma organização do poder e de certa forma, já tinham um passado histórico comum e um sentido de pertinência. Posteriormente, depois da colonização, também houve a Federação do Mali, que juntava o Senegal e o Mali. Portanto, são países muito ligados por laços históricos e culturais.

O nível de variação de preços foi de 6,4%, explicado não só pelo controle dos mesmos pelas autoridades monetárias, mas também devido ao regime de câmbio fixo do Franco CFA face ao franco francês. O consumo médio da União situava-se nos 78% do PIB e a parte do PIB não consumido, ou seja, a poupança era em torno de 7% do PIB. Ao mesmo tempo, o saldo da balança de transações correntes, excluindo as transferências oficiais que representam uma necessidade de financiamento externo ou déficit de poupança interna em relação ao investimento estava na ordem dos 13% do PIB.

Antes de passar para a próxima sessão, convém esclarecer uma questão, ou melhor, responder a seguinte pergunta: existe uma lógica no estabelecimento da UEMOA? Nos argumentos de Belassa (1961), existem cinco fases sucessivas da integração: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união monetária e união política. Entretanto, Torrent (2006) no seu trabalho sobre a integração regional rechaça essa tese, e afirma que os processos de integração podem seguir caminhos distintos, de acordo com a realidade de cada região.

Na mesma linha de raciocínio, Robson (1985), Badi (2008) e Todaro (1994) coincidem em seus argumentos de que o processo de integração não deve seguir necessariamente o exemplo europeu, ou a chamada teoria convencional. Robson (1985) foi mais longe, ao afirmar que as regiões africanas devem seguir suas diretrizes, tendo em conta que suas condições não são as mesmas como as de outras regiões.

Para este autor, as razões da integração econômica dos países em desenvolvimento não estão nas vantagens obtidas pelas alterações da estrutura do comércio existente, mas sim nos efeitos que a criação de mercados regionais têm sobre esses países, quer através das maiores oportunidades de investimento que eles proporcionam, quer pela inevitável necessidade de mobilizar recursos disponíveis que, a prazo, a nova conjuntura implica. Dito de outro modo, o problema não reside no impacto sobre a capacidade instalada, mas sobre as estruturas potenciais que emergirão necessariamente acompanhadas das vantagens de uma racionalização renovadora.

É neste sentido que emerge a UEMOA que, ao contrário da integração europeia, passou de uma união monetária para união econômica. Entretanto, convém lembrar que seu processo começou como zona de preferência tarifária durante a vigência colonial- Zona

Franco¹⁰⁰-, depois passou para uma União Aduaneira da África Ocidental (UDAO) entre 1959 a 1962. Em 1973, a UDAO se transformou na União Monetária do Oeste Africano-UMOA-, e este se converteu na UEMOA em 1994.

Em suma, o que aqui se pretende dizer é que seu estabelecimento não carece de lógica, como poderia aparecer à primeira vista de quem analisa este processo com as lentes das teorias econômicas convencionais e à luz da experiência dos países desenvolvidos. Defende-se aqui, que não necessariamente há que se seguir o modelo europeu de integração, isso porque, independentemente das circunstâncias, a UEMOA tem sido um ator muito importante no processo de desenvolvimento de seus países.

5.2.2 UEMOA: perspectivas e evolução dos indicadores da convergência

A direção da UEMOA estabeleceu um conjunto de criterios que devem ser cumpridos pelos países-membros, no sentido de convergir todos os indicadores macroeconômicos da União. Estes indicadores, como apresentados no Quadro 3, estão distribuídos em dois grupos: indicadores primários e indicadores secundários.

Nos indicadores primários: o índice de saldo orçamentário de base sobre o PIB nominal deve ser maior ou igual a zero; a taxa de inflação média anual deve ser menor ou igual a 3%; o índice da dívida pública total efetiva deve ser menor ou igual a 70%, o valor do atraso no pagamento interno deve ser igual a zero. Ou seja, não deve haver acumulação dos atrasos no pagamento interno UEMOA (2010).

Por outro lado, os indicadores secundários revelam que: o índice da massa salarial sobre o valor das receitas fiscais deve ser menor ou igual a 35%, o índice do investimento público financeiro em receitas internas sobre o total das receitas fiscais deve ser maior ou igual que 20%, o índice do balanço em conta corrente, excluindo donativos, em relação ao

¹⁰⁰ O exemplo de acordos de preferência tarifaria na região podem ser encontrados nos antigos Territórios da União Francesa. Isso porque depois da Segunda Guerra Mundial, o império francês transformou suas colônias na chamada União Francesa ou África Ocidental Francesa (AOF). Igualmente manteve sob seu domínio o Madagascar e as restantes províncias ultramarinas (Martinica, Guiana Francesa etc.). Em todos estes territórios, existia uma rede de preferências comerciais de dupla via que foram registradas e admitidas no GATT. A partir de 1957, com o motivo da criação da Comunidade Econômica Europeia, esses países passaram a ser parceiros da CEE, com o caráter de elementos de uma zona de livre comércio, fato consagrado oficialmente na Conferência de Yaundé em 1963 (CULPEPER, 2006).

PIB deve ser maior ou igual a – 5% e; o índice de receita fiscais em relação ao PIB deve ser maior ou igual a 17%.

Indicadores Primários		Indicadores Secundários	
Indicadores	Norma	Indicadores	Norma
Saldo orçamentário/PIB	> =0	Massa Salarial/Receitas Fiscais	< =35
Taxa de inflação média anual	< =3%	Inv. Pub.Fin.em Receitas Inter/Receitas fiscais	< = 20%
Div. Pub Efetiva Total/PIB	< =70%	Índice de Def.ext.cor./Don/PIB	> = - 5%
Var. dos atrasos do pag. interno	0	Taxa de pressão Fiscal	> =17%

Quadro 3- Categorias de indicadores de convergência da UEMOA

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados UEMOA (2010)

Neste sentido, AJE-GB (2007) salienta que os indicadores de convergência da União vêm demonstrando avanços nas suas diversas categorias, mas, também, apresenta alguns retrocessos. A partir de 1994, o acompanhamento dos indicadores de convergência revela melhoria na situação das finanças públicas da União. Porém, alguns critérios não estavam sendo cumpridos e rapidamente as autoridades da União tomaram medidas para sua solução. De lá pra cá, a situação vem melhorando paulatinamente.

Tabela 3- Indicadores de convergência da UEMOA-2007/2011

Indicadores	Normas	2007	2008	2009	2010	2011
Índice Saldo Orça/PIB	> =0	0,6	0,8	0,7	0,4	0,2
Taxa de inflação média anual	< =3%	2,4	7,4	1,1	1,4	3,0
Índice de Dívida Pub Efetiva Total/PIB	< =70%	49,3	44,5	44,7	43,9	40,5
Var.Atrasos do pag. Interno (bilhões de FCFA)	0	13,6	- 391,2	-244,6	- 914,4	-146,5
Massa Salarial/Receitas Fiscais	< =35%	37,1	38,3	39,1	38,3	38,3
Inv.Pub.Fin.em Receitas Inter/Receitas fiscais	> =20%	24,3	23,3	26,4	25,7	25,5
Balan da Cta Corre excluindo donativos /PIB	> = - 5%	- 7,5	- 8,3	- 5,3	- 8,8	- 6,7
Receita fiscal/PIB (em %)	> =17%	15,6	15,0	15,5	16,2	16,4

Fonte: Elaboração própria segundo os dados UEMOA (2010)

Nota: Os dados correspondentes a 2011 são estimativas

A Tabela 3 mostra a evolução dos critérios de convergência desde 2007 até 2010 e as projeções para 2011. Em relação aos indicadores primários, o índice orçamento/PIB cumpriu as normas estabelecidas em todos os anos analisados, com destaque para 2008, onde obteve o

maior desempenho. A taxa de inflação também mostrou um comportamento similar à exceção de 2008, onde a média anual de 7,4% ultrapassou a norma requerida que era de 3%. Os bons resultados que propiciaram manter a inflação baixa são motivados pela aplicação da política monetária de câmbio fixo, que permite o controle inflacionário em todo o momento.

Por outro lado, o índice da dívida pública/PIB, também cumpriu as normas. Em 2008, a relação dívida pública/PIB caiu em um 4,8 pontos percentuais, em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho também se deve ao fato de que nesse ano houve aumento do PIB, assim como uma melhora na balança comercial. Porém, em 2009, o índice teve um incremento de 0,8 ponto percentual, explicada pelas repercussões negativas da crise financeira. De certa forma, o comportamento foi bom e, em grande medida, também é devido às negociações das autoridades da União em relação ao perdão da dívida a partir da IPPAE.

Finalmente, a variação do atraso do pagamento interno revelou um grande problema em 2007, apresentando um atraso no valor de 13,6 bilhões de Francos CFA. Na verdade, foi o ano em que iniciou a crise de alimentos e as autoridades monetárias tiveram que destinar grande parte de seus efetivos para solucionar essa crise, que era prioritária, em detrimento de outras funções.

Em relação aos indicadores secundários, o índice de massa salarial e receitas públicas/PIB apresentaram desempenhos mais fracos, pois não conseguiram cumprir com as normas estabelecidas ao longo do período analisado. As despesas e salários estavam situados entre 37% a 39%, ligeiramente superiores aos 35% requeridos para a convergência da União. O indicador receitas públicas/PIB, cujas estimativas para 2011 indicam que será de 16,4%, que de cumprir, seria a melhor performance desde 2007. Ainda assim, insuficiente para uma meta de 17%. O problema está nas políticas fiscais da União, que mediante o não cumprimento de alguns Estados e também pela corrupção de algumas autoridades fiscais, não permite uma melhora nas arrecadações públicas, afetando diretamente este indicador.

Os dois indicadores restantes tiveram um bom comportamento. O investimento público interno, mesmo sem um resultado expressivo - com cifras situadas entre 24% e 27% foi regular. O balanço em conta corrente excluindo doações apresentou déficits dentro das normas estabelecidas pela União. Assim, pode-se dizer, mesmo que alguns indicadores estejam aquém das expectativas, no conjunto, o desempenho da União foi satisfatório. Porém, as melhorias devem continuar nos indicadores que ficaram longe das normas.

A Tabela 4 ilustra o balanço de pagamentos dos países da UEMOA nos últimos quatro anos e as estimativas para 2011. Nela, observa-se que tanto a balança comercial quanto a balança de serviços apresentam déficits. Os países da UEMOA importam mais do que exportam, e na maioria dos casos, suas exportações são produtos primários de escasso valor e em pequena escala, com exceção da Costa do Marfim que também exporta petróleo e gás. De fato, mesmo com melhorias, o balanço de pagamentos da UEMOA nos indica que a mesma apresenta dificuldade em relação à capacidade de gerar divisas para o financiamento das relações com o resto do mundo.

A balança de serviços apresenta sérias limitações e incorre em constantes déficits. Entre algumas justificativas, tem-se que as categorias registradas nesta conta - as receitas e despesas dos principais serviços internacionais, relacionados a viagens, transportes, seguros, renda de capital e atividades governamentais- apresentam-se muito desfavoráveis para estes países. Em relação ao turismo, que também tem uma boa contribuição para esta rubrica, são países de pouca atração ao turismo, sendo que o Mali e o Senegal são os poucos que se destacam nesse aspecto. Em alguns casos, devido à instabilidade política (Costa do Marfim ou Guiné-Bissau), muitos turistas que podiam escolher esses países como seus destinos, acabam por ir a outros lugares.

Tabela 4- Balanço de pagamentos e comércio exterior da UEMOA-2007/2011

Unidades	2007	2008	2009	2010	2011*
Importações FOB	8.191,5	9.736,3	9.078,0	9.834,0	10.730,1
Exportações FOB	7.196,7	8.312,0	8.801,1	9.146,1	10.042,28
Bal.Comercial FOB	- 994,9	- 1.424,3	- 276,9	- 687,9	- 687,3
Balança de Serviços	- 1.408,6	- 1.589,2	-1. 683,3	- 1.994,7	-2.131,1
Balança Corrente	- 1.765,6	- 2.213,3	-1.140,7	- 1.908,4	- 2.153,9
Bal. Corrente exceto donativos	- 2.073,2	- 2.588,5	- 1.721,3	- 2.375,5	- 2.507,7
Saldo Global	777,9	91,4	539,6	162,8	197,0
Taxa de cober=Exp./imp. (em %)	87,9	85,4	96,9	93,0	93,6
Balança Corrente (% do PIB)	- 6,4	- 7,1	- 3,5	- 5,5	- 5,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da UEMOA (2010)

* Estimativas

Em comparação com outras regiões, como aparece no Gráfico1, o balanço de pagamento dos países da Ásia em desenvolvimento está em melhores condições em relação à UEMOA. Entretanto, se a comparamos com a América Latina e os países desenvolvidos, pelo menos em 2008, 2009 e 2010, a UEMOA apresenta um melhor desempenho relativo.

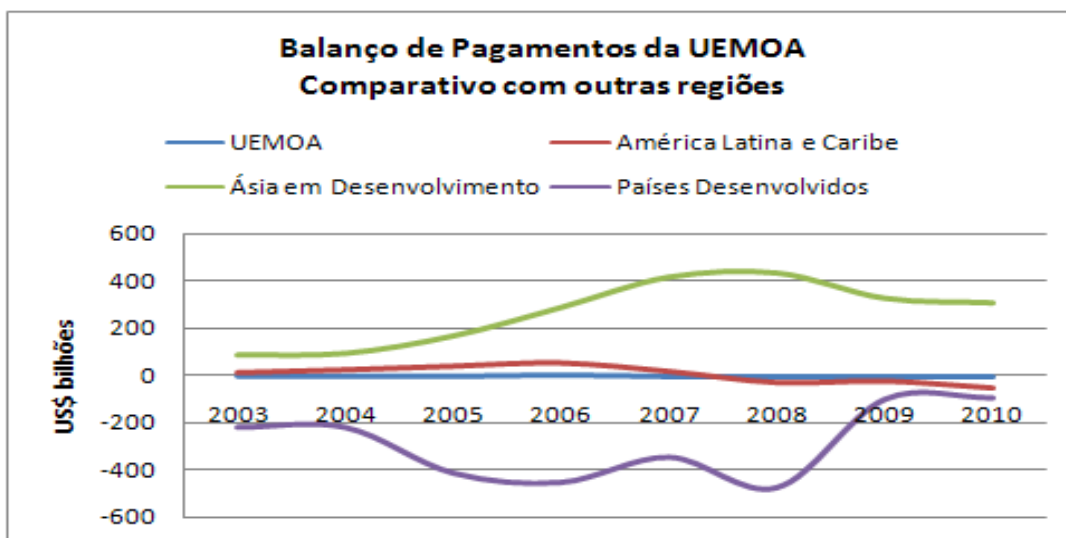


Gráfico 1- Balanco de pagamentos da UEMOA em comparação com outras regiões
 Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da perspectiva da economia mundial de FMI (2011)

A problemática da dívida continua ser um obstáculo para muitos projetos de desenvolvimento da região como se pode observar nas porcentagens que representam em relação ao PIB da região representados no Gráfico 2. Em 2008, por exemplo, 38,7% do PIB da União eram usados para resolver o problema da dívida. Como foi anteriormente analisado na Tabela 4, algumas iniciativas para a diminuição da dívida estão sendo realizadas através da IPPAE, mas, de momento ainda persistem grandes dificuldades para encontrar uma solução adequada.

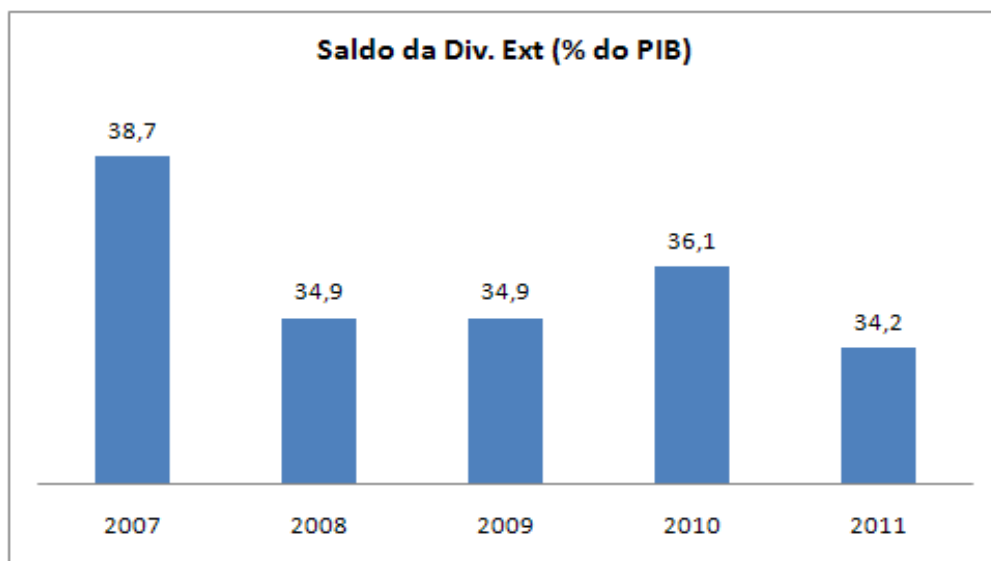


Gráfico 2- Saldo da dívida externa da UEMOA (% do PIB)
 Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da UEMOA (2010)

5.3 Trocas comerciais na UEMOA: fracasso ou estratégia?

As trocas comerciais entre os países africanos em geral, são de baixa percentagem. Desvendar os mistérios para esse fato não é uma tarefa fácil e, mais ainda, quando se trata de uma união econômica e monetária como a UEMOA. Tarefa difícil porque sendo uma união econômica e monetária, em teoria esperava-se que essa percentagem aumentasse ao longo do tempo como consequência do estímulo decorrente da redução de barreiras tarifárias e não tarifárias no interior do bloco, o que funciona como uma proteção face as importações de países não-membros (KENEN, 1969; MCKINNON, 1963).

Segundo a teoria convencional é importante olhar para os efeitos e ganhos estáticos da integração, nomeadamente a criação e desvio do comércio. A interpretação baseada na evolução temporal dos valores de comércio intra-regional, efetuado entre os países-membros da organização regional, é um importante elemento e tem sido uma referência de aferição das consequências da criação de uma zona de integração econômica (BELASSA, 1961).

Antes de entrar nas respostas concernentes a esta temática, convém esclarecer, uma vez mais, que os resultados das trocas comerciais nas estatísticas publicadas pelas instituições internacionais sobre o comércio intra-blocos africanos não leva em conta as trocas informais.

Dito em outra palavra, o comércio informal característico das economias africanas não é computado nessas estatísticas como se vai apresentar mais adiante.

Na sua resposta sobre esse tema, El Agra (1985) comenta que a criação do comércio entre países em desenvolvimento, será numa primeira fase bem menor do que o desvio de comércio em virtude das necessidades de industrialização desses países. Segundo o autor, só no longo prazo os efeitos da integração econômica entre os países em desenvolvimento podem ser realmente significativos.

Outra importante contribuição foi dada por Robson (1985), que comenta que as razões da integração econômica dos países em desenvolvimento não estão nas vantagens obtidas pelas alterações da estrutura do comércio existente. Na verdade, as mesmas estão nos efeitos que a criação de mercados regionais tem sobre esses países, seja através de maiores oportunidades de investimento que eles proporcionam, seja pela inevitável necessidade de mobilizar recursos disponíveis que, no longo prazo, a nova conjuntura implica.

Nesta formulação, o problema não reside no impacto sobre a capacidade instalada, mas sobre as estruturas potenciais que emergirão necessariamente acompanhadas das vantagens de uma racionalização renovadora. Em outras palavras, as vantagens esperadas da integração econômica regional nos países menos desenvolvidos como os países da UEMOA, diferem das teorias tradicionais.

Desta maneira, além das explicações já referidas, na análise da escassa percentagem das trocas comerciais na UEMOA, três fatores interessantes devem ser analisados: o grau de desenvolvimento destes países, o tamanho dos respectivos parques industriais e infraestruturas e o nível tecnológico. Quanto ao primeiro ponto, são países subdesenvolvidos com notórias carências em vários setores da economia, com ligeiros destaques para Costa do Marfim e Senegal.

No segundo ponto, fundamental para as trocas comerciais, a analogia é a mesma. Os parques industriais dos respectivos países não aportam nenhum valor agregado, e as indústrias de peso ou as grandes manufaturas são praticamente inexistentes. Paralelamente, existe falta de infra-estrutura adequada de transporte e comunicações assim como falta de mão-de-obra qualificada.

Neste sentido, novos acordos entre a UEMOA e a China foram rubricados nos últimos anos com vista ao apoio da construção de infraestruturas. Assim, o gigante asiático começou a

construção de importantes infraestruturas na região, sobretudo as estradas, as principais vias para transporte de produtos, portos, centros comerciais e alguns recintos esportivos¹⁰¹ (UEMOA, 2006).

O terceiro ponto segue a mesma linha dos outros dois. Evidentemente, para qualquer progresso da integração, se necessita recursos financeiros, humanos e tecnológicos dos que a maioria dos países da região dispõe em menor volume. Este último ponto chama a atenção, pelo fato da tecnologia ter um papel fundamental no atual processo de globalização. Nos últimos anos, existe uma forte dinâmica tecnológica sendo implementada pela UEMOA, que vem resolvendo, na medida do possível, as carências neste aspecto.

Também constitui entraves ao comércio intra-regional da UEMOA, o fato da grande semelhança nas estruturas de exportação de seus países, as quais exibem marcadas diferenças nos níveis de renda, industrialização e de infraestrutura. Assim, a demanda de produtos de alto valor tecnológico exige obrigatoriamente importar de outros países, que normalmente estão situados fora da África. Como são países que produzem os mesmo produtos, em última instância é preferível comercializar com um terceiro que não tem esse produto, em vez de fazê-lo com o vizinho. Esse é o principal motivo, pela qual estes países ainda mantêm fortes vínculos comerciais com as ex-metrópoles e as grandes potências como os Estados Unidos, a China e a própria União Européia. Essas causas, também são responsáveis pela baixa percentagem, de comércio intra-bloco.

Neste nível de generalidade, Robson (1985) reafirma que os prós e contras da integração dos países africanos dependem da importância prática de fatores como o relevo que é dado à industrialização no desenvolvimento econômico; as possibilidades de exportar produtos manufaturados para o mercado mundial; a dimensão das economias de escala nas futuras regiões integradas; as diferenças nos custos de produção industrial entre vários países-membros do agrupamento; a localização dos mercados nos países membros; e os custos de transporte no interior da região.

Em outro ângulo de raciocínio, Ocampo (2006) e Culpeper (2006) entendem que a existência de países consolidados economicamente é fundamental para o maior

¹⁰¹ Mesmo que alguns consideram que a presença chinesa na área pode representar uma nova colonização. Mas, pelo menos, está realizando uma cooperação horizontal e não uma cooperação vertical e desigual como a que mantiveram os europeus durante muitas décadas. Para mais informações ver: BRAUTIGAN, Deborah. **The Dragons's Gift**. The real story of China in Africa. New York: Oxford University Press, 2009.

desenvolvimento da integração, porque independentemente de contribuírem para uma situação patrimonial líquida sólida, dão maior confiança aos investidores estrangeiros.

Tabela 5- Comércio intra-regional por blocos-1980/2005 (% sobre o comércio total)

Regiões	1980	1985	1990	1995	2000	2005
ASEAN (10)	17,9	20,3	18,8	24,0	24,7	24,7
ASEAN +3	30,2	30,2	29,4	37,6	37,3	39,2
EU	61,3	59,8	67,0	67,4	66,8	66,2
NAFTA	33,8	38,7	37,9	43,1	48,8	45,0
UEMOA	5,0	5,0	8,0	9,3	11,2	12

Fonte: Elaboração própria segundo Carneiro (2008) e UEMOA (2010)

Como é fácil visualizar, apesar das enormes distâncias, na UEMOA, não existem países consolidados economicamente dessa envergadura. O de maior peso, a Costa do Marfim, vem submergindo numa guerra civil sem fim desde 2002, cujas conseqüências atrasam a integração e o desenvolvimento regional. Com esta panorâmica adversa, pelo menos no curto prazo, a percentagem das trocas comerciais intra-bloco da UEMOA vai continuar baixa.

A Tabela 5 apresenta o comércio intra-regional entre as distintas regiões do mundo. A simples vista, os 14% das trocas comerciais entre os países da UEMOA em 2005, parecem insignificantes, se os compararmos com os 66,2% da União Europeia. Porém, se analisarmos a progressão dos mesmos, vê-se que, de 1980 a 2005, a UEMOA teve um incremento de 9 pontos percentuais, só superado pelo NAFTA que apresentou um incremento de 11,2 pontos percentuais.

Em relação aos vizinhos africanos, a Tabela 6 fornece informações relativas à comparação da UEMOA com os outros blocos regionais africanos. Um simples olhar nos deixa claro que a UEMOA tem uma ligeira vantagem sobre o resto, com exceção da SADC que também se fortaleceu com a entrada da África do Sul. Os outros blocos econômicos africanos apresentam resultados mais fracos do que a UEMOA. Entretanto, se partimos que em 1970, a cifra de trocas comerciais entre os países africanos era apenas 2% (BANCO MUNDIAL, 2007), os valores atuais que apresentam essas formações podem ser considerados satisfatórios.

Tabela 6- Comércio intra-regional na África- 2002/2008 (% das exportações totais)

Blocos/Ano	2002	2004	2005	2006	2007	2008
CEDEAO	11,1%	11,7	11,9%	10,4%	10,8%	12%
UEMOA	12,6%	12%	12%	12,2%	12,4%	14%
CEEAC	1,3%	n.d	n.d	1,4%	n.d	n.d
CEMAC	1,3%	n.d	2,0%	4%	n.d	n.d
SADC	12,6%	11%	12%	12,2%	n.d	14%

Fonte: Elaboração própria segundo os dados de CEDEAO (2009) e UEMOA (2010)

Nota: CEMAC- Comunidade Econômica e Monetária da África Austral, COMESA – Mercado comum da África Orienta e Austral, CEEAC- Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central, SADC- Comunidade do Desenvolvimento da África Austral.

5.3.1 Comércio informal: uma realidade cultural nos países da UEMOA

As economias da UEMOA apresentam características comuns aos exportadores primários e essas características fazem com que esses países apresentem significativas vulnerabilidades externas. São economias fortemente desindustrializadas onde existe uma excessiva concentração dos produtos primários na sua pauta exportadora: cacau, café, algodão, castanha de caju, arroz, milho, amendoim, feijão etc. Paralelamente, apresentam carências de infraestruturas e, grande parte de sua população (mais de 70%) vive nas zonas rurais (UEMOA, 2010).

Devido ao fraco tecido industrial, grande parte da atividade econômica interna destes países está concentrada na intermediação comercial informal, que se apresenta muito mais dinâmica que a intermediação formal (AJE-GB, 1997). É nesta ótica que o comércio informal, dominado pelos vendedores ambulantes se apresenta como fundamental para o sustento familiar da população rural.

O mercado informal é composto por pequenos vendedores que se dedicam a comercializar produtos como cigarros, roupas, hortaliças, frutas, produtos do mar, eletrônicos, etc. Devido às suas realidades não têm como prioridades a compra de frigoríficos, porque conservam seus produtos ao ar livre, ao sol e às vezes com fumo (no caso da conservação de peixes). Não precisam têm tanta necessidade de comprar fogão elétrico porque cozinham à lenha, ou durante a noite usam velas em vez de luz elétricas. Suas casas são construídas à base de terra, e têm pouco interesse em comprar cimento ou tijolos para suas construções, muito menos importar produtos. Da mesma forma, preferem usar óleo de palma ou azeite de dendê em detrimento do óleo industrializado e seus derivados.

Ademais, nos mercados formais existem dados que indicam, por exemplo, que a Guiné-Bissau vendeu uma determinada quantidade de toneladas de óleo de palma para o Mali. No caso das trocas comerciais informais, que são as que mais prevalecem na UEMOA, na ausência de mecanismos adequados, seu controle é muito difícil. Supostamente estas operações deveriam ser controladas pelas autoridades aduaneiras mediante as legislações existentes. Porém, não acontece assim, e dois fatores explicam esse caso.

O primeiro fator está relacionado com a corrupção nas aduanas, que paulatinamente foi-se transformando numa questão legal, ou seja, a corrupção é praticamente institucionalizada nas fronteiras. O segundo refere-se à própria integração econômica e monetária que permite a livre circulação de bens, de serviços, de capitais e de pessoas sem quaisquer entraves. Assim, a população local aproveita esta situação para ultrapassar as fronteiras com suas mercadorias sem um controle adequado.

Um hipotético exemplo pode esclarecer um pouco esta questão. Suponhamos que um comerciante senegalês queira comprar duas toneladas de castanha de caju para usar nos seus negócios. Como é sabido que na Guiné-Bissau existem muitos provedores desse produto, o comerciante senegalês entra em contato com um provedor guineense e os dois estipulam todas as condições da operação- normalmente são relações baseadas na confiança e na palavra.

A seguir, o provedor da Guiné-Bissau embarca o produto no contêiner, e a como corrupção é institucionalizada, chega à aduana, paga uma quantidade insignificante ao pessoal do serviço (que vive deste tipo de relação), e obtém a luz verde para seguir sua viagem até o destino. Operações como estas constituem trocas comerciais entre países, mas, não consomem ser registradas nos dados dos organismos internacionais nem mesmo dos respectivos países. Em outras palavras, o que o ocidente considera informal, para a região em análise é formal, porque desde séculos que o comércio vem sendo gerido dessa forma. A informalidade faz parte da cultura local e alguns são céticos em aceitar ou adquirir os hábitos e costumes ocidentais com os quais o comércio formal está relacionado.

O que se está sendo feito para fortalecer o comércio intra-regional?

Sobre esse tema, um estudo exaustivo e de muitos anos de pesquisa financiado por ENDA DIAPOL e a Secretaria do grupo de Sahel e da África Ocidental sob a direção Nacional das Fronteiras do Mali (DNF), permitiu observar os resultados da convergência e relacionar as perspectivas comuns sobre a ação baseada na hipótese central segundo a qual a

maior articulação entre as dinâmicas locais e os processos institucionais contribuíram fortemente no reforço da integração regional. Para chegar a essas conclusões, o trabalho fez três estudos de caso.

O primeiro caso foi estudado por Dahou, Dahou e Gueye (2007) e intitulado “Espaços fronteiriços e integração regional: o caso de (SKBo)”. É um estudo de caso realizado em 2002 explicando as questões sobre o triângulo fronteiriço traçado para as vilas de Sikasso (Mali), Korhogo (Costa de Marfim) e Bobo-Dioulasso (Burkina Faso). O segundo estudo foi realizado por Abdoul, Dahou e Hazard (2007) intitulado “Dinâmicas de um espaço de integração entre três Estados (Gâmbia, Guiné-Bissau e Senegal)”. Este estudo de caso foi realizado em 2003, sobre as relações além das fronteiras na região da Senegâmbia meridional. A terceira pesquisa foi realizada por Abdoul, Dahou e Trémolières (2007) intitulada “Corredor de desenvolvimento?” Essa pesquisa decorreu em 2004 entre as regiões de Maradi (Níger), Katsina e Kano (ambas na Nigéria) buscando o entendimento do eixo transfronteiriço entre estes dois países (ABDOUL; DAHOU; HAZARD, 2007; DAHOU; DAHOU; GUEYE, 2007).

Em síntese, esses estudos preliminares chegaram a algumas conclusões interessantes em relação às regiões pesquisadas. Em primeiro lugar, são espaços territoriais solidários, interconectando as fronteiras nacionais com base nos hábitos e costumes locais. Assim, a evolução destes territórios está relacionada a vários tipos de histórias, sobretudo a história pré-colonial, colonial e a construção do Estado depois das independências, assim como a construção da identidade e da singularidade que sustentam a relativa homogeneidade de seus povos.

Neste sentido, as interconexões entre esses países em relação a normas locais, nacionais, sub-regionais e costumeiras são as origens das boas relações comerciais que existem nesse tipo de troca. E, como acontece no contexto africano, resulta difícil relacionar nesses espaços uma etnia a um Estado específico, porque os povos são ligados pelas antigas alianças situadas entre um ou outro lado da fronteira¹⁰².

¹⁰² Ou seja, a fronteira existe para o Estado, mas não para os povos, porque mesmo estando no outro lado da fronteira, se sentem em casa. Até porque têm as mesmas etnias, as mesmas tradições e as mesmas línguas.

Produtos agrícolas	Produtos alimentícios Silvestres	Produtos hortícolas	Animais trocados
Mandioca	Pão de macaco	Manga	Bovinos
Amendoim	Neteto	Banana	Ovinos
Caupi	Tamarindo	Abacate	Caprinos
Batatas	Mel	Laranja	Camelos
Pinkins	Óleo de palma	Nozes de coco	Burros
Limão	Cola		Éguas
Sorgo	Néré		
Café verde			
Pimentão vermelho			
Gengibre			
Arroz			
Milho			
Feijão			

Quadro 4- Principais produtos trocados nas feiras regionais (mercado informal)

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de Dahou, Guey (2007) e Abdoul, Dahou e Trémolières (2007).

O Quadro 4 apresenta os produtos que são trocados nas feiras dos mercados desta região africana. Observa-se que são produtos consumidos, na maior parte das vezes, pela população desta região e que talvez, alguns sejam desconhecidos por pessoas fora da África. O consumo de alguns desses produtos ou alimentos deles originados (peixe defumado, comidas preparadas com produtos silvestres e marinos, pão de macaco, neteto) é sinônimo da fidelidade à cultura local e tem muita aceitação por parte dos anciãos das aldeias. Em efeito, essas trocas informais, que funcionam regularmente, não são consideradas como trocas comerciais nas estatísticas internacionais, por carecer de legislações como já foi dito anteriormente.

5.4 A UEMOA na Globalização: posição desigual e entraves ao desenvolvimento

Os países da UEMOA estão vinculados a um mundo de profundas modificações que costuma ser chamada “globalização”, uma etapa mais avançada do processo da divisão internacional de trabalho. Este processo se expressa na expansão do comércio, nas corporações transnacionais, nas transações financeiras, na revolução extraordinária da

informação e comunicação. Neste contexto, a UEMOA, tem que enfrentar um mundo virtual, praticamente sem fronteiras num cenário construído com base nos interesses dos países poderosos com capacidades de estabelecer as regras do jogo.

As regras comerciais controladas pela OMC, as financeiras pelo FMI, assim como os critérios de propriedade intelectual, os regimes de patentes e demais, são todas construções de normas que respondem essencialmente aos interesses dos países centrais. Neste contexto, a globalização reflete as transformações reais no mundo da produção, dos investimentos, mas, sobretudo de um poder de influência dos países centrais (TRAORÉ, 2008; TOURE, 2004). Trata-se de um mundo de parceiros desiguais, onde os mais poderosos fixam as regras do jogo e possuem meios para fazê-lo cumprir, ao tempo que os mais fracos devem se submeter a estas regras (NAYYAR, 2000; ROMERO, 2002).

Em vez de representar um processo de homogeneização dos fatores, a globalização se apresenta como um processo de conformação das grandes empresas transnacionais que aprofundam cada vez mais as desigualdades entre um punhado de superpotências tecnologicamente mais desenvolvido e o resto do mundo em desenvolvimento. Visentini (2002) sustenta que este processo além de ter fortalecido a posição estratégica dos principais países desenvolvidos no contexto da competição internacional, serviu também à estratégia das multinacionais que necessitavam de um espaço de atuação mais amplo, amparado por legislações comuns que protegessem seus investimentos.

Ora, quando se fala da marginalização da África no comércio internacional, na verdade, isso se refere ao tratamento desigual que esse continente recebe no comércio mundial. Na verdade, o IED está diminuindo na África, senão vejamos alguns dados interessantes. Se na década de 1960 cerca de 5% dos IED do planeta se dirigia para África, na década de 1990 houve um recuo para 2,2 % (MOSHA, 1991). Por outro lado, se em 1980, a África recebia 19,3% de IED destinados ao conjunto dos países em desenvolvimento, em 1989, essa percentagem atingia apenas 12,9%.

Em 1995, os países da Africa Subsaariana receberam apenas 3% dos IED do total dos países em desenvolvimento, enquanto que a Ásia Oriental e Pacífico receberam 59% e America Latina e Caribe atraíram 20% desse fluxo. Ademais, os fluxos de IED para África, se dirigem acentuadamente para as indústrias de mineração - especialmente petróleo-, ou seja, se concentram majoritariamente nos países produtores de petróleo (JAUARÁ, 2004).

Tabela 7- Fluxos financeiros privados por regiões- 2000/2010 (bilhões de dólares)

	2000-02	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
África Subsaariana									
Flux. fin. priv. Líq.	3,4	3,7	13,7	20,9	13,3	28,1	24,5	24,4	21,7
Entradas	-7,3	-10,1	-10,4	-17,5	-32,7	-28,2	-18,9	-12,3	-20,4
Saídas	10,9	13,8	24,2	38,5	45,7	56,2	43,2	36,5	41,7
Ásia em desenv.									
Flux. fin. priv. Líq.	25,4	81,7	144,0	90,0	50,2	190,0	49,4	162,6	280,7
Entradas	-34,8	-23,5	-53,2	-114,5	-226,3	-245,9	-167,0	-82,8	-112,9
Saídas	59,8	104,8	197,0	204,5	275,5	435,7	215,5	245,6	394,1
América Latina e C.									
Flux. fin. priv. Líq.	38,8	17,0	16,7	46,8	39,5	110,0	66,3	33,1	104,3
Entradas	-30,8	-33,6	-45,5	-49,8	-90,6	-114,1	-73,3	-92,7	-161,7
Saídas	69,3	49,4	61,8	95,9	129,9	223,9	11,3	126,4	265,5
OrienteMédio/Magreb									
Flux. fin. priv. Líq.	-7,5	11,0	-3,6	2,5	-19,7	54,0	33,0	49,5	11,6
Entradas	-12,5	-22,5	-71,3	-93,6	-237,6	-356,0	-20,9	24,7	-39,2
Saídas	5,2	33,5	67,7	96,1	96,1	410,0	53,9	24,7	50,8

Fonte: Dados de indicadores de desenvolvimento mundial de Banco Mundial (2010)

* Projeções.

A posição que ocupam os países africanos na globalização é de extrema marginalização¹⁰³. Não se trata de colocar em dúvida, o grau benéfico de participar no comércio global para o desenvolvimento dos países. A questão é que a participação da África Subsaariana no atual comércio mundial esta diminuindo. Na atualidade é de apenas 2% contra, por exemplo, os 4% que detinha em 1970, uma participação ínfima em comparação com regiões (FERNANDES, 2010; CARNEIRO, 2008).

Na análise da Tabela 7, vê-se que os fluxos financeiros da África Subsaariana, por exemplo, em 2003, eram de 3,7 bilhões de dólares contra 81,7 bilhões de dólares da Ásia em desenvolvimento e 69,3 bilhões de dólares para América Latina e Caribe. Em 2010, os fluxos financeiros para África Subsaariana eram de 21,7 bilhões de dólares contra 280,7 bilhões de dólares para Ásia em desenvolvimento e 104,3 bilhões de dólares para América Latina e

¹⁰³ As críticas às integrações africanas aqui referidas estão relacionadas não somente os autores que alegam que a África é um continente perdido, terra sem esperança como foi comentado por M'bow (2010) ou a autores como Hufbauer e Kotschwa (1998a) que comentam que a maior parte dos agrupamentos regionais na África estão mortos. Igualmente, se refere a imagem que o ocidente tem sobre a África. Nos meios de comunicação internacional, os assuntos ou notícias apresentadas sobre África são na sua maioria informações negativas (guerras, pobreza, miséria). Esta questão induz a pensar que tudo o que acontece no continente africano é ruim. Tratando-se desse ponto, Vizentini (1998) alega que o conhecimento da realidade africana constitui uma grande lacuna na sociedade brasileira, e diríamos também em toda sociedade ocidental.

Caribe. Estas cifras nos dão uma boa medida da posição africana na globalização. Sua parcela de exportação de produtos agrícolas está em constante declínio e a de manufaturas praticamente não se alterou desde 1970, ao passo que a parcela das exportações de têxteis e vestuários permanece estagnada (FERNANDES, 2011; ROMERO, 2002).

Na verdade muitos são os empecilhos que estes países sofrem na globalização. Entre eles, se destacam as cobranças mais altas das taxas de juro motivadas pelo fato de apresentarem maior classificação de risco pelas agências internacionais. Também existe uma maior exigência na qualidade dos produtos de exportação, sobretudo os alimentícios, com a justificativa de que não cumprem os requisitos necessários. Da mesma forma, algumas notícias relacionadas com esta região são quase sempre negativas e acompanhadas de imagens desagradáveis, apagando alguns logros que se vêm realizando, como é o caso da própria UEMOA.

Na prática, há outra forma de observar essa realidade, que está relacionada ao fato de que os países da UEMOA aproveitaram a experiência da globalização para encontrar na união econômica e monetária a alternativa viável de reverter sua desigual posição na economia globalizada. A união dos seus Estados apresenta-se como uma estratégia necessária para superar essas barreiras e tentar canalizar da melhor maneira seus recursos, com o objetivo de levar adiante o bem-estar de suas populações. Entretanto, é preciso uma parceria com os países desenvolvidos e emergentes, mas, que seja uma parceria que beneficie ambas as partes e não uma parte como vem acontecendo ao longo dos últimos tempos (FERNANDES, 2010).

Outro instrumento utilizado pela globalização e que contribui para o empobrecimento e endividamento externo, onde se encontram submergidos a maioria dos países africanos, é o FMI. A dívida externa tem-se convertido num mecanismo de drenagem de importantes recursos financeiros dos países da África para o mundo desenvolvido, reduzindo desta forma a capacidade do investimento tanto em infraestruturas como em projetos de interesse social (BADI, 2003; ROMERO, 2002; UNECA, 2006).

Com esse cenário adverso, e ademais, sabendo que seus países ainda não têm conhecimento, capacidade própria e força necessária, nem sequer infraestrutura para competir com os países emergentes ou desenvolvidos, a UEMOA tem que seguir buscando alternativas.

Neste sentido, uma dessas alternativas é construir políticas que se ajustem as exigências internacionais, parecem às medidas condenadas a serem seguidas pela UEMOA,

até o momento que se possa reverter a situação. Essa idéia justifica-se partindo da base de que a UEMOA não pode competir de igual com o resto das regiões. Assim, é preciso buscar nichos dentro da globalização, que lhe permita acomodar, na medida do possível, a construção de projetos de desenvolvimento.

5.5 Entraves ao processo de integração na África Ocidental: UEMOA

No seu relatório sobre a avaliação dos processos de integração na África, a Unctad (2009) comenta que devido à herança colonial, os países da região apresentam fraca infraestrutura material, marcos normativo e regulatório deficitário, assim como ausência de transparência e previsibilidade no comércio e gestão empresarial. Na verdade, as dificuldades com as quais depararam a integração regional e o desenvolvimento econômico africano desde o momento das independências nacionais são tanto endógenas quanto exógenas (UNCTAD, 2009; LECHINI, 2001; BADI, 2002).

As questões internas estão relacionadas às fragilidades dos Estados e a ausência de vontade política, por parte de alguns dirigentes africanos devido ao antagonismo ideológico sobre a forma construir as políticas regionais de desenvolvimento, e por tanto, da política da integração. A isso se une as instabilidades políticas¹⁰⁴, os conflitos entre nações e as grandes desigualdades entre estes países (BADI, 2001).

Ainda no âmbito interno, há que se lembrar a atuação de alguns governos e seus líderes em dilapidar a riqueza da população e implantar uma cultura de corrupção que estimula o enriquecimento da elite governamental e seus colaboradores (UKEJE, 2005), tendo em conta que seus presidentes eram (e, ainda são) na sua maioria *militares* que permanecem no poder durante várias décadas. Nessa linha, igualmente não é bom esquecer que eram necessários importantes recursos financeiros para a transformação da economia africana, corrigir os laços estruturais de dependência estabelecida com as antigas metrópoles e reformar os sistemas produtivos existentes.

¹⁰⁴ Conflito civil sem fim na Costa do Marfim, o principal país em termos de peso econômico da UEMOA, a problemática dos Rebeldes de Casamance que atuam no sul do Senegal, assim como a constante instabilidade política na Guiné-Bissau.

Os problemas externos têm a ver com o rechaço das instituições de *Bretton Woods* de todas as iniciativas endógenas africanas que nas décadas de 1980 e 1990 se pretendia desenhar planos ambiciosos de recuperação econômica e desenvolvimento social em todo o continente¹⁰⁵.

Para inviabilizar o ambicioso desenho desenvolvimentista africano, o Banco Mundial e FMI publicaram o Informe Berg, em 1981, que não deixava nenhum espaço para as opções regionais defendidas no Plano de Ação de Lagos. Essa questão acarretou crises econômicas e aumento das dívidas internas e externas, que junto às barreiras comerciais que enfrentaram face aos países mais desenvolvidos e, sobretudo sua marginalização na economia mundial, o clima para integração era inviável (COLLIER; GUNNING, 1999).

Desta forma, quando se trata de avaliar os resultados da integração africana tanto no passado como na atualidade, não se devem omitir esses detalhes. Na verdade, seria ilógico comparar seus resultados com os de outras regiões em desenvolvimento e muito menos, com a União Europeia. Antes, é preciso definir sem preconceito, sem parcialidade essa questão, ainda mais, se temos em conta que são países que herdaram como legado colonial, estradas intransponíveis, portos em colapso, aeroportos deteriorados, saúde, saneamento e educação insuficiente. Nos estudos de vários autores africanos (TRAORÉ, 2008; TOURE, 2004; BADI, 2008), as reflexões sobre os resultados do processo da integração nesta região necessitam ser analisadas e questionadas à luz das particularidades próprias e adotadas a partir da sua realidade.

No entanto, estes fatores por si só, não são suficientes para justificar o não progresso dos processos integracionistas pelo menos nos primeiros momentos. Outras questões têm que ser analisadas e adicionadas e, entre elas se destacam as medidas aplicadas sem rigor científico, motivadas em parte pela carência de conhecimentos assim como as implementações e os arranjos defeituosos das políticas econômicas.

Por outro lado, a UNECA (2006) elenca os seguintes elementos como inibidores da integração africana: a pobreza e as limitadas capacidades e um financiamento insuficiente; adesão a múltiplos blocos regionais e o solapamento dos mandatos; economias pouco

¹⁰⁵ Entre 1980 e 1990 a OUA através de suas várias divisões, elaborou planos importantes como o Plano de Ação de Lagos (PAL, 1980); o Programa Prioritário para a Recuperação Econômica da África (PPREA, 1986-1990) que se transformaria no Programa das Nações Unidas para a Recuperação Econômica e Desenvolvimento da África (TORRES, 1986).

complementares, apesar da redução dos conflitos e aumento do crescimento econômico; poucos centros de coordenação, tendo em conta que os países com capacidade de liderança, não estão dispostos a financiar os custos da integração; antagonismo de liderança entre os países mais poderosos em vários setores: Nigéria *versus* Costa do Marfim, na CEDEAO; ausência de grupos de interesses nacional, isto é, empresas com interesses regionais, sociedade civil pouco interessada na integração.

Ainda com relação a essa questão, Mshomba (2000) e Ninalowo (2003) consideram que alguns dos obstáculos da integração africana estão no fato de apresentar uma elevada dependência face aos países doadores, assim como o domínio de países estrangeiros em termos de permissão de acesso aos mercados e as constantes instabilidades políticas. Ademais, os mesmos autores destacam a ausência da vontade política para estabelecer instituições regionais críveis, e a participação simultânea em várias organizações regionais e apropriação diferenciada dos benefícios por parte de diversos países.

Segundo a conclusão final da Conferência dos Ministros Africanos de Integração, realizada em Ouagadougou (Burkina Faso), em 2006, a adesão de um país a vários blocos regionais levou, na maior parte, à desintegração das economias desses países. Corroborando este fato, no estudo feito pela UNECA em relação ao progresso realizado pelas comunidades econômicas regionais em termos de integração¹⁰⁶, as dificuldades encontradas estão relacionadas com a semelhança dos objetivos, a reprodução das mesmas políticas de integração e a participação dos países africanos a varias organizações. Também a ausência de harmonização das iniciativas, as divergências de ideologias e a incapacidade de cumprir os compromissos financeiros foram destacadas (UNECA, 2006).

5.6 Desafios da integração na UEMOA

Após a publicação da Carta do Atlântico, em 1941, os países africanos reclamaram a aplicação do seu conteúdo para África, com o objetivo de usufrir os mesmos direitos que os outros países. Algo semelhante deve ser exigido na atual globalização, sobretudo, a extinção das barreiras impostas aos produtos africanos nos mercados internacionais, as altas taxas

¹⁰⁶ Este estudo foi baseado nas consultas que se iniciaram em Acra no ano 2005 para África do Norte, Central e Ocidental, em Lusaka para África Austral e Oriental (UNECA, 2006).

cobradas aos seus países, assim como melhorar seu poder de negociação nos acordos internacionais, especificamente com a União Europeia e com os Estados Unidos.

Mesmo depois de completada a transição democrática nos países africanos, resta ainda, muitas tarefas a serem cumpridas, condições a serem estabelecidas e atitudes e hábitos a serem cultivados, antes que a democracia possa ser considerada como consolidada (JAUARÁ, 2004).

A evolução do comércio inter-regional local dependerá no futuro previsível, de melhorias no processo interno e externo, tendo em conta que estas economias estão sujeitas aos mesmos fatores que influem na economia mundial. Isto é, os países da UEMOA estão sujeitos a enfrentar os problemas que os países de outras regiões enfrentam. E, como ainda estamos na crise econômica mundial, ao reduzir os mercados internacionais de destinos dos produtos ocidente-africanos, os ingressos desta região por conceito de exportações vai diminuir.

O ponto forte da UEMOA é o fato de criar uma confiança mútua entre os agentes econômicos da região e os investidores do resto do mundo, baseados na credibilidade do Franco CFA. Os líderes, sociedade civil e toda a comunidade ocidente-africana têm de ser incentivadas a ter desempenhos sérios com vista a tirar proveito de suas convicções e conhecimentos. Ao mesmo tempo, devem ser destacadas as vantagens de uma união monetária de forma coordenada e clara, com o objetivo de aproveitar os escassos meios e capacidades existentes.

Além disso, mesmo que a obrigatoriedade da Conta de Operações engendre certas inconveniências, compete às autoridades da UEMOA acabar com essa incerteza. No momento que se debate, se já é hora ou não de diminuir a percentagem que é depositada pelo BCEAO no Tesouro Francês, ou seja, os 65% dos ativos exteriores para garantir a conversibilidade.

Por fim, mesmo que ainda persistam as discordâncias entre os países francófonos e anglófonos, deve-se apoiar o pronto funcionamento da segunda zona monetária da região formadas pelos outros países da África Ocidental, com o objetivo de fusionar essas duas instituições numa área monetária única da África Ocidental num futuro próximo.

Tudo isso, seria em benefício de aproveitar um mercado tão amplo e interessante como Nigéria e Gana, assim como evitaria a participação a vários blocos econômicos (UEMOA, WAMZ, CEDEAO), que em algumas vezes seus objetivos entram em contradição, o que não

é viável para os avanços da integração. Paralelamente, a UEMOA deve lutar contra a corrupção, seguir melhorando as infraestruturas, o saneamento básico e a saúde. Continuar as reformas na educação que constitui sem sombra da dúvida, a fonte importante de geração de intelectuais.

A região precisa criar redes de pesquisa conjunta entre os distintos centros de formação superior, com o objetivo de trocar as informações de forma a permitir uma melhor eficácia na solução de problemas conjuntos. Igualmente, a união deve promover uma rede de mobilidade estudantil, de tal forma que os jovens dos distintos países, comecem a adaptarem-se às culturas e realidades dos outros países. Da mesma forma, se recomenda ter maior rigor no cumprimento das leis, nos estabelecimentos de acordos e protocolos etc; um melhor controlos sobre as demais instituições que fazem parte da sua estrutura administrativa, assim como desenvolver políticas de sensibilização democrática, cultural e partidária.

5.7 Considerações finais

Conscientes do desafio da globalização, os líderes da região têm expressado constantemente o desejo de reforçar a integração regional, através de criação de um mercado comum de bens, serviços, capitais e mão-de-obra e a correspondente harmonização normativa, na medida em que promove a diversificação econômica, mudanças estruturais e um melhor desenvolvimento tecnológico. Também, a integração visa a potenciar as capacidades produtivas, economias de escala, melhorar a competitividade e ser o eixo condutor para sua melhor posição na economia mundial (UNCTAD, 2009).

O nascimento da UEMOA foi uma manifestação de seus dirigentes de estabelecer uma integração econômica e monetária delegando as soberanias dos Estados nacionais a uma entidade supranacional. Portanto, seu processo seguiu uma seqüência lógica, uma vez que o mesmo começou em 1973, quando os países da AOF decidiram formar uma união monetária, aproveitando das vantagens que já ostentavam de usar a mesma moeda desde a administração francesa.

Desde final da década de 1980, quando a situação de alguns países começou a deteriorar devido ao PAE imposta pelo FMI e Banco Mundial, os dirigentes da região começaram a idealizar uma união monetária em toda a África Ocidental. A ideia inicial era

projetar a adesão do resto dos países da África Ocidental na UMOA (CEDEAO, 2011; UEMOA, 20011). Mas, o sonho foi desbaratado, pela rivalidade entre as colônias francesas e britânicas, em especial, entre a Nigéria, de um lado, e a Costa do Marfim e o Senegal, do outro.

Na década de 1990, graças à vontade conjunta das autoridades políticas e monetárias da união, começou-se a debater a necessidade de reestruturar a união monetária, com políticas macroeconômicas convergidas de forma a enfrentar com maior solidez a globalização que vinha dando passos vertiginosos com as novas tecnologias de informação e comunicação. O Tratado da UEMOA consagra o princípio para os Estados-membros de uma transferência explícita de soberania, em proveito de instituições comuns supranacionais.

Desde sua criação, a UEMOA vem desempenhando um importante papel de conduzir seus países na trilha do desenvolvimento, usando suas principais armas: o banco central (BCEAO) e o Banco de Desenvolvimento (BOAD).

Os obstáculos com os quais se deparam as integrações africanas de forma geral são de natureza interna e externa. No nível interno, destacam-se às fragilidades dos Estados; as instabilidades políticas e os conflitos além das fronteiras; a corrupção dentro da elite local. As dificuldades externas se relacionam com as crises econômicas e o aumento das dívidas interna e externa, as às barreiras comerciais que enfrentam face aos países mais desenvolvidos e, sobretudo sua marginalização na economia mundial.

A partir disto, a UEMOA tem que afrontar alguns desafios nos próximos anos, e entre os principais e urgentes estão, a melhora do poder de negociação nos acordos internacionais, especificamente com a União Europeia e com os Estados Unidos; acelerar o processo democrático, e lutar contra a corrupção.

Neste sentido, analisando profundamente os argumentos da TAMO, chega-se a conclusão de que os países da UEMOA, na sua maioria pequena (tanto no tamanho de seus mercados como na extensão territorial), têm incentivos muito fortes para unir seus esforços numa união econômica e monetária, com uma moeda fixa, sendo que na maioria do caso, suas estruturas de produção são semelhantes.

6. RELAÇÃO ENTRE A INTEGRAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO NA UEMOA

6.1 Considerações iniciais

Este capítulo tem como objetivo demonstrar como a UEMOA está encaminhando seus países para a rota do desenvolvimento. De partida é sabido que a credibilidade e o grau do desenvolvimento do sistema financeiro jogam um papel fundamental no desenvolvimento dos países. Os intermediários financeiros bancários ou não bancários servem de canalizadores de recursos dos agentes superavitários para os agentes deficitários.

Um dos grandes problemas com que se deparam os países africanos na tentativa de harmonização dos indicadores macroeconômicos é a incerteza cambial. Neste sentido, os países da UEMOA, cujas políticas monetárias seguem o regime de câmbio fixo, apresentam problemas menos graves neste aspecto, porque a inflação da União está sistematicamente controlada. Ademais, suas políticas macroeconômicas convergentes, aspecto que, pelo menos nessa faceta, reduz algumas das dificuldades enfrentadas pela região.

O capítulo está dividido cinco sessões. A primeira traz uma apresentação do Sistema Financeiro da UEMOA (SFU) e sua evolução ao longo do tempo, caracterizando os intermediários financeiros que atuam nele com destaque para o Banco Central (BCEAO) e o banco de desenvolvimento (BOAD). A segunda trata sobre a política monetária aplicada na UEMOA. A terceira relaciona a integração com o desenvolvimento, com o objetivo de ver se a UEMOA está conduzindo ou não os países-membros para o desenvolvimento. São apresentadas ainda, as principais variáveis que medem o desenvolvimento, como o PIB *per capita*, o IDH, os indicadores sociais e demais indicadores econômicos. A quarta sessão traz algumas conseqüências da crise financeira nas economias da UEMOA e por último, as conclusões finais do capítulo.

6.2 Sistema Financeiro da UEMOA

Na tentativa de descrever e analisar o Sistema Financeiro da UEMOA (SFU), inicialmente se procura conceituar o sistema financeiro e logo destacar os fatores

determinantes da sua evolução. O sistema financeiro, entendido como a articulação sistemática onde as unidades deficitárias retiram recursos (GARCIA, 1996), enquanto as superavitárias depositam, é um dos indicadores fundamentais na determinação do grau do desenvolvimento de um determinado país ou de um grupo de países.

Na opinião de alguns autores (FREITAS; PRATES, 2002; LEVINE, 2007), a credibilidade e o grau do desenvolvimento do sistema financeiro desempenha um papel fundamental no desenvolvimento dos países. Assim, existe uma correlação robusta entre os fatores financeiros e o crescimento econômico que resulta consistente com a liderança do sistema financeiro. A avaliação de importantes economias como a Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Japão, sugere que o surgimento de instrumentos financeiros, instituições e mercados financeiros cumpriram um papel fundamental na promoção do comércio e na industrialização (UEMOA, 2006).

Segundo esta mesma instituição, à medida que se estabelecem condições para a intermediação financeira, os agentes econômicos superavitários, cujos rendimentos correntemente recebidos são superiores aos seus dispêndios totais, poderão canalizar suas disponibilidades de caixa aos agentes econômicos deficitários, cujos dispêndios totais em consumo e investimento são superiores às suas disponibilidades imediatas. Este sistema de canalização de recursos de agentes superavitários para os agentes deficitários estimulará ainda mais o curso das atividades econômicas, por gerar condições para a expansão da demanda agregada.

A partir deste contexto, para uma melhor leitura da evolução do SFU, convém ressaltar que suas fases coincidem com os diversos intentos do estabelecimento de blocos econômicos. A primeira fase, a mais longa, vai desde a época da colonização até os primeiros anos da independência. A segunda fase abrange o período do início das independências até final da década de 1980. A terceira fase começa com a criação da UEMOA, em 1994, estendendo-se até a atualidade.

6.2.1 Evolução do sistema financeiro da UEMOA

6.2.1.1 Primeira fase. Da colonização aos primeiros anos das independências nacionais

A intermediação financeira e a emissão das formas modernas da moeda nos países da UEMOA foram asseguradas desde a época da vigência da AOF por algumas instituições que precederam o atual BCEAO. Ainda sob a dominação colonial foram criadas algumas pré-condições necessárias por parte do governo francês para o surgimento da intermediação financeira.

Segundo AJE-BG (1997), o primeiro estabelecimento que teve o privilégio de emissão monetária foi o Banco do Senegal, um banco privado que assegurou a emissão da moeda destes países de 1853 até 1901, tendo em conta que Senegal era a sede da administração da AOF e CFA. O Banco da África Ocidental (BAO), igualmente privado, sucedeu-o de 1901 até 1955. Suas operações se limitavam a emissão da moeda, depósitos de metais preciosos, o monopólio da venda de marfim, assim como as operações rotineiras do governo colonial.

Depois das duas guerras mundiais, e em conformidade com a conjuntura socioeconômica da época, em 1945, no momento da ratificação do Tratado de *Bretton Woods*, a França cria a Zona Franco. A partir desta data, a intermediação financeira na região vai sofrer importantes transformações. Em grande medida, devido a reclamações no seio das colônias francesas, e exigências de maior acesso ao financiamento por parte da população local. A primeira transformação ocorreu em 1955, quando o governo francês criou o Instituto da Emissão da AOF e do Togo (UEMOA, 2008).

A seguir, no decurso das transformações do SFU e em decorrência das mudanças provenientes da criação da Comunidade Franco Africana (CFA), idealizada pela França e certos Estados autônomos africanos e o Malgâche, o Instituto da emissão da AOF e do Togo foi transformado no Banco Central dos Estados da África Ocidental – BCEAO, no dia 4 de abril de 1959. Porém, Diallo (2009) alega que o clima econômico e financeiro no momento não era favorável para a administração colonial, vez que nessa altura quase todos os países da região tinham conseguido suas independências autônomas da AOF mesmo mantendo sob o domínio francês.

6.2.1.2 Segunda fase. Do início das independências até final da década de 1980

Passados os primeiros anos das independências, as economias dos países da região em análise continuavam atravessando momentos conturbados. As mutações decisivas, ocasionadas pela ascensão à independência, levaram à necessidade de modificar o regime de cooperação monetária que mantinham entre si, de um lado, e de outro com a França. Essa necessidade originou a criação, em 12 de Maio de 1962, da União Monetária Oeste Africana (UMOA), assim como a implantação de um novo instituto de emissão, embora tenha conservado a antiga denominação de Banco Central dos Estados da África Ocidental – BCEAO¹⁰⁷.

O novo Banco Central era um estabelecimento público internacional cujo capital era repartido em partes iguais entre os Estados-membros. A sua sede esteve provisoriamente instalada em Paris e dispunha de uma agência em cada um dos países da União. Posteriormente, com a criação do BAD em 1964 e sediada na Costa do Marfim, o SFU recebeu uma importante injeção. A razão está em que o BAD tinha como objetivos, financiar projetos de investimentos; outorgar fundos através das instituições nacionais ou sub-regionais de financiamento de desenvolvimento com vista a financiar certo número de projetos; créditos para apoiar as mudanças políticas ou reformas institucionais dos setores específicos (BCEAO, 2011; CEDEAO, 2011).

O BCEAO constitui a instituição que rege o funcionamento do sistema financeiro da União. Transcorridas uma década de funcionamento do BCEAO, tornou-se necessário adaptar as políticas e as estruturas das instituições monetárias da união às necessidades de desenvolvimento econômico dos Estados-membros e à evolução da conjuntura internacional. Nessa ótica, a partir de 1972, o Conselho da União confiou o estudo da reforma das instituições monetárias a um Comitê composto pelos Ministros das Finanças dos Estados-membros.

Em 1973, foi operada uma reforma no seio da UMOA que obedecia aos seguintes objetivos: (i) assegurar uma participação mais ativa da política monetária para o desenvolvimento e a integração econômica dos Estados-membros; (ii) promover a

¹⁰⁷ Era administrada por um conselho de administração, por comitês monetários nacionais e por um diretor geral. Esta última função foi assumida por Robert Julienne de 1962 a 1973. O mesmo dirigiu o Instituto de Emissão de 1959 até 1962 antes da criação da UMOA (AJE-GB, 1997).

africanização da gestão do Instituto de Emissão; (iii) permitir ao Banco Central exercer mais eficazmente as suas funções, realizando uma maior descentralização das suas atividades em proveito das agências e dos Comitês Nacionais de Crédito (UEMOA, 2003).

Estas orientações eram prelúdios de uma completa reforma no conjunto das normas que regiam as instituições, as políticas e o modo de funcionamento da União monetária. Finalmente, durante a assinatura do novo Tratado UMOA, no dia 14 de novembro de 1973, os novos estatutos do BCEAO foram anexados. Na mesma data, foi acordada a criação do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD), cujos estatutos foram legalizados em dezembro do mesmo ano. Igualmente, um novo acordo de cooperação entre a França e os Estados membros foi assinado e junto a ela, a criação de uma conta no Tesouro Francês com a designação de “Contas de Operações”.

Tabela 8- Números de estabelecimentos financeiros na UEMOA- 1973/2010

Anos	Bancos Comerciais	Estabelec. Financieros	Banco de Desen. e Inv.
1973-1993	54	25	1
1994-2010	150	102	4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de AJE-GB (19997) e UEMOA (2010).

A partir da assinatura do Tratado da UMOA, começaram a ingressar em alguns países da região, importantes filiais de bancos estrangeiros (sobretudo franceses), que de certa forma, contribuíram na solidez e eficiência ao SFU. Analisado os dados da Tabela 8, constatamos que, de 1973 a 1994, a intermediação financeira contava com 54 bancos e 25 estabelecimentos comerciais, além de um banco de desenvolvimento. Em 2010, essa cifra triplicou, alcançando a marca de 150 bancos comerciais e 102 estabelecimentos financeiros. Portanto, houve um aumento significativo nos números de intermediários financeiro nos países da UEMOA.

A Tabela 9 mostra os oito grupos bancários que até 1993 dominavam o sistema financeiro, junto aos respectivos países onde estavam instalados. A maioria destas filiais estava instalada, sobretudo na Costa do Marfim e no Senegal. Estes bancos representavam 52,7% do total dos balanços, 88,1% dos depósitos recolhidos e 64,6% de empregos-clientes da União.

Tabela 9- Principais instituições e estabelecimentos financeiros na UEMOA- 1973/1995

Bancos	Benín	Burkina Faso	Costa de Marfil	Níger	Mali	Senegal	Togo
Société Générale			x			x	
Banco Nacional de Paris (BNP)		x	x			x	x
City Bank-NA			x			x	
Grupo Bank of Africa (BOA)	x	x	x	x	x	x	x
Ecobank Group	x		x				x
Banco da Líbia		x		x	x		x
Financial Bank	x		x				
Le Crédit Lyonnais			x			x	

Fonte: AJE-GB (1997)

Em termos de classificação, os três primeiros bancos segundo mostra a Tabela 10, eram a Société Générale, o Banco Nacional de Paris (BNP) e o Crédit Lyonnais, que detinham de forma conjunta 45,3% dos depósitos do setor bancário assim como empregavam quase 60% do total de trabalhadores do setor bancário.

Tabela 10- Principais bancos em termos de depósitos e emprego na UEMOA- 1973/1993

Bancos	Depósitos (% do setor)	Emprego (% total do setor)
Société Générale	18,5	29,6
Banco Nacional de Paris (BNP)	17,3	20,0
Le Crédit Lyonnais	9,5	9,4

Fonte: AJE-GB (1997)

Além disso, os novos acordos reforçaram as estruturas financeiras da UMOA. Com a instituição da Conferência de Chefes de Estados, a direção da União é doravante assegurada pelo Conselho de Ministros. Em janeiro de 1975, o senegalês Abdoulaye Fadiga se converteu no primeiro Governador e no primeiro africano a dirigir o Instituto de Emissão. Em junho de 1978, com o início da africanização do Banco Central, sua sede foi transferida de Paris para Dacar.

Segundo AJE-GB (1997), desde o estabelecimento do novo Tratado da UMOA, a situação econômica e financeira dos países-membros foi relativamente estável. Contudo, a mesma começou a agravar-se como consequência imediata do primeiro choque resultante da deterioração dos termos de trocas da zona, em cerca de 50%, durante o final da década de 1980. Da mesma forma, a diminuição dos preços no mercado internacional dos principais produtos da região como cacau, café, algodão, e outros produtos petrolíferos, prejudicaram o melhor desempenho regional. Esse clima repercutiu de forma negativa nos rendimentos dos

países da zona por via de produtos exportáveis, deixando-a enfraquecida com perda de competitividade.

Um segundo choque ocorreu como resultado da depreciação do franco francês em relação às moedas dos parceiros comerciais da zona¹⁰⁸. Esse fato prejudicou a Zona Franco¹⁰⁹ com uma significativa rigidez no nível estrutural e setorial, particularmente os elevados custos de mão-de-obra, apesar das inúmeras tentativas de ajustamentos internos, nomeadamente o controle de custos salariais e a reestruturação.

Com o posterior processo de ajustamento imposto pelo FMI e BM e tendo em conta o baixo nível de poupança da zona, o controle de custos salariais e a reestruturação do sistema bancário e das empresas públicas da zona, permitiram uma acentuada diminuição do rendimento *per capita*. A situação econômica e financeira continuava se deteriorando. Assim, os governos foram obrigados a transferir para as empresas públicas parte da arrecadação de suas receitas, cifras que poderiam ser dirigidas a outros projetos (BAD, 2010, 2011).

6.2.1.3 Terceira Fase. Início da década de 1990 até a atualidade

A partir da década de 1990, foi-se tornando evidente que a estratégia de ajustamento adotada, após os choques da década anterior, não era suficiente para que no nível macroeconômico da economia se ajustasse. Neste sentido, em outubro de 1990, entrou em vigor a Lei Bancária, após a ratificação de todos os países-membros. Esta lei veio a dar uma definição mais clara, sobre o funcionamento dos bancos e os estabelecimentos financeiros, assim como as operações de crédito e poupança realizada por estes organismos¹¹⁰. Em outras palavras, a Lei Bancária fixa os domínios do controle exercido pelo Banco Central e pela Comissão Bancária, assim como as regras da UEMOA e as sanções aplicáveis no caso de violação dessas regras (AEJ-GB, 1997; UEMOA, 2010; CEDEAO, 2011).

Em 1994, produziu-se o terceiro choque com a desvalorização da moeda local. Imediatamente organizou-se uma reunião no dia 11 de janeiro de 1994, na qual decidiram

¹⁰⁸ Na década de 1980, o franco Francês desvalorizou em várias ocasiões frente ao marco alemão, florin holandês

¹⁰⁹ Com a desvalorização, muitos países atrasaram o pagamento de salários por alguns meses, para poder ajustar primeiramente as finanças públicas.

¹¹⁰ Igualmente, a mesma lei fixa as condições do acesso e do exercício da profissão e determina as obrigações dos bancos e dos estabelecimentos financeiros em matéria de operações.

alargar de forma coletiva, a estratégia do ajustamento, através de uma nova mudança de paridade da moeda local, efetivada um dia depois. Os líderes da UMOA decidiram avançar no sentido de criar uma união econômica e monetária, para que o processo de ajustamento tivesse respaldo de um conjunto de políticas macroeconômicas, coerentes e modelados de acordo com cada país.

A partir desse momento até a atualidade, a estrutura do SFU possui dois subsistemas: o normativo e o da intermediação. O sistema normativo está composto pelos dois órgãos autônomos da União: BCEAO e o BOAD. O Banco Central é o órgão máximo do SFU, e através da Lei Bancária e da Comissão Bancária, controla e regula a atuação de intermediários financeiros. O BOAD, sendo o banco do desenvolvimento da União, acompanha o BCEAO em algumas das suas decisões, tendo em conta que também pertence a categoria de instituição autônoma independente.

Por sua vez, o subsistema de intermediação onde se encontram as instituições bancárias e não bancárias está subdividido em duas partes. A primeira está constituída pelos bancos comerciais criados pela UEMOA, a saber: o Banco Regional de Solidariedade (BRS) e o Banco da União (BDU). Na segunda, estão agrupados os outros bancos comerciais e demais intermediários financeiros dos distintos países da União. Outra transformação importante dentro do SFU foi a decisão das autoridades monetárias de unificar os sistemas contábeis de todos os países-membros da União. Esta decisão foi motivada pela heterogeneidade dos planos contábeis coexistentes, a pluralidade dos balanços e demonstrações financeiras e a obsolescência das normas de contabilidade nos Estados-membros da União.

No seguimento da implementação do plano harmonizado, a UEMOA (2010) comenta que as máximas autoridades da União criaram três conselhos de apoio: (i) Conselho Contábil Oeste Africano, órgão de normalização e de assessoria durante a elaboração e na harmonização das normas contábeis; (ii) Conselho Permanente das Normas Contábeis da União, órgão de controle da profissão e dos peritos financeiros reconhecidos e; (iii) Conselho Nacional de Contabilidade que dispõe cada país.

Depois desta fase de implementação, em meados de 1997, foi criado o novo Plano de Contabilidade Comum denominado *Systeme Comptable Ouest Africain* (SYSCOA), que entrou em vigor em janeiro de 1998. A criação do SYSCOA significou um avanço importantíssimo no sistema contábil da União, ao tempo que também propiciou maior

adaptação das empresas locais às normas contábeis as quais estavam em conformidade com as aplicadas no nível internacional.

Como se estava referindo, são países carentes de financiamento, e o fato de poder contar com um sistema contábil harmonizado, permitiu uma maior credibilidade para as empresas locais. Além disso, também significou um requisito importante para o acesso ao financiamento externo. A razão está em que suas empresas passaram a fornecer informações contábeis e financeiras relevantes aos parceiros econômicos e sociais tanto internos como externos (WADE, 2002; UEMOA, 2011).

A partir da década de 2000, o BOAD renasceu com mais força no cumprimento de suas atividades. Neste sentido, o banco tem financiado os setores considerados prioritários para sua intervenção, como por exemplo, os setores industrial e agrícola, desenvolvimento rural; hotelaria e serviços e; e infraestrutura rodoviária. O Gráfico 3 apresenta distribuição de financiamento feito pelo BOAD durante 2009. Observamos que os empréstimos diretos aos países representam o maior montante com uma cifra de 91% do total aprovado pelo banco do desenvolvimento. A maior parte deste financiamento foi destinada à construção de infraestruturas rodoviárias e aeroportuárias, assim como a construção de centrais de energias elétricas nas zonas urbanas do Níger e Costa do Marfim (BAD, 2011).

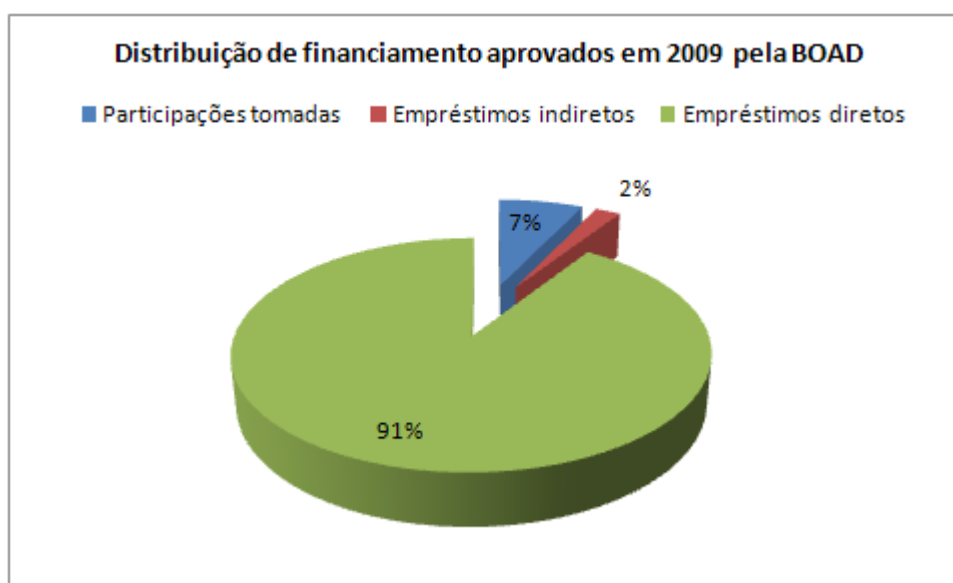


Gráfico 3- Distribuição de financiamentos aprovados pelo BOAD em 2009

Fonte: Elaboração própria segundo os dados do BOAD, 2011.

6.3 Política Monetária da UEMOA: avanços e retrocessos

De acordo com o Artigo. 62 do novo Tratado da UEMOA de 29.01.2003, a política monetária da União é regida pelo Tratado da UMOA de 14 de novembro de 1973. Sua implementação é definida pelo Conselho de Ministros, constituindo o eixo central das atividades do Banco Central. Ao longo da sua existência foram realizadas importantes reformas com base na política monetária¹¹¹, entendida como o controle da oferta da moeda e das taxas de juros no sentido que sejam atingidos os objetivos da política econômica global da União ((MANKIW, 2005).

Mishkin (2007) comenta que recentemente emergiu um consenso entre os pesquisadores de que a estabilidade de preço é o principal objetivo de longo prazo para a política monetária. Corroborando essa idéia, os objetivos que foram consignados ao BCEAO são: assegurar no contexto da liberdade total das transferências na zona, a estabilidade dos preços, o valor da moeda comum e o financiamento das economias dos países membros da União (CEDEAO, 2008; UEMOA, 2010).

A partir de 1975, a visão microeconômica, com base no regime de determinação de um limite de redesconto, bem como dos limites individuais de refinanciamento no curto prazo e das autorizações de redesconto a meio termo para cada empresa, foi substituída por uma visão macroeconômica. As reformas das regras de intervenção do Banco Central e de distribuição do crédito foram realizadas com vista a ter uma maior participação do BCEAO no financiamento do desenvolvimento e uma eficiente orientação setorial dos créditos bancários.

Em 1989, foram implementados mecanismos mais flexíveis de regulamentação monetária. A política seletiva do crédito foi abandonada em detrimento de uma política mais flexível através de um maior reforço da supervisão bancária, no quadro de uma liberalização gradual do mercado de crédito. Esta reforma levou em consideração os constrangimentos específicos de cada país da União, nomeadamente a abertura para o exterior e a fragilidade das suas estruturas econômicas e financeiras.

¹¹¹ Alternativamente, a política monetária também é definida como a atuação das autoridades monetárias, por meio de instrumentos de efeito direto ou induzido, com o propósito de controlar a liquidez global do sistema econômico (MANKIW, 2005).

Esta orientação fez-se acompanhar da adoção de disposições para assegurar uma mobilização reforçada da poupança interna, uma diversificação e um aprofundamento do sistema bancário, com vista a uma melhor distribuição dos recursos ao financiamento do setor produtivo e do investimento.

Desde a criação da UEMOA em 1994, a política monetária praticada corresponde a um regime de taxa de câmbio fixo. As regras operacionais de atuação de câmbio em todos os países-membros são definidas de forma conjunta pelo BCEAO. Ou seja, em certa medida, os governos de forma independente, não podem implementar políticas de estímulo a importação ou exportação (BAD, 2011).

Na UEMOA, a paridade do câmbio fixo com o euro (1 euro = 665, 957 FCFA) vem contribuindo sistematicamente para o controle da inflação. No entanto, a política monetária “unificada” acarreta custos, pois as condições monetárias (ou seja, o *mix* taxa de juro-taxa de câmbio) podem ser demasiadas rígidas para alguns países e brandas para outros. Por exemplo, entre 2009 a 2010, a taxa de inflação no Senegal estava abaixo da média da UEMOA (cerca de -1% e 1% respetivamente), o que sugere que talvez as condições monetárias aplicadas fossem demasiadas apertadas para este país (BAD, 2011).

Vale ressaltar, mesmo que não conste entre os objetivos deste trabalho, que o regime de câmbio fixo sofreu algumas críticas dentro da literatura (OCAMPO, 2006; TAYLOR, 1993; MISHKIN, 2007) sobre a desvantagem que pode ocasionar em determinadas circunstâncias. Para Mishkin (2007), o câmbio fixo fornece uma forte restrição à política monetária discricionária de forma a ser o único meio de estabilizar a economia. Segundo o mesmo autor, a maior desvantagem desse regime é a perda da independência da política monetária, devido à necessidade de manter a âncora cambial, em detrimento do desempenho macroeconômico.

Por outra parte, Mishkin (2007) e Taylor (1993) acrescentam que tal situação não acontece no regime de câmbio flexível, onde a política monetária pode responder a condicionantes internos e a flutuação cambial funciona como meio pelo qual os choques externos se propagam a economia interna. Portanto, possibilidade da flutuação cambial cria um novo mecanismo de transmissão para política monetária via exportações líquidas. A queda na taxa de juros induzida pela política monetária reduz a atratividade dos ativos do país, levando a uma depreciação cambial, pela condição de paridade. O resultado seria uma melhora das exportações líquidas do país, ampliando o hiato do produto e causar inflação.

De forma geral, também é sabido que a flutuação cambial pode causar problemas a países em desenvolvimento, razão pela qual existem motivos para uma preocupação com o movimento da taxa de câmbio (MISHKIN, 2007; UEMOA, 2008, UNECA, 2004). De fato, a taxa de câmbio fornece um novo meio de transmissão para a política monetária e constitui uma das vias pelas quais os choques externos podem ser transmitidos ao canal interno.

Ora, para os países da UEMOA, em virtude das características estruturais, grandes depreciações da taxa de câmbio estariam mais associadas a crises financeiras e recessões do que a elevação do produto via exportações líquidas. Esse receio pode ser relacionado com o que se denomina na literatura de *fear of floating*, ou seja, medo de deixar o câmbio flutuar livremente, atuando o Banco Central com reservas ou com taxas de juros para suavizar os movimentos do câmbio. É neste sentido que as autoridades monetárias matêm um câmbio fixo que, pelo menos através das medidas restritivas, ajuda a conter a inflação e a estabilidade monetária.

Destaca-se, como apontado por AJE-BB (1997), que a nova política monetária cuja aplicação gradual teve início no dia 2 de outubro de 1989, gravita em torno de três princípios fundamentais: (i) a redução do papel da moeda central em proveito de uma forte mobilização da poupança interna; (ii) a harmonização das regras de gestão monetária com a organização da atividade econômica e o contexto internacional, (iii) a criação de mecanismos flexíveis de regulação monetária no quadro de uma liberalização progressiva do mercado de crédito, associado a um reforço da eficácia da supervisão bancária.

Os instrumentos que as autoridades econômicas se valem para controlar a oferta de moeda e as taxas de juros são: a fixação da taxa de reservas; a realização de operações de redesconto ou empréstimo de liquidez; realização de operações de mercado aberto (*open market*); o controle e seleção do crédito e; a persuasão moral. Neste contexto, para regular a liquidez global das economias da União, o BCEAO possui doravante dois instrumentos principais.

O primeiro diz respeito a nova política de juros, que se baseia no mecanismo da taxa dinâmica e flexível, suscetível de reforçar a estabilidade monetária e de melhorar o recolhimento dos recursos internos favorecendo a otimização da sua utilização. Assim, com a supressão da taxa de redesconto preferencial e de todos os regimes particulares que daí resultou, o banco central dispõe de três taxas principais: uma taxa de redesconto, que constitui

a taxa de último recurso; uma taxa intermediária e; uma taxa de concurso público ou taxa do mercado monetário.

O segundo está associado ao sistema de reservas obrigatórias, que responde à nova orientação da política monetária, direcionada doravante sobre o controle indireto da liquidez. Esse instrumento vem cumprindo um papel principal da regulação monetária da UEMOA.

O BCEAO determina anualmente o montante global da participação que pode consentir a cada Estado. Para tomar essa decisão, o Banco Central baseou-se na evolução dos preços, da situação monetária e do balanço de pagamentos, assim como o objetivo da poupança interna mínima fixada pelo Conselho de Ministros para cada Estado e para a União no seu conjunto. O conjunto das intervenções monetárias a favor do Sistema Bancário é agora assegurado no mercado monetário renovado segundo um sistema regional de adjudicação semanal, no qual o volume de participação e o nível da taxa de juros são determinados pelo livre jogo da oferta e da procura.

A fim de induzir os bancos a exercerem plenamente suas responsabilidades, no que diz respeito à apreciação e a supervisão da qualidade de suas funções, o regime de autorizações prévias do Banco Central, aos quais os créditos bancários estavam subordinados a partir de certo limite foi suprimido (AJE-GB, 1997). Posteriormente, foi emitido um sistema de acordos de classificação baseado unicamente nos critérios financeiros.

Por outro lado, os incentivos fiscais e financeiros, assim como a instalação de estruturas de apoio foram sendo aplicados em cada Estado. O objetivo é poder favorecer a orientação da participação dos setores julgados prioritários, em substituição do imposto dos coeficientes setoriais de financiamento. Além disso, foram desenvolvidos esforços em prol de uma melhor mobilização de poupança do setor informal. A esse respeito, deu-se importância à promoção das instituições financeiras mutualistas e cooperativas. De forma a encorajar fluxos financeiros para a UEMOA, as comissões recebidas pelas transferências dos bancos foram suprimidas.

6.4 Impacto e consequência da crise financeira nos países da UEMOA

Os países da UEMOA vinham desfrutando nos últimos anos de um robusto crescimento econômico com média de 3,7%, fator que vinha reforçando notavelmente seus

desempenhos (UEMOA, 2011). Mas, o aumento dos preços de alimentos e combustíveis em 2007 e 2008 que procedeu a crise financeira mundial enfraqueceu a posição externa dos importadores líquidos desses produtos, causando o aumento da inflação e o declínio das perspectivas do crescimento econômico (BAD, 2009).

Inicialmente, as economias subsaarianas não sofreram as conseqüências diretas da crise por não possuírem ligação direta com os mercados financeiros internacionais. Porém, as opiniões de alguns analistas (MACIAS; MASSA, 2009; ARYEETAY, 2009) têm convergido de que, em última instância, é a região que mais sofre com os efeitos da crise por apresentar um sistema econômico menos elástico.

Os mercados emergentes subsaarianos foram os primeiros atingidos pelos efeitos iniciais da crise. Rapidamente esse efeito se alastrou para os outros países da região através do comércio, devido à redução nos preços de matérias-primas e à diminuição acentuada da procura por parte dos países desenvolvidos. Este aspecto, de certa forma, leva à eminente extinção muitas das novas indústrias de exportação regionais (TYWUSCHIK; SHERRIFF, 2009).

Os mesmos autores comentam que o sistema financeiro dos países africanos, caracterizado pelo domínio do setor bancário com um papel quase inexistente do mercado de ações, é também vulnerável aos riscos que ainda podem acontecer. Mas, a diferença dos países desenvolvidos, na região não houve crises sistêmicas no setor bancário, porque estes países têm pouca exposição ao sistema bancário dos países desenvolvidos ou a ativos tóxicos que desencadearam a crise financeira internacional. Porém, a maioria dos mercados financeiros africanos, entre eles, a UEMOA, tem sofrido os efeitos de contágio, resultando em significativas fugas de capital (BAD, 2009).

Devido à crise e recessão dos países industrializados o rendimento continuado dos fluxos de turismo e remessas de imigrantes que eram fatores fundamentais para o bom desempenho dos países da UEMOA declinou-se substancialmente. Da mesma forma, a ajuda pública ao desenvolvimento que procede dos países industrializados reduziu-se. Igualmente, com a crise, muitas empresas estrangeiras foram obrigadas a fecharem, e isso provocou uma elevação na taxa de desemprego. O excesso de mão-de-obra fez os salários declinarem e, conseqüentemente o consumo também caiu (MACIAS; MASSA, 2009).

No bojo dos logros que se vinha conseguindo, esta situação deixa em *xequê* a luta por cumprir os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM). Também a questão da segurança alimentar está tendo uma transcendência muito preocupante. O aumento dos preços de alimentos teve efeitos diretos nos setores mais pobres, contribuindo na diminuição do poder aquisitivo, bens e serviços.

Uma vez que o crescimento estagnou em todas as partes do mundo, o mesmo ocorreu com a procura dos produtos africanos. À medida que os consumidores estrangeiros cortam seus gastos, a procura dos produtos da exportação da região vai encolhendo. Ou seja, por um lado, os investidores estrangeiros reduziram seus investimentos, provocando um recuo de entrada de fluxo de capital, e por outro, mercados de crédito mais restritos e altas taxas de juros sobre empréstimos colocam projetos de desenvolvimento sob risco.

A recessão econômica e a pressão sobre o emprego nos países desenvolvidos também conduziu uma pressão política voltada para o protecionismo e regras de imigração mais restritivas. Esses fatores permitem uma enorme redução das remessas dos emigrantes para seus familiares na UEMOA e prejudica notavelmente os ganhos de desenvolvimento da região (ARIEFF; WEISS; JONES, 2009).

Vale destacar que em alguns países da região, as remessas dos imigrantes que trabalham, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, chegam a constituir quase 20% do PIB. Em termos de políticas, a crise mundial também contribuiu para o agravamento da democratização e governança, considerando que o caminho da democracia encontra-se num grande impasse. A crise provocou retrocessos nos fluxos de capital privado e obrigou o cancelamento, atraso ou adiamento de alguns projetos sociais.

Em relação ao comércio internacional, algumas iniciativas devem ser tomadas para amenizar as conseqüências da crise na região. Segundo Aryeetey (2009), o uso de recursos domésticos para os propósitos desenvolvimentistas é cada vez mais importante como incentivo para o investimento estrangeiro direto, tendo em conta que na atual crise financeira, geralmente as projeções indicam uma diminuição de IED nos países subsaarianos.

Neste sentido, a UEMOA deve promover o crescimento local através de um maior investimento em consumo doméstico. Portanto, é necessário adotar políticas fiscais sustentáveis que aumentem as receitas governamentais e criem ambiente atraente para o investimento tendo em conta que em mais de metade desses países as receitas fiscais

representam menos de 20% do PIB. Da mesma forma, deve-se promover as estratégias que objetivam a eliminação dos estrangulamentos externos, delegando importante tarefa para as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na tentativa de ultrapassar as tradicionais limitações de infraestrutura e reduzir os custos empresariais.

Em suma, Arieff, Weiss e Jones (2009) argumentam que as economias subsaarianas são as mais expostas e vulneráveis no sistema financeiro mundial e seus bancos não têm a força necessária que lhes ajude a mitigar os efeitos da crise. É neste quadro que o impacto da crise nos países da UEMOA será sentido através de uma queda acentuada nas quatro áreas geradoras de receitas: fluxos de capital privado, remessas dos imigrantes, ajuda externa e preços de matérias-primas.

6.5 Integração Regional versus Desenvolvimento: evidências empíricas da UEMOA

As relações existentes entre as instituições financeiras e o grau de desenvolvimento econômico têm sido objeto das mais diversas correntes da ciência econômica, onde os bancos desempenham um papel fundamental no desenvolvimento dos países, servindo de intermediário entre poupadores e emprestadores. Argumenta-se que os mercados e as instituições financeiras surgem para remediar os problemas originados pela falta de informação e custo de transação (LEVINE, 1997). Assim, quando o sistema financeiro reduz os custos de transação e informação, facilita a concessão de recursos mediante a acumulação de capital e inovação tecnológica, afetando de forma positiva o processo de desenvolvimento.

Numa economia monetária como a UEMOA, com um banco central único, as decisões de investimento, responsáveis pela criação de riqueza material da sociedade, apóiam-se no sistema bancário e financeiro. A criação de crédito por parte dos bancos e sua posterior utilização pelos investidores, dará origem ao crescimento da renda e criação da riqueza ou poupança financeira. Em outras palavras, o financiamento do desenvolvimento pressupõe a existência de um sistema bancário organizado e mercados financeiros bem integrados que possibilite inter-relações complexas entre os agentes econômicos (FREITAS; PRATES, 2001).

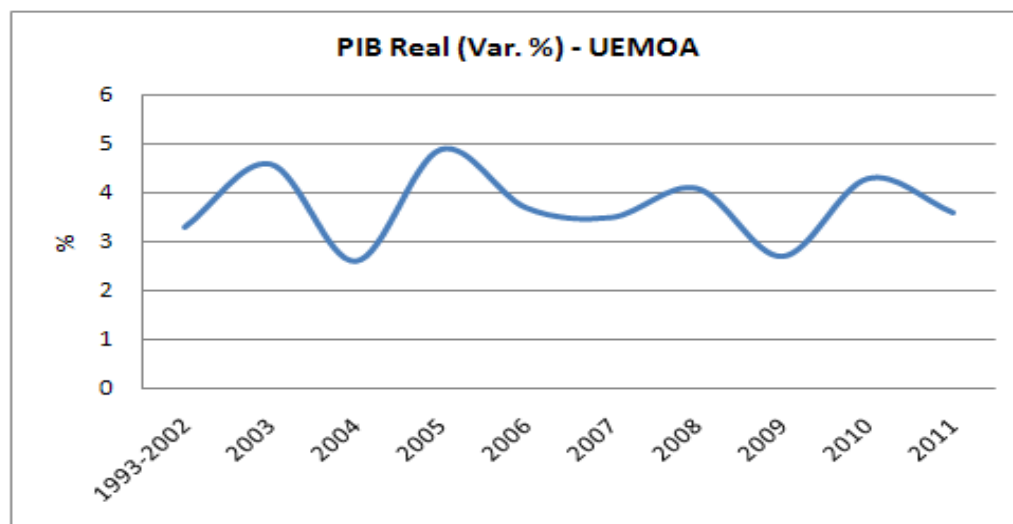


Gráfico 4- PIB real da UEMOA (%)
 Fonte: Perspectivas da economia mundial de FMI (2011)

No Capítulo 2, foi dito que o desenvolvimento econômico consiste em um processo onde o PIB e o PIB *per capita* de uma dada população se elevam persistentemente ao longo do tempo. Ademais, esses indicadores devem ser acompanhados de transformações estruturais, quantitativas e qualitativas como diminuição nas taxas brutas de natalidade e de mortalidade, ampliação do sistema escolar e de saúde, movimentos de urbanização das atividades econômicas etc.

Tabela 11- Percentagem anual do PIB real dos países da UEMOA-1993/2011

	1993-02	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
Benin	4,9	4,0	3,0	2,9	3,8	4,6	5,0	2,7	2,5	3,4
Burkina Faso	5,5	7,8	4,5	8,7	5,5	3,6	5,2	3,2	5,8	5,5
Costa de Marfim	3,2	-1,7	1,6	1,9	0,7	1,6	2,3	3,8	2,6	-7,5
Guiné-Bissau	0,4	0,4	2,8	4,3	2,1	3,2	3,2	3,0	3,5	4,3
Mali	4,5	7,6	2,3	6,1	5,3	4,3	5,0	4,5	4,5	6,0
Níger	2,8	7,1	-0,8	8,4	5,8	3,3	9,3	-0,9	7,5	5,5
Senegal	3,3	6,7	5,9	5,6	2,4	5,0	3,2	2,2	4,2	4,5
Togo	1,0	5,0	2,1	1,2	4,1	2,3	2,4	3,2	3,3	3,6
UEMOA	3,3	4,6	2,6	4,9	3,7	3,5	4,1	2,7	4,3	3,6

Fonte: Perspectivas da economia mundial de FMI (2011)

* Estimativa.

O início do novo milênio é marcado por um melhor desempenho econômico praticamente em todos os países da UEMOA. A taxa de crescimento desta região manteve uma média acima dos 3% durante a década de 2000, salvo em 2009, quando foi afetado pelas consequências da crise financeira (Gráfico 4).

No nível individual, como se observa na Tabela 11, todos os países apresentam um desempenho satisfatório em relação ao crescimento do PIB, e desde a criação da UEMOA, o PIB dos seus países teve um comportamento estável. O Benin, o Mali e o Senegal foram os mais destacados por apresentarem melhores desempenhos. Estima-se que para 2011, o PIB da região recue em relação a 2010, como conseqüências do resultado pós-eleitoral na Costa do Marfim.

Ainda que esta média de crescimento esteja longe dos 7 ou 8% desejado suscetível de aliviar a pobreza na África, sua repercussão tem apoiado a redução da percentagem da população que vive abaixo da linha da pobreza como se observa no Gráfico 5. Em relação a evolução evolução deste indicador, temos que, se em 2004, um 44% da população vivia abaixo da linha da pobreza, em 2007, essa cifra reduziu-se para 40%. A redução gradual prosseguiu e, em 2009, a mesma situou-se nos 34%. São números significativos, que demonstram os avanços que estão sendo realizados nesta região.

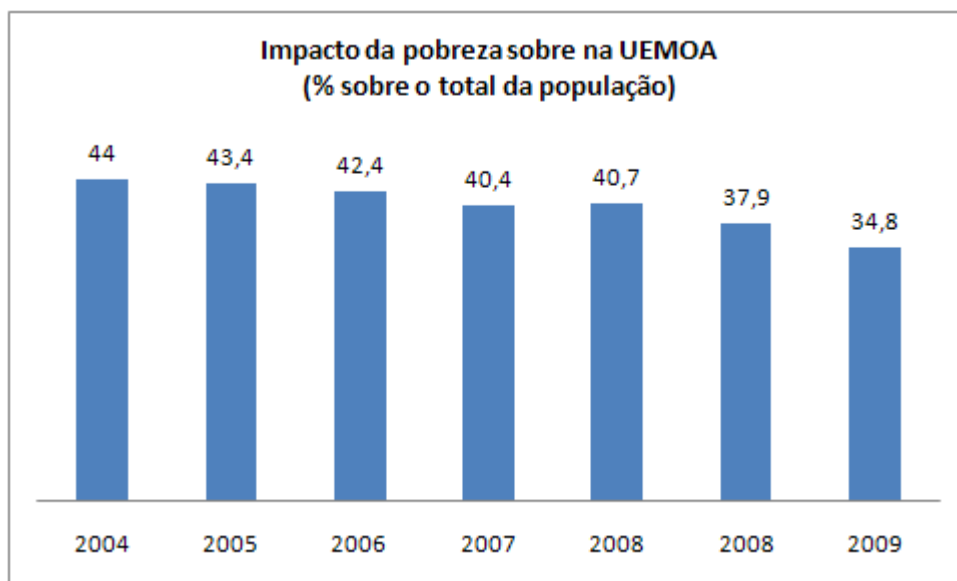


Gráfico 5- Impacto da pobreza na UEMOA-2004/2009
 Fonte: Perspectivas da economia mundial de FMI (2011)

É meritório registrar que a recuperação dos países da UEMOA deve-se basicamente as políticas macroeconômicas realizadas, as reformas nos setores financeiros e bancários, assim como alguns projetos sociais que vem sendo realizados nos respectivos países. Da mesma forma, o sistema de câmbio fixo permitiu o controle da inflação, apoiado na sua

convertibilidade fixa em relação ao euro. Isso permite aos países da UEMOA não se preocuparem tanto com a estabilidade cambial. Grosso modo, para a maioria dos países africanos, a estabilidade cambial constitui um dos graves problemas enfrentados.

A inflação média da UEMOA apresenta um desempenho muito favorável, até mesmo equiparável aos países desenvolvidos. Nos últimos anos, essa cifra varia entre 2,7% em 2007 e 3% em 2010 (Gráfico 6). Exceção foi em 2008, quando apresentou uma taxa de 7,4% conseqüência de aumento dos preços de alimentos e o início da crise financeira internacional. Em comparação com as outras regiões em desenvolvimento, a UEMOA apresenta melhores desempenhos que a América Latina e Caribe, Ásia em Desenvolvimento e os Países do Oriente Médio (Gráfico 7).

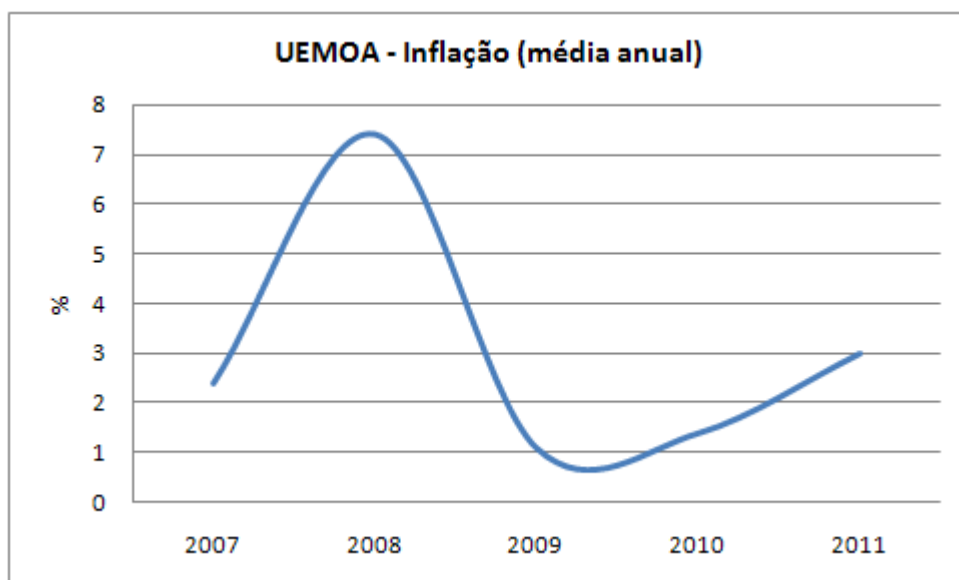


Gráfico 6- Inflação média na UEMOA- 2007/2011
Fonte: Perspectivas da economia mundial de FMI (2011)
Nota: os dados de 2011 são estimativos.

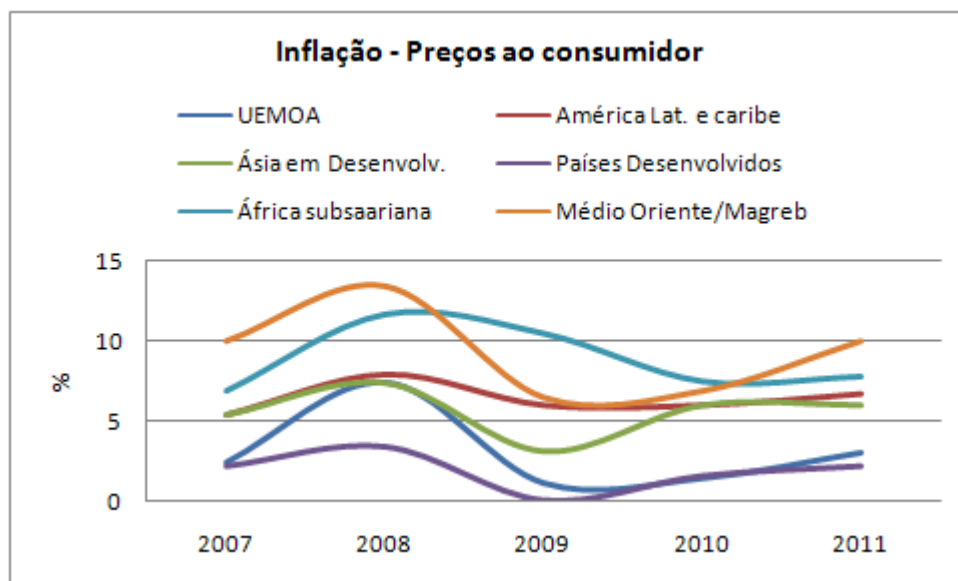


Gráfico 7- Inflação ao preço do consumidor por regiões

Fonte: Perspectivas da economia mundial de FMI (2011)

Nota: os dados de 2011 são estimativos.

A existência de uma unidade monetária estável dentro da UEMOA como o franco CFA, por si só não garante as condições necessárias para o estabelecimento do mercado. Entretanto, essa estabilidade monetária que permite um controle da inflação, junto com a existência de um sistema de pagamento e uma codificação da contabilidade como a SYSCOA aplicado em todos os países da união monetária, está contribuindo cada vez mais a consecução desse objetivo. Também é relativamente louvável que todos os países da UEMOA tenham a mesma Legislação Bancária e uma Comissão Bancária responsável pelo monitoramento das atividades bancárias da região.

Devido ao franco investimento estrangeiro e a necessidade de impulsionar o crescimento econômico, considerando o alto endividamento de seus países, é importante dar mobilidade a recursos internos. Contudo, os esforços para aumentar as poupanças e desenvolver o setor financeiro, até então tem sido dominado pelos bancos. Uma vez que os países da UEMOA usam a mesma moeda, um banco central, e suas normas e regulamentações são uniformes para contabilidade e comércio, decidiu-se formar uma bolsa de valores para os países da União (UEMOA, 2011).

Assim, em 1998, criou-se a Bolsa Regional de Valores Mobiliários- BVRM com sede em Abidjan (Costa do Marfim). O Conselho Regional de Poupança Pública e dos Mercados Financeiro é o encarregado de regulamentar a BRVM e quem autoriza a emissão dos valores

que são negociados na bolsa. O Conselho também é responsável pela autorização dos interventores, pela supervisão e controle do funcionamento do mercado.

Atualmente, na UEMOA existe uma importante dinâmica e formulação, aprovação e vigência de legislações financeiras que têm acompanhado o processo de modernização e inovações como os observados nos grupos financeiros e bancos. Da mesma forma, os instrumentos financeiros e instituições associadas como os fundos de pensão privados e arrendamentos financeiros esta sendo modernizadas.

A modernização dos sistemas financeiros desde a implantação da UEMOA incrementou a circulação de quase dinheiro no sentido amplo, que junto à criação de novos instrumentos de pagamentos, facilitaram as transações e reduziram os custos de informação e transação, dando como resultado, maior eficiência na intermediação financeira.

Ressalta-se que até poucos anos atrás os pagamentos de salários dos funcionários públicos ou privados eram feitos de forma pessoal. Por tal motivo, os funcionários do interior deveriam se deslocar pelo menos até a capital, para poder receber seus salários. Com a modernização do sistema financeiro, tanto os funcionários públicos quanto os privados, recebem seus salários diretamente nas suas contas abertas nos diversos bancos criados pela UEMOA¹¹². Ainda mais, a partir de 2000 iniciou-se a utilização das caixas eletrônicos para os saques, depósitos e transferências, facilitando a maior movimentação financeira, fator que há poucos anos era quase impensável.

O surgimento destes instrumentos financeiros, instituições e mercados financeiros, cumprem um papel fundamental na promoção do comércio e facilidade empresarial. É nesta direção que Damasceno (2007) alega que para os países carentes do sistema financeiro, a integração financeira possibilitaria ativar mecanismos de intermediação global de recursos entre poupadores e investidores que resultaria em aumento de poupanças domésticas, maior desenvolvimento do sistema financeiro e transferência de tecnologia.

Outro fator importante na região é a existência desde 2000 de uma Tarifa Exterior Comum (TEC)¹¹³ aplicada a todas as mercadorias provenientes do exterior da região e que entram no território aduaneiro. A TEC proporciona aos Estados-membros um método

¹¹² No caso dos funcionários públicos, a UEMOA recomenda que abram suas contas no próprio BOAD.

¹¹³ Os quatro níveis de taxas aduaneiras estabelecidas pela TEC da UEMOA baseadas no grau de transformação de produtos e outras considerações são: 0%, 5%, 10%, 20%.

compatível com os regulamentos da IMC para combater os surtos da importação, assim como proporcionar um meio para enfrentar a concorrência desleal dada as importações dos produtos agrícolas e alimentares, conseqüência do elevado subsidio dos países desenvolvidos¹¹⁴.

A formação de uma união aduaneira também teve conseqüências importantes no volume de investimento e, conseqüentemente, no nível do desenvolvimento. Com efeito, ocorreram aumentos no volume de investimento em conseqüência de maior confiança dos investidores, induzidos pela estabilidade das regras comerciais entre os países-membros. Por sua vez, fez diminuir o risco dos exportadores e dos importadores, pois fica afastado o receio de implementação de políticas protecionistas por parte dos parceiros envolvidos no comércio.

Segundo Sen (2000), o desenvolvimento também deve ser considerado desde o aspecto humano, como a satisfação da pessoa e o prazer de ter uma vida nova. Sabe-se, que grande parte da população da região em análise é pobre. Ademais, a população das zonas rurais vive com sérios problemas de iluminação elétrica, de água potável, de serviços de saúde ou serviços sanitários básicos.

A partir deste quadro, e mediante o apoio do BAD, a UEMOA tem realizado projetos sociais muito interessantes. No Benin, por exemplo, o BAD financiou o programa de eletrificar as aldeias rurais, permitindo a população local se beneficiar não só de iluminação noturna, mas também de poder contar com energia elétrica para a realização de outras atividades. No Malí, existem projetos que permite os habitantes das zonas rurais ter acesso ao crédito para compra de zindo para a cobertura de suas casas (BAD, 2011).

Também é necessário ressaltar as iniciativas adaptadas aos países que acabam de sair dos conflitos. Neste aspecto, a UEMOA tem arquitetado um projeto de reinserção dos antigos combatentes na vida social. Por exemplo, os militares revoltosos na Guiné-Bissau pelas suas condições de vida, se beneficiaram de novas vivendas.

É a partir de todas essas mudanças, que se argumenta que a UEMOA esta tentando impulsionar seus países no caminho do desenvolvimento. É uma satisfação para algumas populações da região, ter possibilidade de contar com semáforos nas estradas, que antes eram

¹¹⁴ A TEC vem melhorando, em certa medida, a transparência da administração aduaneira nos países da União, tendo em conta a alta percentagem da corrupção existente. Essa melhora se traduz no fato de que os respectivos Estados vão dispor de mais recursos para continuar as reformas e estabelecimento de outros programas sociais.

vistos somente nos cinemas. É um passo ao desenvolvimento, uma população que suas casas que antes eram cobertas com palhas e agora pelo menos, estão cobertas com zinco.

Da mesma maneira, é um passo ao desenvolvimento ver que os sistemas contábeis dos países estejam harmonizados mediante o SYSCOA, que o sistema de ensino superior tem que programa de harmonização que atualmente esta em período prova. É gratificante ver diminuir a mortalidade infantil, ver a esperança de vida dos países a região aumentar como aparece na Tabela 12. Por exemplo, em 2004 a população da UEMOA tinha em média de 48 anos de vida, e em 2009, atingia os 51 anos.

Tabela 12- Indicadores sociais da UEMOA- 2004/2009

Indicadores	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Esperança de vida ao nascer (anos)	48	48	49	50	50	51
Mortalidade infantil/1000 nascidos	103	103	94	85	77	70
Mortalidade < 5 anos c/1.000 nascidos	87	87	82	76	71	70
Taxa frequência no ensino médio (%)	63,0	65,0	68,2	70,9	73,7	76,6
Taxa de analfabetismo de adultos (%)	63,5	62,0	58,2	56,0	53,8	51,7
Taxa de analfabetismo de 14-24 anos	44,6	43,0	38,9	36,6	34,3	32,3
Taxa de analfabetismo mulheres > 15 anos	70,1	72,0	68,3	66,1	63,9	61,8

Fonte: Elaboração própria segundo UEMOA (2010)

Todas essas transformações, mudanças e câmbios, contribuíram no aumento do PIB *per capita* da UEMOA. A partir do Gráfico 8, observa-se que, por exemplo, em 2006, a renda *per capita* da UEMOA era de 517 dólares. Em 2009, a mesma subiu para 667dólares, um incremento significativo para a população desta região. Esse aumento da renda *per capita* se traduz em maior capacidade para comprar medicamentos, comprar produtos básicos, pagar a escola dos filhos e, especificamente, comprar alimentos. Todas essas iniciativas também representam o desenvolvimento para os países da região.

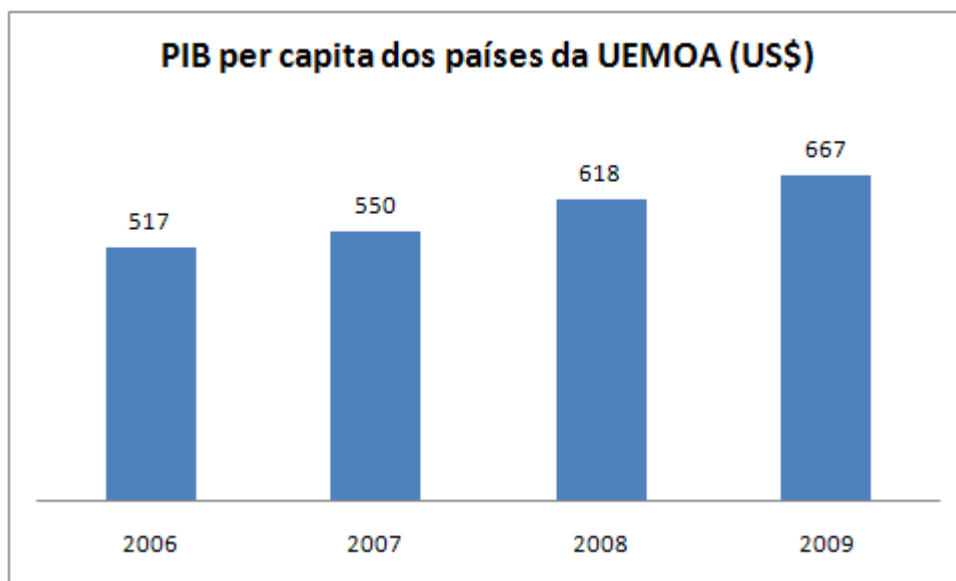


Gráfico 8- PIB per capita da UEMOA (US\$)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados Banco Mundial (2010)

A Tabela 13 apresenta o comportamento no nível individual do PIB *per capita* da UEMOA. A Costa de Marfim e o Senegal se destacam sobre o resto dos países da União com uma média de 942US\$ e 925US\$ respetivamente. O Níger é o país com a média de PIB per capita mais baixa da região.

Tabela 13- PIB per capita dos países da UEMOA (em dólares dos EUA)

Países	2006	2007	2008	2009
Benin	570	610	700	750
Burkina Faso	420	430	480	510
Costa de Marfim	840	880	980	1070
Guiné-Bissau	400	420	460	510
Mali	460	530	610	680
Níger	270	280	330	340
Senegal	810	870	980	1040
Togo	370	380	410	440
UEMOA	517	550	618	667

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados Banco Mundial (2010)

6.6 Considerações finais

Neste capítulo, tratou-se da relação entre integração da UEMOA e o desenvolvimento econômico. De início, mostrou-se que a evolução do sistema financeiro da UEMOA, ao longo deste período foi marcada por três etapas. A primeira começa desde a colonização aos primeiros anos das independências nacionais. Nesta etapa, destacou-se a criação por parte do governo colonial francês das pré-condições necessárias, para o surgimento da intermediação financeira com o objetivo de dar assistência às atividades de fomento de exportações nas suas colônias.

A segunda vai do início das independências até final da década de 1980. O fato mais relevante aqui foi à criação do BCEAO em 1962, cuja sede radicava em Paris, e a assinatura do Tratado da UMOA. A partir deste período, a intermediação financeira ganhou maior impulso, e como prova disso, começaram a entrar muitos bancos estrangeiros nos países da região. A terceira começa desde o início da década de 1990 até a atualidade. Nesta fase, foi assinado o Tratado da UEMOA, em 1994, assim como a criação do Sistema Contábil unificado para os países da União, denominado SYSCOA, que veio dar maior transparência e credibilidade aos balanços das empresas da União.

Desde a criação da UEMOA em 1994, a política monetária praticada corresponde a um regime de taxa de câmbio fixo. As regras operacionais de atuação de câmbio em todos os países-membros são definidas de forma conjunta pelo BCEAO. Ou seja, em certa medida, os governos de forma independente, não podem implementar políticas de estímulo a importação ou exportação. A paridade do câmbio fixo com o euro (1 euro = 665, 957 FCFA) desde 1999, vem contribuindo sistematicamente para o controle da inflação (BAD, 2011). A partir da criação da UEMOA, seu sistema financeiro passou a estruturar-se em dois subsistemas. O normativo composto pelo BCEAO acompanhado pelo BOAD, e o da intermediação, conformado pelas demais instituições bancárias e não bancárias.

Em relação condução ou não ao desenvolvimento econômico, o capítulo apresenta o desempenho dos indicadores que normalmente são relacionados com o desenvolvimento, com o objetivo de mostrar os avanços que a região vem conseguindo. Observa-se que o PIB da região vem crescendo numa média superior a 3,7%, e, mesmo não alcançando os 7 ou 8% considerado desejável para combater a pobreza, está contribuindo na redução da percentagem de população que vive abaixo da linha de pobreza. Se em 2004, 44% da população vivia

abaixo da linha da pobreza, em 2007, essa cifra reduziu-se para 40%. A redução gradual prosseguiu e, em 2009, situou-se nos 34%.

Ademais, outros indicadores usados para medir o grau de desenvolvimento como o IDH, o PIB e PIB *per capita*, a taxa de mortalidade infantil, a taxa de analfabetismo e a esperança de vida ao nascer também vêm mostrando desempenhos positivos ao longo dos últimos anos, na maior parte dos países da UEMOA.

A inflação média da UEMOA apresenta um desempenho muito favorável, até mesmo equiparável aos países desenvolvidos. Nos últimos anos, a média da União varia entre 2,7% em 2007 e 3% em 2010. A única exceção foi em 2008, quando apresentou uma taxa de 7,4% conseqüência de aumento dos preços de alimentos e o início da crise financeira internacional.

Em comparação com as outras regiões em desenvolvimento, a UEMOA apresenta melhor desempenho que a América Latina e Caribe, e também está em melhor posição que a Ásia em Desenvolvimento e os Países do Oriente Médio. Este desempenho positivo da UEMOA deve-se basicamente as políticas macroeconômicas realizadas, as reformas nos setores financeiros e bancários, assim como alguns projetos sociais que vem sendo realizados. Ademais, ressalta-se que o sistema de câmbio fixo permitiu o controle da inflação, apoiado na sua convertibilidade fixa em relação ao euro.

A verdade é que, mesmo sabendo que ainda há muito a fazer, é meritório reconhecer que os avanços obtidos foram gigantescos, face ao quadro de penumbras que se vislumbrava nos primeiros anos. O futuro visto a partir de hoje, parece ser bem mais promissor do que o que se enxergava há duas décadas. Assim, os caminhos do desenvolvimento da UEMOA, apesar das grandes dificuldades e problemas enfrentados, aos poucos, esta obtendo desempenhos significativos.

7 CONCLUSÃO

Esta tese procurou avaliar o processo da integração da UEMOA, na tentativa de entender seu surgimento e os fatores que conduziram o estabelecimento de uma união econômica e monetária sem seguir as diretrizes convencionais, sobretudo numa região sem as condições prévias. Neste contexto, salienta-se que as condições históricas e políticas, desta vez superaram as divergências étnicas, que em muitas ocasiões impediram a realização de importantes projetos regionais.

Uma contribuição potencial desta tese está no fato de que sua análise foca a integração da UEMOA desde o ponto de vista da economia política. É a partir desta, que a dimensão histórica foi tratada, buscando-se, assim avançar sobre aspectos estritamente descritivos que marcaram as produções sobre as integrações nesta região. Neste sentido, construiu-se uma explicação para esta integração *à la africana*. Nosso esforço também procurou avançar sobre as críticas recebidas pelos agrupamentos africanos sem uma análise prévia das causas que a fundamentaram, como se fez nesta tese. Portanto, se pretende com a mesma, cobrir as lacunas existentes sobre a análise das realidades econômicas desde esse ângulo, ao mesmo tempo, difundir esta importante arquitetura que está apoiando o arranque do desenvolvimento na região em análise.

Os capítulos 2 e 3 foram dedicados à revisão bibliográfica sobre a integração regional e suas teorias. A integração regional, entendida como a junção das diversas partes para formar um todo é um processo que se converteu num instrumento importante na luta contra a pobreza e subdesenvolvimento, e sua necessidade em nenhuma outra região é mais importante do que na África em geral.

O capítulo 4 trouxe a questão relacionada com a história da África Ocidental, e posteriormente dos países que hoje fazem parte da UEMOA. Os capítulos 5 e 6 tentam dar respostas às perguntas da tese. Especificamente, o capítulo 5 explica o processo da UEMOA, os entraves encontrados, assim como os desafios que esta integração vai enfrentar. O capítulo 6 explica o sistema financeiro da UEMOA, o impacto da crise nesta região e, também, relaciona integração regional com o desenvolvimento econômico.

Em relação conteúdo do capítulo 2, perante a diversidade conceitual da integração, o elemento mais conciliador é que a integração é à junção das partes para formar um todo. O

intenso dinamismo das transformações estruturais na atual globalização e a posição nela ocupada pelos países africanos junto ao seu passado histórico cujas seqüelas ainda perduram, convertem a integração regional, não só no aspecto econômico, especialmente em sua dimensão monetária e financeira, em uma das ferramentas indispensáveis ao desenvolvimento. A própria Unctad (2007) se mostrou favorável a esta postura, perante as incertezas em relação às reformas mais profundas na arquitetura financeira internacional, ao afirmar que não existia uma melhor alternativa para os países em desenvolvimento do que a integração regional.

A integração econômica regional na África Ocidental é, porém, um fenômeno com múltiplas vertentes e sua análise tem forçosamente que se inserir numa complexidade feita de rupturas e reconstruções em vários níveis. Robson (1985) realça que os prós e contras da integração dos países africanos dependem da importância prática de fatores como: o relevo que é dado à industrialização no desenvolvimento econômico; as possibilidades de exportações de produtos manufaturados para o mercado mundial; a dimensão das economias de escala nas futuras regiões integradas; as diferenças nos custos de produção industrial entre vários países membros do agrupamento; a localização dos mercados nos países membros; e os custos de transporte no interior da região.

As razões e os objetivos integracionistas variam ao longo do tempo podendo ser econômicos, políticos, religiosos etc., dependendo do contexto e das circunstâncias, mas, a idéia implícita em todas elas é a cooperação. Por exemplo, na África ocidental, a integração surgiu como forma de descolonização e, posteriormente, se transformou nas estratégias desenvolvimentistas de seus países.

O capítulo 2 ainda analisa o importante debate entre a heterodoxia e a ortodoxia sobre a problemática da integração. De fato, ambas as posições são céticas em relação ao processo de integração, mesmo com fundamentos diferentes. Entretanto, esse caráter cético se manifesta mais do lado dos heterodoxos que do lado dos ortodoxos. A razão do maior ceticismo dos heterodoxos é explicada por entenderem que a integração monetária está relacionada com a introdução de políticas monetárias, fiscais e cambiais que constroem os governos locais no exercício do papel de estabilização do ciclo econômico e de promoção do emprego (SARRIERA, CUNHA, BICHARA, 2010)

O capítulo 3 tratou de expor as teorias da integração regional nas suas versões econômicas e políticas enfatizando a questão monetária. A teoria econômica da integração

trouxe ao centro analítico desta tese dois aspetos fundamentais, a saber: a criação do comércio e o desvio do comércio. Neste sentido, a teoria de Viner foi, sobretudo, pensada em relação às economias industrializadas e parece de limitada utilidade para apreciar a situação específica dos países em desenvolvimento. Isso quer dizer, que muitos dos seus conceitos não proporcionam critérios válidos sobre os quais é possível avaliar o provável sucesso ou fracasso da cooperação econômica entre países periféricos (TODARO, 1994).

Verificou-se que a integração monetária é entendida como um conjunto de moedas com conversão de paridade fixa e dotada de credibilidade. Seus principais idealizadores foram Mundell (1961), McKinnon (1963) e Kenen (1969), que coincidiram nas suas afirmações de que a mobilidade dos fatores é necessária para garantir o bom funcionamento da área monetária na absorção de choques.

Robson (1985) observa que as razões da integração econômica dos países em desenvolvimento não estão nas vantagens obtidas pelas alterações da estrutura do comércio existente (o qual se baseia na estrutura produtiva em atividade). Para estes países, o mais importante são os efeitos que a criação de mercados regionais pode trazer no longo prazo, quer através das maiores oportunidades de investimento que eles proporcionam, quer pela inevitável necessidade de mobilizar recursos disponíveis ou potenciais. Dito do outro modo, o problema não reside no impacto sobre a capacidade instalada, mas sobre as estruturas potenciais que emergirão necessariamente acompanhadas das vantagens de uma racionalização renovadora.

Argumenta-se, neste caso, como na maioria das outras regiões africanas, que a análise do seu processo de desenvolvimento e integração, deve-se dar de acordo com as suas especificidades. De fato, o estabelecimento de uma união econômica e monetária na UEMOA é compatível com as teorias da integração regional, uma vez que, existem autores (TORRENT, 2006; ROBSON, 1988; BADI, 2008) que alegam que o processo de integração não deve seguir necessariamente o exemplo europeu. Robson (1985) foi mais longe ao afirmar que as regiões africanas devem seguir suas diretrizes, tendo em conta que suas condições não são as mesmas com as de outras regiões.

É neste sentido que emerge a UEMOA. Ao contrário da integração europeia, passou de uma união monetária para união econômica. Entretanto, convém lembrar que seu processo começou como zona de preferência tarifária durante a vigência colonial- Zona Franco-, depois passou para uma União Aduaneira da África Ocidental (UDAO) entre 1959 a 1962. Em 1973,

a UDAO se transformou na União Monetária do Oeste Africano-UMOA-, e esta se converteu na UEMOA em 1994.

O que aqui se pretende dizer, é que seu estabelecimento não carece de lógica, como poderia aparecer à primeira vista de quem analisa este processo com as lentes das teorias econômicas convencionais e à luz da experiência dos países desenvolvidos. Defende-se aqui, que não necessariamente há que seguir o modelo europeu de integração, isso porque independentemente das circunstâncias, a UEMOA tem sido um ator muito importante no processo de desenvolvimento de seus países.

Por outro lado, temos lido em vários manuais da economia, a estreita relação entre a economia e a história. Esta questão foi tratada no Capítulo 4. De partida, referiu-se a história da África Ocidental, cuja essência é a mesma que a história das outras regiões africanas. Kizerbo (2010) lembra que todos os males que acometem a África hoje, assim como todas as venturas que ai se revelam, resultam de inumeráveis forças impulsionadas pela história.

Para este autor, a história da África deve ser reescrita, porque até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada e mutilada pela força das circunstâncias, ou seja, pela ignorância e pelo interesse que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro. Assim, não se trata de construir uma história revanche, mas de mudar a perspectiva e ressuscitar imagens esquecidas ou perdidas, a fim de reconstruir o cenário verdadeiro.

Do ponto de vista histórico, a tese tenta ressuscitar a integração regional na África Ocidental, como o despertar de um povo que foi oprimido e negado em sua história, e que agora busca encontrar na solidariedade- característica de sua cultura- a solução para seus problemas socioeconômicos. Assim, a integração na África Ocidental divide-se em três fases: (i) do início do panafricanismo até a criação da OUA e que corresponde à fase impositiva da época colonial; (ii) da criação da OUA até a década de 1990 e; (iii) a partir da década de 1990 até a atualidade.

Na primeira fase ou fase impositiva, se destacam dois aspectos. O primeiro se refere ao movimento panafricanismo, que inicialmente era uma simples manifestação em prol da igualdade do tratamento racial para os negros. Posteriormente, quando os africanos aderiram ao movimento, os objetivos e as reivindicações focalizaram-se na questão da luta pelas

independências nacionais. O segundo destaque corresponde à criação da OUA, que foi decisivo no processo de integração de toda África. Esta organização foi criada para lutar contra a colonização e a neocolonização que se estava emergindo depois das independências nacionais.

A segunda fase está relacionada com os primeiros anos das independências e o início das primeiras comunidades econômicas regionais, com destaque para a UMOA, a antecessora da UEMOA e a CEDEAO. A CEDEAO igualmente desempenhou importante função no progresso dos povos da África Ocidental. Entretanto, ainda enfrenta inúmeros problemas, que vem sendo citados ao longo do trabalho, fundamentado nas divergências entre os países francófonos e anglófonos, sobretudo as rivalidades entre a Nigéria de um lado, e do outro, a Costa do Marfim e Senegal.

Nesta fase foi elaborado o importante Plano de Ação de Lagos cujo conteúdo abarcava importantes perspectivas para o desenvolvimento africano de 1980-2000. Tal estratégia foi abortada de forma imediata pelas intuições de *Bretton Woods*, sob a alegação de que um plano da tamanha envergadura não podia ser aplicado na África. A seguir, estas instituições elaboraram um plano alternativo - Plano de Ajuste Estrutural, cuja aplicação foi prejudicial para os países africanos.

A terceira fase vai desde início da década de 1990 até a atualidade. Nesta fase, também chamado da “fase de maturidade”, a liderança local, melhor preparada, e mais consciente sobre a importância da integração no desenvolvimento de seus países, começou a projetar acordos econômicos regionais mais sólidos e aderentes às realidades locais e internacionais. É justamente nesta fase que emerge a UEMOA.

Naturalmente, entende-se que suscita uma grande curiosidade o fato do estabelecimento de uma união econômica e monetária numa região sem condições prévias. Assim, tanto o final do quarto capítulo como o capítulo 5 na sua totalidade, dedicaram-se a explicar a gênese do surgimento da UEMOA e seu funcionamento. Paralelamente, foram elencados alguns entraves que esse processo de integração enfrenta.

Desde os primeiros anos das independências nacionais, os países da UEMOA tentaram diversas vias e estratégias para impulsionar o desenvolvimento econômico e reverter a difícil situação enfrentada. Entretanto esses projetos não foram bem sucedidos e entre as causas se destacam: a herança colônial e a marginalização destes países no comércio global; as

rivalidades e divergências entre os máximos dirigentes africanos sobre a forma de conduzir a integração (ROBSON, 1985; BADI, 2002; VISENTINI, 2007); e a corrupção da elite política assim como conflitos internos e além das fronteiras.

O capítulo 6 traz-nos as principais conclusões da tese. Na tentativa de demonstrar que a UEMOA está guiando os países do bloco no caminho do desenvolvimento. Neste sentido, o capítulo trouxe alguns indicadores que são considerados pelos especialistas, evidências do desenvolvimento. Assim, vimos que o IDH dos países da UEMOA vem melhorando paulatinamente ao longo do tempo, passando de 0,388 em 1995 para 0,404 em 2005 e 0,472 em 2007. O PIB *per capita* está elevando ano após ano. Em 2006, a média do PIB *per capita* era de 517 dólares, em 2007, chegou a 550 dólares e, em 2009, situava-se perto dos 670 dólares. Tudo isso, reflete na redução de número de população que vive abaixo da linha da pobreza. Se em 2004, 44% da população da UEMOA vivia abaixo da linha da pobreza, em 2009 esta cifra tinha baixado para 34,8%. Uma cifra muito significativa, na luta contra a pobreza na região.

Por outro lado, quando se observam os indicadores sociais e educacionais, verifica-se que a taxa de mortalidade infantil está diminuindo, a esperança de vida, mesmo continuando baixo, apresenta avanços significativos. Nos indicadores educacionais, a taxa de analfabetismo está diminuindo e atualmente existe. Evidentemente, poderia suscitar a dúvida seguinte: é a UEMOA que está propiciando todas essas mudanças? Inequivocamente a resposta é: sim.

Isso porque com o estabelecimento da UEMOA, permitindo um clima estável, um moeda estável, talvez a mais estável da África até a ascensão da África do Sul como potência regional e ver fortalecida o *Rand (ZAR)*. Também se viu que com o estabelecimento da UEMOA, foram harmonizados os sistemas de contas nacionais, que permitiu dar uma maior transparência aos estados consolidados das empresas locais, assim como maior confiança nos poucos investidores da região.

Como na maioria dos trabalhos desta natureza, algumas questões nasceram ao longo da sua elaboração, gerando perguntas colaterais sobre o tema deste estudo e a sugestão de uma agenda de pesquisa posterior. Uma extensão, talvez a mais importante deste trabalho, é a análise das variáveis que permitem explicar o grau do desenvolvimento dos países.

Os resultados apresentados aqui vão ao encontro da tese que vêm argumentando vários autores africanos contemporâneos (BADI, 1992, 2002, 2008; WADE, 2005; MBOKOLO; 1998; TRAORÉ, 2008) que criticam o não reconhecimento por parte da literatura internacional dos esforços que a África vem realizando em questões do desenvolvimento. Neste sentido, a UEMOA, sem dúvida, deveria ter um lugar mais destacado no que se refere aos processos integracionistas.

Assim sendo, num contexto da globalização, com a marginalização da África em geral, a UEMOA se apresenta como solução para o desenvolvimento regional. Devido à pequena dimensão de mercados dos países da África Ocidental, a criação da UEMOA vem cobrir essa lacuna. Atualmente, é um mercado constituído por oito países com uma população de aproximadamente 95 milhões de habitantes onde existe mobilidade de pessoas e capitais, assim como todas as políticas macroeconômicas convergidas e coordenadas através de uma entidade supranacional comum.

Trata-se de um projeto interessante com objetivos ambiciosos, ainda mais, considerando-se que na região existem desníveis entre as economias nacionais. Some-se a isso, o fato de que as indústrias da região – de fraca expressão- não fabricam produtos de valor agregado e o setor mais importante continua sendo o primário. Estas características expõem as economias locais aos ciclos de preços internacionais de commodities, internalizando efeitos potencialmente deletérios associados a volatilidade daqueles, além de problemas conhecidos na literatura como a deteriorização de termos de intercâmbio e a “maldição dos recursos naturais”.

Muito embora esteja explícita a articulação de uma urgente promoção de integração regional, há que se considerar que o processo, por sua natureza, requer um tempo que geralmente vai além do idealizado para sua plena consecução. Os problemas dos países dessa região são de tal modo complexo, que o idealismo de alguns setores confronta-se com a dura realidade, o que evidentemente impõe limite às aspirações, as quais, embora legítimas e prementes de execução, têm de se ajustar a realidade, às vezes, fora de seu alcance.

A verdade é que, mesmo sabendo que ainda há muito a fazer, é meritório reconhecer que os avanços obtidos foram gigantescos, face ao quadro de penumbras que se vislumbrava nos primeiros anos. A criação de uma união econômica e monetária, mesmo em condições inadequadas, que a teoria convencional sugere ideal, por si só é um avanço, dadas as dificuldades internas, ainda que isso não substitua a necessidade das estratégias do

desenvolvimento nacionais mais sólidas e o fortalecimento das instituições. O futuro visto a partir de hoje, parece ser bem mais promissor do que o que se enxergava há duas décadas.

Ao fim e ao cabo, espera-se ter conseguido agrupar evidências suficientes para sustentar que a integração regional dos países da UEMOA está resultando positivamente no processo de desenvolvimento dos seus membros. Por tanto, as conclusões deste trabalho são muito esperançosas quanto ao futuro da região, uma vez que seus governos, a sociedade civil e a população em geral, estão conscientes da importância que pode reverter à integração para o desenvolvimento regional.

Isso posto de lado, a conclusão ainda reforça a linha de argumentação que sugere a necessidade da UEMOA continuar a efetuar arranjos nos setores fundamentais, em decorrência dos acontecimentos da atual globalização, além de indicar que deverá ter maior rigorosidade no cumprimento das normas pactuadas, tendo em conta que muitos indicadores de convergência ficaram longe dos objetivos previamente estabelecidos.

Ora bem, do que se acabou de expor, fica a certeza de que obtiveram novas respostas para algumas questões relacionadas com o desenvolvimento africano, neste caso na África Ocidental no atual período. Por outro lado, abriram-se novas portas para futuras investigações de projetos de pesquisa com a possibilidade de continuar analisando e demonstrando alguns logros que tanto a África Ocidental como o continente em geral está realizando.

REFERÊNCIAS

ABDOUL, Mohamadou et al. Le cas de Ségambie méridionale. In: ENDA DIAPOL. **Les dynamiques transfrontalières en Afrique de l'Ouest**. Paris: CERDI; KARTHALA, 2007.

ABDOUL, Mohamadou; DAHOU, Karim; TRÉMOLIÈRES, Marie. Le cas Maradi-Katsina-Kano: un couloir de développement). In: ENDA DIAPOL. **Les dynamiques transfrontalières en Afrique de l'Ouest**. Paris: CERDI/ KARTHALA, 2007.

ABWA, Daniel. Kwame Nkrumah revise: les seize pour les États-Unis d'Afrique. In: BAH, Thierno (Org.). **Intellectuels, nationalism et ideal panafricain: perspective historique**. Dakar: CODESRIA, 2005.

ADB. **African Economic Outlook 2010**. African Development Bank, 2010. Disponível em: <http://www.un.org/esa/dsd/resources/res_pdfs/publications/sdt_afri/AEO2010_part1_p76.pdf>. Acesso em: 21jul.2010.

ADEJEJI, Adebayo. **From the Lagos Plan of Action to the New Partnership for African Development and from the Final Act of Lagos to the Constitutive Act: whither Africa?** African Forum for Envisioning. Nairobi, 2000. Disponível em: <<http://www.worldsummit2002.org/texts/AdebayoAdedeji2.pdf>>. Acesso em: 23ene.2011.

ADEDEJI, Adebayo. **Defining priorities for regional integration: history and prospect for regional integration in Africa**. African Development Forum III, UNECA, 2000. Disponível em: <http://www.uneca.org/adfiii/docs/adf3_rept.pdf>. Acesso em: 12jul.2011.

ADETULA, Victor A. regional integration in Africa: prospect for closer cooperation between West, East and Southern Africa. **IDASA/FREDSKORPSET Research Exchange Program Governance and Democracy**. Johannesburg, May, 2004.

AJE-GB. **Adesão da Guiné-Bissau à UEMOA**. Bissau: INEP, 1997.

AMIN, Samir. **Miradas a un medio siglo. Itinerario 1945-90**. La paz: Iepala y Plural, 1999.

AMIN, Samir. Regionalism in Response to Polarizing Globalization. In: HETTNE, B; INOTAI, A; SUNKEL, O. **Globalism and the New Regionalism**. ONU/WIDER. London: MacMillan Press, 1999.

AMIN, Samir. Imperialismo y globalización. **Revista da globalización**, junho, 2001. Disponível em: < <http://www.rebellion.org/>>. Acesso em: 20 jun.2011.

AMIN, Samir. **Quelques aspects économiques de l'unité africaine**. Argel: SNED, 1972.

ARIEFF, Alexis; WEISS, Martin; JONES, Vivian. **The Global Economics Crisis: impact on Sub-Saharan Africa and Global Policy Responses**. Congressional Research Service, 2009. Disponível em : < <http://www.fas.org/sgp/crs/row/R40778.pdf>>. Acesso em: 10 oct. 2010.

ARYEETAY, Ernest. **The Global Financial Crisis and Domestic Resource Mobilization in Africa**. Organization for Economic Co-operation and Development, 2009. Disponível em:< <http://www.oecd.org/dataoecd/1/30/43697058.pdf>>. Acesso em: 12 nov.2009.

ARYEETAY, Ernest. **Regional Integration in West Africa. Research programme on: Integration and Co-operation in Sub-Saharan Africa**. OECD Development Center. *Working Paper* No. 170, March 2001. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/17/41/33787529.pdf>>. Acesso em: 12 nov.2009.

ASSANTE, Samuel K. **African development: Adebayo Adedeji's alternatives strategies**. London: Hans Zell Publishers, 1991.

AUREE, Eduardo B. Integración Económica Regional en África subsahariana. **Cuadernos de Trabajo de Hegoa**, Bilbao, n.23, p.3-43, 1998.

AURRE, Eduardo B. **Regionalismo y Multilateralismo como estrategia del desarrollo para África Subsahariana en el contexto de la globalización neoliberal**, [2002].Disponível em: < <http://www.ucm.es/info/ec/jec8/Datos/documentos/comunicaciones/Mundial/Bidaurrazaga%20Eduardo.PDF> >. Acesso em: 22 maio. 2010.

BAD. L'effet de la crise financière mondiale sur l'Afrique. **Working Paper**, N° 96, mars, 2009. Disponível em: <<http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/BAD%2096%20Fran%C3%A7ais.pdf>>. Acesso em: 12 jan.2010.

BADI, Mbuyi K. **Ideologías y Experiencias de Integración Regional en África:** problemas e perspectivas. Tesis (Doctorado en Ciencias Políticas)- Departamento de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales de la Universidad Complutense. Madrid, 1992.

BADI, Mbuyi K. La integración Africana Problemas e Perspectivas. **Agencia Española de Cooperación Internacional**, Madrid, p.23-48, 1993.

BADI, Mbuyi K. La integración Regional en África: análisis político y económico, **Cuadernos de Ciencias Económicas**, Malaga, v.40, p .53-97, 1º semestre de 2001.

BADI, Mbuyi K. África en la globalización neoliberal: las alternativas africanas. **Revista THEOMAI. Estudios sobre sociedad y desarrollo**, Buenos Aires, n.17, 1º semestre, 2008.

BADIAN, Seidu. **Las vías del socialismo africano**. Barcelona: Cultura Popular, 1967.

BAH, Thierno (Org.). **Intellectuels, nationalism et ideal panafricain: perspective historique**. Dakar: CODESRIA, 2005.

BALOGUN, Emmanuel D. **Determinants of West African Monetary Zone (WAMZ) countries global export trade: do foreign reserves and independent exchange rates matter?** MPRA- Munich Personal RePEc Archive, Paper N° 12929, 2009. Disponível em: <http://mpa.ub.uni-muenchen.de/12929/1/MPRA_paper_12929.pdf>. Acesso em: 12 nov.2010.

BANCO MUNDIAL. **Integração Regional em África. Notas de antecedentes para reunião de consultas sobre integração regional**, 2007. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTAFRREGINICOO/Resources/RID_2007_Port.pdf>. Acesso em: 23 fev.2011.

BARBOSA, Rubens A. Liberalização do comércio, integração regional e Mercado Comum do Sul: o papel do Brasil. **Revista de Economia política**, São Paulo, v.13, n.1, p. 64-81, jan-mar, 1993.

BARRY, Mamadou A. **Abdoulaye Wade et sa pensée économique. Des indépendances au Nepad**. Vanves: Hachette Livre International, 2005.

BCEAO. **Perspectives Economiques des Etats de L'UEMOA en 2006**. Disponível em :<http://www.izf.net/upload/document/Situation/perspectives_Econ_UEMOA2006.pdf>. Acesso em: 07 jun.2010.

BELASSA, Bela. **Teoria de Integração Econômica**. Lisboa: Livraria Clássica, 1961.

BENIN. **Gouvernement et ministères du Benin**. 2001. Disponível em: <<http://www.gouv.bj>>. Acesso em: 11 Jul.2011.

BHAGWATI, Jagdish N. Regionalism and multilateralism : an overview. In : DE MELO, Jaime ; PANAGRIYA, Arvind. **New dimensions in regional integration**. Centre for Economic Policy Research. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

BHAGWATI, Jagdish. U.S. Trade Policy: The Infatuation with Free Trade Agreements. In: Jagdish Bhagwati and Anne O. Krueger (Eds). **The dangerous drift to preferential trade agreements**. Washington: AEI Press, 1995.

BIANCARELI, Andre M. **Integração, ciclos e finanças domésticas**: o Brasil na globalização financeira. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia da UNICAMP. São Paulo, 2007.

BIANCARELI, Andre M. Inserção externa e financiamento: notas sobre padrões regionais e iniciativas para a integração na América do Sul. **Cadernos de Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p 127-177, dez. 2008.

BICHARA, Julimar; CUNHA, André; LELIS, Marcos Tadeu. Integración Monetaria y Financiera en América del Sur y Asia. **Latin American Research Review**, Pittsburgh, v.43, n. 1, p.84-112, 2008.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. RJ.SP: Editora Record, 2000.

BIGGS, Gonzalo. Solución de controversias sobre comercio e inversiones internacionales. **Revista de la CEPAL 80**, Santiago de Chile, p. 101-119, Agosto, 2003.

BLOCK, Fred L. **Los orígenes del desorden económico internacional**. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

BOAHEN, Albert. A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN, Albert (Org). **História Geral da África VII**. África sob a dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010.

BOYER, Rober. Estado, Mercado e Desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI? **Economia e sociedade**, Campinas, v. 12, p. 1-20, jun. 1999.

BURKINA FASO. **Actualité du premier ministre**. 2011. Disponível em: <<http://www.gouvernement.gov.bf>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

BUSTELO, Pablo. **Los nuevos países industriales asiáticos desde 1945: ¿milagros económicos o modelos del desarrollo?** Madrid: Editorial Universidad Complutense, 1989.

CACCIAMALI, Maria C. Aspectos de distribuição de renda no Brasil. In: PINHO, Diva; VASCONCELLOS, Marco (Orgs). **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1996.

CARDOSO, Oscar V. **Regionalismo e seus efeitos sobre o principio de não discriminação e a clausula da não mais favorecida**. Dissertação (Direito). Programa de Pós-graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

CARDOSO, Fernando H; FALLETO, E. **Dependencia y desarrollo em América latina**. México DF: Siglo XXI, 1969.

CARDOSO, K. F. et al. **Erradicação da pobreza e da fome: desafios no contexto da crise mundial de alimentos**. Simulação das Nações Unidas para Secundaristas- *SINUS*, 2009. Disponível em: <<http://www.sinus.org.br/2009/preparacao/GuiaECOSOCInternet.pdf>>. Acesso em: 23 fev.2010.

CARNEIRO, Ricardo. Globalização e integração regional. **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p. 43-80, dezembro, 2008.

CASTELAR, A. O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (Orgs). **Sociedade e Economia: Estratégia de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2009

CASTRO, Armando; CARDOSO, Fernando J. Dinâmicas e espaços de integração. In: **A Integração Aberta: um projecto da União Europeia e do Mercosul**. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, 1995.

CEDEAO. **La BIDC en Bref**. 2011. Disponible em: <www.bidc-ebid.org/fr/documents/telecharger.php?filename=bidcenbref.pdf>. Acesso em: 22 jun.2011.

CEDEAO. **Les Migrations, Atlas de l'intégration Régionale on Afrique de l'Ouest**. 2006. Disponível em: <www.oecd.org/sah>. Acesso em: 20 fev.2011.

CEDEAO. **Treaty of ECOWAS**. 1991. Disponível em: <<http://www.afrimap.org/english/images/treaty/ECOWAS%20Treaty.pdf>>. Acesso em: 20 jun.2010.

CESPEDES, G; JAÉN, A. ¿El Alivio de la Deuda en África: Hacia una reducción de la Pobreza? **ICI, Tribuna de Economía**, Enero-Febrero, 2003.

CHANG, Há- Joon. **Globalization, Economic Development and the Role of the State**. London: Anthem Press, 2003.

CHANG, Ha-Joon. **Bad samaritans: the myth of free trade and the secret history of capitalism**. London: Bloomsbury Press, 2008.

CHANG, Ha-Joon. **Kicking Away the Ladder: Development strategy in Historical Perspective**. London: Anthem Press, 2002.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLARK, C. **The condition of economic progress**. London: MacMillan, 1940.

CNUCED. **Le développement Economique en Afrique: Rapport 2009**. Renforcer l'intégration économique régionale pour le développement de l'Afrique. Conférence des nations unies sur le commerce et le développement. 2009. Disponível em: <http://www.unctad.org/fr/docs/aldcafrica2009_fr.pdf>. Acesso em: 07 maio 2010.

CODERSIA. **Consolidation et renouveau de la Recherche Sociale en Afrique** : Document du plan stratégique pour la période 2007-2011. Conseil pour le développement de la recherche en sciences sociales en Afrique. 2009. Disponível em : <http://www.codesria.org/IMG/pdf/plan_strategique.pdf>. Acesso em: 17 maio 2011.

CONCEIÇÃO, O. A. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Fundação de Economia e Estatística. Tese (Doutorado em Economia)- Fundação da Economia e Estatística (FEE), Porto Alegre, 2002.

COIMBRA, Paulo. Teorias de integração Monetária. Aplicação à União Européia. **Gestão e Desenvolvimento**, Viseu, v.10, p. 243-258, 2001.

COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, p. 95- 120,1998.

COLLIER, Paul; GUNNING, Jean. Explaining African economic performance. **Journal of Economic Literatura**, v. 37, p.1-54, March 1999.

COLLIER, Paul; GUNNING, Jean. Why has Africa grown slowly. **Journal of Economic Perspectives**, v. 13, n.3, summer, 1999.

CORTES, José L. **La organización para la unidad Africana**: un sueño político para un continente dividido. Madrid: CIDAF, 1981.

COOPER, R. Economic Interdependence and Coordination of Policies. In: JONES, R.W.; KENEN, P.B. (Ed.). **Handbook of International Economies**. vol. 2, Cap. 23, p.1195-1234, 1985.

COSTA DE MARFIM. **Le guide pratique de vos affaires en Côte d'Ivoire**. 2011. Disponível em: <http://www.izf.net/affiche_oscar.php?num_page=5878>. Acesso em: 07 jul. 2011.

CULPEPER, Roy. Reforma de la arquitectura financiera mundial: el potencial de las instituciones regionales. In: OCAMPO, José Antonio (Org.). **Cooperación financiera regional**. Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

CULPEPER, Roy; BHUSHAN, Aniket. **Domestic Resource Mobilization in Sub-Saharan Africa**: A summary Discussion Draff. The North-Suth Institute. Ottawa, 2008. Disponível em: <<http://www.nsi-ins.ca/english/pdf/NSI%20Background%20paper%20DRM%20SSA%20project%20%5B2008%20%5D.pdf>>. Acesso em: 12 abr.2010.

CUNHA, Paulo de Pitta E. **Integração Européia**: Estudos de Economia, Direito e Política comunitária (1963-1993). Coimbra: Almedina, 2004.

CUNHA, André M. **Crise no pacífico asiático**: causas e conseqüências. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia da UNICAMP. São Paulo, 2001.

CUNHA, Andre M. Integração Monetária e Financeira em condições periféricas: as experiências recentes de Ásia e América Latina. **Cadernos de Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v.3, p. 179-212, 2008.

CUNHA, Paulo. **Integração Européia**: estudos de economia, direito e política comunitária. Coimbra: Almedina, 2004.

CURRIE, D; LEVINE, P; VIDALS, N. International cooperation and Reputation in an Empirical Two-Bloc Model. **CEPR Discussion Paper**, n.189, 1987.

DAMASCENO, Aderbal. Integração Financeira internacional e Crescimento Econômico de Longo Prazo: uma apreciação crítica da abordagem convencional. **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 16, n. 2, p. 171-198, 2007.

DAHOU, Karim; DAHOU, Tarik; GUEYE, Cheik. Espaces frontières et intégration régionale: Le cas (SKBo). In: ENDA DIAPOL. **Les dynamiques transfrontalières en Afrique de l'Ouest**. Paris: CERDI; KARTHALA, 2007.

DE BRITO, Iris. A Economia dos conflitos violentos em África. **Revista Lusófona de Estudos Africanos**, Lisboa, n.2, p. 177- 197, 2009.

DE LA VEGA, Lourdes. **Actores regionales y subregionales en África Subsahariana**: socios y líneas de trabajo potenciales para la cooperación española. Fundación Carolina, Madrid, 2007. Disponível em:
<<http://www.fundacioncarolina.es/esES/publicaciones/avancesinvestigacion/Documents/afriacasubsahariana.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

DE OLIVEIRA, Luca K. **Petróleo e Segurança Internacional: Aspectos Globais e Regionais das Disputas Por Petróleo na África Subsaariana**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Pós-graduação em relaciones internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

DEUTSCH; Karl W. **The growth of Nations**: Some Recurrent Patterns of Political and Social Integration. New York: Irvington publishing, 1993.

DEUTSH, Karl et alli. **Political community and the North Atlantic Area**. Princeton: Princeton University Press, 1975.

DIALLO, Mamadou A. **A Construção do Estado no Senegal e integração na África Ocidental**: os problemas da Gâmbia, de Casamance e da integração regional. Dissertação (Ciências Políticas). Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

DIALLO, Mamadou A. Relações Comerciais entre o Brasil e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental-CEDEAO. **Anais do II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “ Santiago Dantas”** (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), 2009. Disponível em: < <http://www.unesp.br/santiagodantassp/> >. Acesso em: 25 jun.2011.

DIARRA, Traoré Y. La difficile marche vers le pouvoir. **Afrique Démocratie**, Paris, N° 1, Février, 2011.

DIENG, Amandy A. Nationalism et panafricanism. In: BAH, Thierno (Org.). **Intellectuels, nationalism et ideal panafricain: perpective historique**. Dakar: CODESRIA, 2005.

DIOP, Cheikh A. **L’Afrique Noire Precoloniale**. Paris: Presence Africaine, 1987.

DJALÓ, Aladje M. **Regionalização como busca de alternativa na África pós-colonial**: a Guiné-Bissau e a União Econômica e Monetária da África Ocidental. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas)- Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

DOS SANTOS, Theotônio. **A Teoria da Dependência**: Balanços e Perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DOSI, G.; FREEMAN, C.; FABIANI, S. The Process of Economic Development: Introducing Some Stylized Facts and Theories on Technologies, Firms and Institutions. **Industrial and Corporate Change**, v.3, n. 1, 1994.

DIENG, Amandy A. Nationalism et panafricanism. In: BAH, Thierno (Org.). **Intellectuels, nationalism et ideal panafricain: perpective historique**. Dakar: CODESRIA, 2005.

EASTERLY, William; LEVINE, Ross. Africa's growth tragedy: policies and ethnic divisions. **Quarterly journal of Economics**, v. 112, n.4, 1997.

EGOSCOZABAL, Ainhoa. **Regionalismo, globalização e pobreza: alternativas para o desenvolvimento dos países africanos**. IX Reunión de Economía Mundial, Abril 2007. Disponível em: <<http://www.uam.es/otros/ixrem/Comunicaciones/Area%2011-Integracion.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2009.

EGOSCOZABAL, Ainhoa. **La Integración Regional en África Subsahariana: procesos problemática y relaciones con la Unión Europea**. 2004, p.5. Disponível em: <<http://www.sem-wes.org/VIREM/cm50.doc>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

EICHENGREE, Barry. **A Globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Editora 34, 2000.

EICHENGREEN, B. **Does Mercosur Need a Single Currency**. Cambridge, 1998. Disponível em: <<http://papers.nber.org/papers/w6821.pdf>>. Acesso em: 15mar. 2009.

EL-AGRAA, M. International Economic Integration. In: GREENAWAY, D (Ed). **Current Issues in International Trade**. London: MacMillan Publishers, 1985.

ENTRALGO, Armando. **Panafricanismo y Unidad Africana**. La Habana: Ciencias Sociales, 1989.

ESTEVES, Thiago. Integração regional na América Latina: Da CEPAL ao Consenso de Washington. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.172-202, 2008.

EUROPEAN COMMISSION. One market, one money: an evaluation of the potential benefits and cost of forming and economic monetary union. **European Economy, Brussels**, n.44, Oct.1990.

FARIA, Luiz A. Integração regional e desenvolvimento no Cone Sul. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 129-158, 1999.

FAWOLE, Alade; UKEJE, Charles (Ed.). **The Crisis of the State and Regionalism in West Africa: Identity, Citizenship and Conflict**. Dakar: CODERSIA, 2005.

FERNANDES, Joel A. **A integração econômica como estratégia para o desenvolvimento econômico na África Ocidental**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

FERNANDES, Lito N. Las Raíces Históricas del Atraso Económico en África Subsahariana. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.11, n. 1, p.11-38, 2008.

FERNANDES, Lito N. A pobreza na África Subsaariana e suas conseqüências no atual mundo globalizado. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 13, p.87-96, 2010.

FERNANDES, Lito N. Africa Subsahariana Contemporánea: andadura, prejuicios e consecuencias de su situación en la valoración de sus ciudadanos. **Revista Em Debate**, Florianópolis, v.5, p.16-33, 2011.

FERNANDES, L. N.; DIALLO, M. A. A construção do estado nacional no Senegal: o separatismo Casamancês. **Anais...** 2010. Disponível em: <<http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT04/Mamadou%20Alpha%20Diallo%20e%20Lito%20Nunes%20Fernandes.pdf>>. Acesso em: 28 jan.2011.

FERRARI FILHO, F. As propostas keynesianas de reforma do sistema financeiro internacional: em busca da neutralidade da moeda da conversibilidade internacional. **Revista de Economia**, UFPR, v.32, n.2, 2006.

FERRARI-FILHO, Fernando; DE PAULA, Luiz F. Será consistente a proposta de criação de uma União Monetária no Mercosul? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.22, n. 2 (86), abr./jun. 2002.

FERREIRA, Graça E. **A teoria da integração econômica internacional e o modelo da integração no espaço econômico europeu**. Porto: Legis, 1997.

FERREIRA, Manuel E. **Integração econômica na África: o poder de identidade**, [2005]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6891.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

FINKELSTEIN, Claudio. A Organização Mundial do Comércio e a integração regional. **Revista do Instituto de Pesquisa e Estudos**, Bauru, n. 19, p.53-65, 1997.

FILHO, Pio. Integração Econômica no continente africano: ECOWAS e SADC. **Cena internacional**, Brasília, vol.2, n.2, p.17-34, 2000.

FILHO, André. Teoria elementar do funcionamento do mercado. In: PINHO, Diva; VASCONCELLOS, Marco (Orgs). **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1996.

FMI. **Perspectivas de la economía mundial**. Fondo Monetario Internacional, Abril, 2011.

FRANK, Andre G. El subdesarrollo del desarrollo. **Un ensayo autobiográfico**. Madrid: Iepala, 1992.

FRANKEL, J; ROSE, A. The Endogeneity of the Optimum Currency Area Criteria. **Economic Journal**, n.108, p.1009-25, 1998.

FREITAS, Maria; PRATES, Daniela. As restrições das novas regras do Comitê de Basiléia sobre as condições de financiamento dos países periféricos. **Econ. Ensaios**, Uberlândia, vol.15, n.2, p. 59-93, 2000.

GADELHA, Felipe M. **Cambio e integração regional**: flutuação conjunta e otimização dinâmica para MERCOSUL. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de desenvolvimento e Planejamento Regional. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

GARCIA, Manuel E. Sistema Financeiro Nacional. In: PINHO, Diva; VASCONCELLOS, Marco (Orgs). **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1996.

GÁRCIA, Valeria. **A Dimensão Social dos Processos de Integração Regional**: as estratégias do MERCOSUL e da União Européia. Dissertação (Mestrado em integração latino-americano) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2007.

GERSCHENKRON, Alexander. **Atraso econômico e industrialização**: el atraso econômico en su perspectiva histórica. Barcelona: Ariel, 1968.

GILPIN, Robert. **Global Political Economy: Understanding the International Economic Order**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GIAMBIAGI, Fabio. MERCOSUL: ¿Porque la unificación monetaria tiene sentido a largo plazo. **Revista Integración & Comercio**, Buenos Aires, N°1, enero-abril, p. 63-88, 1997.

GIAMBIAGI, Fabio. Moeda única no MERCOSUL: notas para o debate. Revista **Brasileira de Política Internacional**, Brasília, Ano 41, N°1, 1998.

GIAVAZZI, Francesco; PAGANO, Marco. The Advantage of Tying One's Hands: EMS Discipline and Central Bank Credibility. **European Economic Review**, 32, pp-1055-1082, 1988.

GLASER, Antoine; SMITH, Stephen. **Comment la France a perdu l'Afrique**. Paris: Hachette, 2005.

GOMES, Franklin C. **Os sucessivos Golpes Militares no processo da democratização da Guiné-Bissau**. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

GUEY, M'Baye; BOAHEN, Albert. Iniciativas e resistência da África ocidental. In: BOAHEN, Albert (Org). **História Geral da África VII**. África sob a dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010.

GURLEY, J.G; SHAW, E.S. Financial Intermediaries and the Saving Investment Process. **Journal of Finance**, XI, p.257-66, 1965.

HAAS, Ernest. **The uniting of Europe**. Stanford: Stanford University Press, 1958.

HAAS, Ernest. **Beyond the Nation-State: Functionalism and International Organization**. Stanford: Stanford University Press, 1964.

HAAS, Ernest. **The Union of Europe: political, social and economic forces**. Stanford: Stanford University Press, 1968.

HAMMOUDA, Hakin B; KASSÉ, Moustapha (Org.) **Le NEPAD et les enjeux du développement en Afrique**. Paris: Maisonneuve&Larose, 2002.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HUFBAUER, Gary and KOTSCHWAR, Barbara. **The Future Course of Trade Liberalization**. Institute for International Economics, 1998a. Disponível em: < <http://www.iie.com/testmony/gch2htm> >. Acesso em: 20.jan.2009.

HUNT, D. Economic Theories of development. **An analysis of Competing Paradigms**. London: Harvest Wheatsheaf, 1989.

JAÉN, Artur C. **Economía Política de la reforma de las políticas del Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional en África Subsahariana. El caso de Chad**. Tesis (Doctorado en Ciencias Económicas)- Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. Universidad de Barcelona. Barcelona, 2009.

JAUARÁ, Manuel. Dilema da transição política na África lusófona: de uni para pluripartidarismo. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de ciências sociais**. Coimbra, 2004. Disponível em: < <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ManuelJauara.pdf> >. Acesso em: 22.jul.2011.

JÚNIOR, José F. **Colapso do Estado na Guiné-Bissau ou a outra face de qualquer Estado de Direito?** Monografia (Ciencias Sociais)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

KAMABAYA, Moíses. **O renascimento da perspectiva da personalidade Africana**. Luanda: Nzilia, 2003.

KEYLOR, William. **El mundo del siglo XX. La guerra Fría entre las potencias**. Buenos Aires: Editora Docencia, 1997.

KEYNES, John M. **Teoria Geral do emprego, do juro e do dinheiro**. São Paulo: Editora ATLAS, 1982.

KEYNES; John M. **Teoria Geral do emprego, do juro e do dinheiro**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

KENEN, P.B. Theory of optimum currency areas: an eclectic view. In: MUNDEL, Robert A.; SWOBODA, Alexander K. (Eds). **Monetary problems of the international economy**. Chicago: University of Chicago Press, p. 41-60, 1969.

KINDLEBERG, C.P, HERRICK, B. **Economic development**. Oxford: Oxford University Press, 1976.

KI-ZERBO, Joseph. **Metodologia e pré-história da África**: História Geral da África I. Brasília: UNESCO, 2010.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra II**. Paris: Publicações Europa América, 1972.

KI-ZERBO, Joseph. Gobernanza Mundial. El marco histórico de la gobernanza en África. **Caravana para un mundo responsable, plural y solidario**, n. 6, 2000.

KREGEL, Jan. Riscos e implicações de globalização financeira para a anatomia de políticas nacionais. In: FERRARI FILHO, F.; De PAULA, Luis (Org) **Ensaio de Macroeconomia Aberta**. Petropolis: Vozes, 2004.

KRUGMANN, Paul. **Geography and Trade**. Cambridge: MIT Press, 1991.

KRUGMANN, Paul. **Economia Internacional: Teoría e Política**. São Paulo: Makron Book, 2001.

KRUGMAN, Paul. **Uma nova recessão? O que deu de errado?** Rio de Janeiro: Campus, 2009.

KRUGMAN, Paul. **Financing vs Forgiving a Debt Overhang**. **Working Paper N° 2486**, January, 1988. Disponível em: < <http://time.dufe.edu.cn/spti/article/krugman/krugman021.pdf> >. Acesso em: 24 jan.2011.

LECHINI, Gladys. El mapa de la integración africana: el caso de SADC. Colección, edición especial sobre África Subsahariana. **Instituto de Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales/UCA**, p. 231-270, 2001.

LEVINE, Ross. Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda. **Journal of Economic Literature**, vol. 35, n.2, pp.688-726,1997.

LOZA-VÁZQUEZ, Martha. **A dimensão social do processo de integração regional na América Latina: atores e agentes da sociedade emergentes no MERCOSUL e NAFTA:**

os casos de Brasil e do México. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual de São Paulo- UNESP. São Paulo, 2006.

MACIAS, José; MASSA, Isabella. The Global Crisis and Sub-Saharan Africa. The effects of slowing private capital inflows on growth. Overseas Development Institute. **Working Paper** 304, June, 2009.

MACHADO J B. **MERCOSUL. Processo de integração:** origem e evolução da crise. São Paulo: Aduaneira, 2000.

MALI. **Primature. Le médiateur de la République.** 2011. Disponível em: <<http://www.primature.gov.ml>>. Acesso em: 11. Jul.2011.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril cultural, 1982.

MANGU, André M (Org.). **Nationalisme, panafricanisme et reconstruction africaine.** Dakar: CODESRIA, 2006.

MANKIW, Gregory. **Macroeconomia.** São Paulo: Pioneira Thompsosn Learning, 2005.

MARIANO, Marcelo; MARIANO, Karina. As teorias de integração regional dos Estados subnacionais. **Impulso**, Piracicaba, nº 31, p. 27-70, 2002.

MATTHEWS, Alan. **Integración regional y la seguridad alimentaria em países en desarrollo.** Roma: FAO, 2003.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultura (Os Economistas), 1988.

M´BOKOLO, Elikia. Las realidades sociales, políticas y económicas de África de hoy. **Tiempos de paz**, Madrid, nº 27-28, 1998.

M´BOW, Amadou M. Prefácio. In: KI-ZERBO, Joseph. **Metodologia e pré-história da África:** História Geral da África I. Brasília: UNESCO, 2010.

McKINNON, Ronald. Optimum Currency Areas. **The American Economic Review**, v. 53, n. 4, pp. 717-725, 1963.

MEDINA, M. **Las organizaciones internacionales**. Madrid: Tecnos, 1979.

MEIER, G.M. **Leading issues in economic development**. Oxford: Oxford University Press, 1977.

MELO, José E. Cronologia sobre a história da África Contemporânea (1945-1998). **Ciências & Letras**. Nº 21 e 22, p. 329-368, 1998.

MEIER, G; SEERS, D. **Pioneros del desarrollo**. Madrid: Tecnos, 1984.

MILONE, Paulo C. Crescimento e Desenvolvimento Econômico. In: PINHO, Diva; VASCONCELLOS, Marco (Orgs). **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1996.

MINSKY, H. **Stabilizing an Unstable Economy**. New Haven: Yale University Press, 1996.

MITRANY, David. **A working peace system**. London: Royal Institute of International Affairs, 1943.

MISHKIN, Frederic S. **Monetary Policy Strategy**. Cambridge: MIT Press, 2007.

MOLLO, Maria L; AMADO, Adriana. Ortodoxia e Heterodoxia na Discussão sobre Integração Regional: A origem do pensamento da CEPAL e seus desenvolvimentos posteriores. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 129-156, 2004.

MOLLO, Maria L.; AMADO, Adriana. A importância analítica da moeda em Marx e Keynes. **Análise econômica**, Brasília, Ano 16, N. 29, p. 5-50, Março, 1998.

MONDRAGÓN, Héctor. **Los ciclos económicos en el capitalismo**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2009.

MORAVCSIK, Andrew. Negotiating the Single European Act. In: KEHOANE, R; HOFFMANN, S (ed). **The New European Community. Decision making and institutional chance**. Boulder: Westview Press, 1991.

MUNDELL, Robert. The theory of optimum currency areas. **American Economic Review**, v.5, n.4, pp- 657-665, September, 1961.

MUNDELL, Robert. Updating the agenda for monetary union. In: BLEJER, Mario, et alli (Eds). **Optimum currency areas- new analytical and policy developments**. International Monetary Found, 1997.

MURAPA, Rukudzo. A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): rumo à integração política econômica. **Impulso**, Piracicaba, nº31, p. 155-164, 2002.

MYRDAL, Gunnar. **Perspectivas de uma economia internacional**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967.

NAYYAR, Deepak. **Mundialización y estrategias del desarrollo**. Seminario de alto nível sobre comercio y Desarrollo: orientaciones para el siglo XXI, Bangkok, 2000. Disponível em: <http://www.unctad.org/sp/docs/ux_tdxrt1d4.sp.pdf>. Acesso em: 02. Jun.2009.

NELSON, Richard. **As fontes do crescimento econômico**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

NEPAD. **NEPAD in brief**. 2001. Disponível em:<<http://www.nepad.org>>. Acesso em: 25 Jan. 2009.

NÍGER. **L'Assemblée Nationale**. 2011. Disponível em: <<http://www.assemblee.ne/>>. Acesso em: 08 jun.2011.

NINALOWO, Adebayo. **Democratic Governance, Regionalism and Development in Africa**. Development Policy Management Forum, Ocasional Paper, nº11. Addis Ababa, 2003.

NKRUMAH, Kwame. **África deve unir-se**. Lisboa: Ulmeiro, 1977.

NKRUMAH, Kwame. **Hacia la libertad de las colonias**, 1948 pp. 25-28

NORTH, D. Economic Performance through time. **The American Economic Review**, vol. 84, n.3, pp.359-368, 1994.

OBSTFELD, Maurice; ROGOFF, Kenneth. **Foundations of international macroeconomics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

OBSTFELD, Maurice; TAYLOR, Alan M. **Global Capital markets: integration, crisis and growth**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

OCAMPO, José A. La cooperación financiera: experiencias y desafíos. In: OCAMPO, José Antonio (Org.). **Cooperación financiera regional**. Santiago de Chile: Libros de la CEPAL, 2006, p 13-55.

OLIVEIRA, Odete. **União Europeia: processo de integração e mutação**. Curitiba: Juruá, 1999.

OMGBA, Luc Désiré. **Trois Essais sur l'économie politique de la rente pétrolier dans les Etats africains**. Thèse (Docteur ès Sciences Economiques)- Université d'Auvergne Clermont-Ferrand I. Centro d'Etudes et de Recherches sur le Développement International (CERDI). Clermont- Ferrand, 2010.

OUÉDRAOGO, Ra-Sablga S. Trajectoire historique, actualités et perspectives du panafricanisme. In: BAH, Thierno (Org.). **Intellectuels, nationalism et ideal panafricain: perspective historique**. Dakar: CODESRIA, 2005.

PAGE, S. **Regionalism Among Developing Countries**. MacMillam Press/ Overseas Development Institute. London, 2006.

PERROUX, François. ¿Quién integra? ¿En beneficio de quien se realiza la integración? **Revista de la integración, Buenos Aires**, nº1, p. 33-53, noviembre, 1967.

PETRI, Fernanda C; WEBER, Beatriz T. Os efeitos da globalização nos processos de integração dos blocos econômicos. **Revista dos alunos do programa de Pós-graduação em Integração Latino-Americana 78**, Santa Maria, v.2, n. 2, p. 78-93, 2006.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento da economia da América Latina e alguns dos seus problemas principais. In: BIELSCHWISKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

PREBISCH, Raul. Problemas teóricos e práticos do crescimento do crescimento econômico. In: BIELSCHWISKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000b.

RIBEIRO, Luiz D. Da conquista européia à descolonização. In: VISENTINI, Paulo F; RIBEIRO, Luiz D; PEREIRA, Analúcia D. **Breve Historia da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

ROBSON, Peter. **Teoria Econômica da Integração internacional**. Coímbra: Editora Coímbra, 1985.

RODRIK, Dani; RODRIGUEZ, Francisco. Trade policy and economic growth: A Skeptic's Guide to the Cross-National Evidence, **Working Paper** 7081, National Bureau of Economic Research. 1999. Disponível em: < http://www.nber.org/papers/w7081.pdf?new_window=1>. Acesso em: 22 jul.2011.

ROLLIM, Cássio. O empobrecimento da África e as estratégias atuais para a reversão da situação. UFPR, **Working Papers**, n. 88, 2009. Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos_discussao/texto_para_discussao_ano_2009_texto_06.pdf>. Acesso em: 12 jun.2010.

ROMERO, Alberto. **Globalización y Pobreza**. Bogotá: Ediciones Unariño, 2002.

ROSAMOND, Ben. **Teorías de la integración europea**. New York: Basingstoke, 2000.

ROSTOW, Walter W. **The process of economic growth**. New York: Norton, 1962, pp.29-31.

SAGASTI, Francisco; PRADA, Fernando. Bancos regionales del desarrollo: una perspectiva comparativa. In: OCAMPO, José Antonio (Org). **Cooperación financiera regional**. Santiago de Chile: Libros de la CEPAL, 2006, p 91-129.

SA-PINTO, Messias. **Á área de livre comércio das Américas e os interesses da União Européia na América Latina**. Tese (Doutoramento em Economia). Escola de Economia e Gestão. Universidade de Minho. Braga, 2004.

SALVATORES, Dominick. **Economia Internacional**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SARAIVA, José F. **Concepts, histories and theories of international relations for the 21st Century**. Regional and national approaches. Fortaleza/Brasília: Premius e Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2009.

SARAIVA, José F. **Formação da África Contemporânea**. São Paulo: Atual, 1987.

SARRIERA, Javier; CUNHA, André; BICHARA, Julimar. Moeda Única no Mercosul: uma análise da simetria de choques para o período 1995-2007. **Economia**, Brasília, v.11, n.2, p.465-491, mai/ago 2010.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: companhia das letras, 2000.

SENEGAL. **Gouvernement du Senegal. 2011**. Disponível em: < <http://www.gouv.sn>>. Acesso em: 07 jul.2011

SESAY, Amadu. Can ECOWAS Re-invent the Nationalism Dream in West Africa? Reflections on the Protocol on Democracy and Good Governance. In: FAWOLE, Alade; UKEJE, Charles (Edi.). **The Crisis of the State and Regionalism in West Africa: Identity, Citizenship and Conflict**. Dakar: CODERSIA, 2005.

SICSÚ, J; MIRANDA, P. (Orgs). **Crescimento Econômico: Estratégias e Instituições**. Brasília: IPEA, 2009.

SICSÚ, J; CASTELAR, A. (Orgs). **Sociedade e Economia: Estratégia de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2009.

SILVA, Antonio D. **A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa: estudo da história, direito e política**. Porto: Afrontamento, 1997.

SINGER, H. Los modelos keynesianos de desarrollo económico. Un análisis a partir de la obra de Gunnar Myrdal Asian Drama. In: SINGER, H. **Estrategia del desarrollo internacional. Ensayos sobre el atraso económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

SOROS, George. **Globalização**. São Paulo: Editora Campus Ltda, 2003.

STANFORD, John D. **Moeda, bancos e atividade econômica**. São Paulo: Atlas, 1976.

STOCCO, Leandro. **Teoria das Áreas Monetárias Ótimas e MERCOSUL**. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. Florianópolis, Abril, 2006.

SOW, Cheikhou O. Panafricanisme Kwamé Nkrumah: um ideal encore d'actualité. **Afrique Démocratique**. N.º. 1, Février, 2011.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. México DF: Siglo XXI, 1975.

SURET-CANALE, Jean; BOAHEN, Albert. África Occidental. In : EL FASI, Mohamed (Org). **História Geral da África VIII**. África do século VII ao XI. Brasília: UNESCO, 2010.

TODARO, Michael. **Economic Development in the Third World**. New York: Longman, 1994.

TAMAMES, Ramón. **Estructura Económica Internacional**. Madrid: Alianza, 1995.

TAYLOR, J.B. Discretion versus policy rules in practice. Carnegie-Rochester Conference Series On Public Policy, **North-Holland**, v. 90, p. 195-214, 1993.

THIERNO, Souleye M. **La confederation de la Senegambie: Réalités et perspectives**. These de Doctorat de 3^e Cycle " Etudes Africaines". Institut d'Etudes Politiques. Université de Bordeaux I. Janvier, 1985.

TINBERGEN, Jean. **Integración económica internacional**. Barcelona: Sagitario, 1968.

TINE, Antoine. Léopold Sedar Senghor et Cheik Anta Diop face au panafricanisme. In: BAH, Thierno (Org.). **Intellectuels, nationalism et ideal panafricain: perspective historique**. Dakar: CODESRIA, 2005.

TOGO. **L'essentiel de la République Togolaise**. 2011. Disponível em: <<http://www.republicoftogo.com/>>. Acesso em: 22 jun.2011.

TOGO. **Le Guide pratique de vos affaires au Togo. 2011**. Disponível em: <<http://www.izf.net/pages/le-guide-pratique-de-vos-affaires-au-togo/6081>>. Acesso em 22.jun.2011.

TORRENT, Ramón. **Una aproximación a la anatomía del MERCOSUR real**. Red Mercosur, 2006. Disponível em: <<http://www.redmercosur.org.uy/?q=node/57>>. Acesso em: 30 out. 2010.

TORRES, Adelino. A crise do desenvolvimento africano nos anos oitenta. **Revista Estudos de Economia**, Porto, v.6, nº3, Abril-Junho, 1986.

TORRES, Adelino. **Horizontes do desenvolvimento africano no lumiar do século XXI**. Lisboa: Veja Universidade, [2000].

TOOZE, R. Regimes and international co-operation. In: GROOM, A; TAYLOR, P (Ed.). **Frameworks for international Co-operation**. London: Pinter Publisher, p. 201-216, 1994.

TOURE, T. M. Pauvereté et exclusion sociale dans les pays de l'UEMOA: L'initiative PPTE est-elle une reponse apropiée? **Estudes et Recherche**, nº 553, 2004.

TOUSSAINT, É; MILLET, D. **50 Perguntas 50 Respostas sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

TRAORÉ, Aminata. **L'Afrique humiliée**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2008.

TYWUSCHIK, V; SHERRIFF, A. A Estratégia Conjunta da UE-África: Dez desafios para o Sucesso. European Centre For Development Policy Management. **INBRIEF** Nº 23, Março. 2009. Disponível em: <http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/EstrategiaConjuntaUE-Africa_10Desafios-para-Sucesso.pdf>. Acesso em: 23 ago.2011.

UEMOA. **Rapport annuele de la comission suer le fonctionnement et l'évolution de l'union**. Union Economique et Monetaire Ouest Africaine. 2006. Disponível em : <http://www.uemoa.int/Documents/Commission_de_L_UEMOA/Activites/Rapport2006Com.pdf>. Acesso em: 21 feb.2010.

UEMOA. **Rapport Semestriel d'exécution de la surveillance multilaterale.** Union Economique et Monetaire Ouest Africaine; Juin, 2009. Disponível em: < http://www.uemoa.int/Documents/Publications/Surv_Multilaterale/2009/RSM_juin09.pdf>. Acesso em: 21 fev.2010.

UEMOA. **Traite Modifie de l'Union Economique et Monetaire Ouest Africaine (UEMOA).**2003.Disponível em: < http://www.droit-afrique.com/images/textes/Afrique_Ouest/UEMOA_Traite_constitutif_revise.pdf>. Acesso em: 22.jun.2011.

UEMOA. **Regional Economic Program (REP) 2006-2010:** Summary Report. West African Economic and Monetary Union. 2006. Disponível em: < http://www.izf.net/upload/Institutions/Situation/PER/REP_Summary%20report.pdf>. Acesso em: 21 fev.2010.

UEMOA. **Investir en zone franc. Le guide pratique de vos affaires,** 2011. Disponível em: < http://www.izf.net/espace_general/>. Acesso em: 07 jun.2011.

UEMOA. **Sustainable Bioenergy Development in UEMOA Member Countries,** 2010. Disponível em: < http://www.globalproblems-globalsolutions-files.org/gpgs_files/pdf/UNF_Bioenergy/UNF_Bioenergy_exec_summary.pdf>. Acesso em: 22 jun.2011.

UEMOA. **Creation d'um Comite Consultatif Regional pour lês negociations commerciales.** 2001. Disponivle em: < http://www.izf.net/upload/2011/bulletins/Dec_09_2011_CM_UEMOA.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2011.

UEMOA. **Rapport Semestriel d'exécution de la surveillance multilaterale.** 2010. Disponível em: < https://www.uemoa.int/Documents/Publications/Surv_Multilaterale/2011/RSM_juin%202011.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2011.

UKEJE, Charles. From Economic Cooperation to Collective Security: ECOWAS and the Changing Imperative of Sub regionalism in West Africa. In: FAWOLE, Alade; UKEJE, Charles (Edi.). **The Crisis of the State and Regionalism in West Africa: Identity, Citizenship and Conflict.** Dakar: CODERSIA, 2005.

UNECA. Trade, Liberalization and Development: Lessons for Africa. African Trade Policy Center. **Working Paper** n° 6, Addis Ababa, 2004a. Disponível em: < <http://www.uneca.org/atpc/Work%20in%20progress/6.pdf>>. Acesso em: 26 mar.2011.

UNECA. **Rationalizing Regional Economic Communities: ARIA II. Economics** Commission for Africa, Addis Ababa, 2006. Disponível em: <http://www.uneca.org/aria2/front_matter.pdf>. Acesso em: 12 abr.2009.

UNECA. **Análise Regional de Financiamento e Desenvolvimento: Perspectivas dos Países Africanos no Consenso de Monterrey.** Comissão Econômica das Nações Unidas para África, 2008. Disponível em: <<http://www.uneca.org/cfm/2008/docs/Portuguese/DraftAnnotatedAgendaMinisters.pdf>>. Acesso em: 23 mar.2011.

UNECA. **Atlas on Regional Integration in West Africa.** Economic Community of West Africa. 2007. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/41/47/38409521.pdf>>. Acesso em: 26 jan.2009.

UNCTAD. **Trade and Development Report 2007.** Genève: UNCTAND, 2007.

UNCTAD. Regional Cooperation and Integration in Sub-Saharan Africa. **Discussion Papers** N° 189; September, 2008. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/osgdp20084_en.pdf>. Acesso em: 13 jan.2009.

UNCTAD. **El desarrollo económico en África:** fortalecimiento de la integración económica regional con miras al desarrollo de África. Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo, 2009. Disponível em: <http://www.unctad.org/sp/docs/tdb56d4_sp.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2010.

UNIÃO AFRICANA. **Relatório do estudo de viabilidade Sobre a criação de bolsa pan-africana de valores,** 2008. Disponível em: <<http://www.au.int/en/>>. Acesso em: 23 jul.2011.

UNION AFRICAINE. **Acte Constitutif de l'Union Africaine.** 2001. Disponível em: <<http://www.au.int/fr/sites/default/files/Constitutive%20act%20French.pdf>>. Acesso em: 28 jun.2011.

UZOIGWE, Godfrey. **Partilha europeia e a conquista da África:** apanhada geral. In: BOAHEN, Albert (Org). **História Geral da África VII. África sob a dominação colonial, 1880-1935.** Brasília: UNESCO, 2010.

VINER, Jacob. **The Customs Union Issue.** New York: Carnegie Endowment for the International Peace, 1950.

VISENTINI, Paulo F. **Dez anos que abalaram o século XX: da crise do socialismo à guerra ao terrorismo.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

VISENTINI, Paulo F. **A África na política internacional. O sistema interafricano e sua inserção mundial.** Curitiba: Juruá, 2011.

VISENTINI, P. A África e os estudos africanos: uma introdução. **Revista Ciências e Letras.** FAPA, Nº 21e 22, 1998.

VISENTINI, Paulo F. A África independente e a Guerra Fria. In: VISENTINI, Paulo F; RIBEIRO, Luiz D; PEREIRA, Analúcia D. **Breve Historia da África.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

WADE, Abdoulaye. **Um destin pour l'Afrique.** Paris: Michel Lafon, 2005.

WADE, El Bachir. La Consolidación des comptes dans Le SYSCOA: une difficile gestation. **Revue Africaine de Gestion**, Nº 0, Septembre, 2002.

WALLACE, W. Less than a Federation, more than a Regime: The community as a political system. In: WALLACE W.; WALLACE, H; WEBB, C (Ed.). **Policy-making in the European Community.** Chichester: John Willey & Sons, pp. 403-436, 1996.

WAMI. **Annual report for the year ended 31st December 2008.** West African Monetary Institute. 2009. Disponível em: <http://www.wami-imao.org/english/doc/WAMI%202008%20ANNUAL%20REPORT_New%20version.final29.01.pdf> . Acesso em: 05 jul. 2010.

YOTOPOULUS, P; NUGENT, J. **Investigaciones sobre el desarrollo económico.** México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

ZOCTIZOUM, Yarisse. **Histoire de la Centrafrique: les diamants de la trahison.** Paris: Pharos, 2006.